



Centro de
Altos Estudos
Brasil Século XXI

VINTE ANOS DE ECONOMIA BRASILEIRA 1995 / 2015

Gerson Gomes
Carlos Antônio Silva da Cruz

Brasília-DF, 2016

“No curso da história as ciências tem evoluído graças àqueles indivíduos que, em dado momento, foram capazes de pensar por conta própria e ultrapassar certos limites. Com a Economia – ciência social que deve visar primordialmente o bem estar dos seres humanos – não é diferente. Ela requer dos que a elegeram imaginação e coragem para se arriscar em caminhos por vezes incertos. Para isso, não basta se munir de instrumentos eficazes. Há que se atuar de forma consistente no plano político, assumir a responsabilidade de interferir no processo histórico, orientar-se por compromissos éticos.” (In “Metamorfoses do Capitalismo” – Discurso por ocasião do recebimento do título de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em dezembro de 2002).

APRESENTAÇÃO

A presente edição dos “Vinte anos de economia brasileira” incorpora as informações disponíveis sobre a evolução e econômica e social do País em 2015, ano no qual a desorganização da economia, dentro e como parte de uma crise política construída a partir das eleições de 2014, encerra o ciclo de crescimento com distribuição de renda que caracterizou os governos Lula e Dilma.

A economia brasileira, na contramão da maioria dos países integrados ao sistema capitalista global, havia resistido bem aos impactos da crise mundial deflagrada em 2008, graças às respostas anticíclicas oportunas adotadas e às políticas implantadas anteriormente, como o fortalecimento do mercado interno e a criação de um colchão de amortecimento da instabilidade externa com um volume expressivo de reservas internacionais. Mas já mostrava, em 2014, sinais de debilitação dos fatores em que se apoiava seu impulso dinâmico, que se traduziriam na estagnação do PIB e na expressiva contração da taxa de investimento da economia, associadas a convergência de três processos paralelos;

Primeiro, o efeito cumulativo das mudanças provocadas pela crise no cenário internacional, com a recessão mundial, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, a desaceleração da economia chinesa, a retração dos fluxos de comércio internacional, a política expansão monetária adotada pelos Estados Unidos e o Japão (quantitative easing) e a queda acentuada nos preços internacionais dos produtos manufaturados e das commodities, que repercutiram negativamente sobre as expectativas dos agentes e o ambiente econômico interno.

Segundo, os crescentes custos fiscais e a paralela redução da eficácia das políticas anticíclicas adotadas a partir de 2008, que permitiram ao País enfrentar com sucesso os efeitos imediatos da crise internacional. Por uma série de razões – incluindo o acirramento da concorrência internacional e a redução da rentabilidade microeconômica da produção industrial local, os efeitos de arrastre sobre a estrutura produtiva de um longo ciclo de apreciação do Real e os estímulos ao rentismo associados à elevação da taxa básica de juros – essas políticas perderam força, em 2014, em termos de sua capacidade de alavancarem a expansão do consumo e, especialmente, do investimento. Apesar da preservação do nível de renda e emprego das famílias – a taxa de desemprego aberto no final de 2014 foi 4,8%, a menor de toda a série histórica –, isso tornou inócua a concessão de um volume expressivo de isenções e outros benefícios fiscais ao setor produtivo privado, o que contribuiu, junto com a queda da arrecadação decorrente da estagnação da economia, à elevação do déficit público.

Terceiro, as consequências da Operação Lava Jato, que investigava, desde março de 2014, os esquemas de corrupção na Petrobrás e nas grandes empreiteiras, amplificadas por sua politização e espetacularização. Isso transformou uma investigação legítima e necessária sobre práticas enraizadas desde décadas na sociedade brasileira em vetor de desestruturação de um dos componentes críticos da formação bruta de capital fixo da economia, a cadeia produtiva do petróleo e gás e a construção pesada.

A convergência desses processos e os desdobramentos da eleição presidencial, com a recusa da chapa derrotada em aceitar o resultado das urnas, junto com a falta de clareza do novo governo sobre a forma de enfrentar a crise deram ensejo a um inusitado agravamento do quadro político com reflexos determinantes sobre a dinâmica da economia. Fragilizou-se o Executivo, acuado por uma ofensiva midiática contínua e por sua tentativa malograda de realizar, no início de 2015, um ajuste fiscal curto e intenso, na contramão da plataforma programática vitoriosa no processo eleitoral, o que limitou sua capacidade de ação, debilitou sua base de apoio na sociedade e abriu passo ao reagrupamento e radicalização das forças opositoras no Congresso, com a consequente ruptura do pacto de governabilidade.

A crise política e a paralisia do Governo amplificaram extraordinariamente os desequilíbrios que se preanunciavam em 2014. A inflação recrudescceu, alimentada por um choque tarifário, pela desvalorização da taxa de câmbio – embora, termos reais, o Real permanecesse ainda bastante apreciado – e pela ampliação defensiva das margens em alguns segmentos do sistema produtivo. A economia teve um acentuado declínio, puxado pela indústria e pela forte retração da formação bruta de capital fixo, o que provocou um significativo aumento do desemprego e da informalidade no mercado de trabalho. O desequilíbrio nas contas públicas se expandiu, alimentado pela queda da arrecadação e pela contínua elevação da taxa básica de juros, embora sem atingir ainda níveis comparáveis aos registrados em várias economias desenvolvidas. Somente a frente externa destoou desse quadro, ancorada em um elevado patamar de reservas e registrando aumento do saldo comercial e recuo do déficit nas transações correntes do balanço de pagamentos, em grande parte derivados da queda no nível de atividade econômica e da desvalorização do Real. Ao contrário do que sempre ocorreu ao longo da nossa história recente, a atual crise econômica não teve como pano de fundo uma aguda crise cambial.

Tudo isso fez de 2015 um ano atípico em comparação com as tendências e indicadores econômicos e sociais predominantes ao longo do período 2003/2014. Ele expressa a ruptura do ciclo virtuoso de expansão econômica, inclusão social e consolidação da democracia brasileira que caracterizou esse período.

A nova correlação de forças políticas que se configura no bojo da crise, sedimentada pela aliança entre os setores empresariais, especialmente aqueles ligados à grande indústria e às finanças, a grande mídia e segmentos majoritários do Congresso e do Judiciário, culminaria, em 2016, no impeachment da Presidente. A ausência de fundamentos objetivos e o caráter estritamente político desse processo, comandado por expoentes notórios da corrupção do sistema político nacional, limitaram seu alcance como fator de reversão do quadro de fragmentação e instabilidade institucional e política prevalecente em 2015 e colocaram em questão a legitimidade da nova administração do País.

No âmbito econômico, o programa para fazer frente à crise proposto pelo novo governo, empossado no início do corrente ano, tem poucas inovações. Em realidade, retoma e aprofunda políticas que se generalizaram na esteira do processo de globalização financeira nas décadas de 80 e 90 e que tiveram seu auge no Brasil no período 1995/2002. Sua principal novidade é a mudança do marco político-institucional que lhe dá suporte, que prescinde do pronunciamento da cidadania nas urnas, substituído pela consolidação de uma base parlamentar de centro-direita formada pela aglutinação do PMDB, do PSDB, do PSB e de diversos partidos de menor porte agrupados no que se passou a chamar de “Centrão” e cujo apoio é indispensável para a aprovação das reformas constitucionais e outras medidas legislativas consideradas essenciais. São quatro os pilares em que se apoia esse programa:

- i. A redução do custo do trabalho como mecanismo de elevação das margens de lucro e da competitividade e de atratividade para o capital estrangeiro via “modernização” do mercado de trabalho com a reforma da legislação e das relações trabalhistas, direcionada à redução do poder de negociação dos trabalhadores e esvaziamento dos mecanismos de proteção do emprego e à esterilização da política de elevação real do salário-mínimo.

- ii. A reversão da trajetória de expansão do gasto social público – de grande significado nos últimos anos como componente das políticas de redução das desigualdades sociais – via institucionalização de uma política de austeridade fiscal seletiva que exclui das restrições fiscais as despesas com juros da dívida pública, de longe o maior componente do déficit público, e deixa de lado mecanismos alternativos de cobrança da dívida ativa da União e de controle da sonegação e lavagem de dinheiro, como a CPMF. Os principais instrumentos dessa austeridade seletiva são a implantação do teto constitucional para as despesas primárias da União, com o congelamento e eventual redução dos gastos em saúde e educação, a desvinculação das verbas orçamentárias destinadas à educação e à saúde e a “racionalização” dos gastos em programas de transferência de renda para os setores mais vulneráveis da população; a reforma da previdência, envolvendo, entre outras mudanças, cortes em benefícios de pensionistas, desvinculação do salário-mínimo, aumento da contribuição dos beneficiários e inativos, elevação dos requisitos de idade e tempo de contribuição para aceder à aposentadoria; e a redução da oferta pública de serviços básicos de educação, saúde e saneamento e criação de condições para o aprofundamento e generalização da privatização desses segmentos e consequente transferência para a população dos custos desses serviços.
- iii. Restauração da matriz econômica neoliberal, com a recomposição da hegemonia das autoridades monetárias sobre as demais políticas e o fortalecimento do intervencionismo estatal voltado para os interesses do grande capital nacional e estrangeiro e para o aprofundamento das políticas pró-mercado, junto à paralela redução do papel de coordenação econômica e promoção do desenvolvimento do Estado e limitação de sua função de atenuador dos desequilíbrios e assimetrias na distribuição da renda e da riqueza; isso envolve, além da redução do gasto social e da oferta, pelo Estado, de bens e serviços essenciais à população, o aprofundamento do caráter regressivo do sistema tributário nacional, a reversão das políticas de compras estatais, de conteúdo nacional e de financiamento público, o abandono da centralidade do crescimento e do emprego no desenho da política econômica, o desmantelamento das empresas estatais, a privatização do que resta de patrimônio público, especialmente no que se refere ao pré-sal, a outros recursos naturais estratégicos, incluindo a água, e aos bancos públicos; e o deslocamento do eixo do processo de acumulação em setores estratégicos para o capital estrangeiro.

- iv. O aprofundamento do processo de integração passiva do Brasil na ordem global, com a intensificação da abertura comercial e financeira da economia; a adesão a acordos internacionais de investimento voltados para a hierarquização dos interesses das corporações multinacionais e a adequação do marco jurídico nacional sobre a matéria à legislação norte-americana; e a liquidação do projeto de transformação do Brasil em potência regional – com a reversão da política de consolidação do Mercosul e de outras instituições de âmbito sul-americano, o esvaziamento das relações com o bloco formado pelos BRICs, a reorientação do posicionamento do País nos fóruns internacionais e a adequação da política de defesa nacional ao padrão geopolítico comandado pelos Estados Unidos.

Em resumo, trata-se de reordenar o modelo de acumulação e de distribuição da renda de acordo aos interesses dos setores de maior capacidade econômica e de seus parceiros externos, interessados em ocupar o mercado nacional, explorar a força de trabalho nativa e controlar os recursos naturais estratégicos do País. E de assegurar que os custos do ajuste da economia não sejam pagos por esses atores, mas sim pelos de sempre, os trabalhadores e os segmentos da população de rendas médias e baixas.

Essa proposta abre para o País um período de incertezas e retrocessos econômicos e políticos. A intensificação da integração passiva ao processo de globalização expõe o País às macrotendências dominantes na economia mundial: concentração do progresso técnico em núcleos de fronteira do desenvolvimento científico e tecnológico, como a Alemanha e os Estados Unidos, que moldarão a economia do futuro, da qual seremos excluídos como protagonistas ou coadjuvantes; a desindustrialização dos países periféricos derivada dos efeitos sobre os preços e escalas de produção da desterritorialização da base industrial dos países centrais e consequente fortalecimento da capacidade de produção e da competitividade da economia chinesa; o dismantelamento da capacidade dos estados nacionais periféricos de fazer políticas autônomas de desenvolvimento econômico e social; e o aumento das desigualdades sociais, tanto entre os países que comandam a economia mundial e a generalidade dos países periféricos como dentro de cada país inserido na ordem global.

Esse programa é incompatível com o aperfeiçoamento democrático, com a universalização da cidadania e dos direitos sociais e com a redução das assimetrias de renda, riqueza e oportunidades ainda vigentes. No plano político, a existência e manutenção, nos próximos dois anos, de uma maioria parlamentar comprometida, por razões ideológicas ou pragmáticas, com o núcleo duro do programa neoliberal de reformas e ajuste da economia tem um significado não negligenciável: para os opositores a esse programa não basta vencer as eleições majoritárias, será preciso modificar radicalmente a correlação de forças no Congresso para restaurar o presidencialismo e abolir o parlamentarismo espúrio instaurado, de fato, com o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

De ser implantado, esse programa conduzirá ao esvaziamento de alguns dos eixos estratégicos que poderiam comandar o processo de desenvolvimento econômico e tecnológico do País, como o pré-sal e a cadeia produtiva do petróleo e gás; reduzirá drasticamente os instrumentos de regulação do mercado e a autonomia e capacidade do estado nacional brasileiro para formular políticas públicas e de desenvolvimento; agravará a concentração da renda e a exclusão social; debilitará a capacidade do País de assegurar sua segurança e soberania em setores críticos, como energia, alimentos, saúde, a defesa e a área de comunicações e informática. É uma ponte para a fratura da sociedade e perpetuação do caráter retardatário e reflexo da economia brasileira.

Gerson Gomes
Brasília, novembro de 2016

Sumário

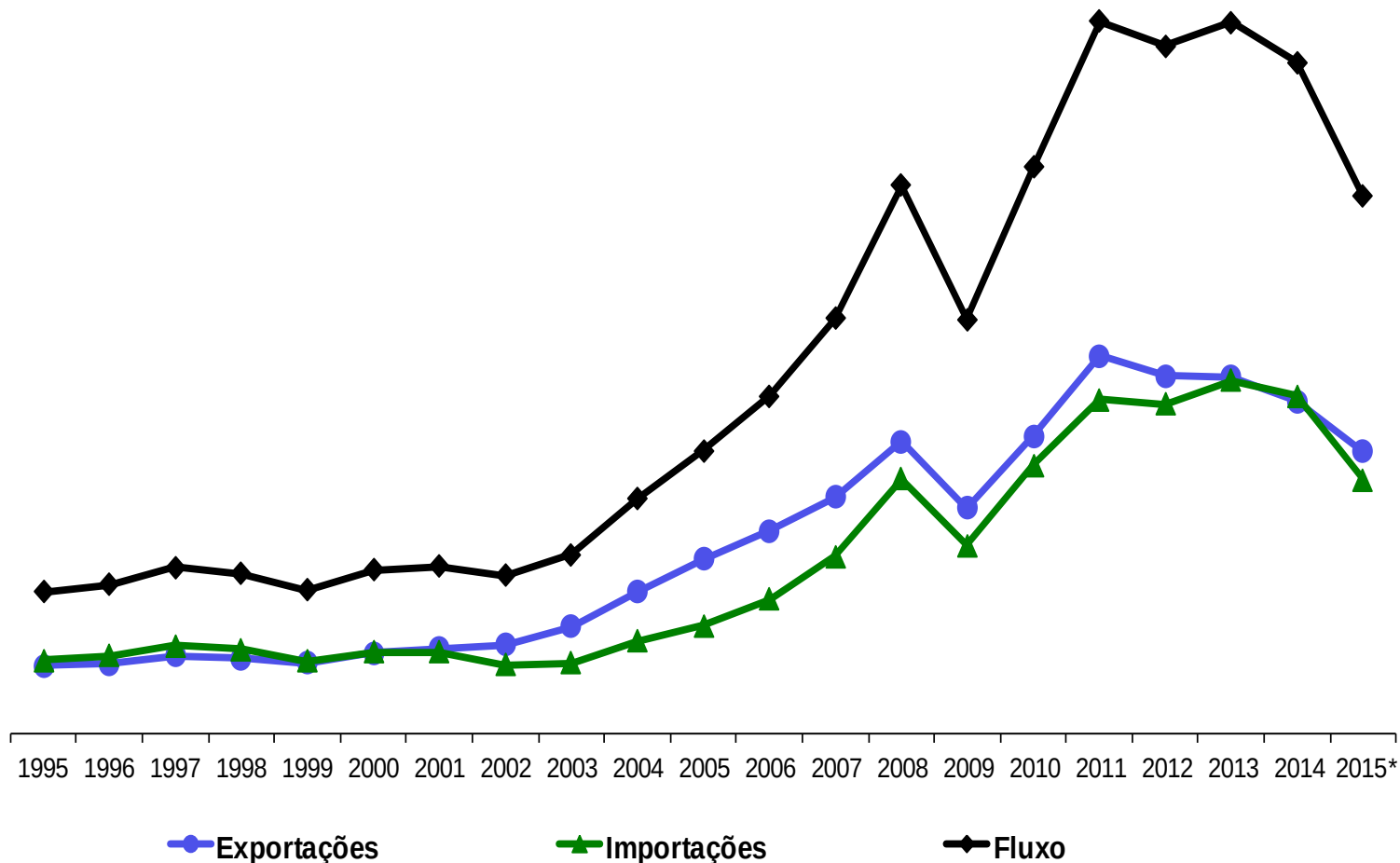
I – Setor Externo.....	13
II – Atividade Econômica.....	49
III – Crédito e Financiamento.....	77
IV – Inflação e Preços.....	87
V – Contas Públicas.....	99
VI – Emprego e Distribuição de Renda.....	111
VII – Apêndice - Indicadores Seleccionados (Médias Quadrienais).....	139

I - SETOR EXTERNO

M E M O:

**BRASIL – CORRENTE DE COMÉRCIO EXTERIOR
(US\$ Bilhões)**

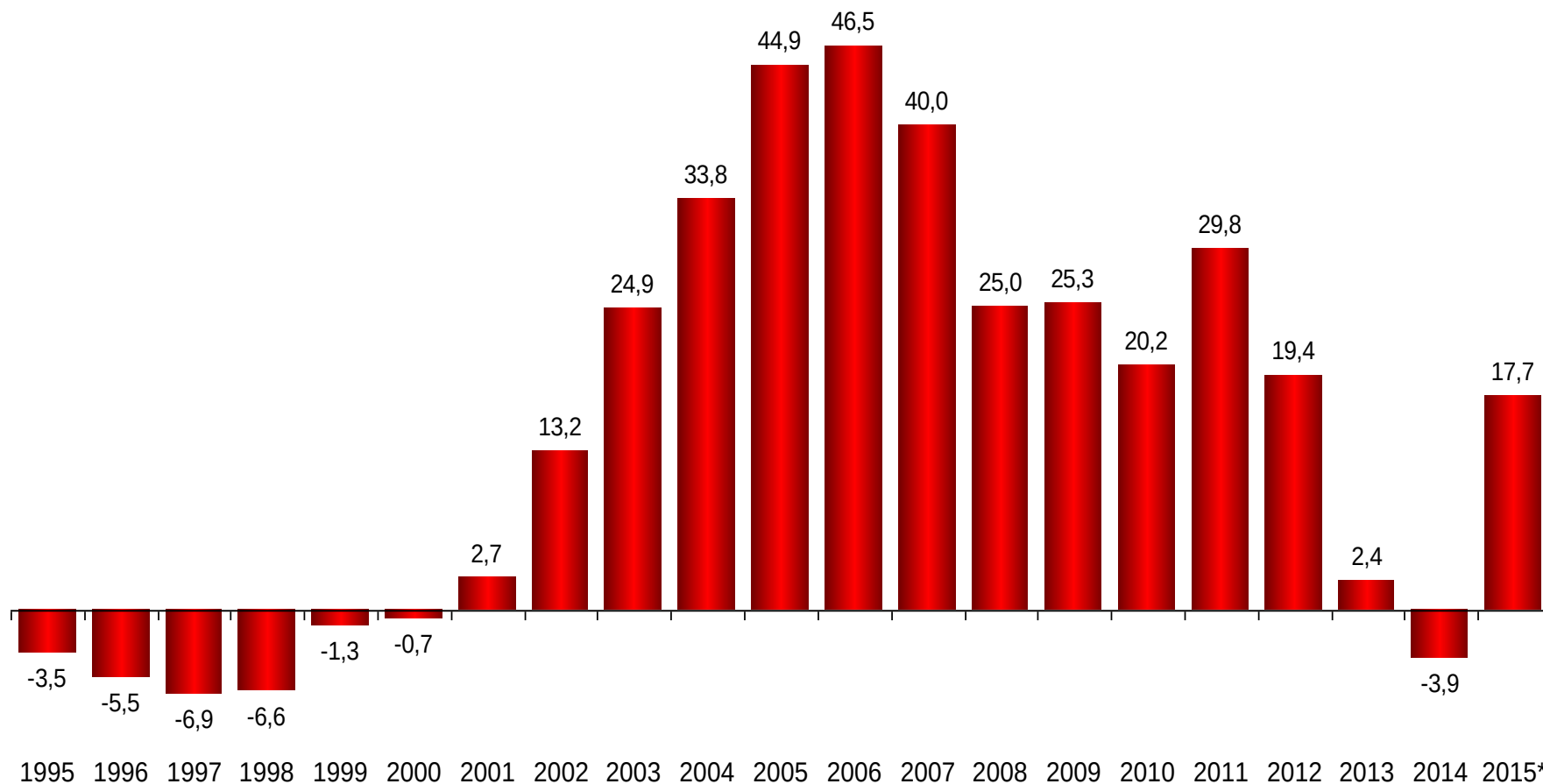
	X	M	Soma
1995	46,5	50,0	96,5
1996	47,7	53,3	101,1
1997	53,0	59,8	112,8
1998	51,1	57,7	108,9
1999	48,0	49,3	97,3
2000	55,1	55,9	110,9
2001	58,2	55,6	113,8
2002	60,4	47,2	107,6
2003	73,1	48,3	121,4
2004	96,5	62,8	159,3
2005	118,3	73,6	191,9
2006	137,8	91,3	229,2
2007	160,6	120,6	281,3
2008	197,9	173,0	370,9
2009	153,0	127,7	280,7
2010	201,9	181,8	383,7
2011	256,0	226,2	482,3
2012	242,6	223,2	465,8
2013	242,0	239,6	481,7
2014	225,1	229,0	454,1
2015	190,1	172,4	363,5



* Nova metodologia da 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI (BPM6)

Fonte: BCB

BRASIL – SALDO DA BALANÇA COMERCIAL (US\$ Bilhões)



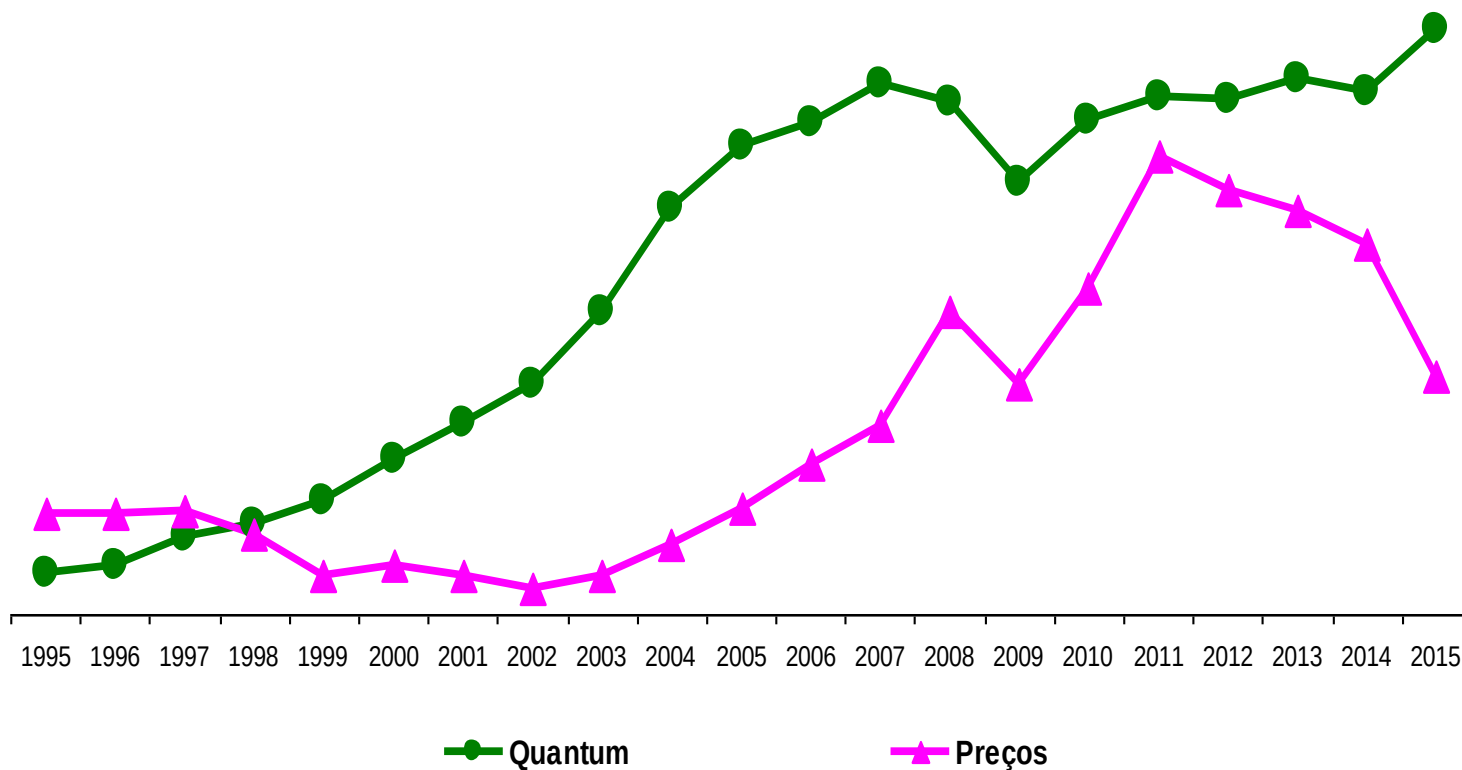
* Nova metodologia da 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI (BPM6)

Fonte: BCB

M E M O:

**EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE QUANTUM E DE PREÇOS DAS
EXPORTAÇÕES
(Ano Base 1994= 100)**

Índices			
Ano Base 1994= 100			
	Q	P	Valor
1995	94,0	113,6	106,8
1996	96,4	113,7	109,6
1997	106,3	114,5	121,7
1998	109,9	106,8	117,4
1999	118,4	93,1	110,3
2000	131,6	96,2	126,6
2001	144,1	92,9	133,9
2002	156,5	88,7	138,8
2003	181,2	92,8	168,1
2004	215,8	102,9	222,0
2005	236,0	115,4	272,2
2006	243,8	129,8	316,5
2007	257,2	143,5	368,9
2008	250,9	181,2	454,6
2009	223,9	157,0	351,3
2010	245,2	189,2	463,7
2011	252,4	233,1	588,0
2012	251,5	221,5	557,1
2013	259,2	214,5	555,8
2014	254,6	203,2	516,9
2015	275,6	159,3	438,9



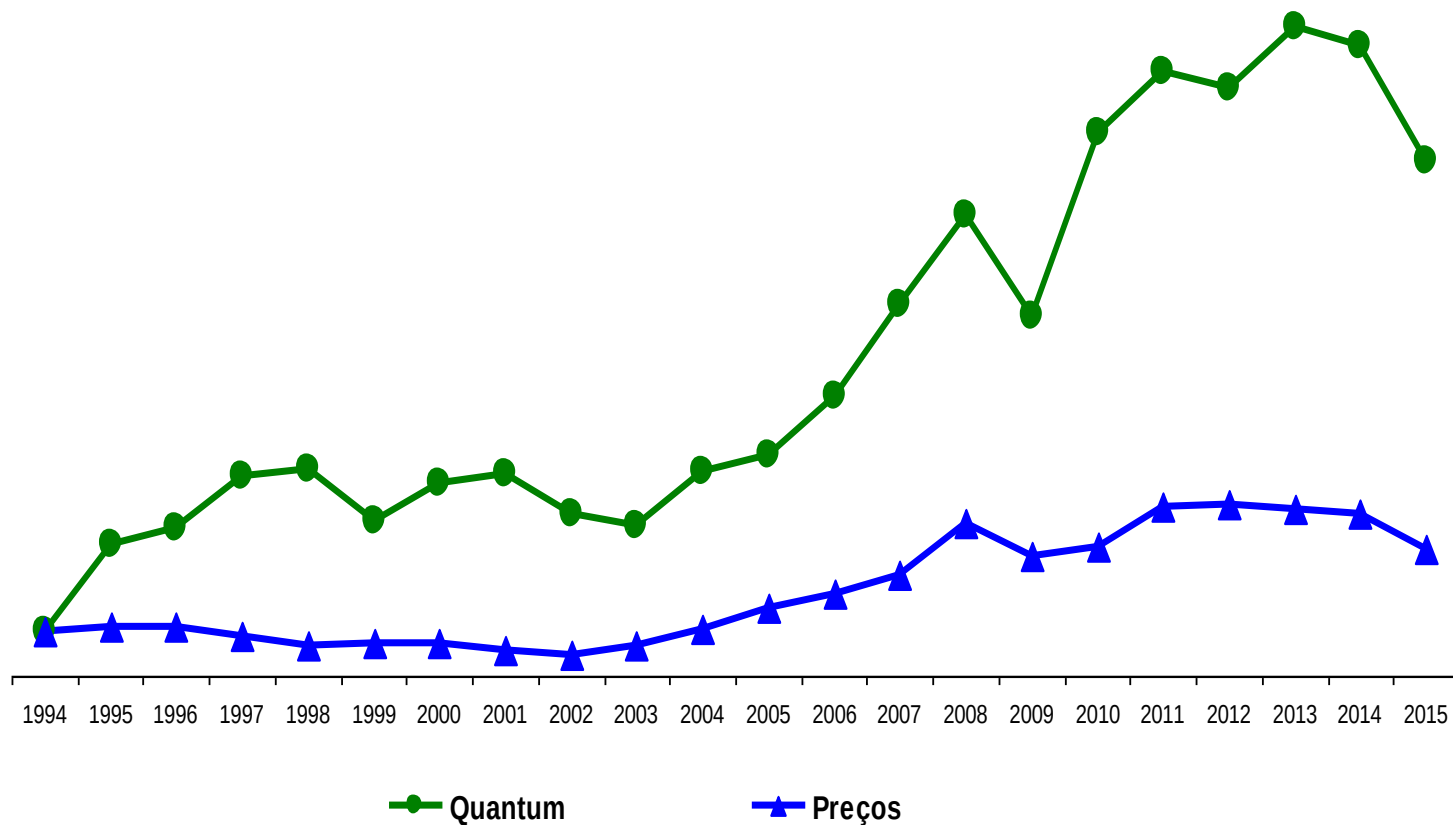
Fonte: FUNCEX

Q – Quantum P – Preços

M E M O:

**EVOLUÇÃO DO ÍNDICE QUANTUM E DOS PREÇOS DAS IMPORTAÇÕES
(Ano Base 1994= 100)**

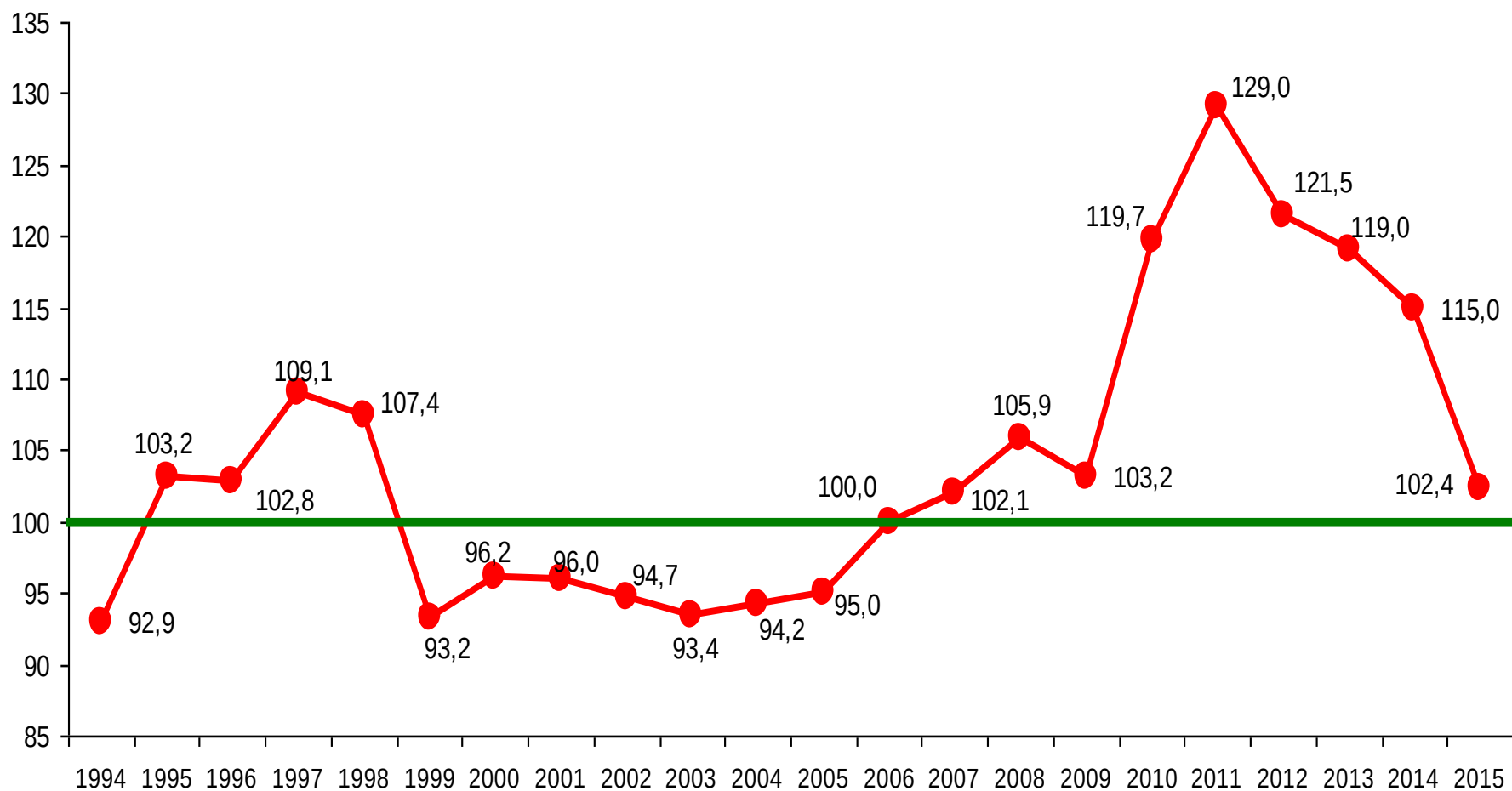
Índices			
Ano Base 1994= 100			
	Q	P	Valor
1995	147,7	102,3	151,1
1996	156,8	102,8	161,3
1997	185,4	97,5	180,9
1998	188,8	92,4	174,5
1999	160,5	92,8	149,0
2000	181,6	92,9	168,8
2001	186,9	89,9	168,1
2002	164,2	87,0	142,8
2003	158,2	92,3	146,1
2004	187,1	101,5	190,0
2005	197,1	112,8	222,5
2006	228,9	120,6	276,1
2007	279,2	130,5	364,6
2008	328,7	159,0	522,9
2009	273,2	141,3	386,1
2010	374,1	146,8	549,5
2011	407,5	167,8	683,9
2012	398,2	169,3	674,7
2013	432,6	167,4	724,5
2014	421,8	164,1	692,7
2015	358,3	144,6	518,3



Q – Quantum P - Preços

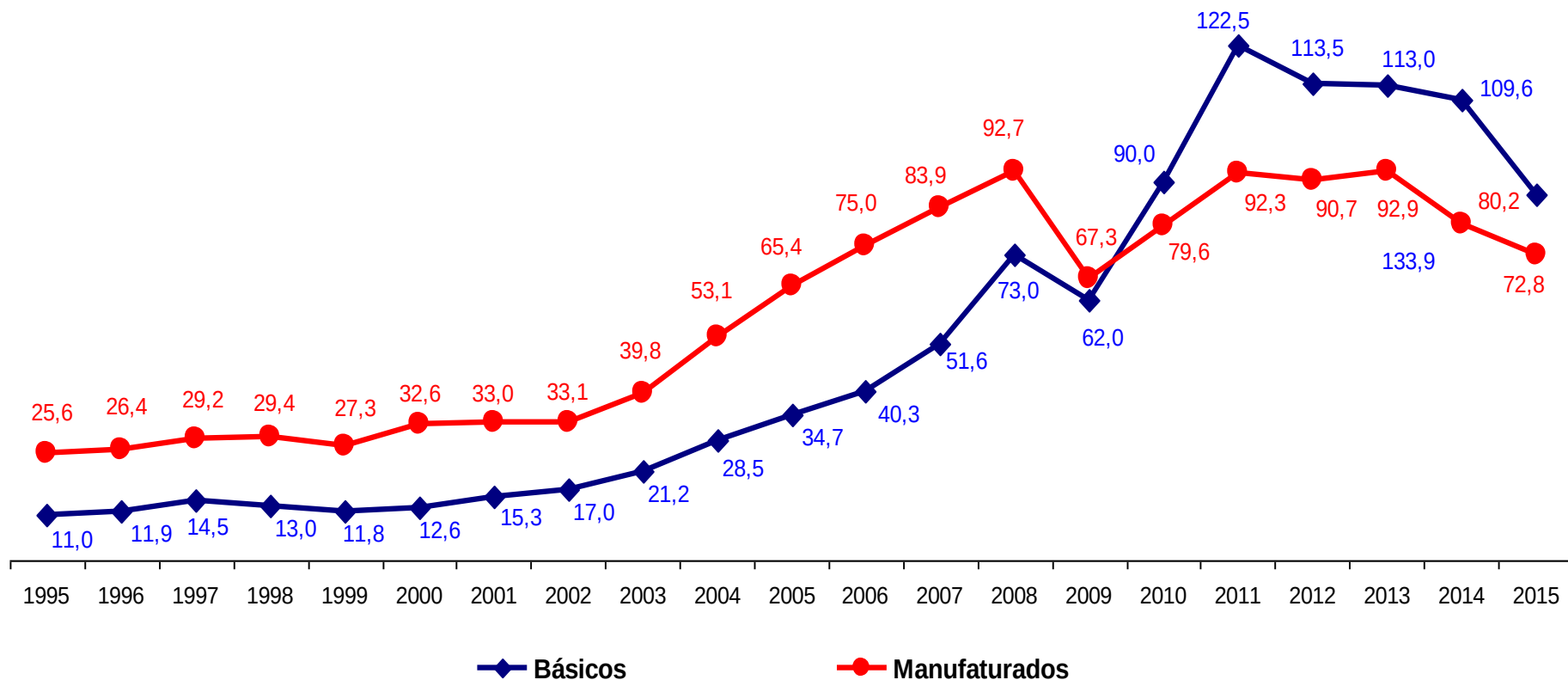
Fonte: FUNCEX

TERMOS DE TROCA

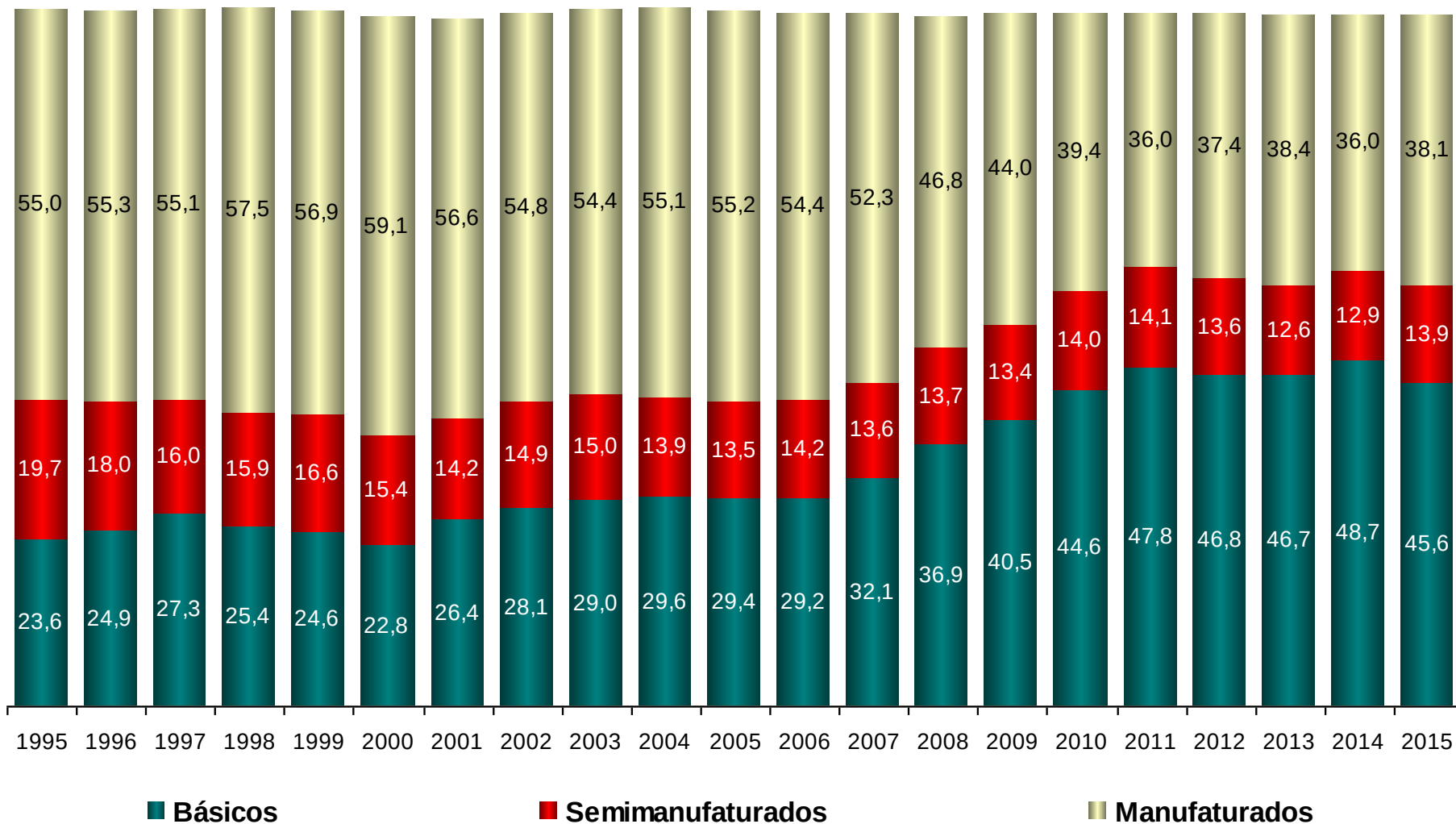


Fonte: FUNCEX

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS BÁSICOS E MANUFATURADOS (US\$ Bilhões)



COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES (% do Total)

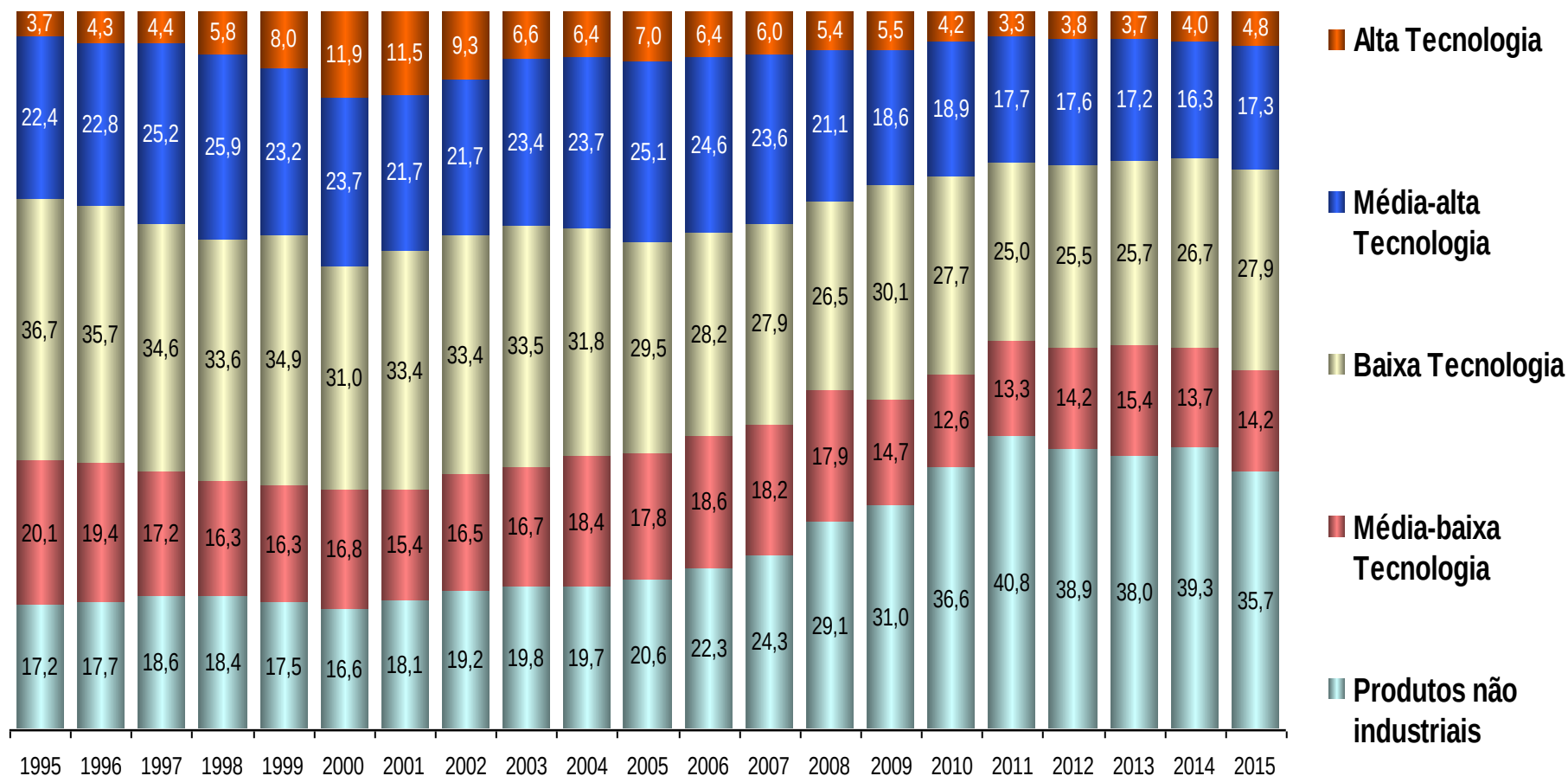


Fonte: FUNCEX

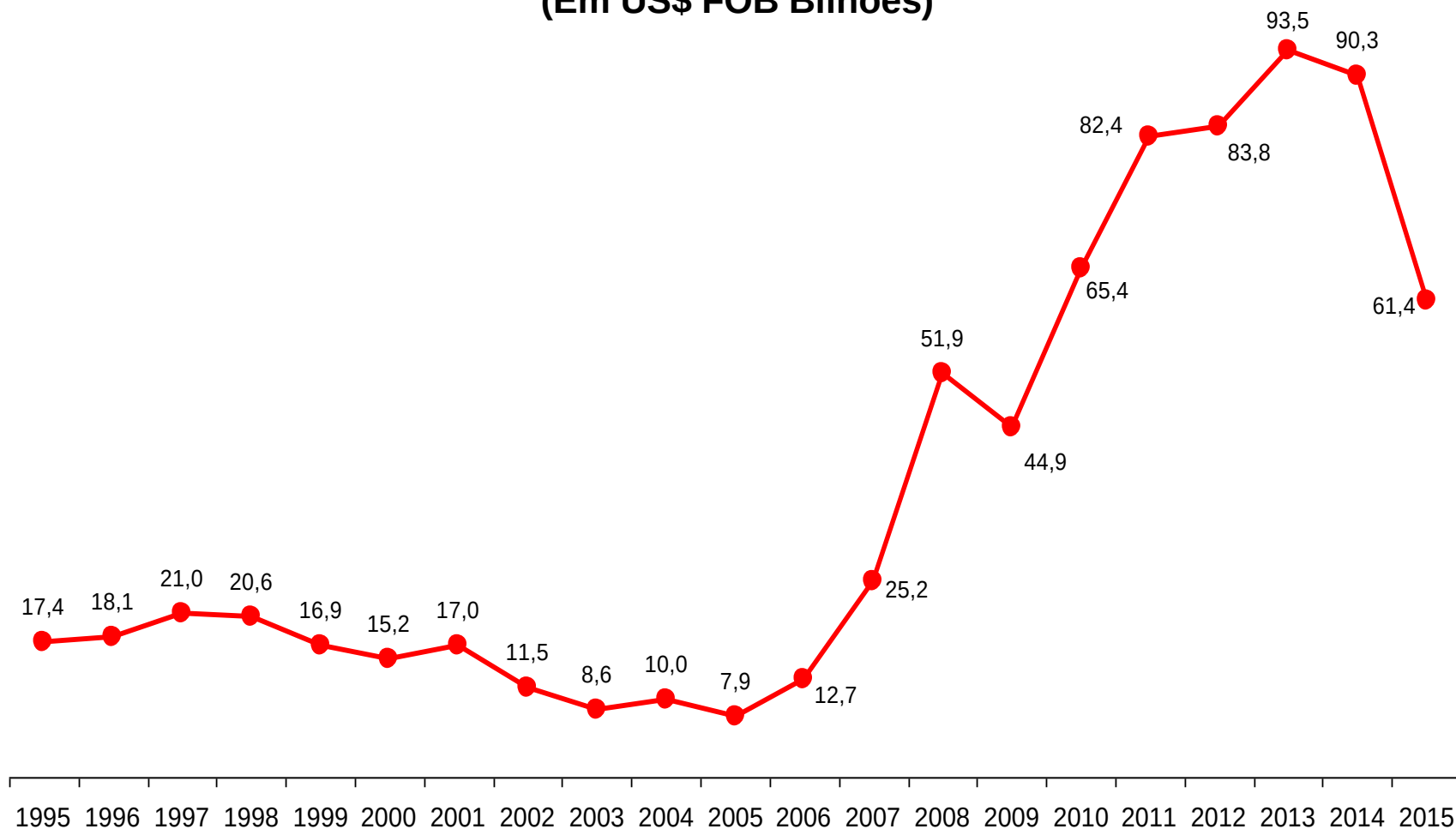
SALDO DA BALANÇA COMERCIAL POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA (Em US\$ FOB Bilhões)

Saldo dos Grupos Tecnológicos	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Aviação e aeroespacial	-0,12	-0,06	-0,31	-0,03	0,44	1,84	1,94	1,61	0,99	1,76	1,75	1,33	1,78	1,12	0,40	0,68	0,17	0,76	0,62	1,02	1,62
Farmacêutico	-1,10	-1,40	-1,59	-1,74	-2,04	-1,87	-2,05	-1,88	-1,77	-2,08	-2,26	-2,70	-3,77	-4,65	-4,58	-6,38	-6,49	-5,93	-6,63	-6,53	-5,89
Material de escritório e informática	-1,35	-1,35	-1,38	-1,38	-1,07	-1,47	-1,43	-1,17	-1,05	-1,23	-1,55	-2,22	-3,55	-4,82	-3,83	-5,77	-6,46	-6,98	-6,74	-6,54	-4,75
Equipamentos de telecomunicações	-3,14	-3,73	-3,82	-3,20	-2,79	-3,36	-2,77	-1,45	-1,90	-3,95	-3,87	-5,28	-5,24	-7,79	-5,68	-9,05	-11,38	-11,09	-12,43	-12,42	-4,72
Instrumentos médicos de ótica e precisão	-1,43	-1,72	-1,80	-1,80	-1,39	-1,56	-1,92	-1,62	-1,54	-2,00	-2,40	-2,90	-4,05	-5,52	-4,48	-5,65	-5,83	-6,06	-6,78	-6,31	-5,05
Alta Tecnologia	-7,15	-8,26	-8,90	-8,16	-6,85	-6,43	-6,23	-4,51	-5,27	-7,50	-8,33	-11,78	-14,82	-21,66	-18,17	-26,17	-29,99	-29,30	-31,96	-30,78	-18,79
Máquinas e equipamentos elétricos n. e.	-0,88	-1,22	-1,82	-1,97	-1,86	-1,81	-2,82	-2,16	-1,54	-1,23	-0,93	-0,88	-1,99	-3,19	-3,05	-5,56	-6,69	-6,32	-7,86	-7,06	-5,51
Indústria automobilística	-2,34	-0,71	-0,64	-0,51	0,29	0,98	1,02	2,33	4,15	5,67	7,83	7,90	5,60	2,18	-2,75	-4,32	-7,45	-7,74	-8,29	-9,55	-3,47
Produtos químicos, exct. Farmacêuticos	-3,49	-4,13	-4,44	-4,88	-4,46	-4,96	-5,30	-4,54	-4,81	-6,97	-6,29	-6,90	-10,85	-20,89	-12,47	-16,07	-22,40	-24,22	-27,08	-27,09	-22,13
Equipamentos para ferrovia e material de transporte n.e	-0,18	-0,12	-0,22	-0,21	-0,31	-0,14	-0,10	-0,08	0,05	0,00	0,13	-0,03	-0,07	-0,77	-0,36	-1,00	-1,32	-1,28	-0,93	-1,34	-1,29
Máquinas e equipamentos mecânicos n.e	-3,35	-3,67	-4,95	-4,89	-3,68	-2,85	-3,58	-2,52	-1,22	0,00	-0,30	-1,00	-3,07	-7,58	-8,10	-12,33	-14,52	-14,94	-17,43	-14,44	-10,25
Média-alta tecnologia	-10,24	-9,85	-12,06	-12,45	-10,02	-8,79	-10,78	-6,96	-3,37	-2,52	0,45	-0,90	-10,37	-30,25	-26,73	-39,27	-52,38	-54,50	-61,59	-59,48	-42,66
Construção e reparação naval	0,20	0,17	0,17	0,11	0,00	-0,01	0,00	-0,05	-0,11	1,25	0,17	0,01	0,67	1,47	-0,14	-0,05	0,85	1,28	7,30	1,24	0,46
Borracha e produtos plásticos	-0,26	-0,33	-0,42	-0,49	-0,29	-0,34	-0,34	-0,29	-0,09	-0,17	-0,21	-0,16	-0,30	-1,12	-0,96	-2,01	-2,62	-2,97	-3,63	-3,36	-2,30
Carvão, produtos de petróleo refinado e combustível nuclear	-2,03	-2,43	-2,72	-2,18	-2,33	-3,73	-2,10	-1,51	-0,92	-1,34	-0,80	-1,59	-2,92	-7,32	-2,66	-10,51	-15,94	-13,22	-15,44	-15,91	-8,15
Outros produtos minerais não-metálicos	0,24	0,21	0,21	0,24	0,38	0,42	0,38	0,57	0,72	0,99	1,20	1,47	1,41	0,87	0,54	0,25	-0,31	-0,46	-0,37	-0,07	0,52
Produtos metálicos	4,95	4,74	3,95	3,17	3,46	4,13	3,05	4,34	5,90	8,14	9,92	10,83	10,37	11,28	6,82	4,11	8,71	7,60	5,03	6,81	8,90
Média-baixa tecnologia	3,11	2,36	1,18	0,85	1,22	0,49	0,98	3,07	5,49	8,88	10,29	10,56	9,23	5,18	3,60	-8,21	-9,32	-7,78	-7,10	-11,29	-0,57
Produtos manufaturados e bens reciclados	-0,03	-0,02	-0,04	-0,02	0,20	0,34	0,37	0,47	0,65	0,91	0,90	0,75	0,52	0,16	-0,03	-0,38	-0,76	-0,97	-1,11	-1,06	-0,90
Madeira e seus produtos: Papela e celulose	1,55	1,51	1,61	1,52	2,42	2,76	2,66	2,98	4,24	5,07	5,43	5,86	6,37	6,39	4,91	6,27	6,30	6,00	6,78	7,17	8,19
Alimentos, bebidas e tabaco	4,94	6,14	6,24	5,98	6,42	5,70	8,51	9,21	11,67	15,44	18,64	21,65	24,60	31,23	27,70	33,19	38,84	38,23	37,33	34,14	29,75
Têxteis, couro e calçados	1,56	2,06	1,93	1,79	1,96	2,48	2,68	2,72	3,30	3,79	3,75	3,67	3,27	1,82	0,35	-0,22	-1,46	-2,36	-2,24	-2,15	-1,77
Baixa tecnologia	8,01	9,69	9,74	9,27	11,01	11,28	14,22	15,37	19,86	25,20	28,72	31,92	34,76	39,60	32,94	38,87	42,91	40,91	40,76	38,10	35,27
Demais Produtos	1,90	0,45	3,28	3,86	3,36	2,72	4,80	6,23	8,16	9,78	13,81	16,65	21,24	32,09	33,63	54,94	78,56	70,07	62,97	59,50	50,39

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA: PARTICIPAÇÃO DOS SETORES INDUSTRIAIS POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA (CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO CRITÉRIO DA OCDE) (%)



DÉFICIT DA BALANÇA COMERCIAL DOS SETORES DE ALTA E MÉDIA-ALTA TECNOLOGIA (Em US\$ FOB Bilhões)

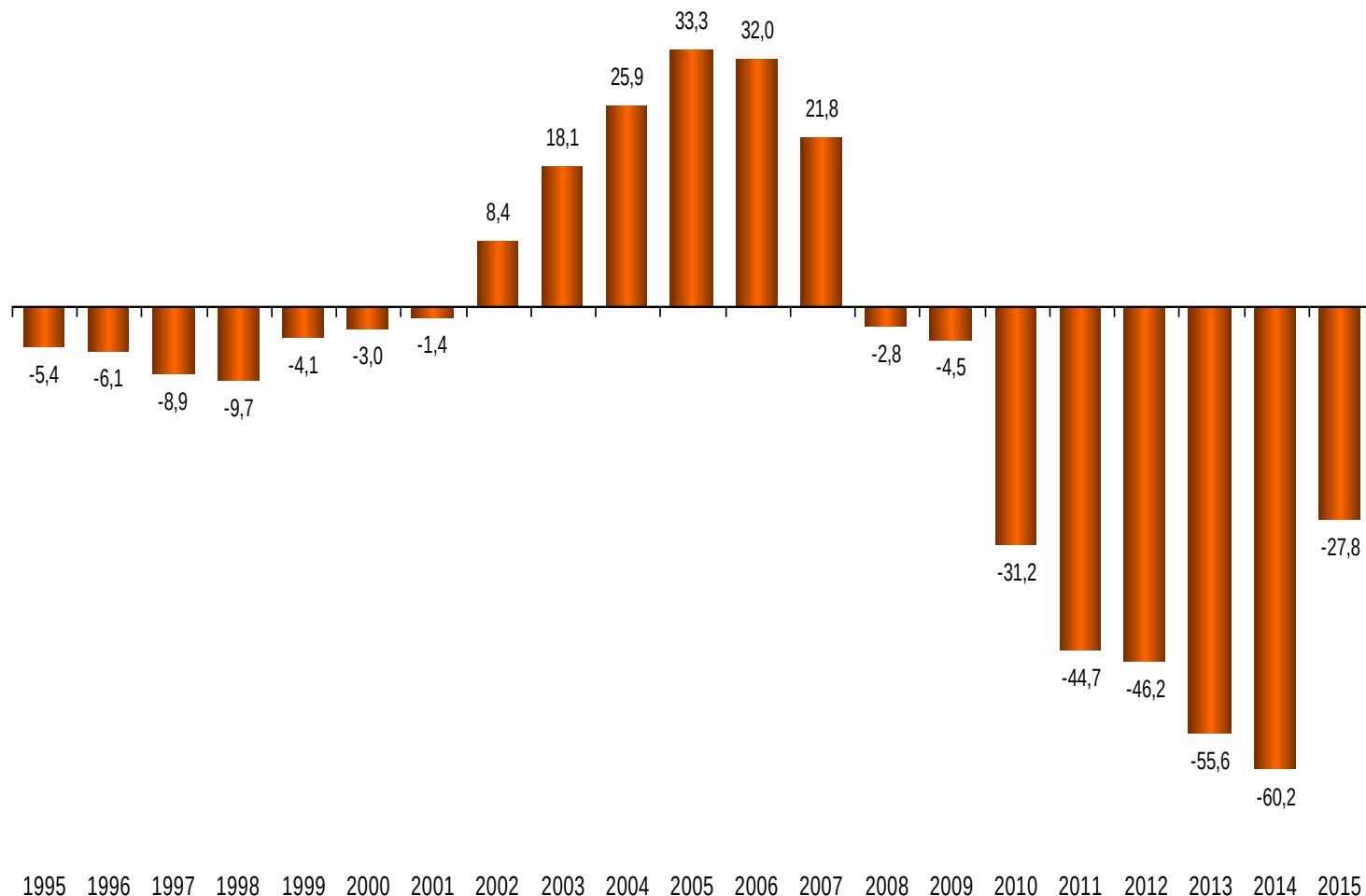


Fonte: MDIC

M E M O:

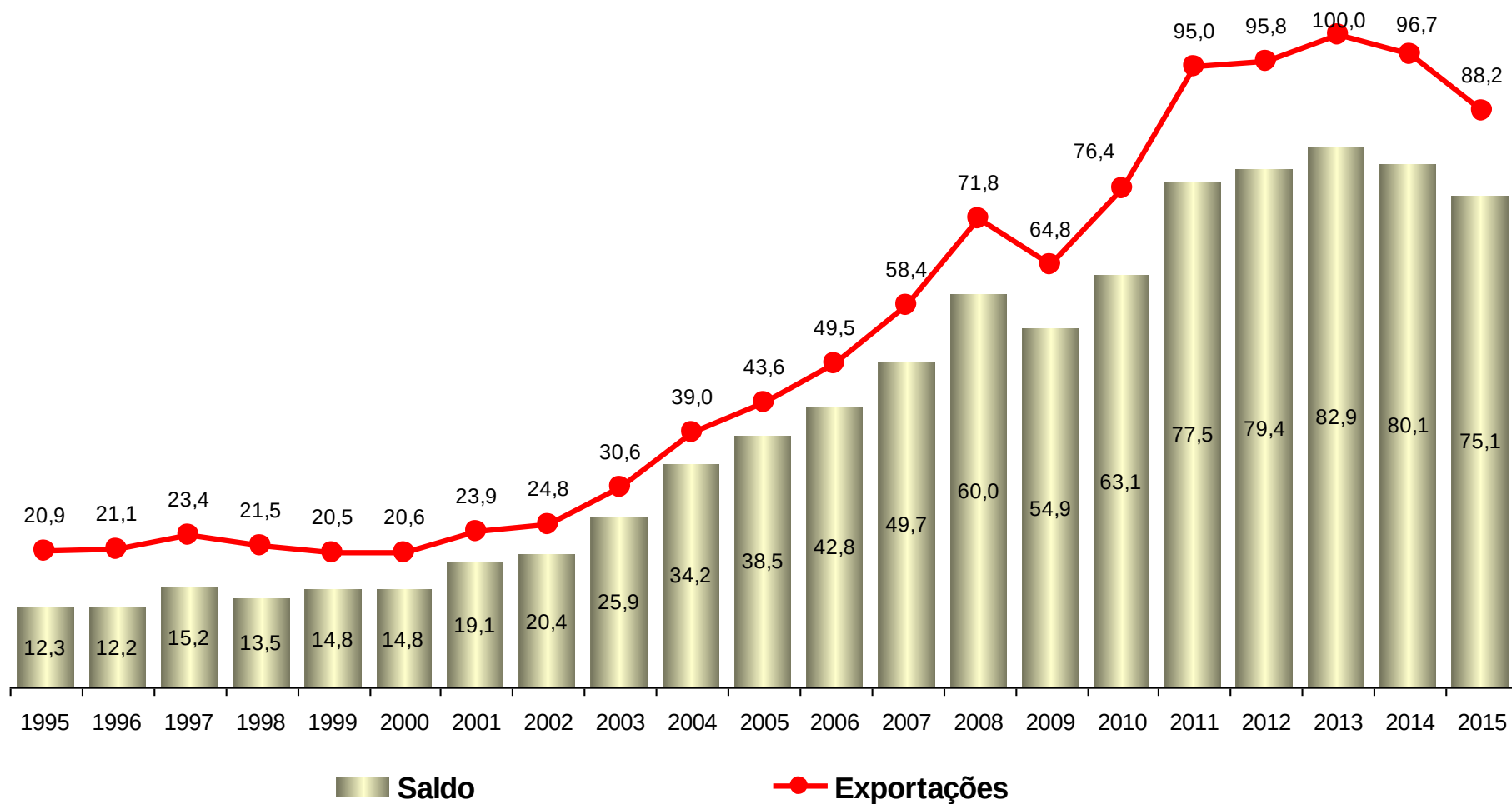
**SALDO DA BALANÇA COMERCIAL DE PRODUTOS INDUSTRIAIS
(US\$ Bilhões)**

Período	(US\$ Bilhões)	
	X	M
1995	38,5	43,9
1996	39,3	45,3
1997	43,2	52,1
1998	41,7	51,4
1999	39,6	43,7
2000	46,0	49,0
2001	47,7	49,1
2002	48,9	40,5
2003	58,7	40,6
2004	77,6	51,7
2005	94,1	60,8
2006	107,1	75,1
2007	121,7	99,9
2008	140,4	143,2
2009	105,5	110,0
2010	128,0	159,2
2011	151,7	196,4
2012	148,3	194,5
2013	150,1	205,7
2014	136,6	196,8
2015	122,9	150,7



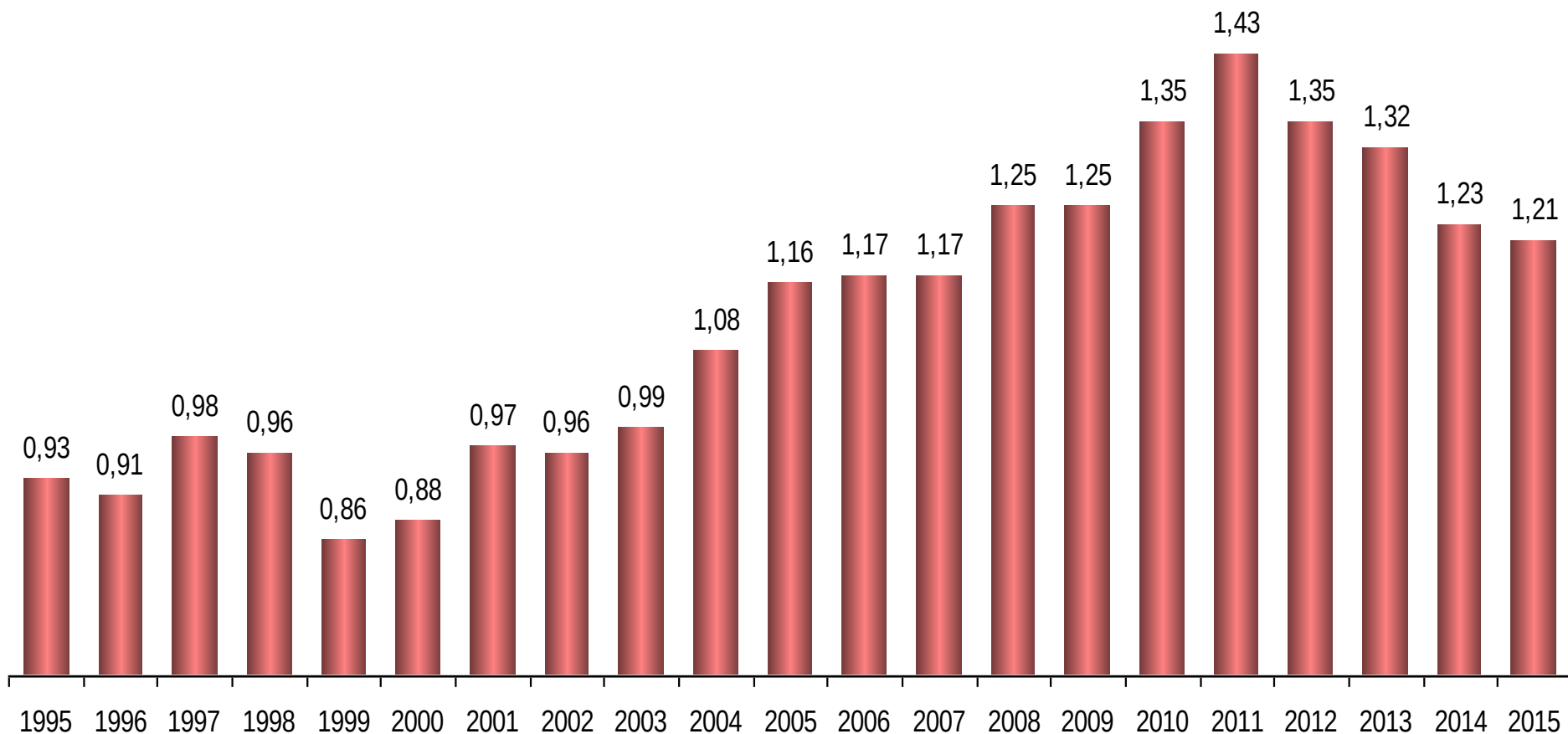
Fonte: MDIC

BALANÇA COMERCIAL DA AGRICULTURA (US\$ Bilhões)



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

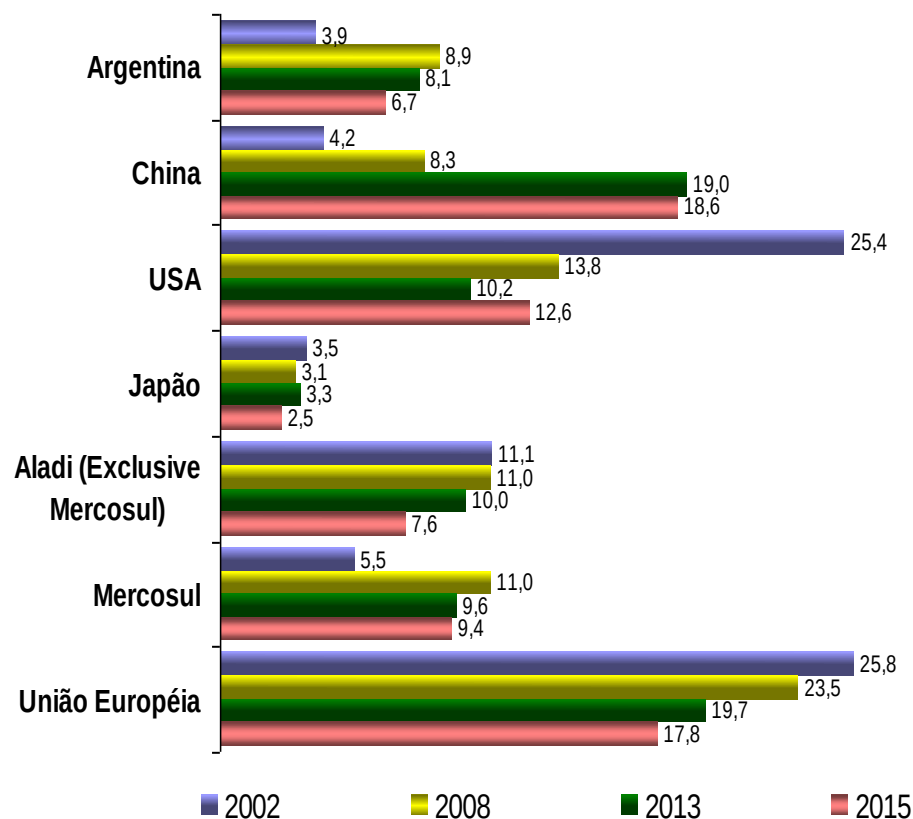
PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS (%)



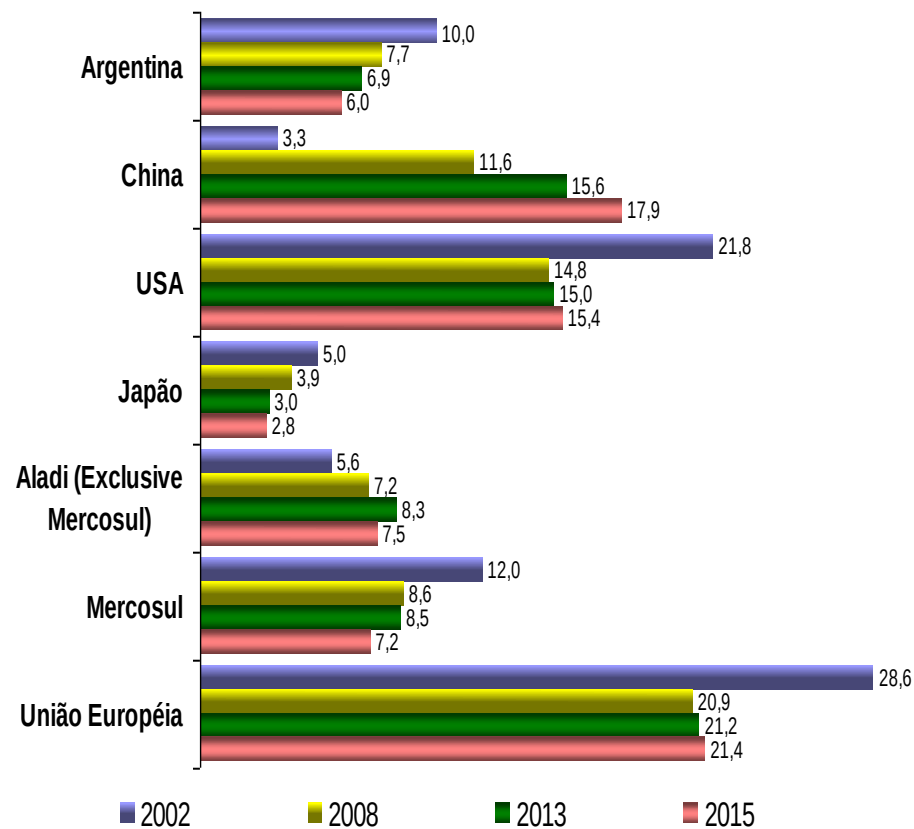
Fonte: MDIC

PRINCIPAIS MUDANÇAS NA ESTRUTURA DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO POR PAÍSES E BLOCOS ECONÔMICOS

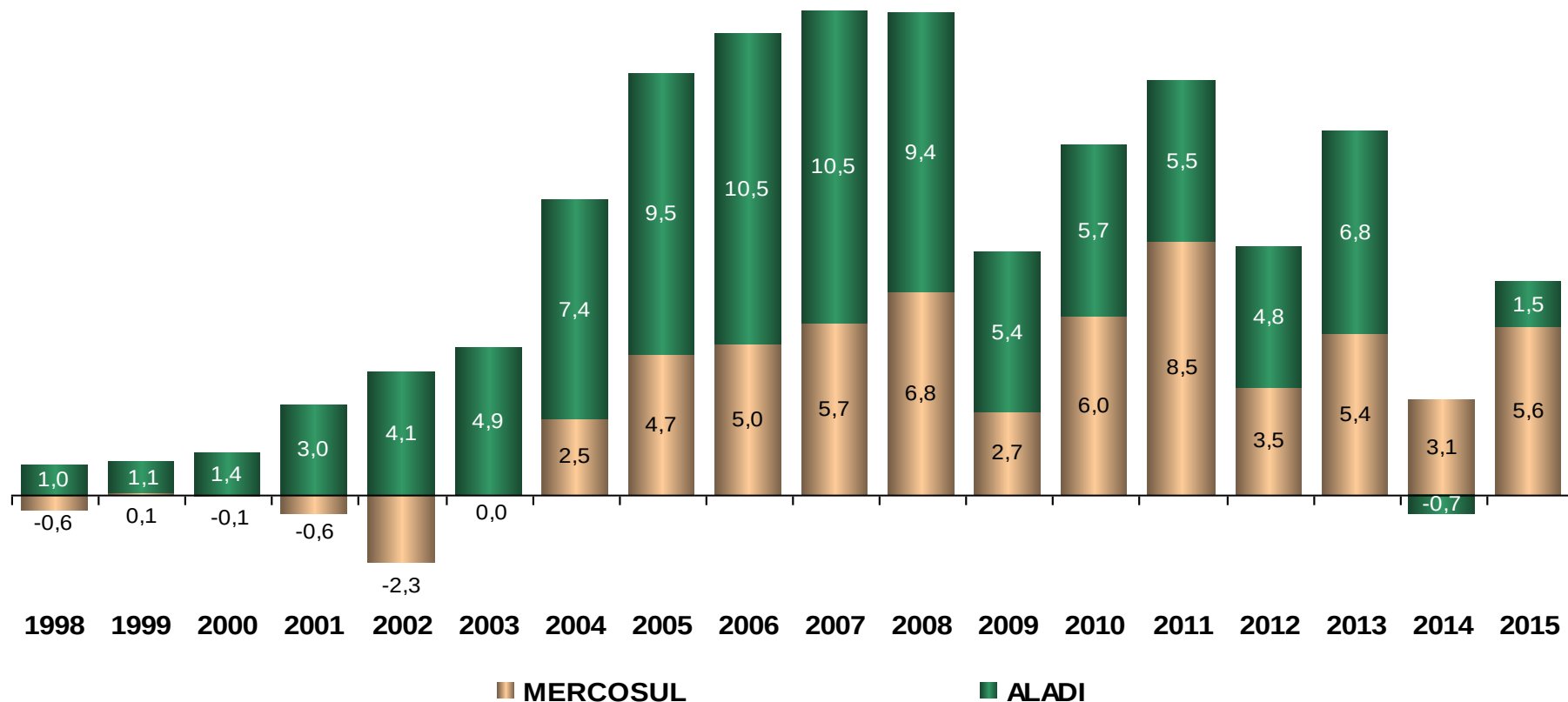
**Exportações
(% do Total)**



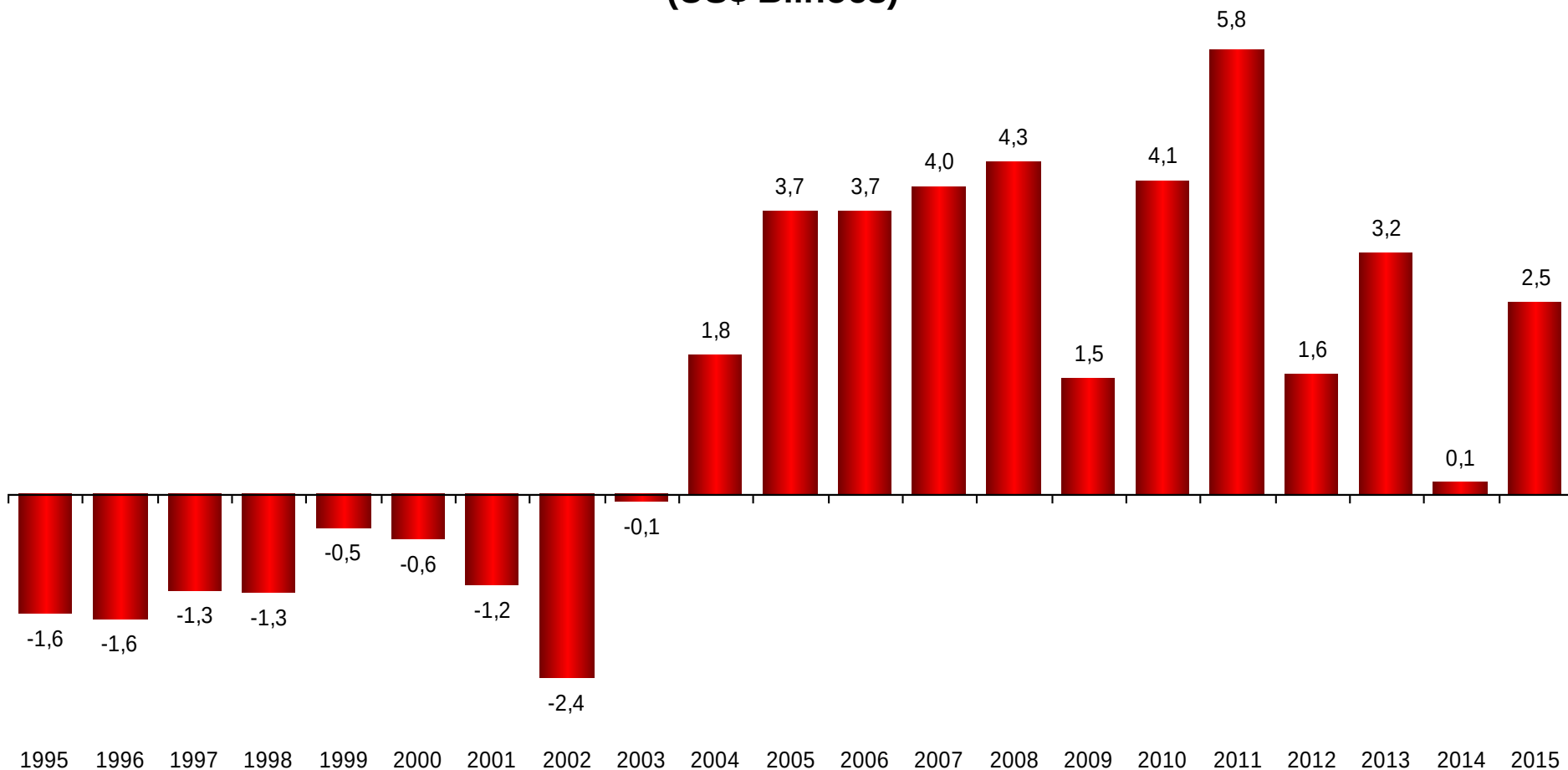
**Importações
(% do Total)**



SALDO COMERCIAL BRASIL / ALADI e MERCOSUL (US\$ Bilhões)



SALDO COMERCIAL BRASIL / ARGENTINA (US\$ Bilhões)



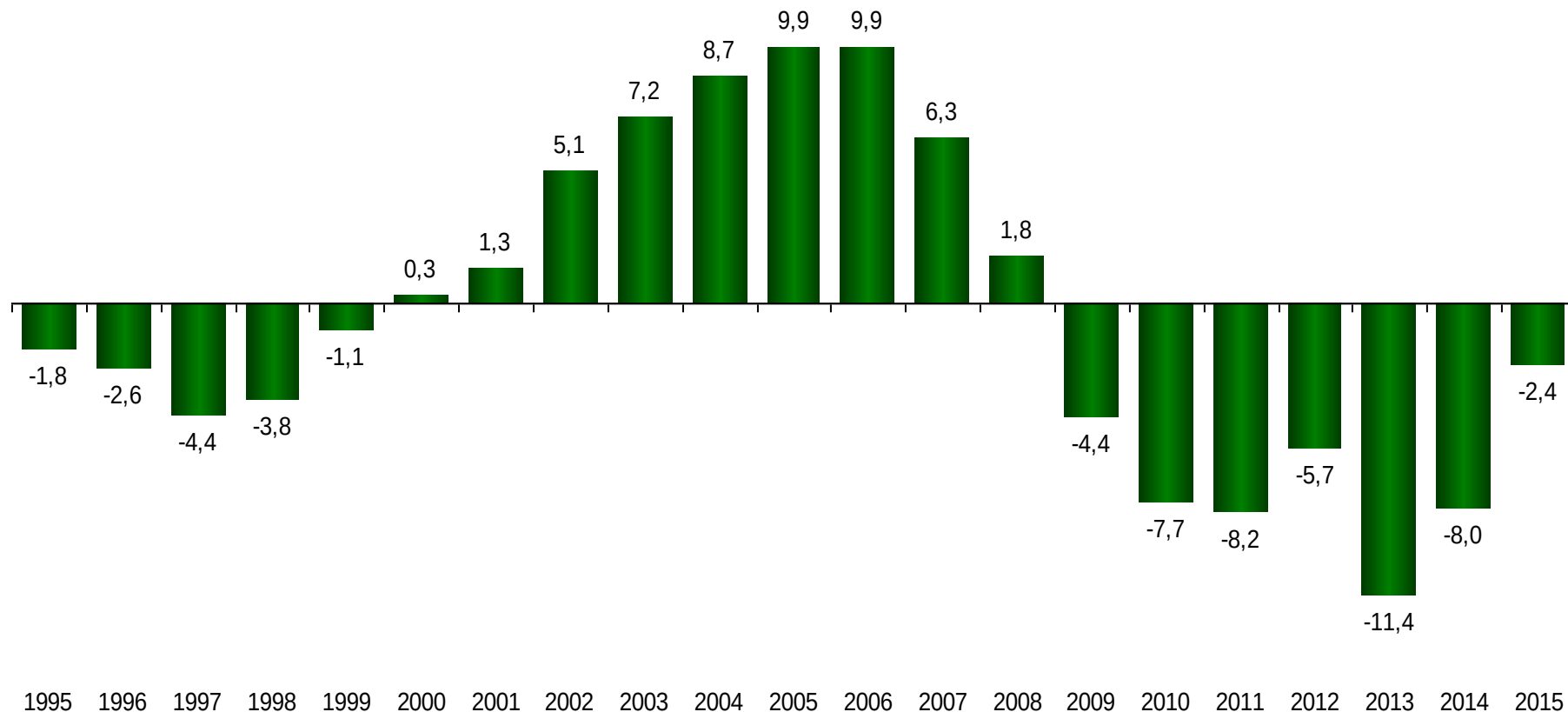
Fonte: MDIC

SALDO COMERCIAL BRASIL / CHINA (US\$ Bilhões)

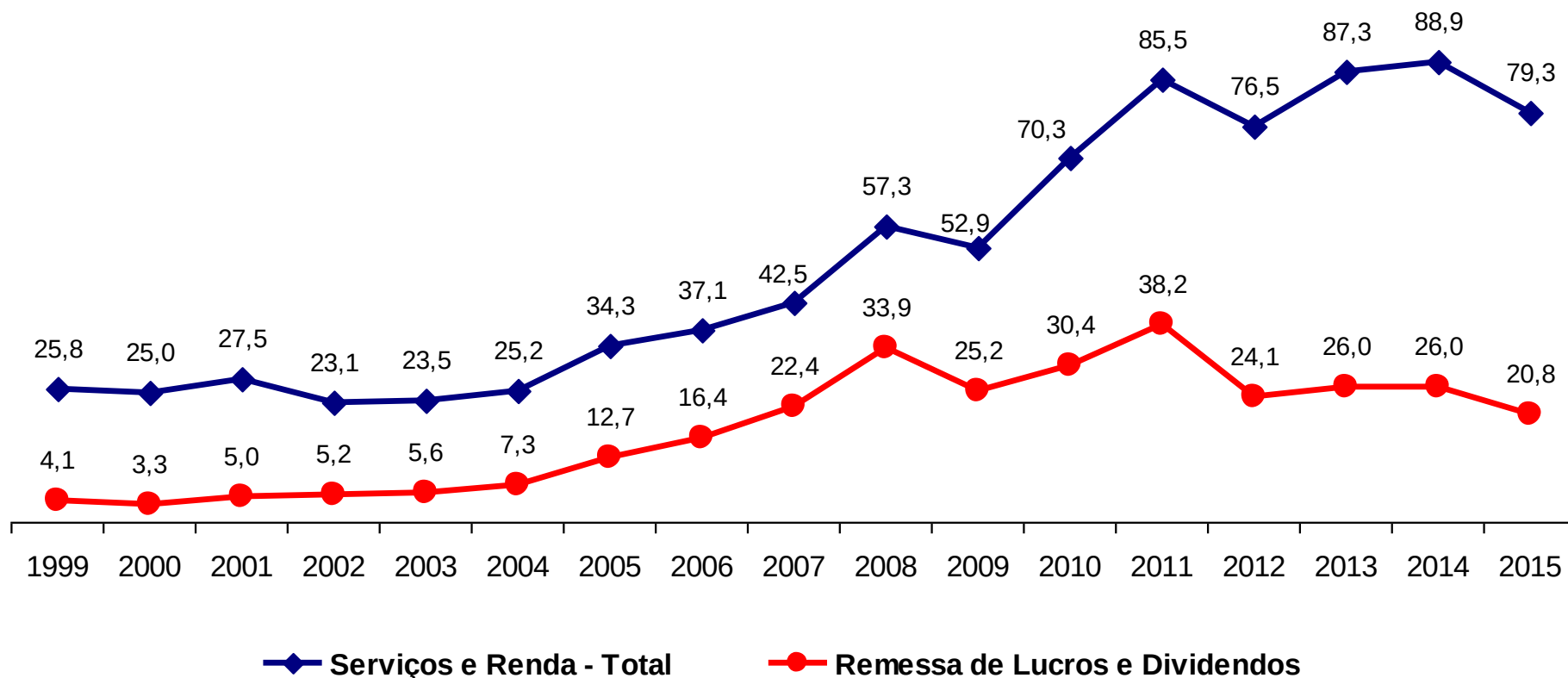


Fonte: MDIC

SALDO COMERCIAL BRASIL / ESTADO UNIDOS (US\$ Bilhões)



DÉFICIT ESTRUTURAL NA CONTA DE SERVIÇOS E RENDAS DO BALANÇO DE PAGAMENTO (US\$ Bilhões)



Fonte: BCB

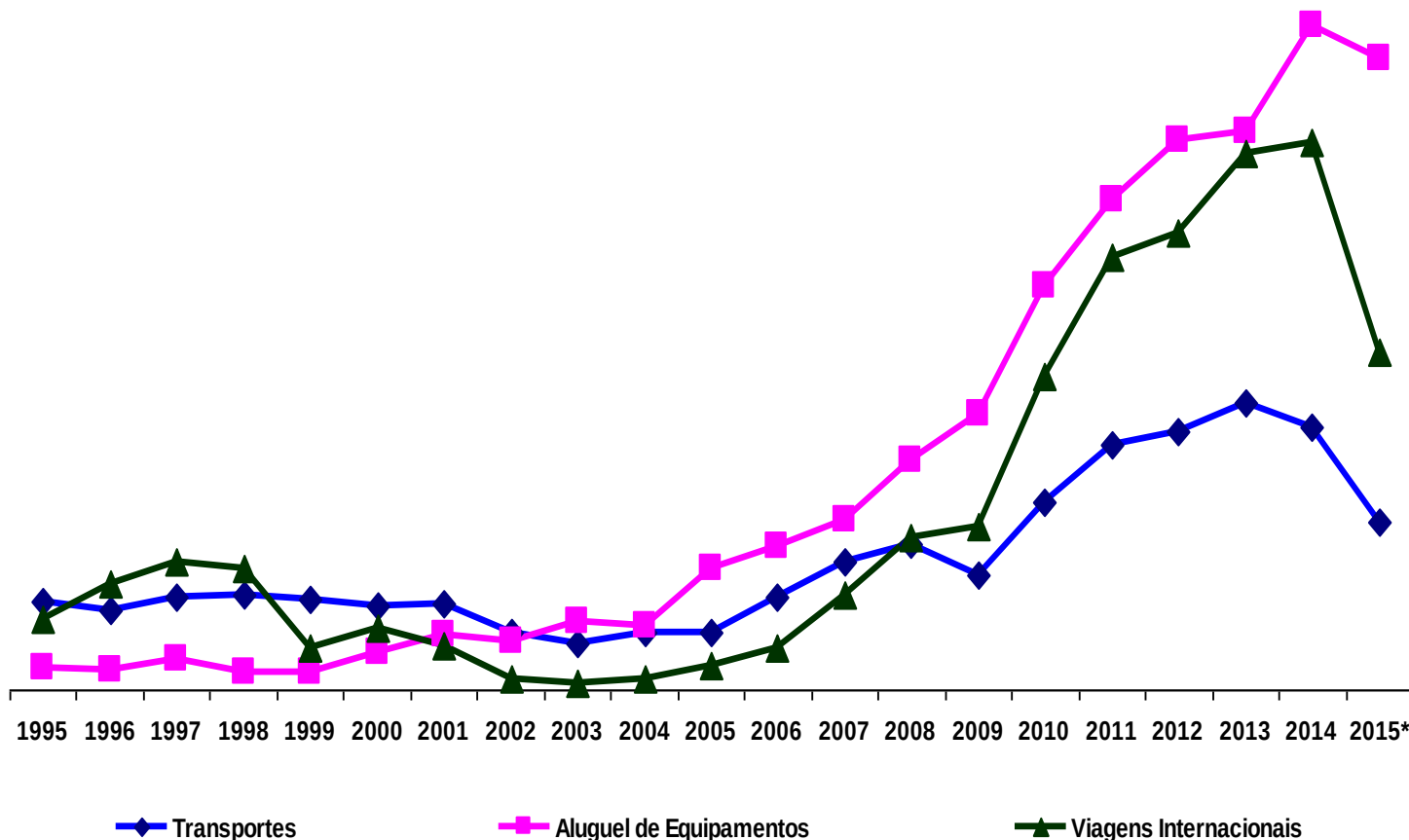
MEMO:

PRINCIPAIS COMPONENTES DO DÉFICIT NA CONTA DE SERVIÇOS (US\$ Bilhões)

Déficit na Conta de Serviços

(US\$ Bilhões)

	T	A E	V I
1995	3,0	0,8	2,4
1996	2,7	0,7	3,6
1997	3,2	1,0	4,4
1998	3,3	0,6	4,1
1999	3,1	0,6	1,5
2000	2,9	1,3	2,1
2001	3,0	1,9	1,5
2002	2,0	1,7	0,4
2003	1,6	2,3	0,2
2004	2,0	2,2	0,4
2005	2,0	4,1	0,9
2006	3,1	4,9	1,4
2007	4,4	5,8	3,3
2008	5,0	7,8	5,2
2009	3,9	9,4	5,6
2010	6,4	13,8	10,7
2011	8,3	16,7	14,7
2012	8,8	18,7	15,6
2013	9,8	19,1	18,3
2014	8,9	22,7	18,7
2015	5,7	21,5	11,5

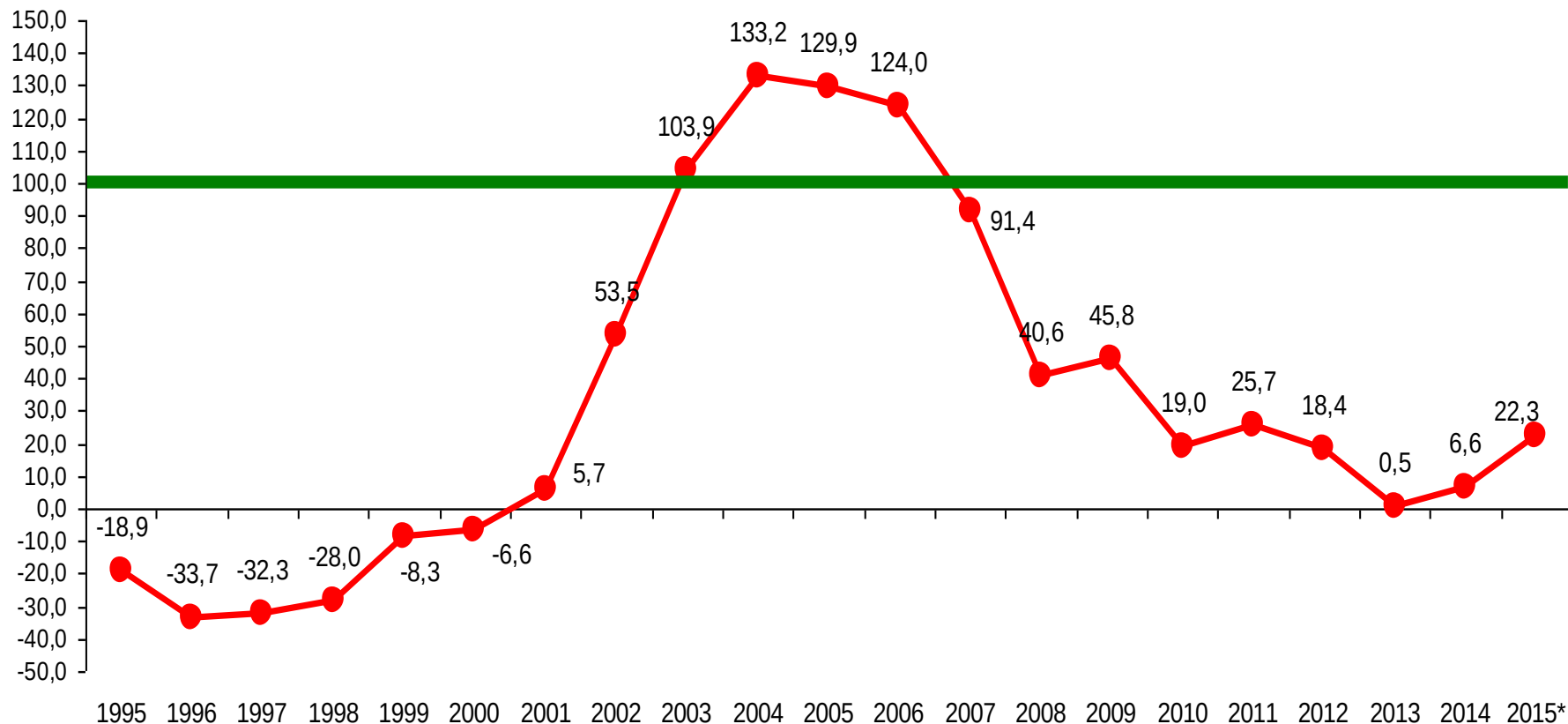


T - Transportes
A E - Aluguel de Equipamentos
V I - Viagens Internacionais

* Nova metodologia da 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI (BPM6)

Fonte: BCB

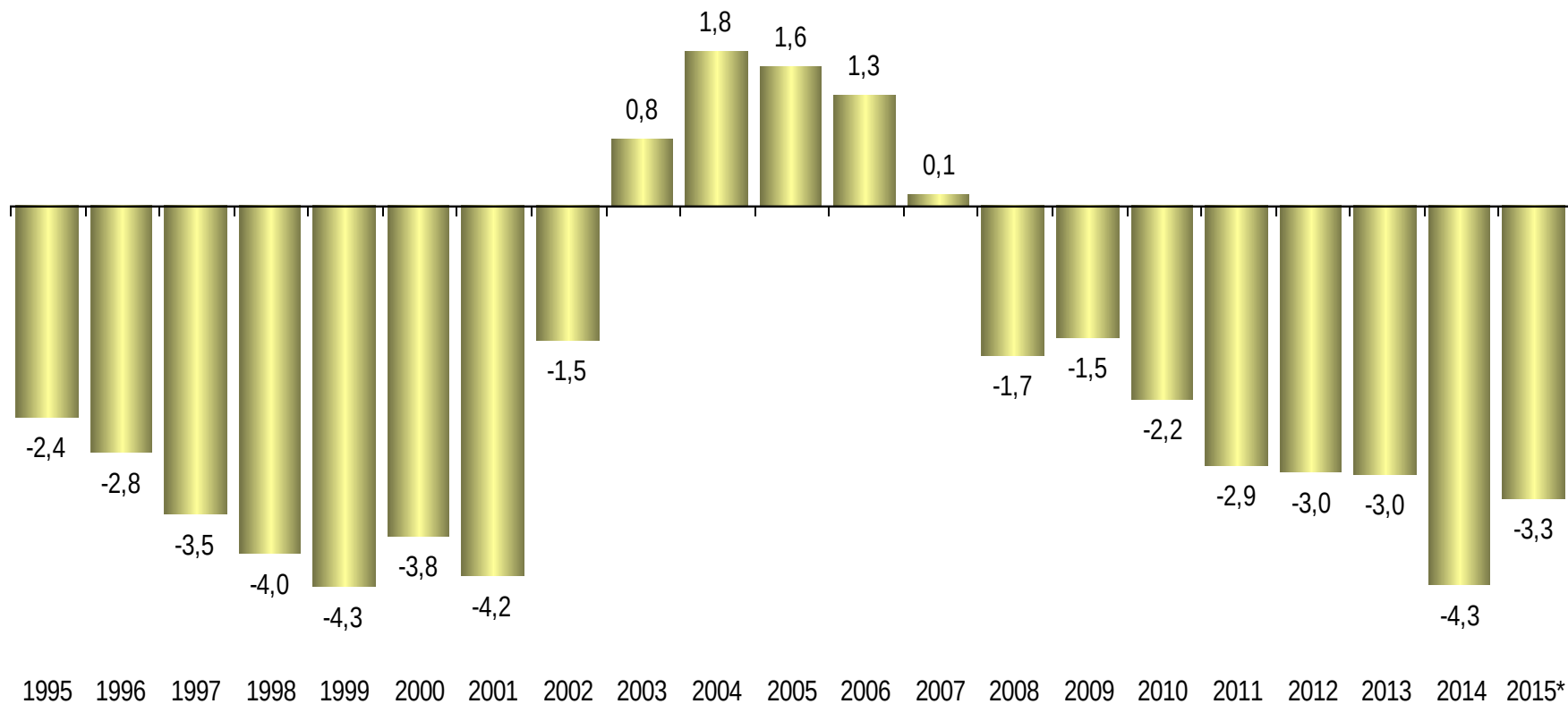
RELAÇÃO SALDO COMERCIAL / DÉFICIT NA CONTA DE SERVIÇOS E RENDAS DO BALANÇO DE PAGAMENTOS (%)



* Nova metodologia da 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI (BPM6)

Fonte: BCB

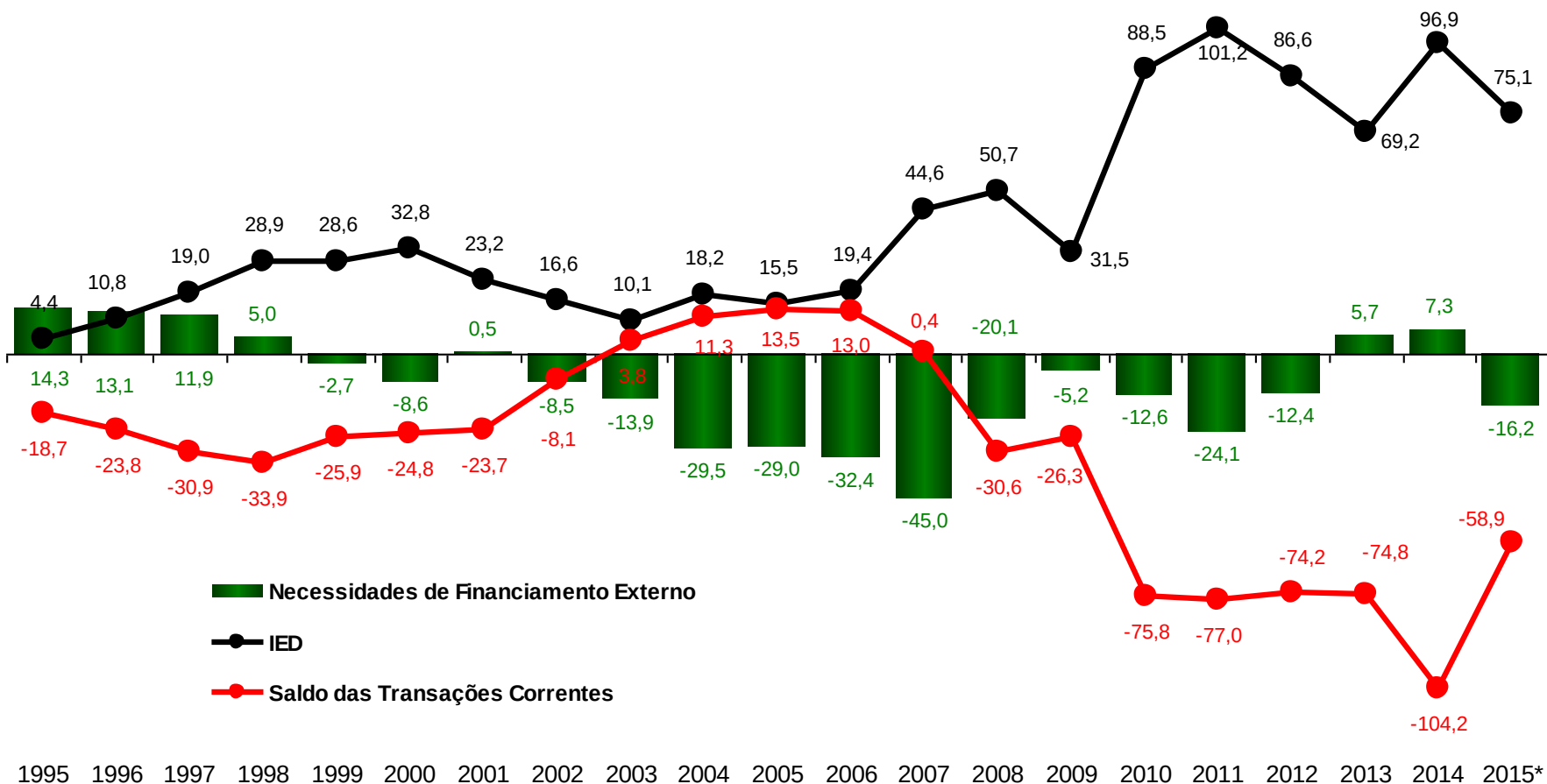
SALDO DAS TRANSAÇÕES CORRENTES DO BALANÇO DE PAGAMENTOS (% do PIB)



* Nova metodologia da 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI (BPM6)

Fonte: BCB

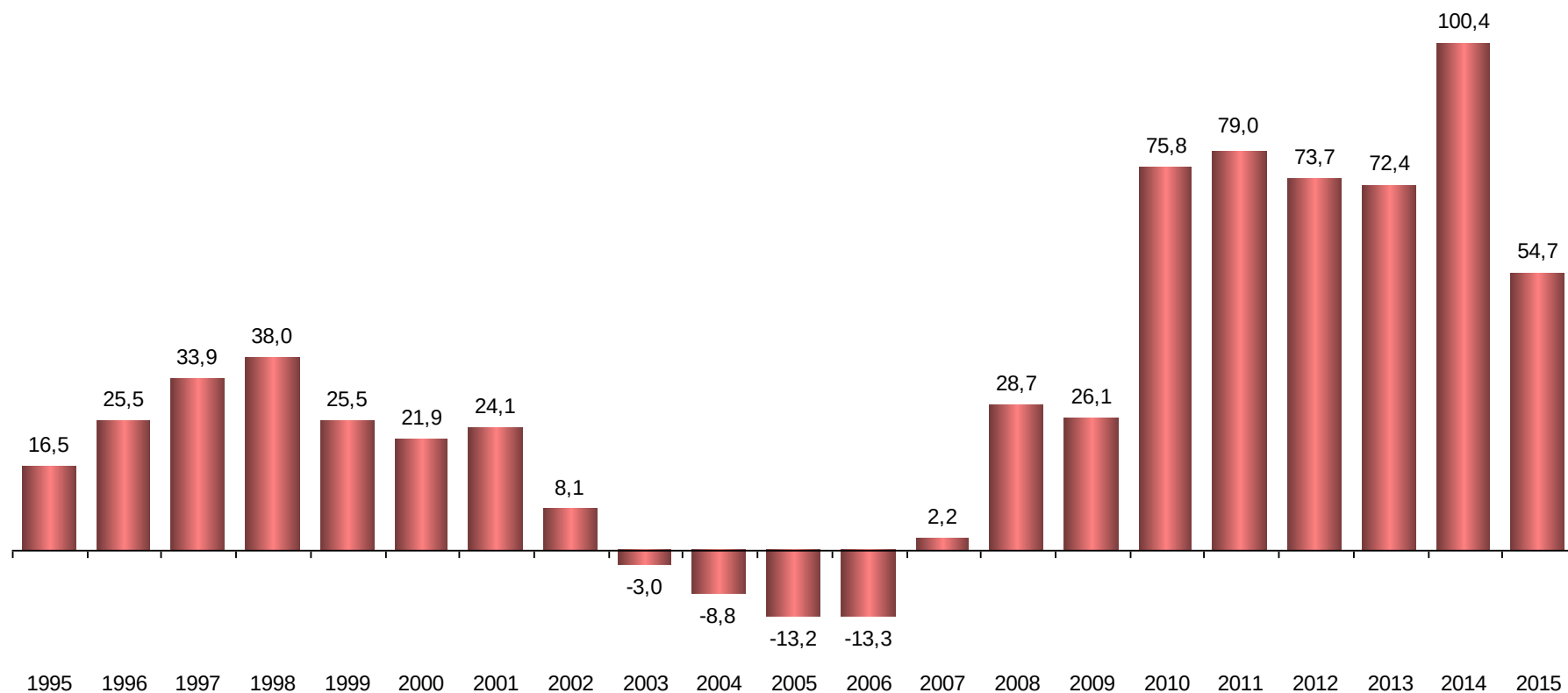
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO EXTERNO (US\$ Bilhões)



* Nova metodologia da 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI (BPM6)

Fonte: BCB

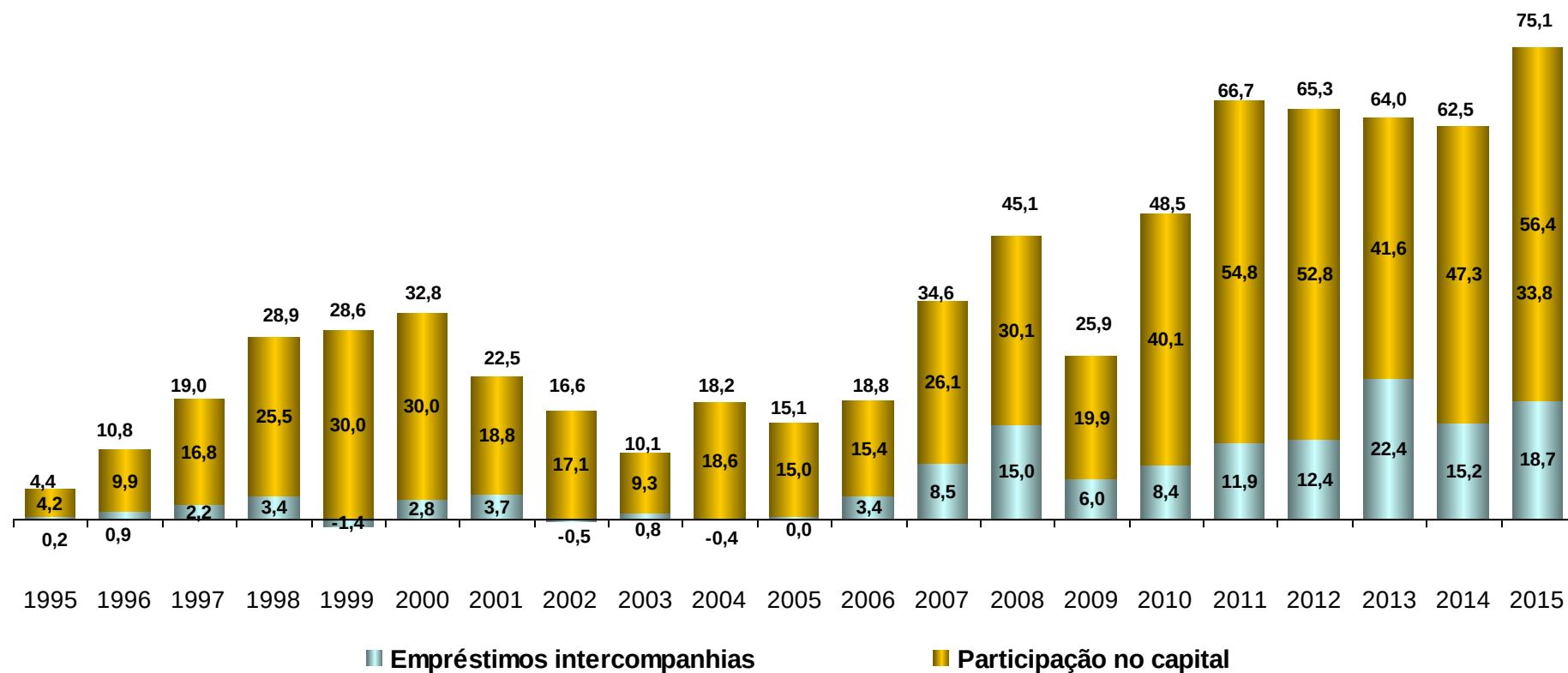
SALDO DA CONTA FINANCEIRA E DE CAPITAL DO BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ Bilhões)



* Nova metodologia da 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI (BPM6)

Fonte: BCB

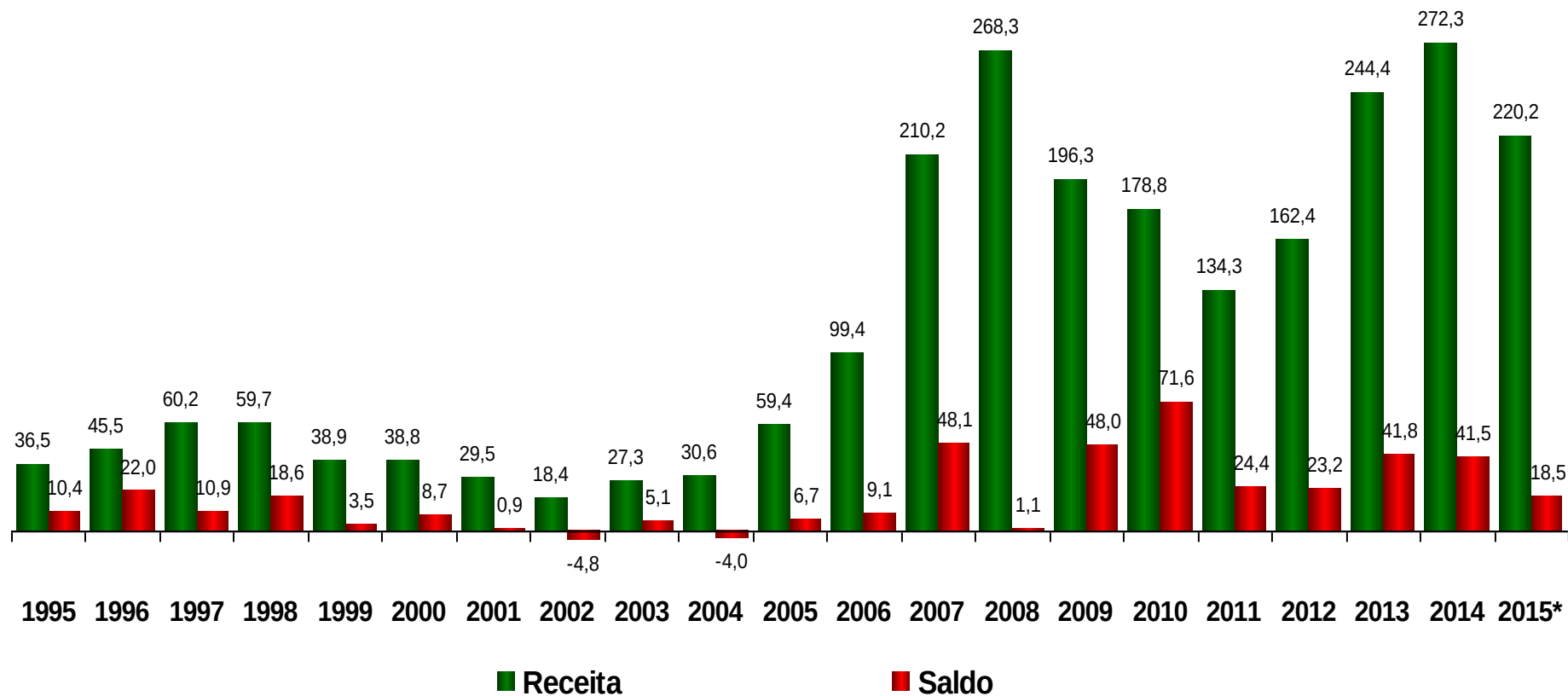
INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS NO PAÍS (US\$ Bilhões)



* Nova metodologia da 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI (BPM6)

Fonte: BCB

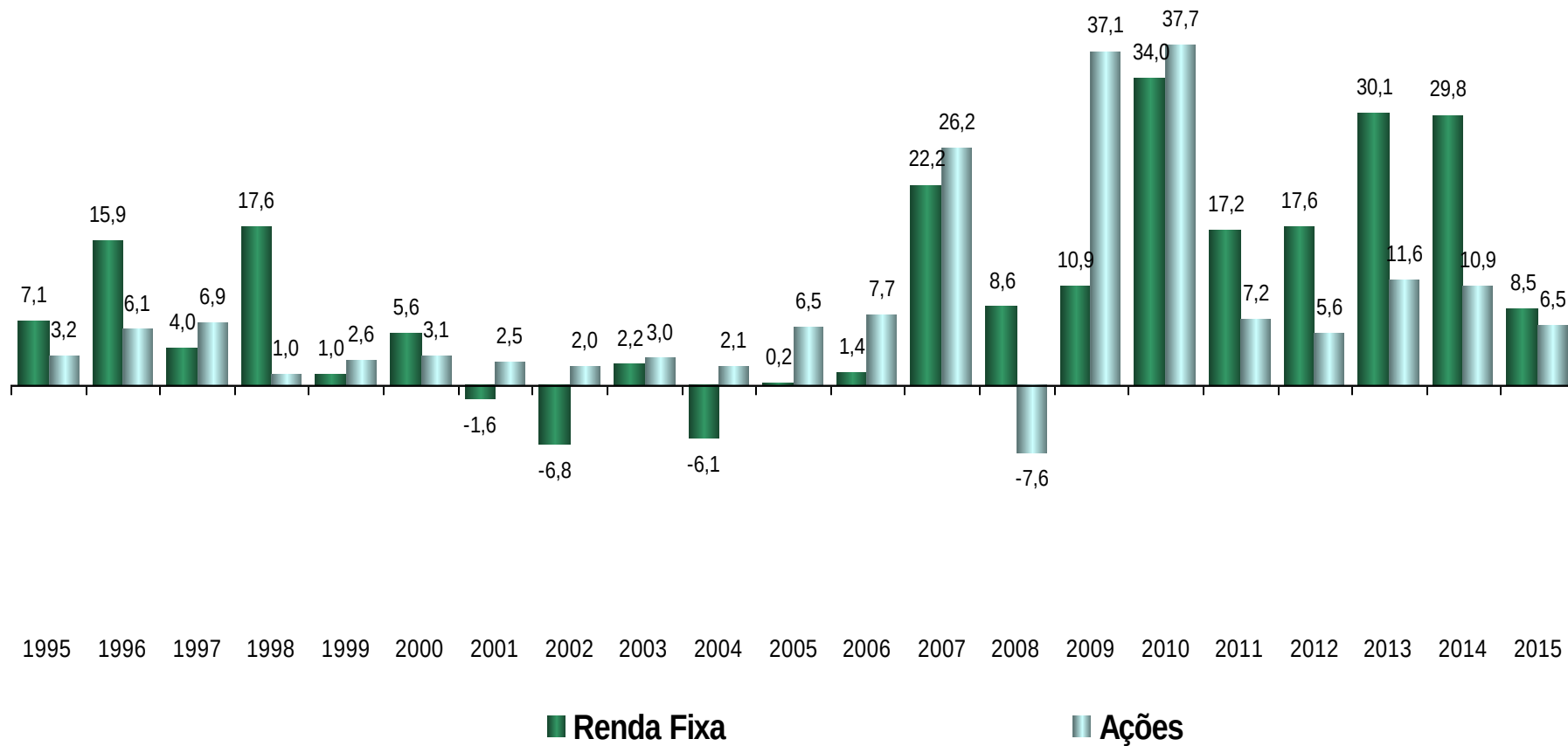
INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS EM CARTEIRA (US\$ Bilhões)



* Nova metodologia da 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI (BPM6)

Fonte: BCB

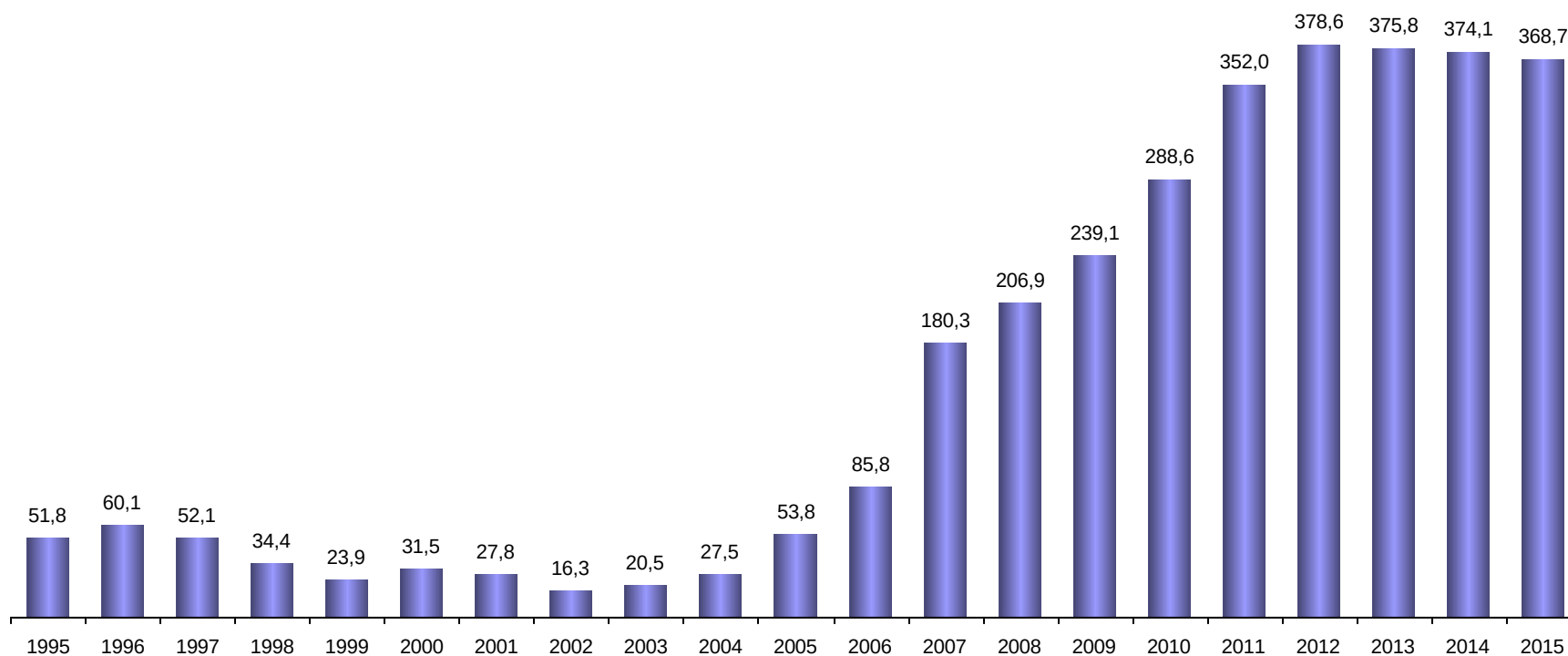
INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS EM CARTEIRA TÍTULOS DE RENDA FIXA E AÇÕES (US\$ Bilhões)



* Nova metodologia da 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI (BPM6)

Fonte: BCB

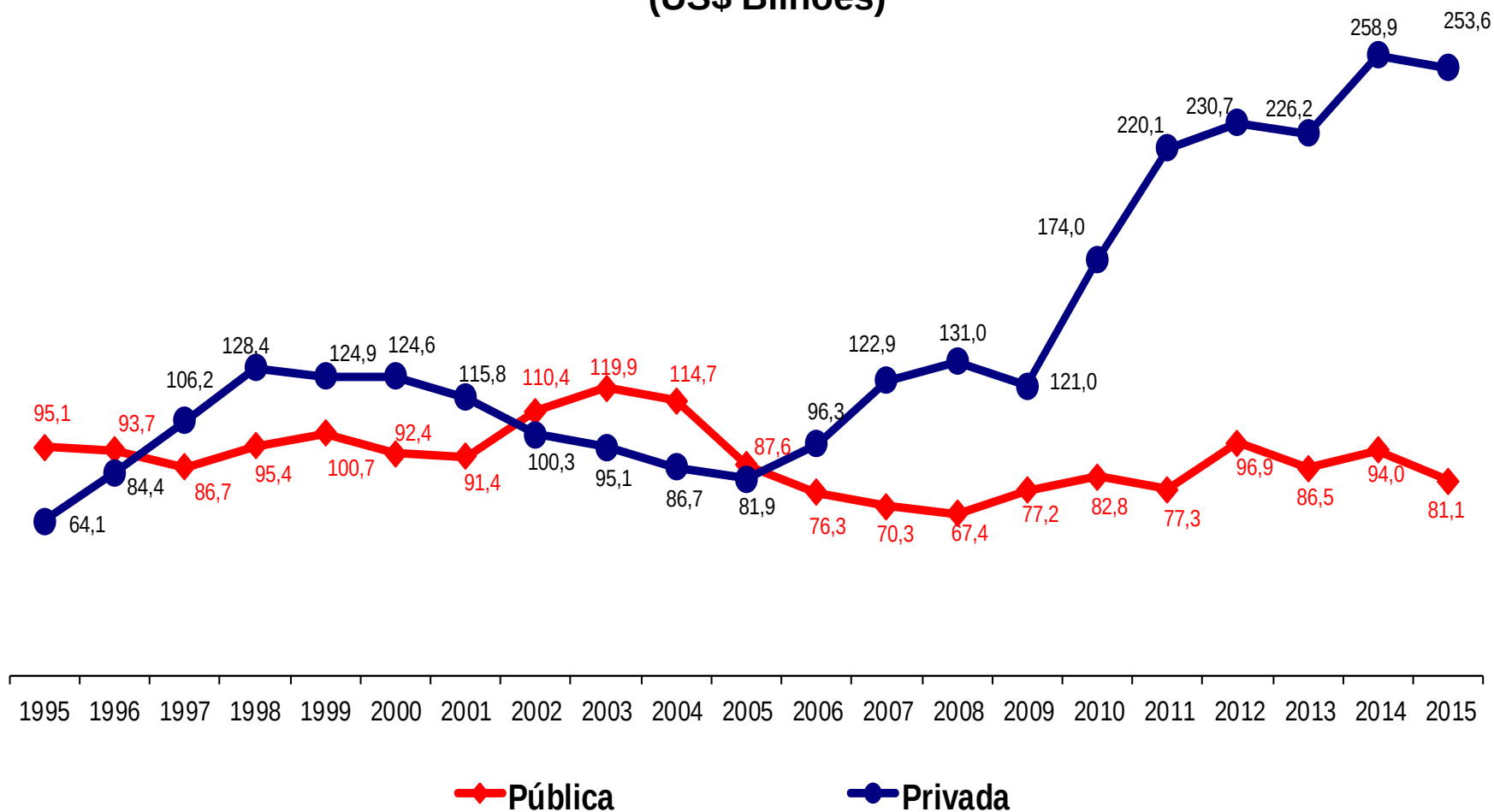
EVOLUÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS* (US\$ Bilhões)



*De 1998 até 2005 os dados correspondem ao conceito de reservas líquidas ajustadas, referido nos acordos com o FMI.

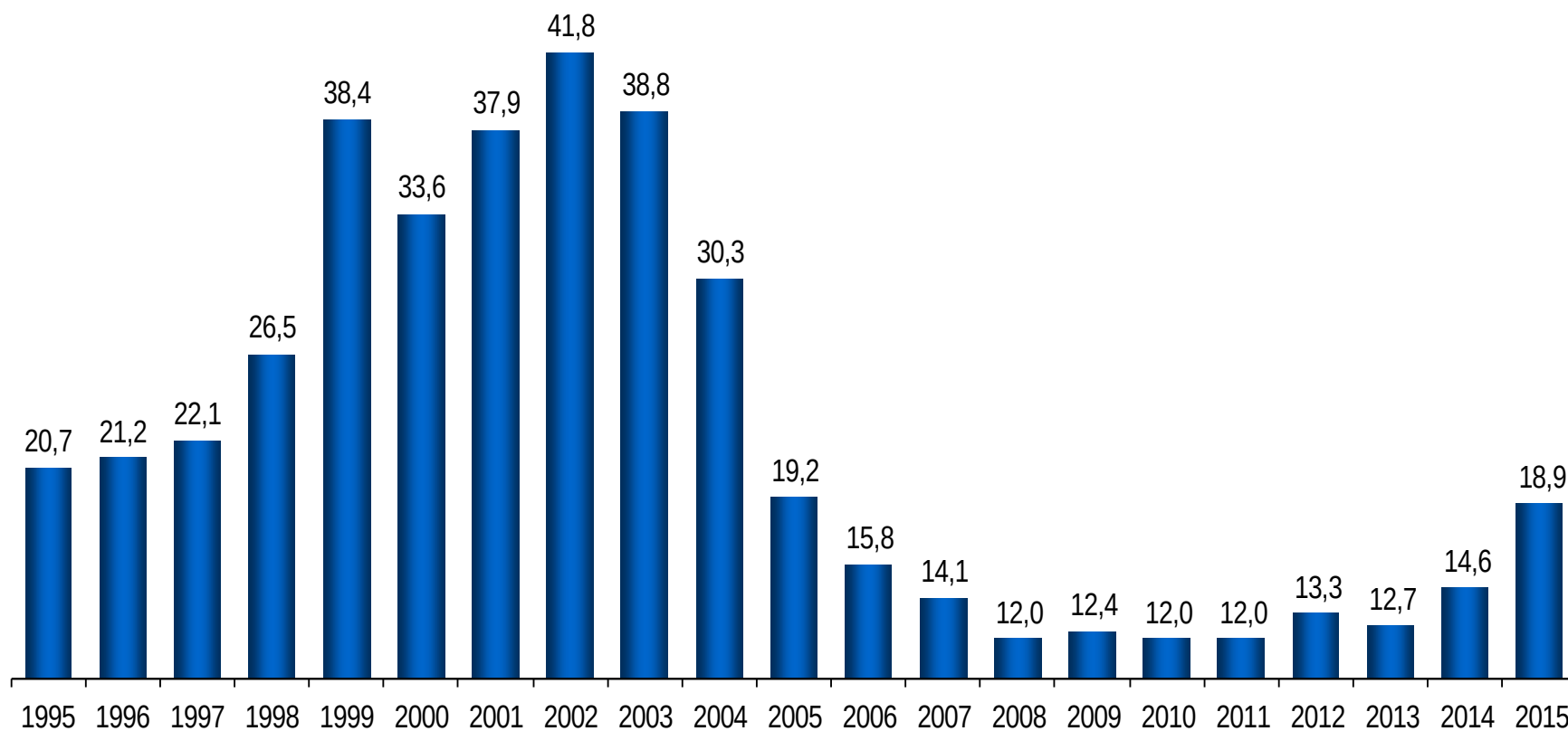
Fonte: BCB

DÍVIDA EXTERNA PÚBLICA E PRIVADA (US\$ Bilhões)



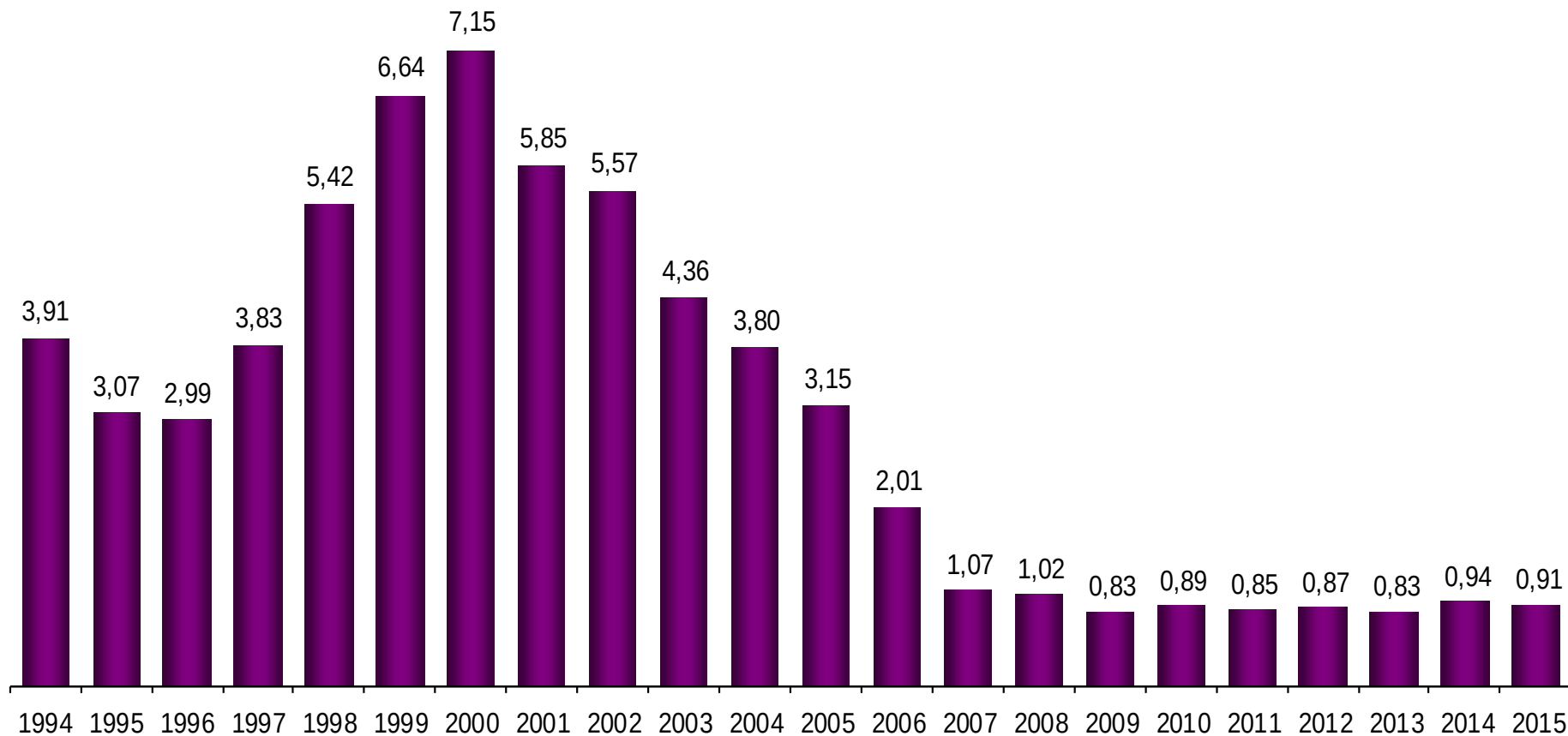
Fonte: BCB

DÍVIDA EXTERNA BRUTA / PIB (%)



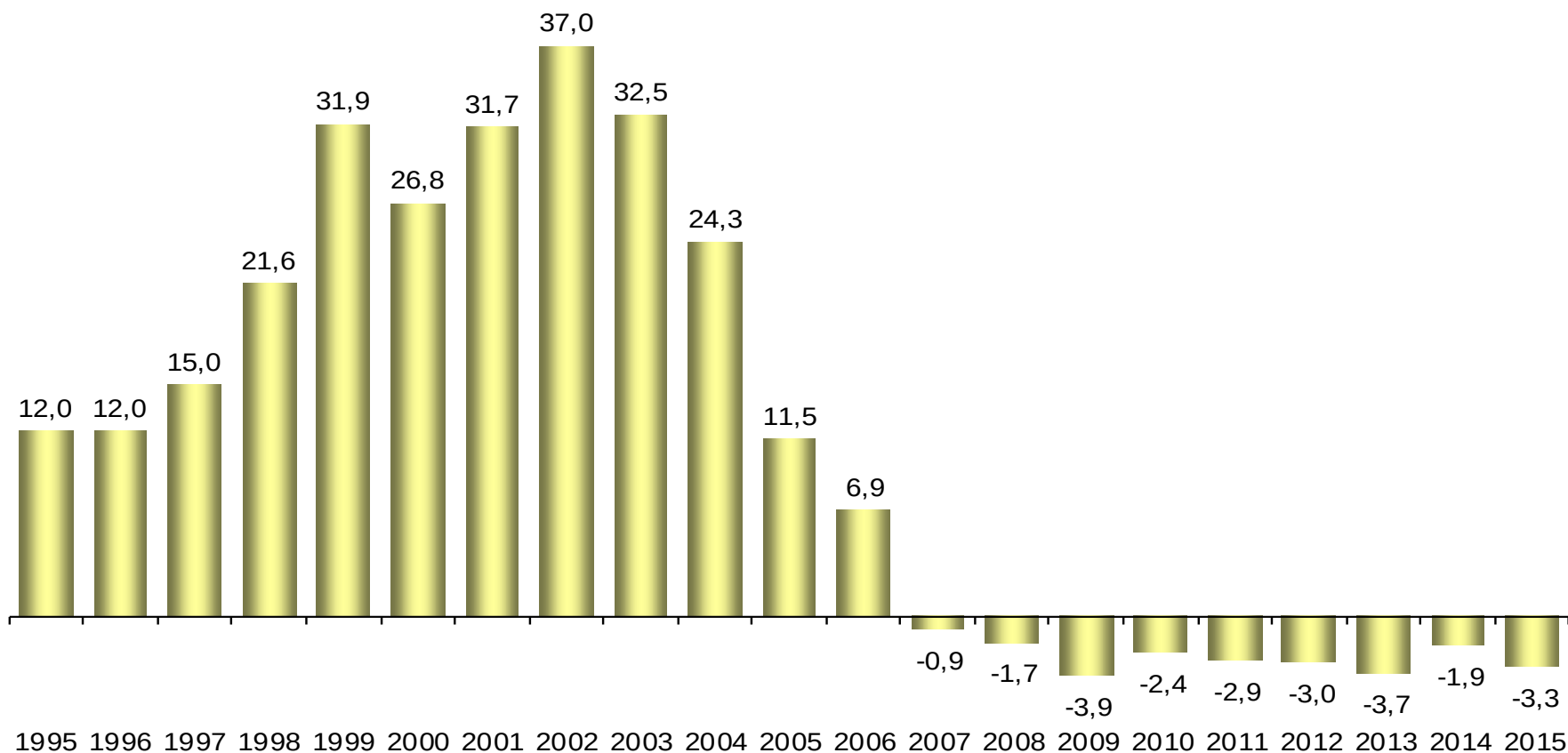
Fonte: BCB

RELAÇÃO DÍVIDA EXTERNA BRUTA / RESERVAS



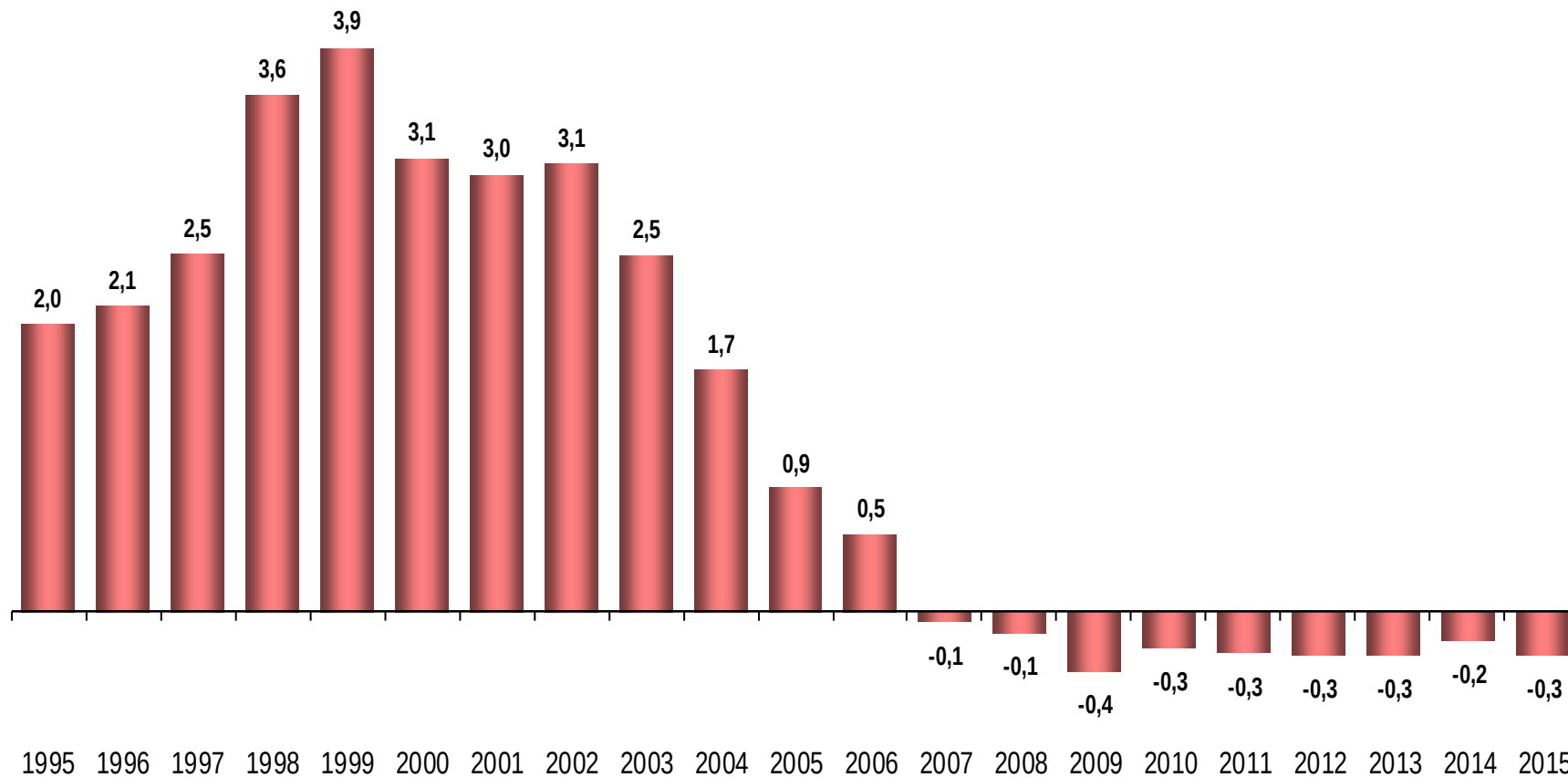
Fonte: BCB

RELAÇÃO DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB (%)



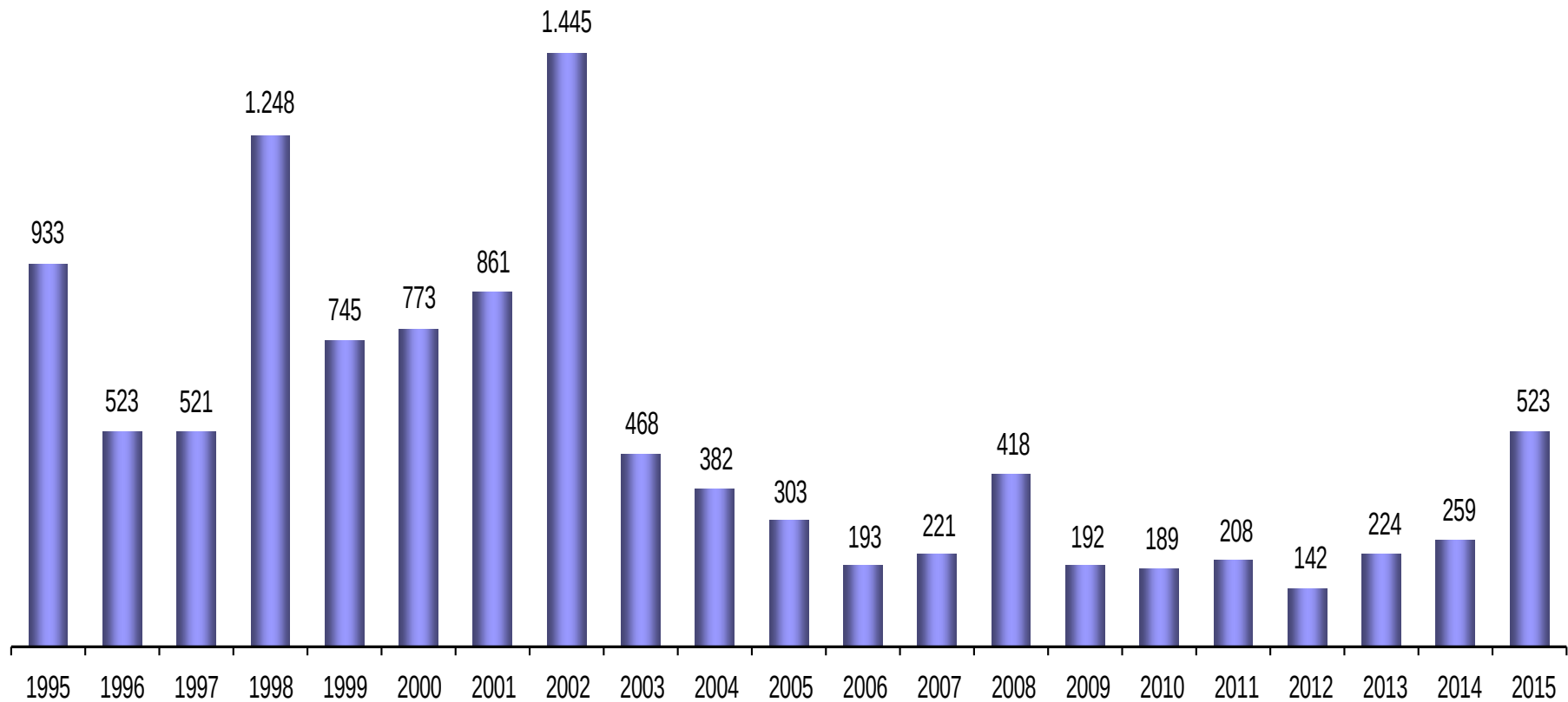
Fonte: BCB

RELAÇÃO DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / EXPORTAÇÕES (%)



Fonte: BCB

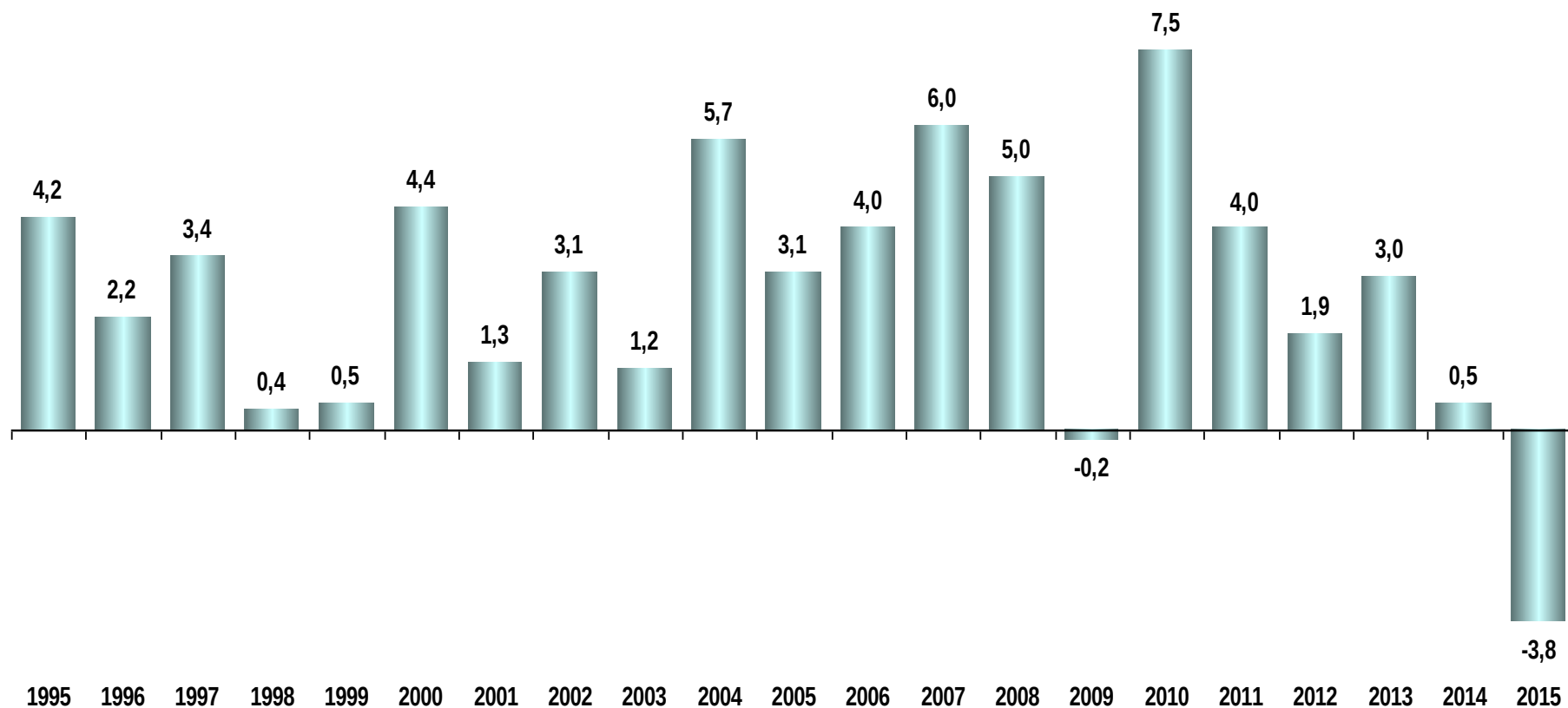
ÍNDICE EMBI BRASIL (Fim de período)



Fonte: IPEADATA

II - ATIVIDADE ECONÔMICA

CRESCIMENTO DO PIB Variação anual (%)



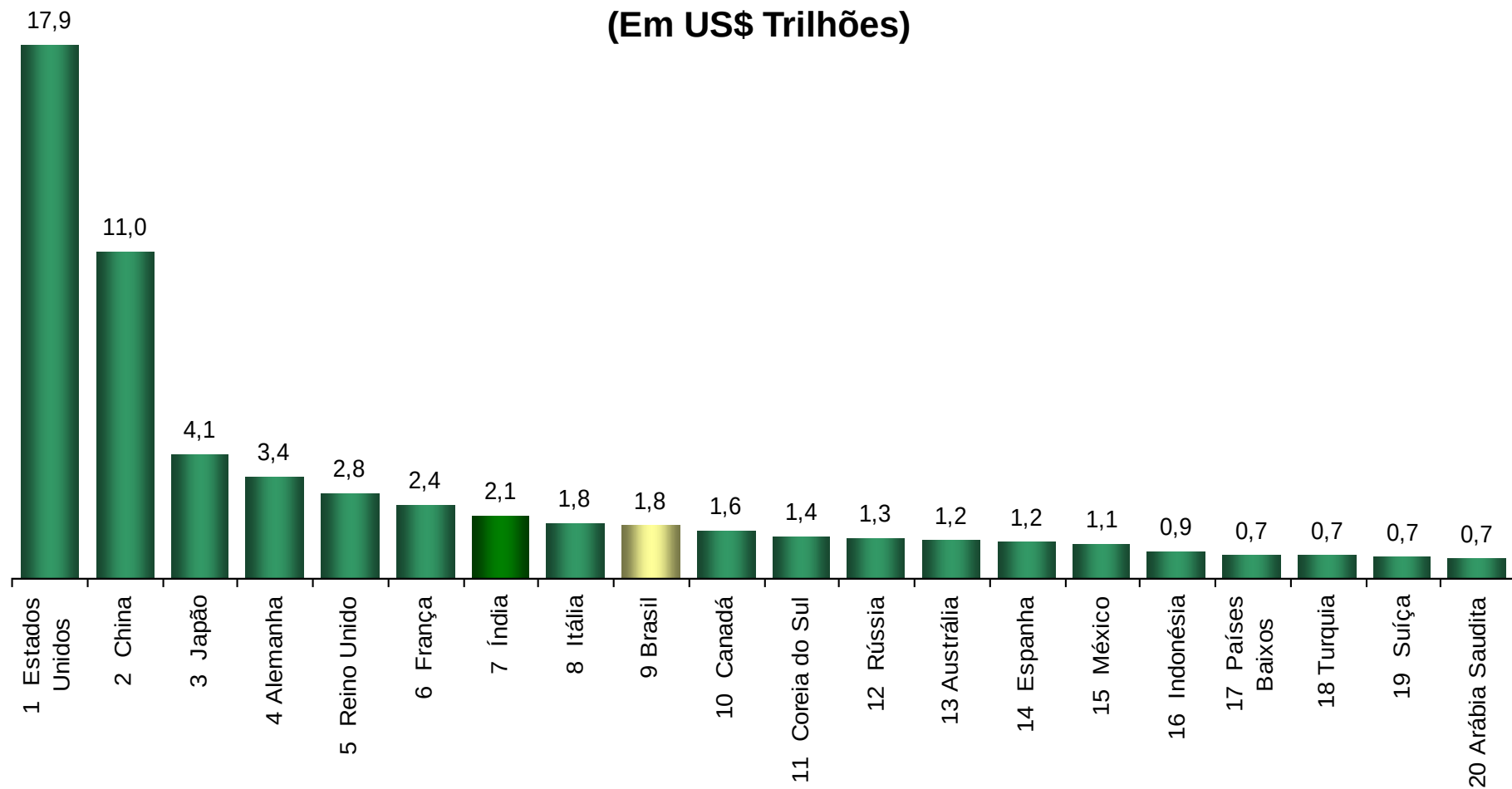
Obs: A série de 2010 a 2014, foram ajustados com nova a metodologia do IBGE ,
Fonte: IBGE

VARIAÇÃO ANUAL DO PIB NAS DEZ MAIORES ECONOMIAS DO MUNDO NO PÓS-CRISE

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média 2009/2015
Mundo	-0,1	5,4	4,2	3,5	3,3	3,4	3,1	3,3
Estados Unidos	-2,8	2,5	1,6	2,2	1,5	2,4	2,4	1,4
Japão	-5,5	4,7	-0,5	1,7	1,4	0,0	0,5	0,3
Alemanha	-5,6	3,9	3,7	0,6	0,4	1,6	1,5	0,9
França	-2,9	2,0	2,1	0,2	0,7	0,2	1,1	0,5
Itália	-5,5	1,7	0,6	-2,8	-1,7	-0,3	0,8	-1,0
Reino Unido	-4,2	1,5	2,0	1,2	2,2	2,9	2,2	1,1
Rússia	-7,8	4,5	4,3	3,5	1,3	0,7	-3,7	0,4
Índia	8,5	10,3	6,6	5,6	6,6	7,2	7,3	7,4
China	9,2	10,6	9,5	7,7	7,7	7,3	6,9	8,4
Brasil	-0,1	7,5	3,9	1,9	3,0	0,5	-3,8	1,8

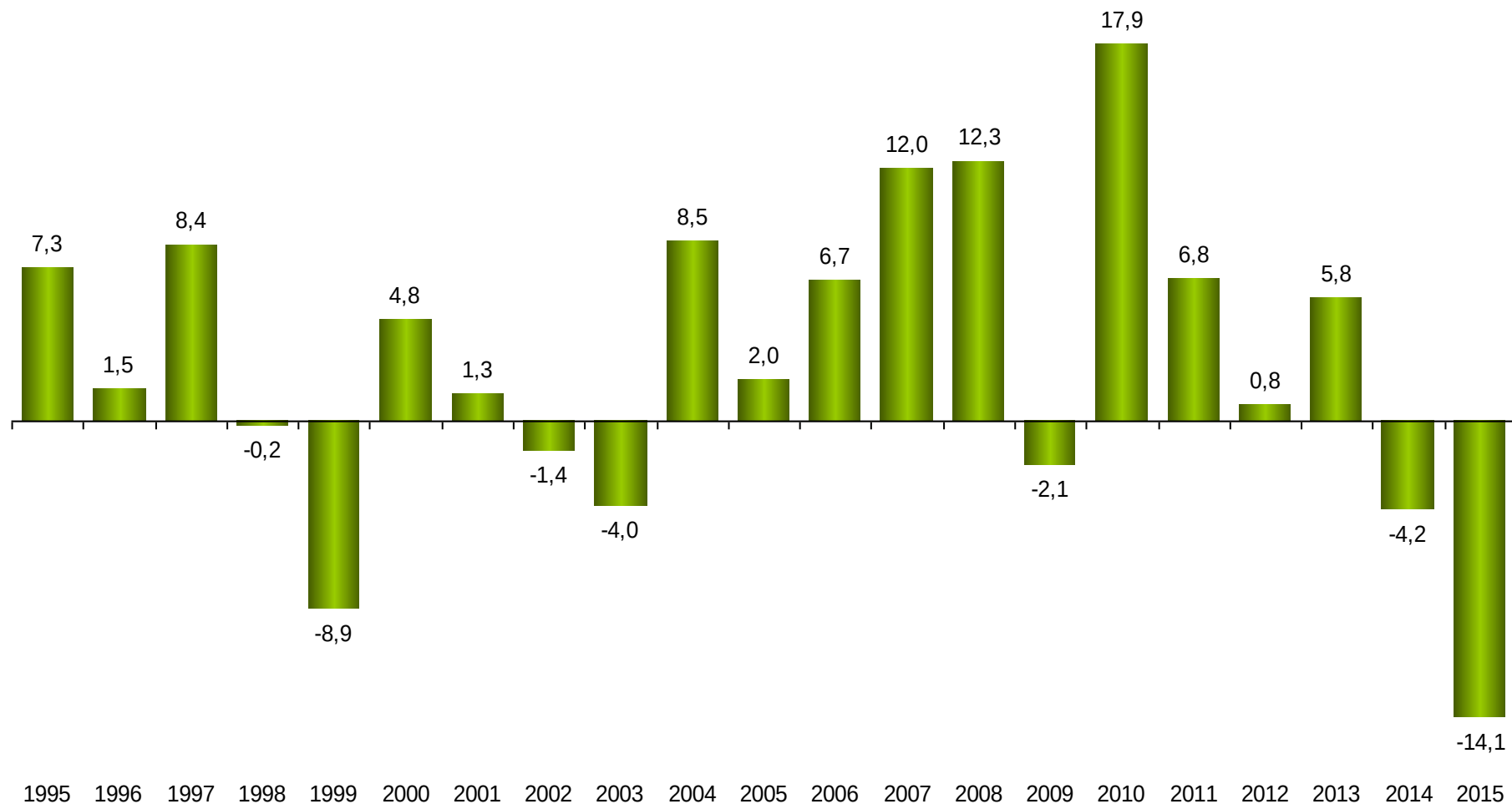
Fonte: FMI

20 MAIORES ECONOMIAS DO MUNDO EM 2015 (Em US\$ Trilhões)



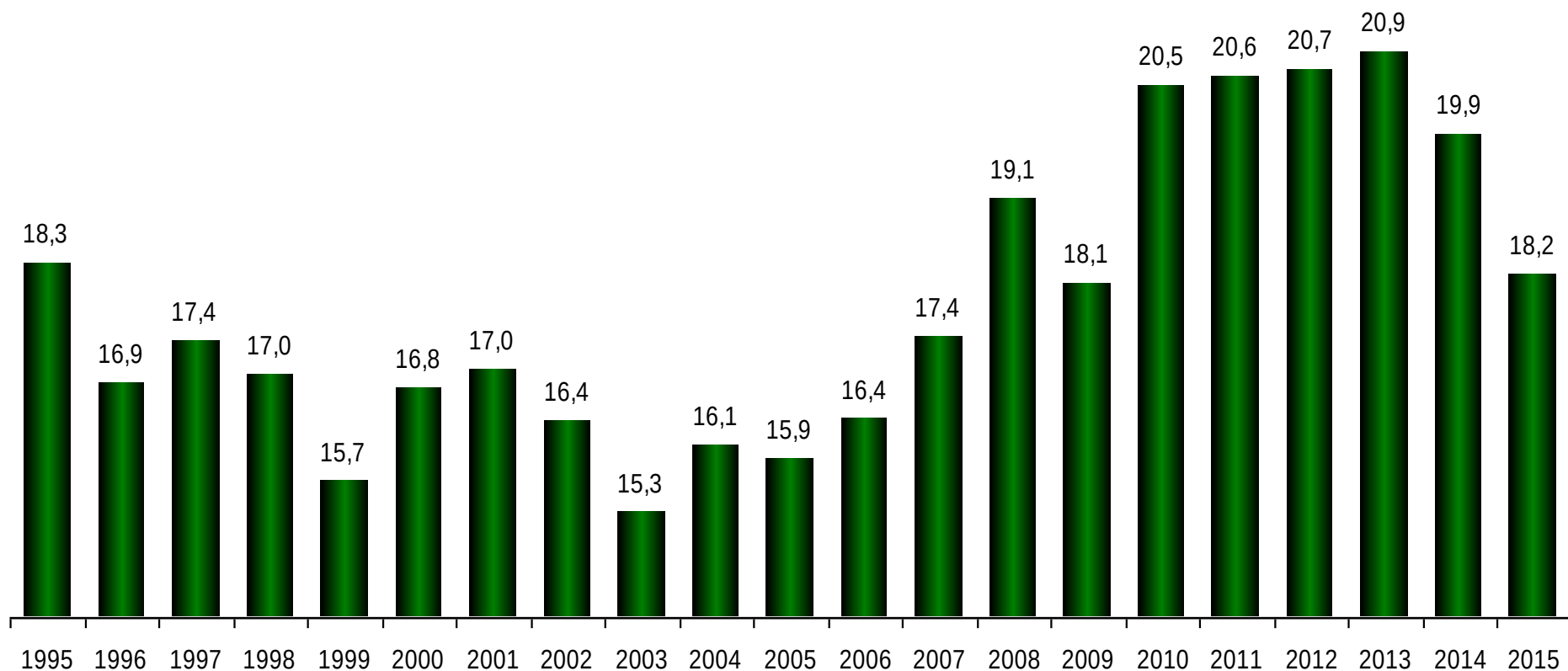
Fonte: FMI

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO Variação anual (%)



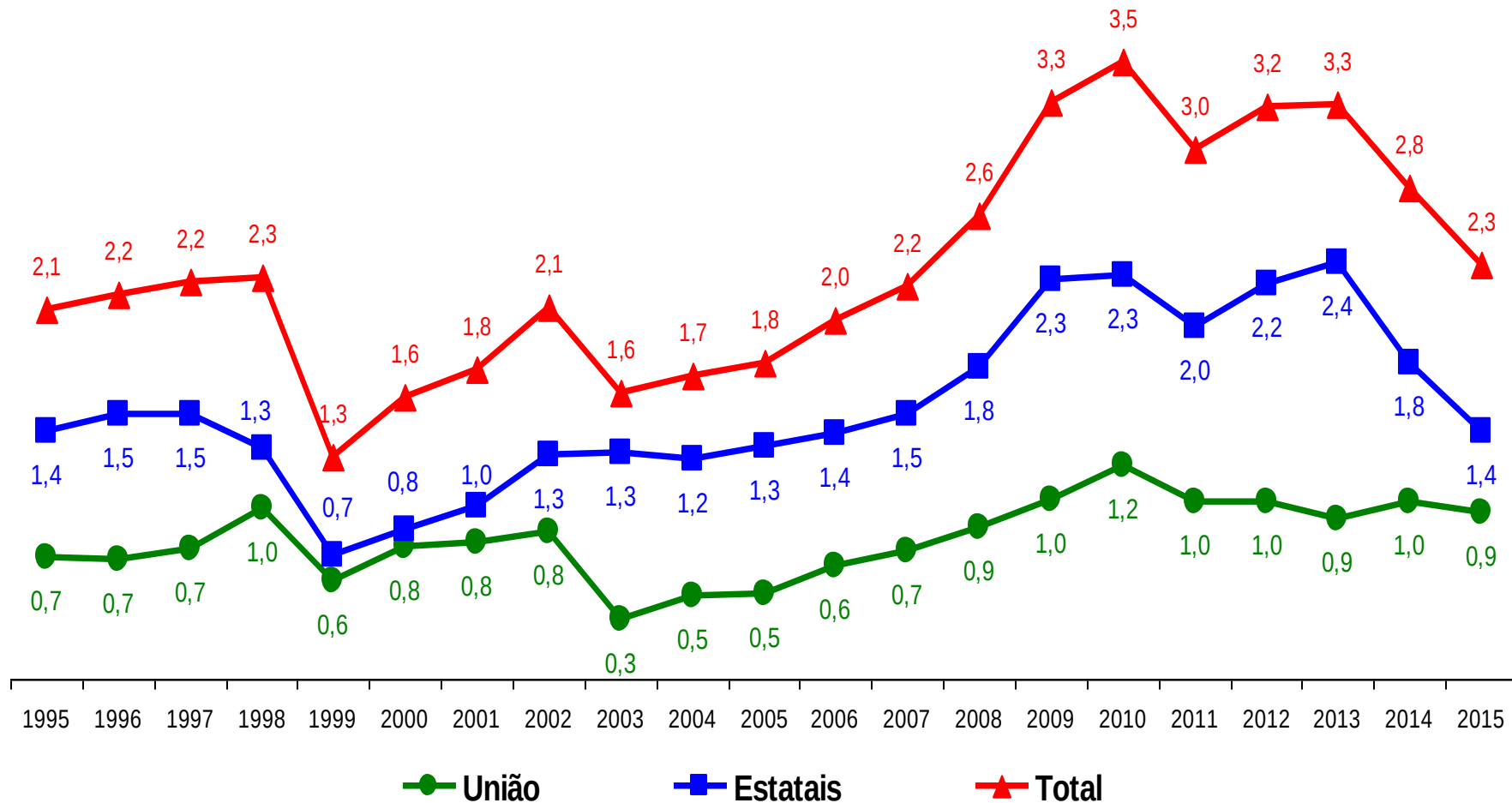
Obs: A série de 2010 a 2014, foram ajustados com a nova metodologia do IBGE ,
Fonte: IBGE

TAXA DE INVESTIMENTOS A PREÇOS CORRENTES (% do PIB)



Obs: A série de 2010 a 2014, foram ajustados com nova a metodologia do IBGE ,
Fonte: IBGE

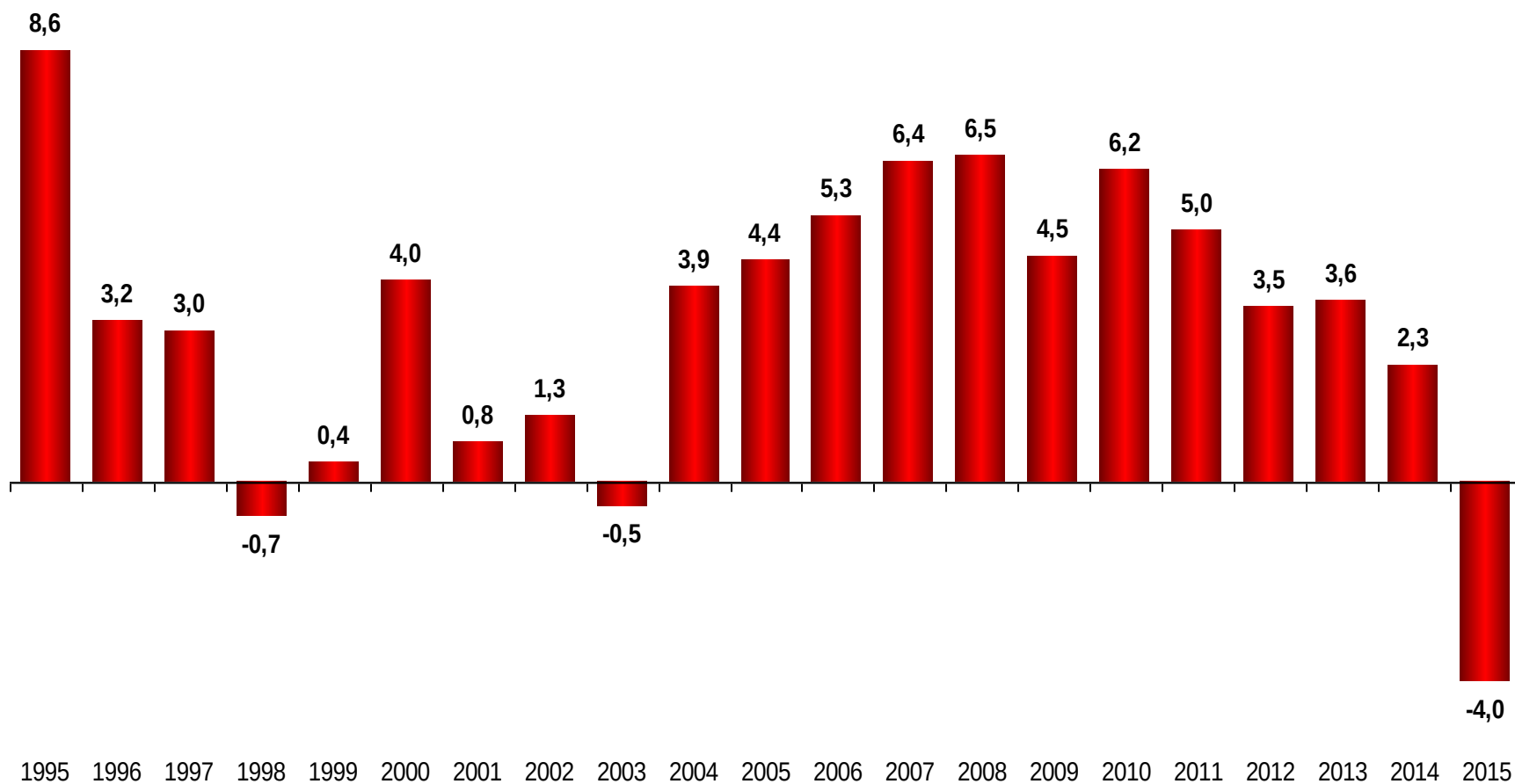
INVESTIMENTO PÚBLICO FEDERAL (% do PIB)



Elaboração do Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

CONSUMO DAS FAMÍLIAS Variação anual (%)

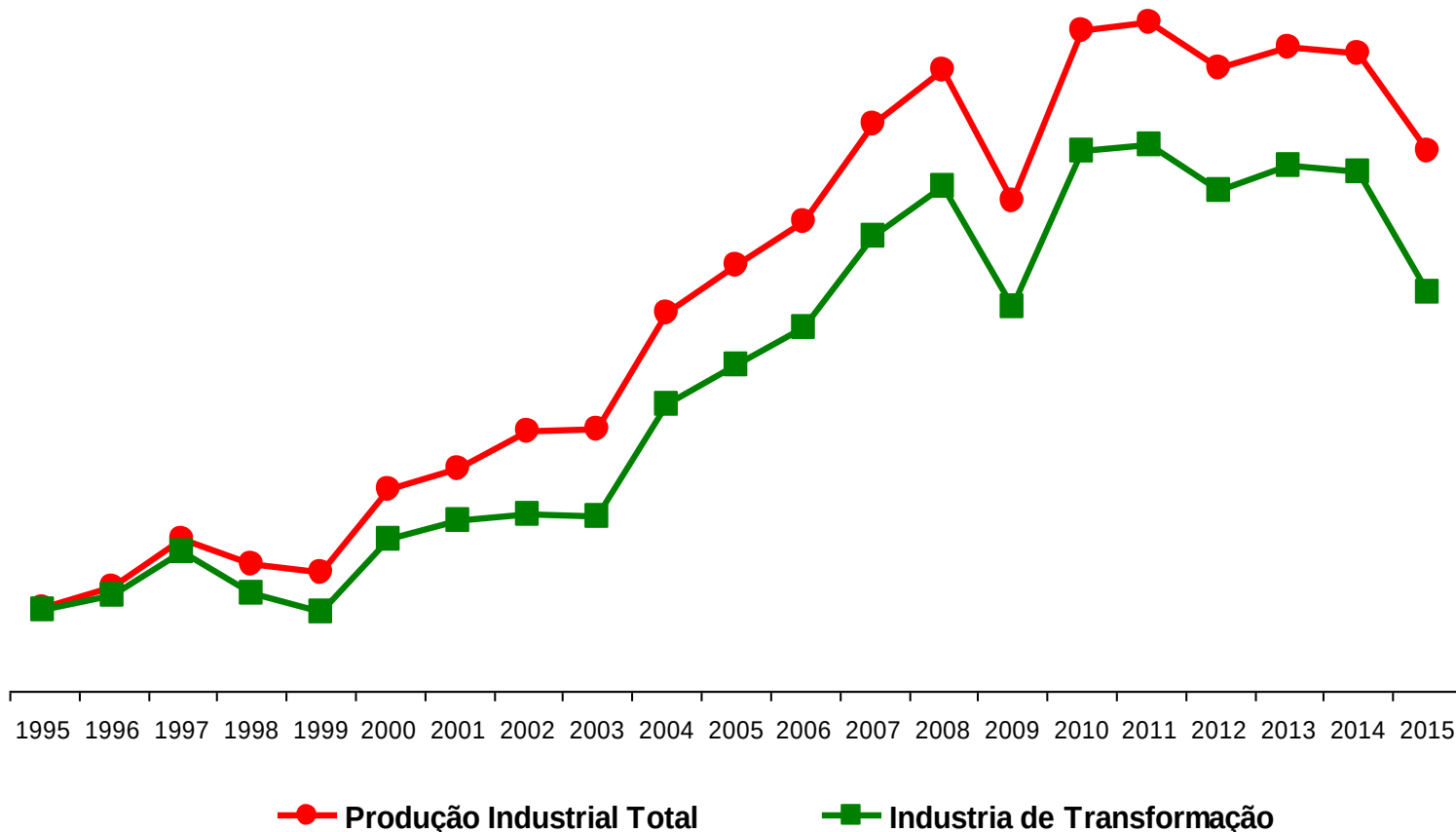


Obs: A série de 2010 a 2014, foram ajustados com a nova metodologia do IBGE ,
Fonte: IBGE

MEMO:

**ÍNDICES DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL
(Ano Base 1994= 100)**

Índices		
Ano Base 1994= 100		
	P	IT
1995	101,8	101,7
1996	103,6	102,9
1997	107,6	106,6
1998	105,4	103,1
1999	104,8	101,4
2000	111,7	107,6
2001	113,5	109,1
2002	116,6	109,6
2003	116,6	109,4
2004	126,3	118,7
2005	130,2	122,0
2006	133,9	125,1
2007	142,0	132,7
2008	146,4	136,7
2009	135,6	126,7
2010	149,7	139,8
2011	150,3	140,1
2012	146,6	136,5
2013	148,3	138,5
2014	147,8	137,9
2015	139,7	128,1

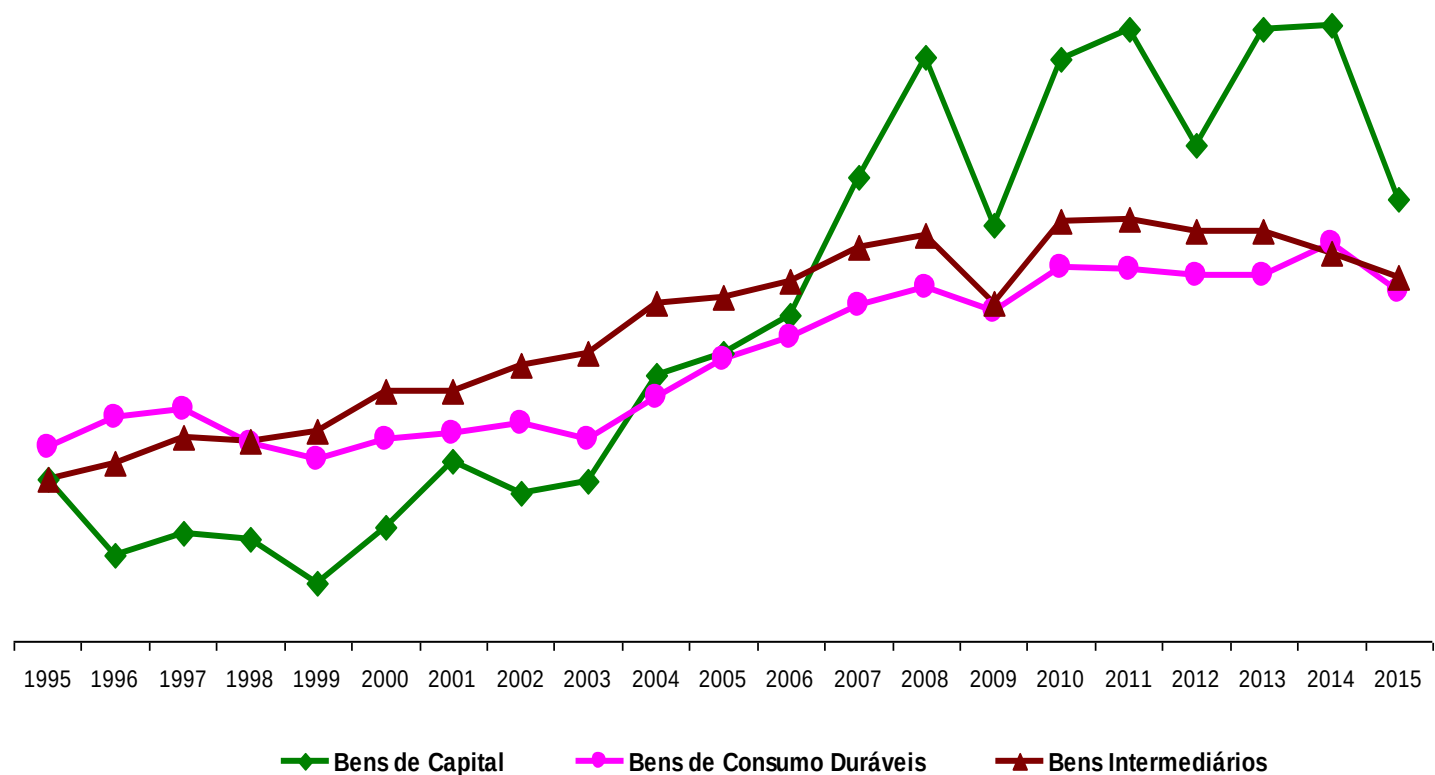


Fonte: IPEADATA

M E M O:

PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR TIPO DE BEM
Índice de quantum
(Ano Base 1994= 100)

Índices			
Ano Base 1994= 100			
	BK	BCD	BI
1995	100,3	106,2	100,2
1996	86,2	111,9	103,1
1997	90,3	113,2	107,9
1998	88,9	107,0	107,1
1999	80,8	104,0	109,1
2000	91,4	107,6	116,5
2001	103,7	108,9	116,4
2002	97,7	110,6	121,3
2003	99,8	107,6	123,7
2004	119,4	115,5	132,8
2005	123,7	122,4	134,1
2006	130,8	126,5	136,9
2007	156,3	132,4	143,5
2008	178,6	136,1	145,7
2009	147,5	131,3	132,9
2010	178,3	139,8	148,1
2011	184,0	139,1	148,4
2012	162,3	138,2	146,3
2013	183,9	138,0	146,3
2014	184,6	144,2	142,4
2015	152,5	135,1	137,7



Fonte: IPEADATA

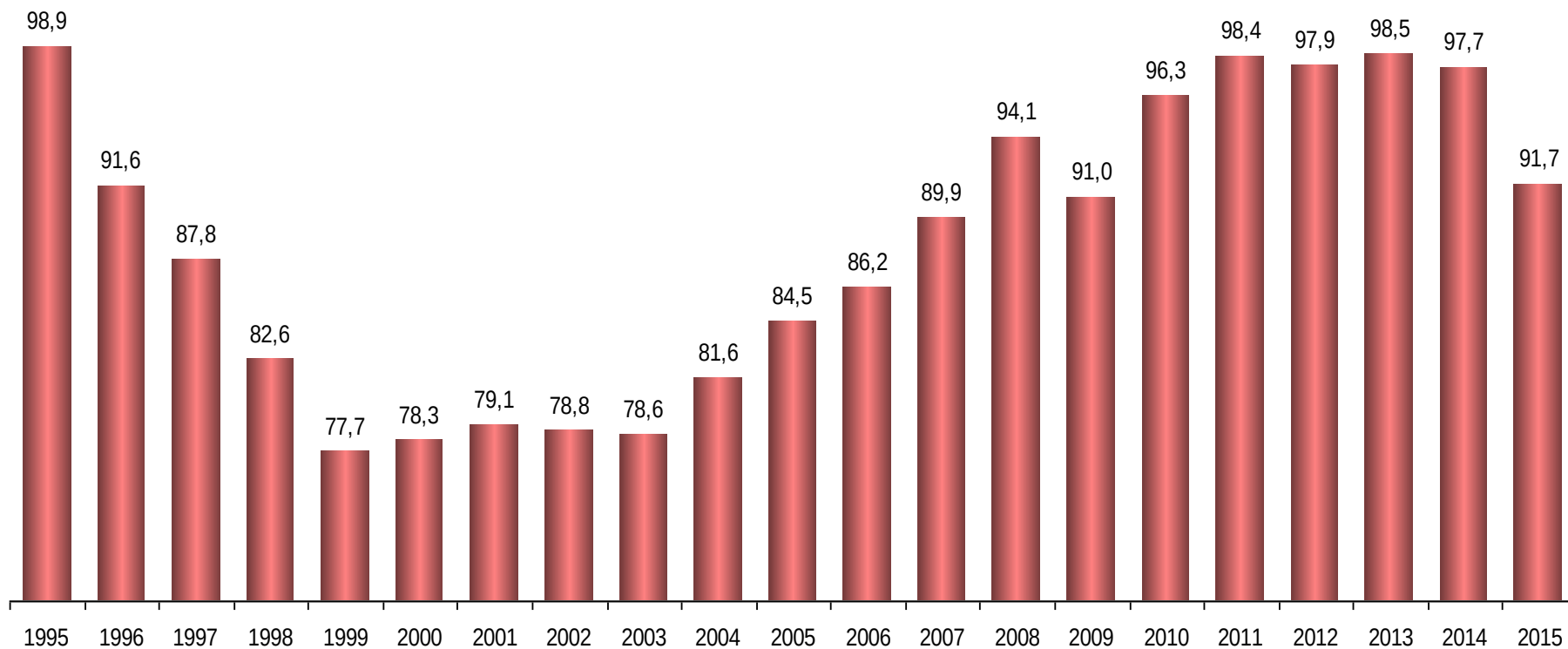
BK Bens de Capital
BCD Bens de Consumo Duráveis
BI Bens Intermediários

COEFICIENTES DE PENETRAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (%)



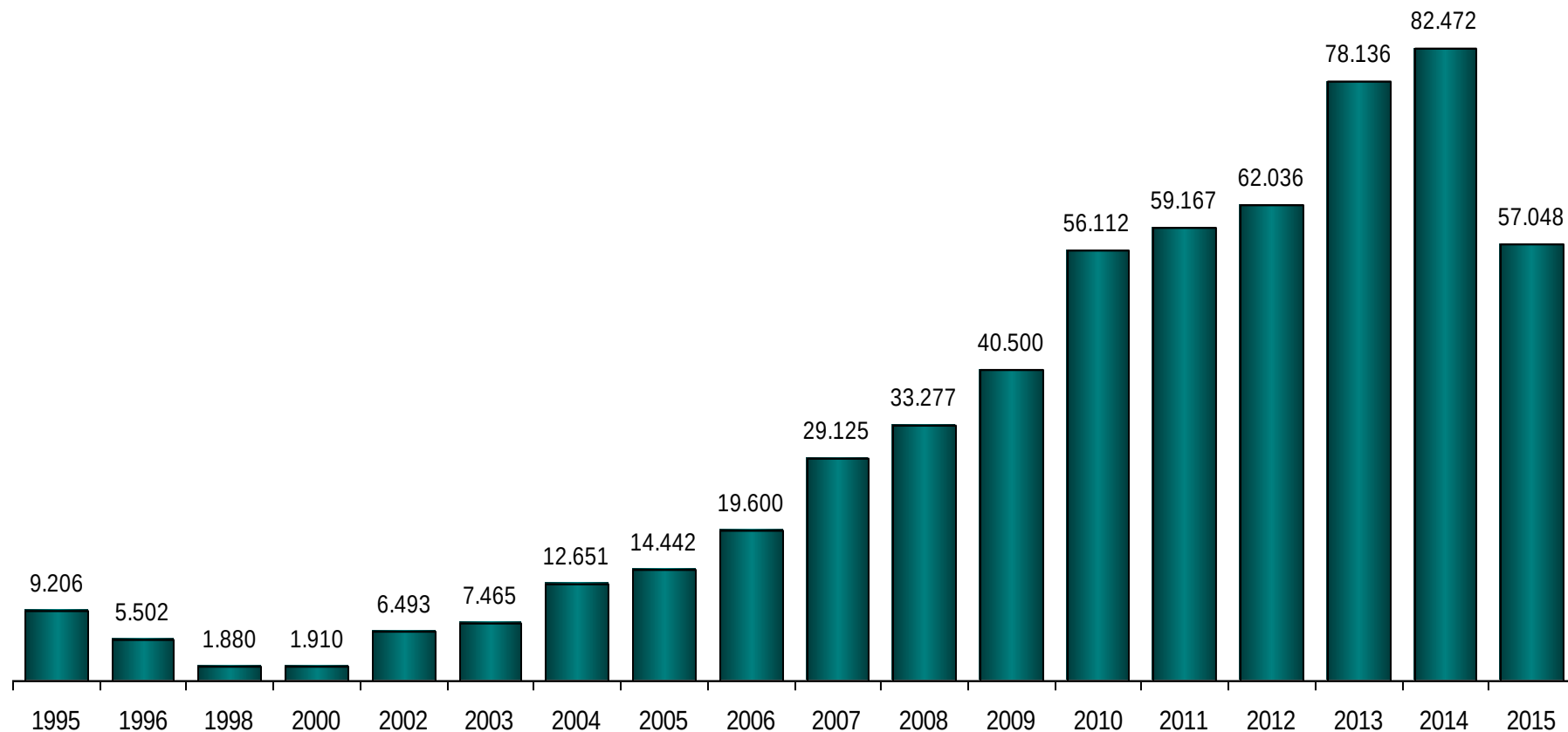
Fonte: IPEADATA

ÍNDICE DE PESSOAL EMPREGADO NA INDÚSTRIA (Ano Base 1994 = 100)



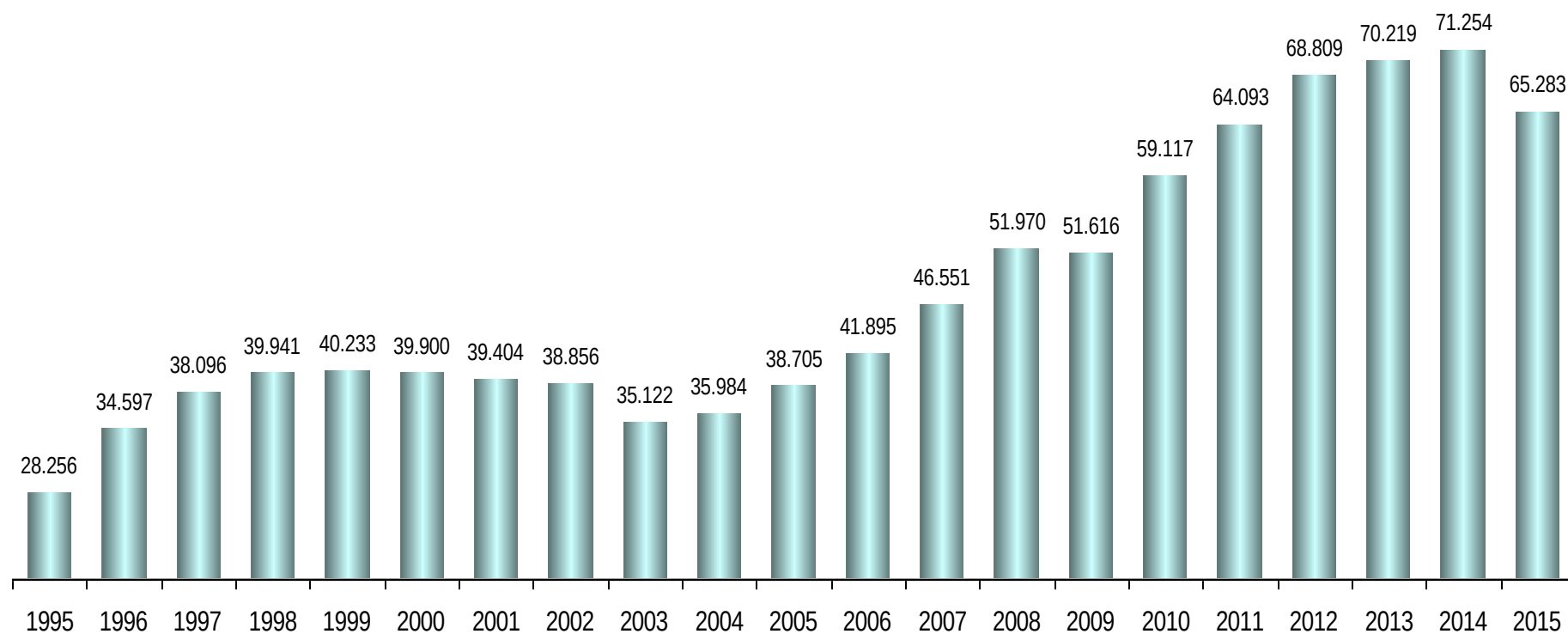
Fonte: IPEADATA

EMPREGO NOS ESTALEIROS E NA INDÚSTRIA NÁUTICA (Anos selecionados)



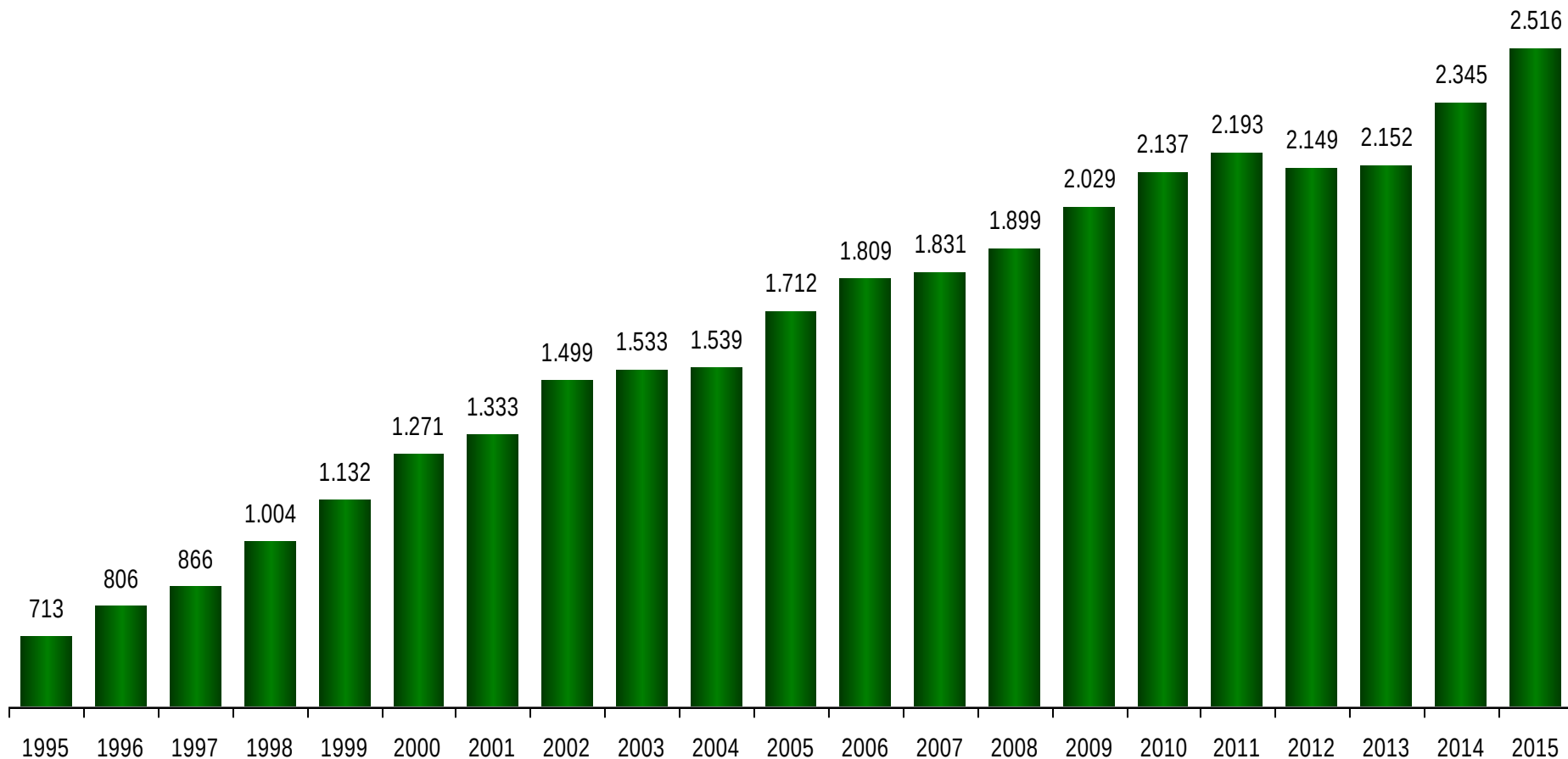
Fonte: SINAVAL – Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore

PRODUÇÃO DE CIMENTO (Milhões de Ton)



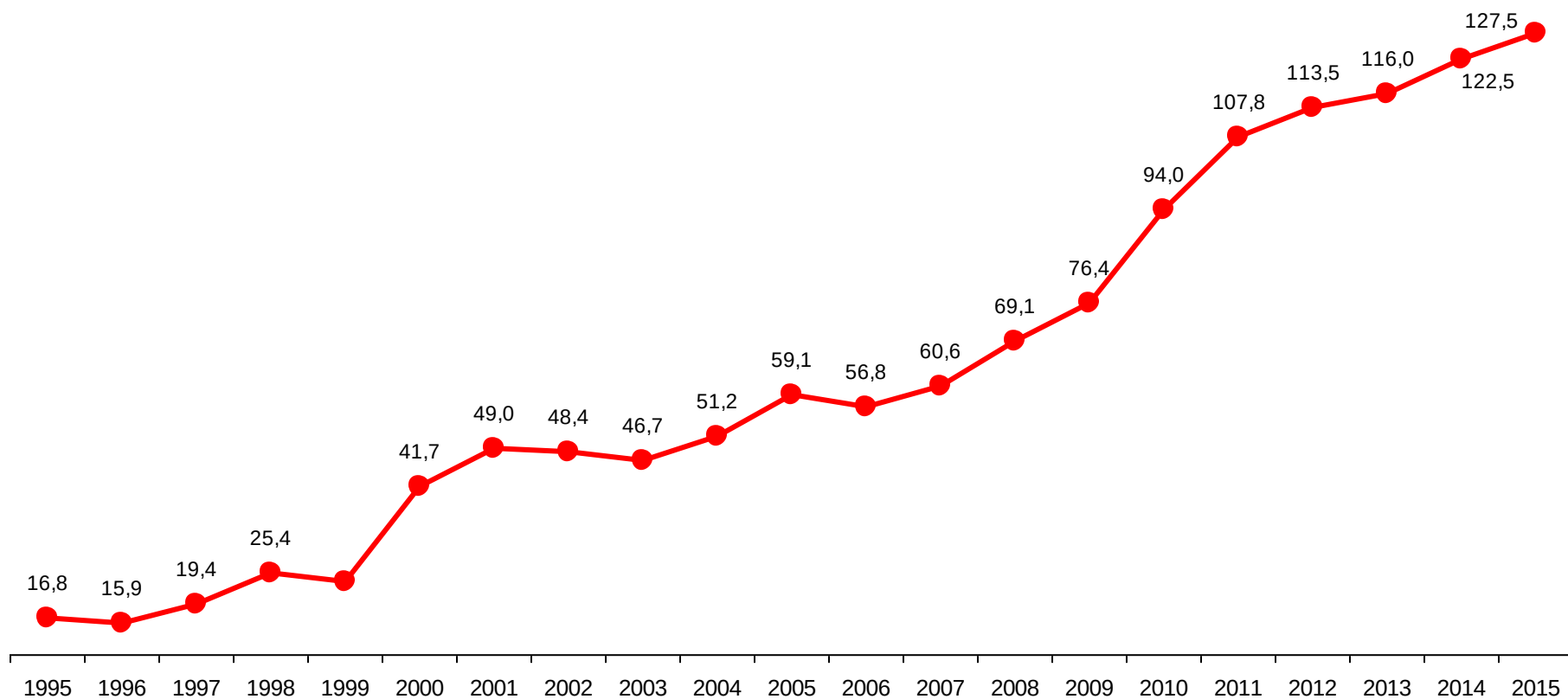
Fonte: IPEADATA / SNIC / Cimento.org

PRODUÇÃO PETRÓLEO DA PETROBRAS (Mil barris/dia)



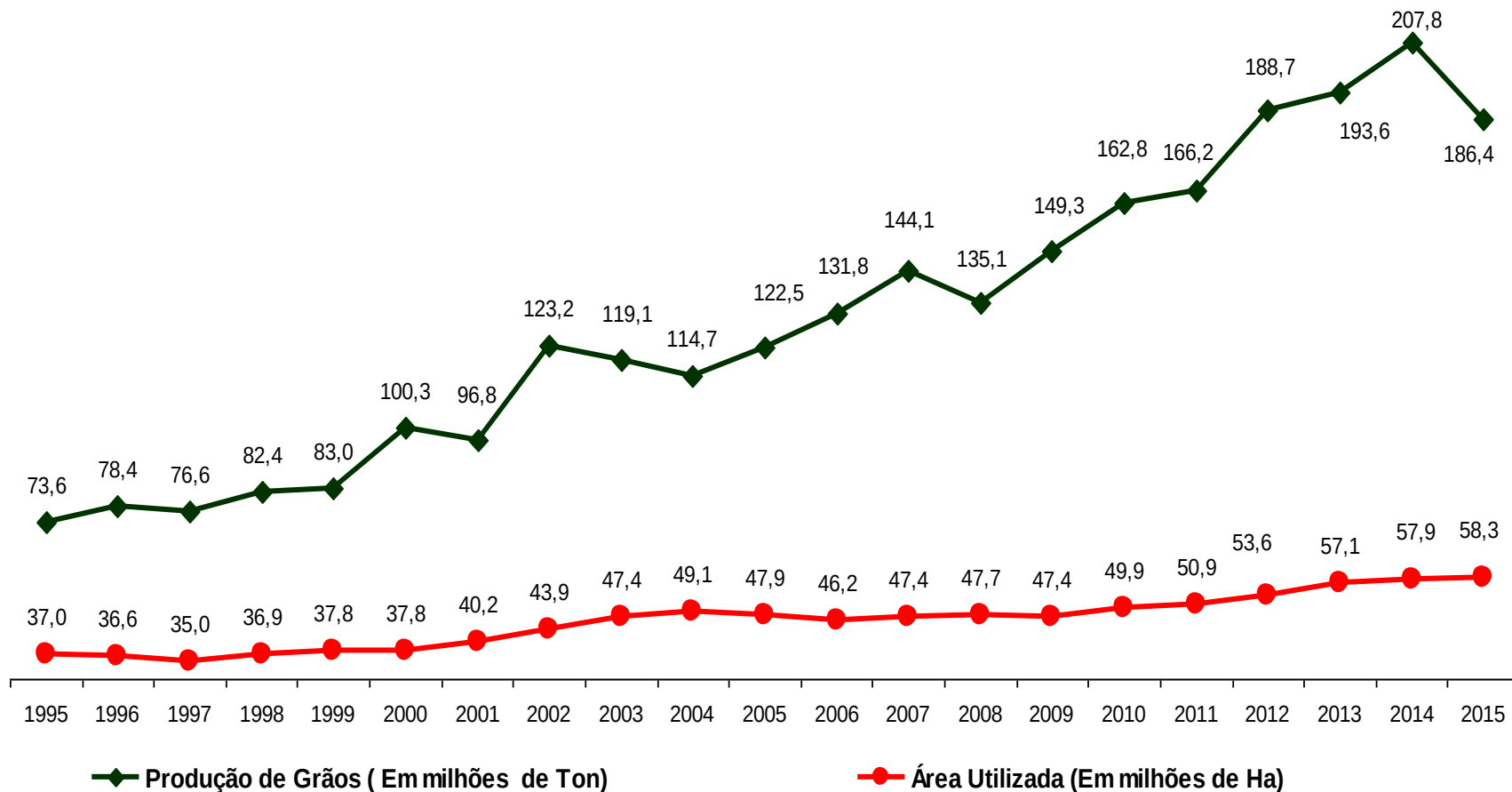
Fonte: IPEADATA

NÚMERO DE PASSAGEIROS POR KM TRANSPORTADOS NAS LINHAS INTERNACIONAIS E DOMÉSTICAS **(Em mil passageiros por Km)**



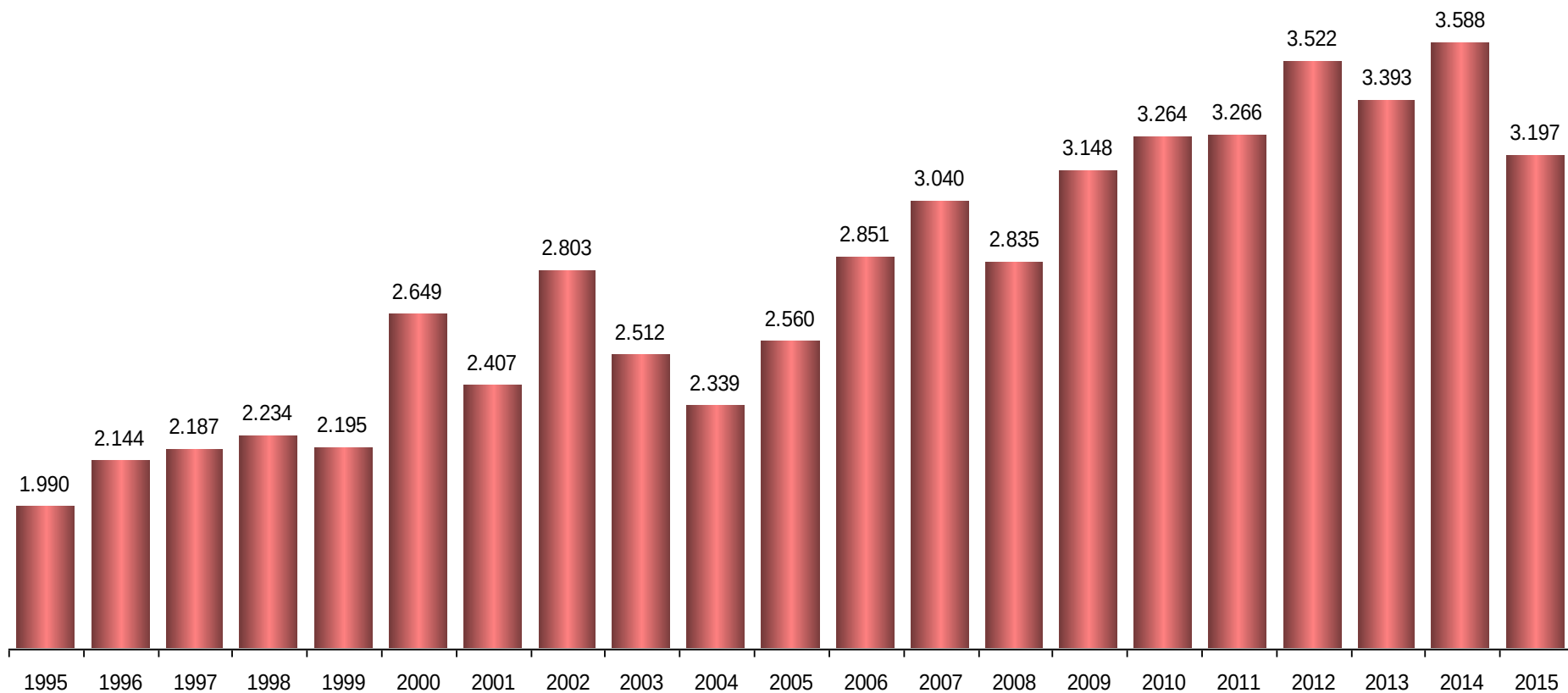
Fonte: ANAC

PRODUÇÃO E ÁREA UTILIZADA EM GRÃOS



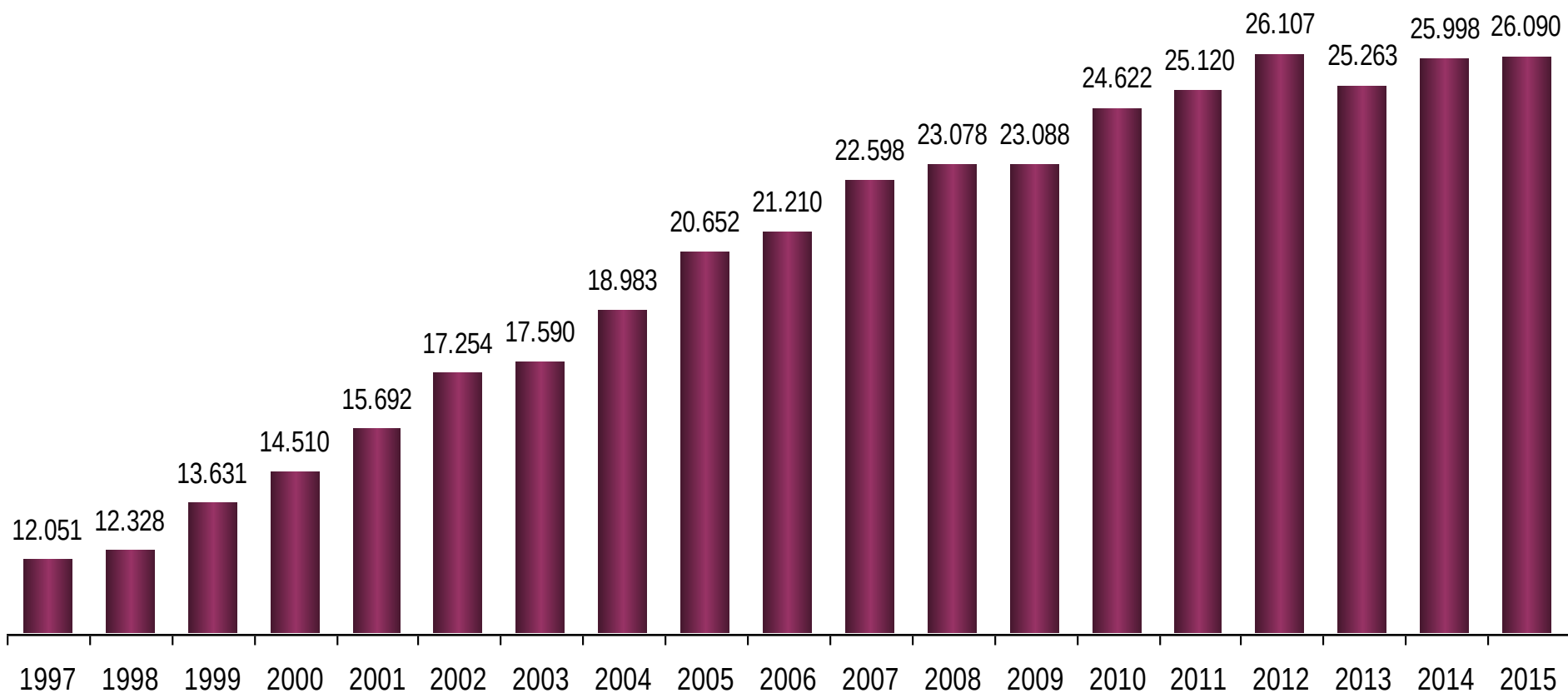
Fonte: Elaboração de Altos Estudos Brasil Século XXI com base nos dados da CONAB

PRODUTIVIDADE – GRÃOS (Em KG por HÁ)



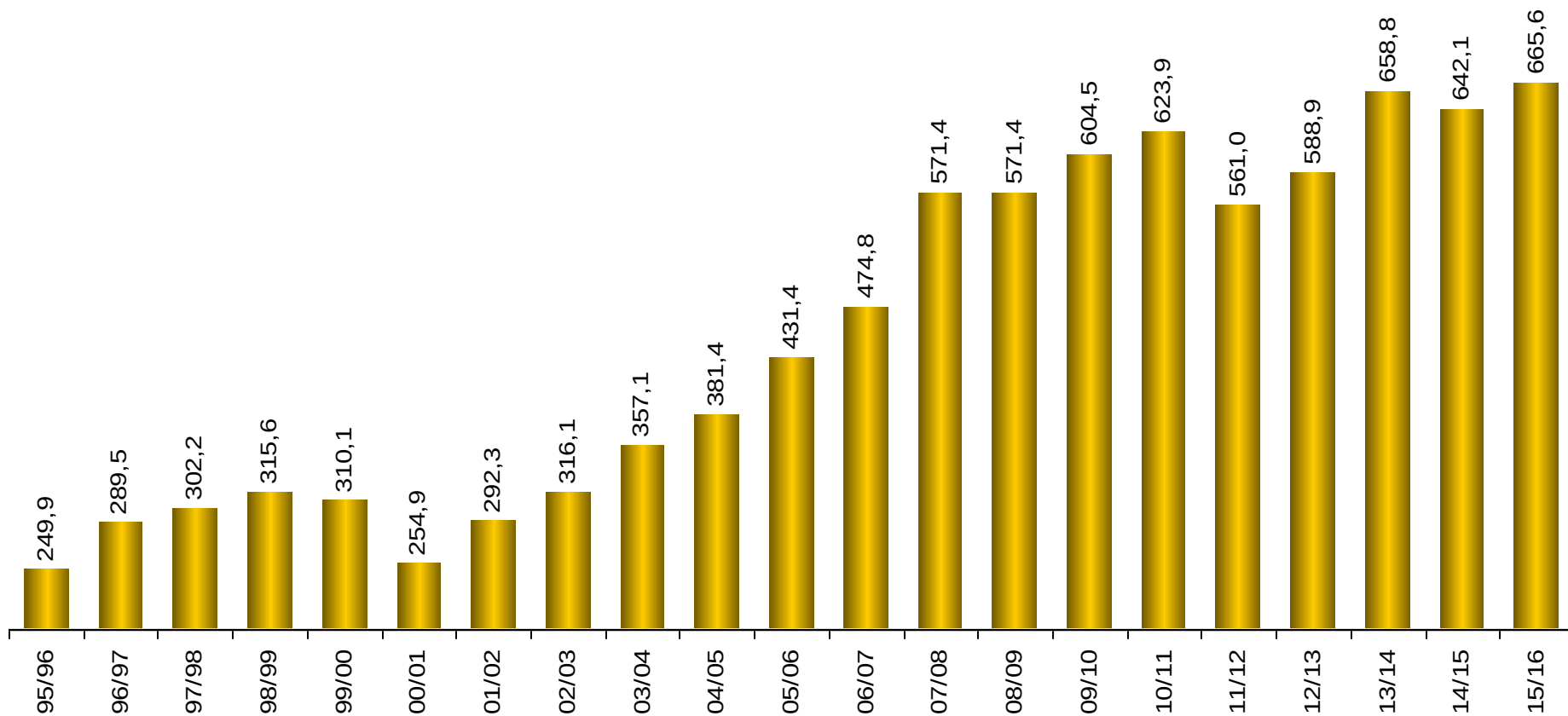
Fonte: CONAB

PRODUÇÃO BRASILEIRA DO COMPLEXO DE CARNES (Mil ton)



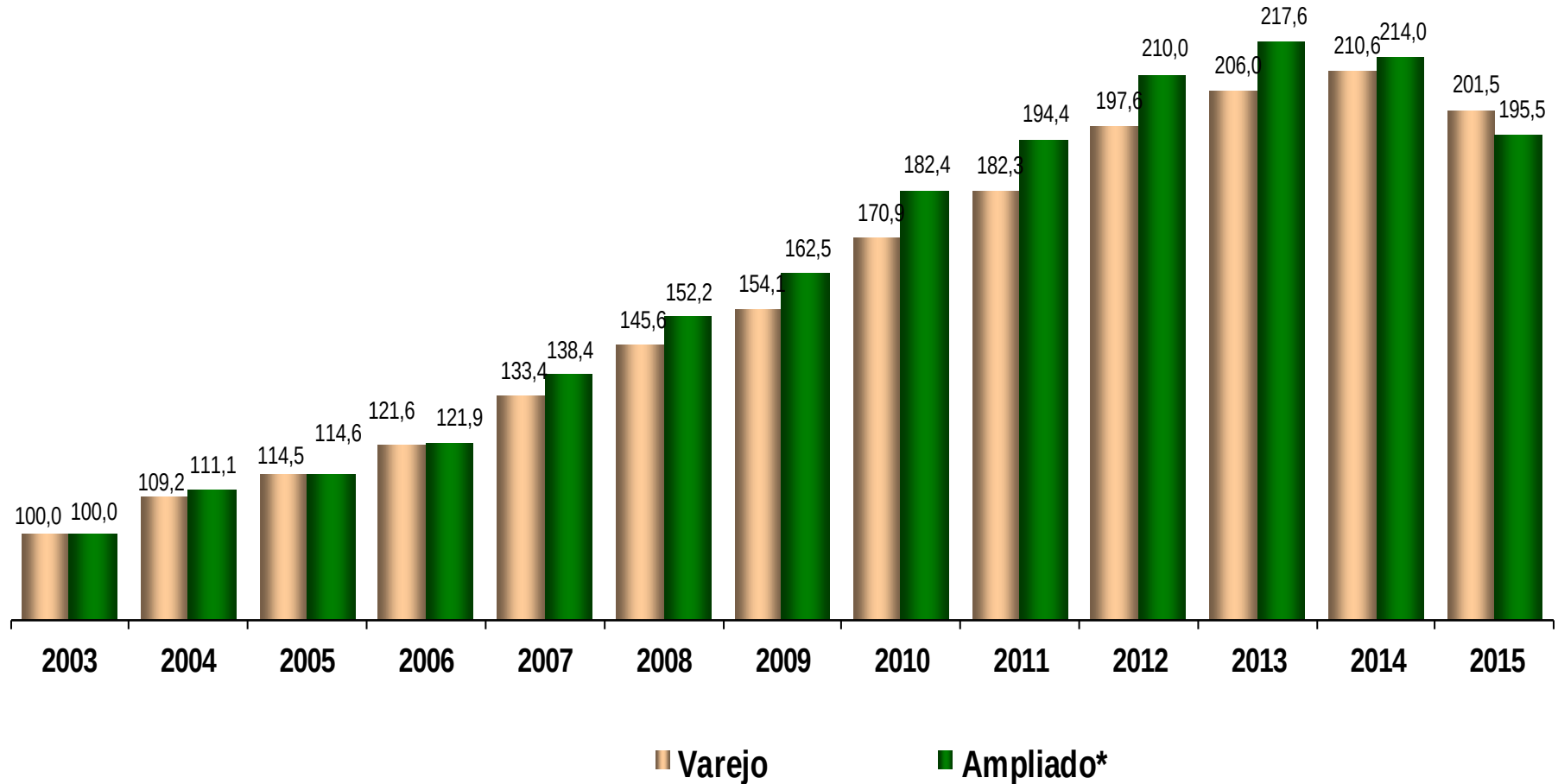
Fonte: Plano Agrícola e Pecuário 2015 / 2016

PRODUÇÃO NACIONAL DE CANA-DE-AÇÚCAR (Milhões ton)



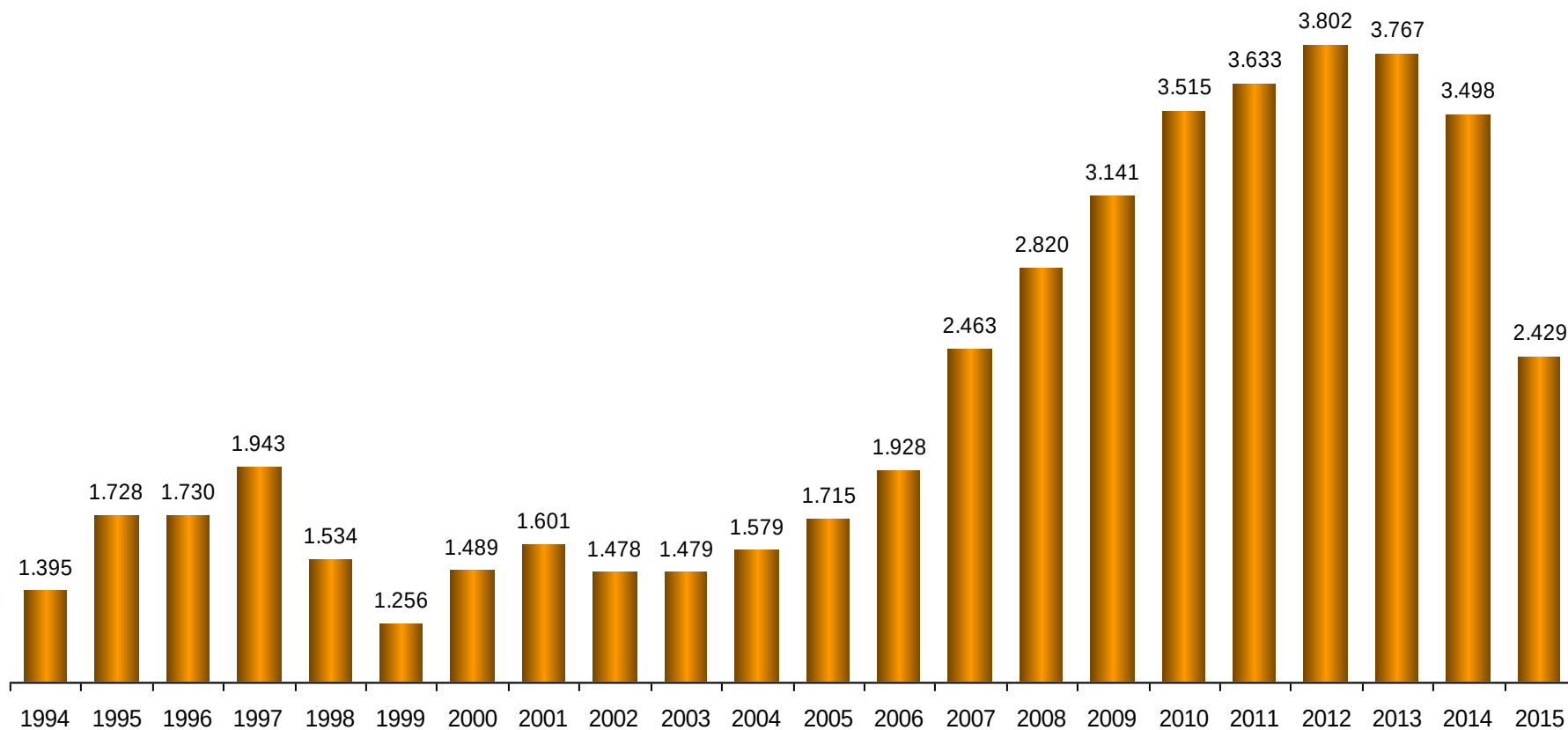
Fonte: CONAB

ÍNDICES DE CRESCIMENTO DAS VENDAS REAIS NO VAREJO (Ano Base 2003= 100)



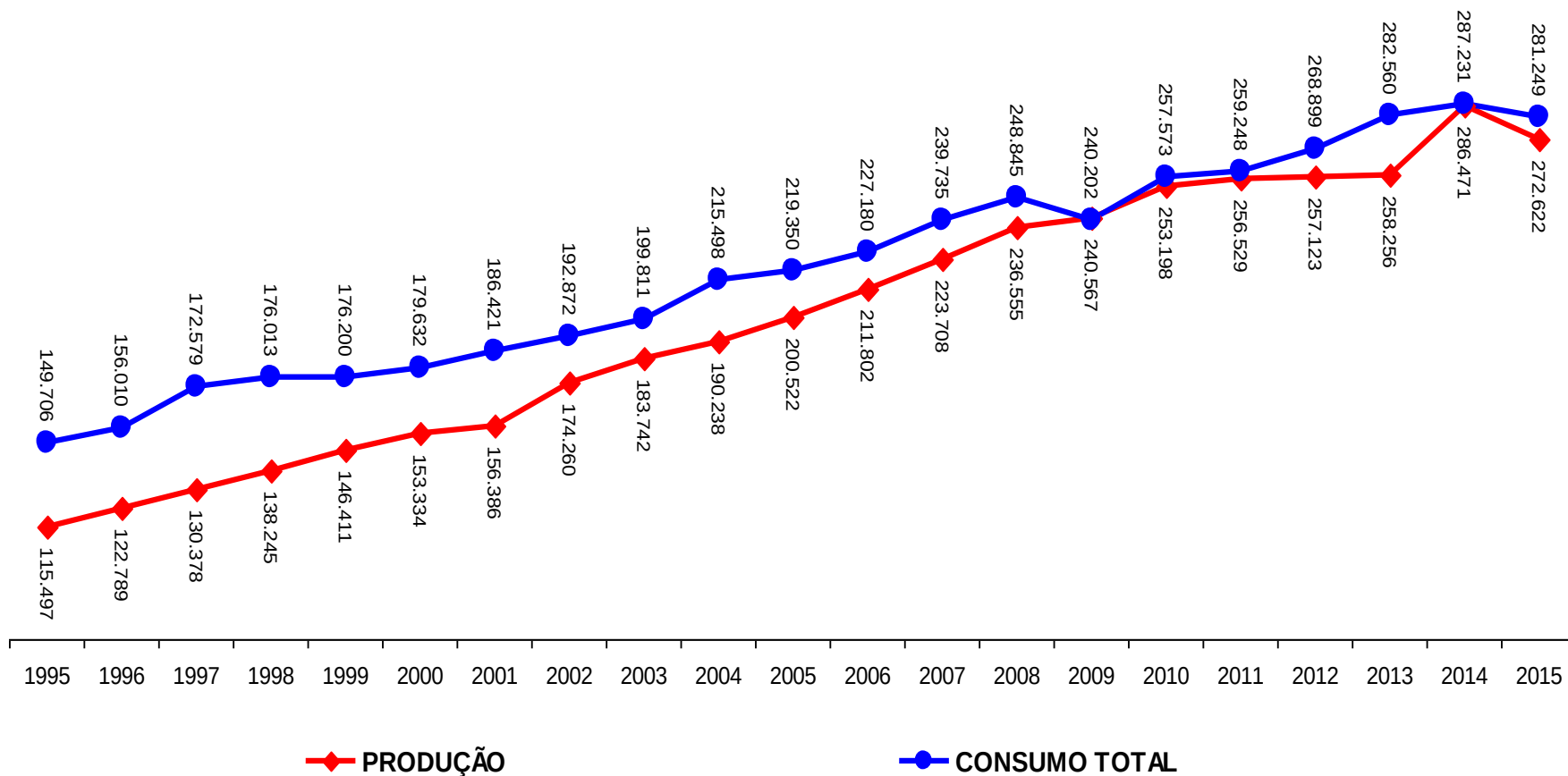
* Inclui veículos, motos, partes e peças e material de construção
Fonte: IPEADATA

VENDAS DO COMPLEXO AUTOMOTIVO (Mil unidades)



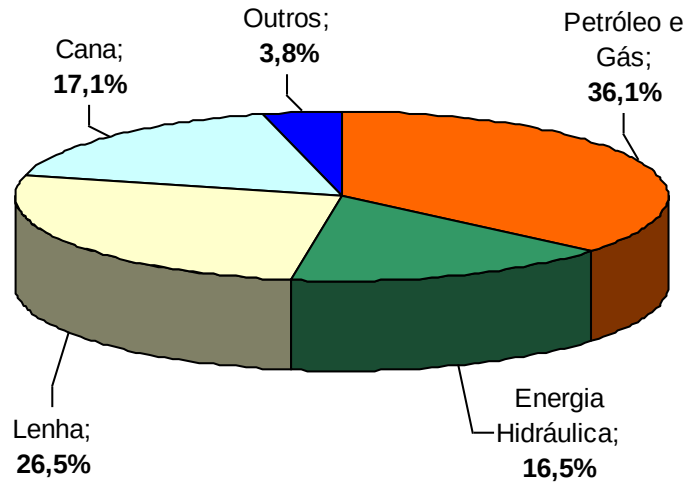
Fonte: ANFAVEA

OFERTA E DEMANDA DE ENERGIA POR FONTES PRIMÁRIAS 10³ Tep(toe)

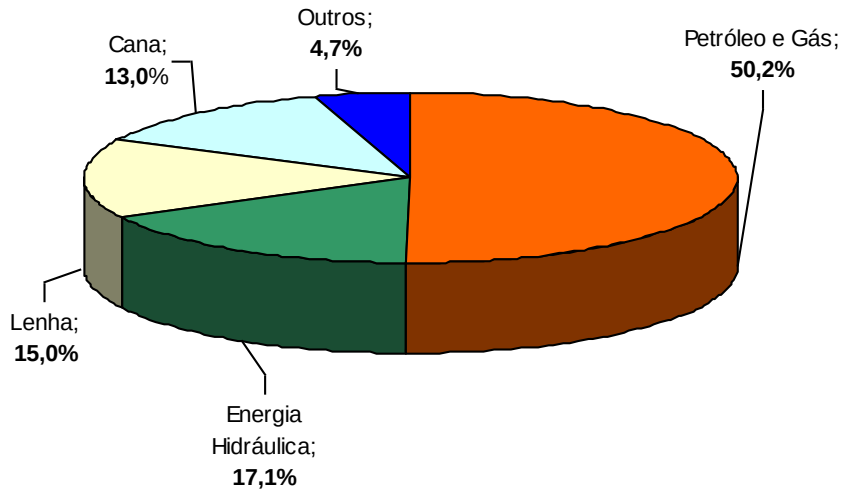


ESTRUTURA DO CONSUMO TOTAL DE ENERGIA (Em toe)

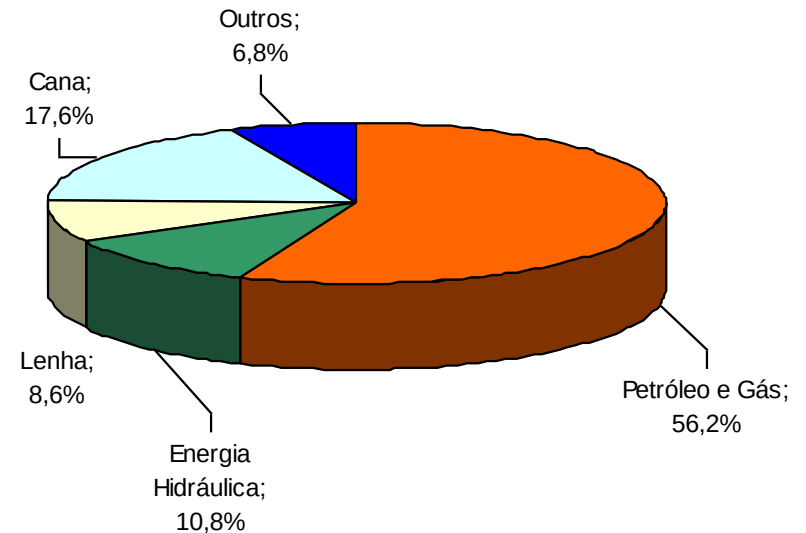
1990



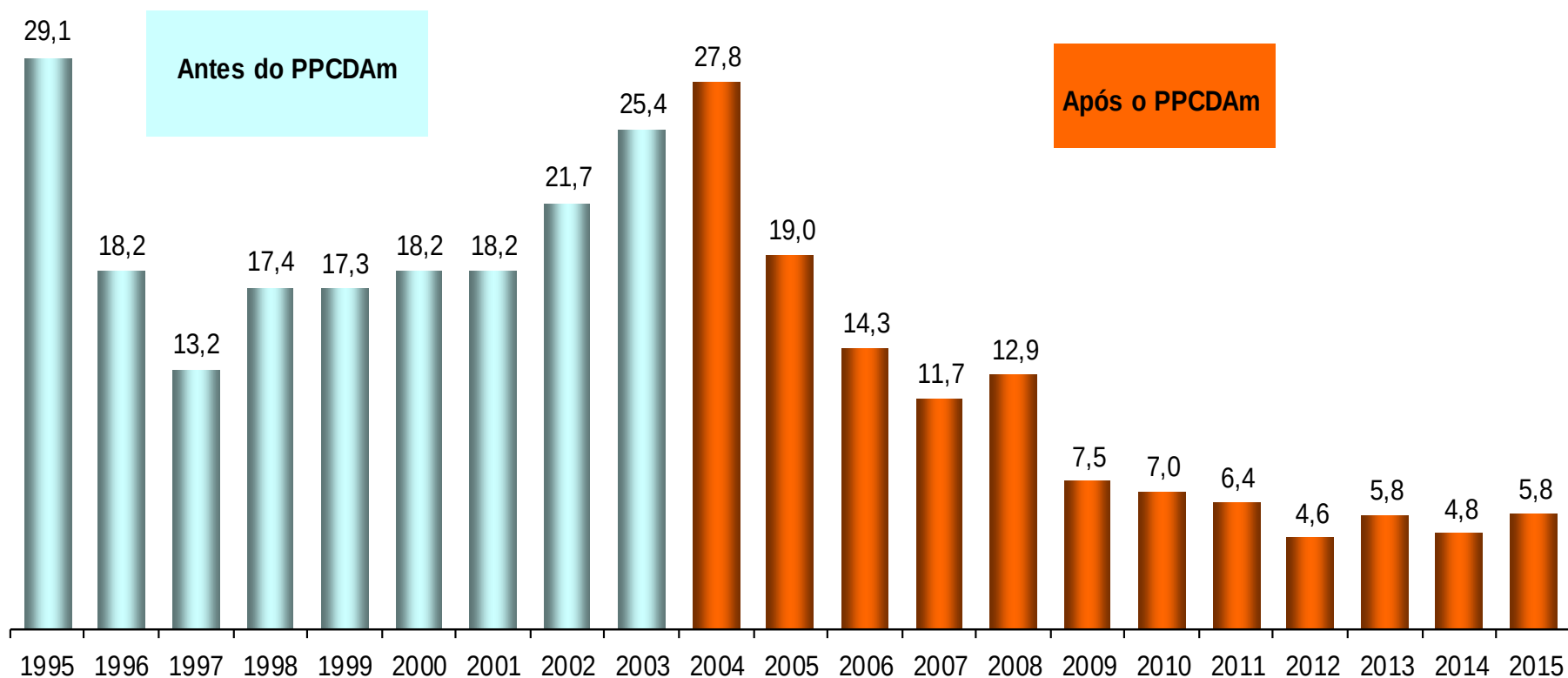
2000



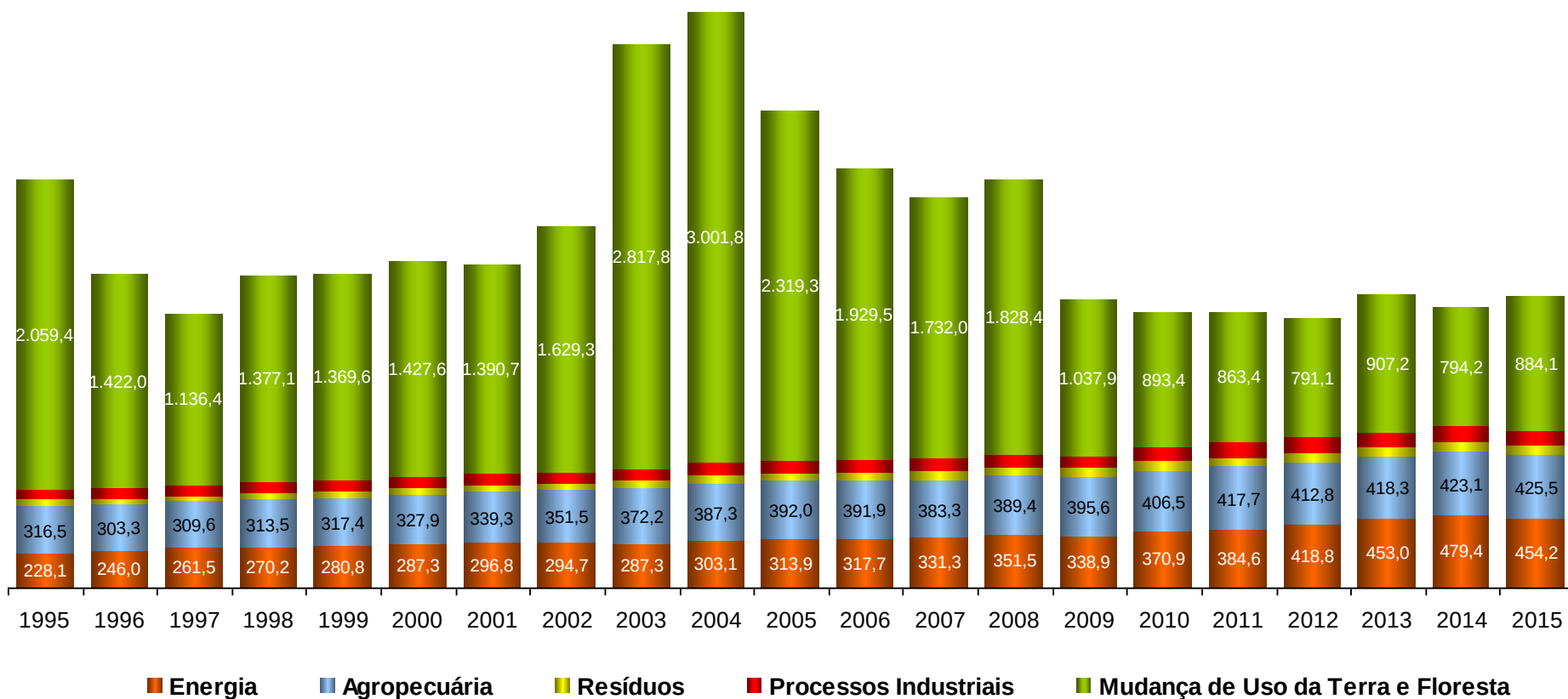
2015



TAXA DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL (Desmatamento em mil Km²/ano)



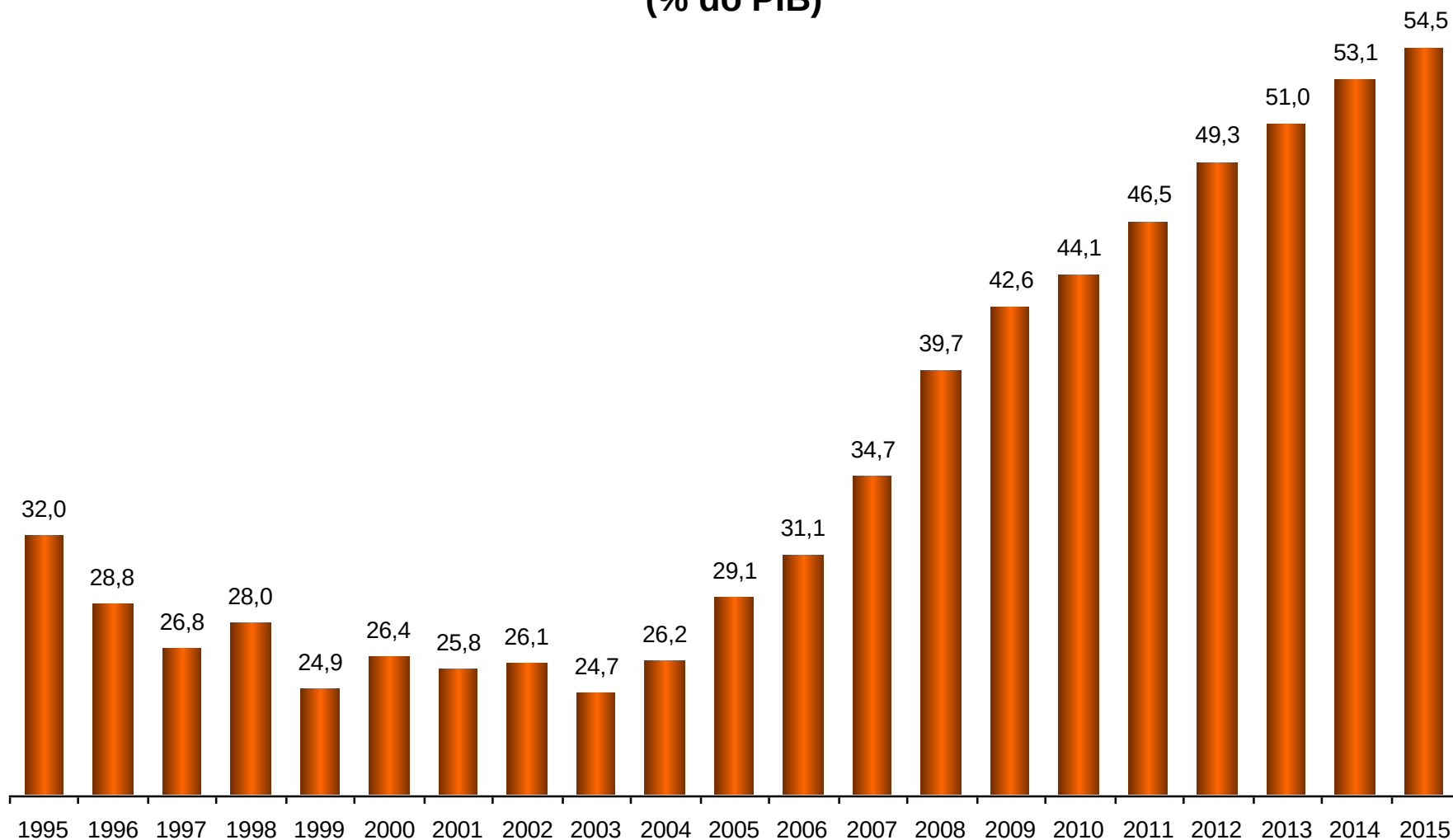
EMISSIONES BRASILEIRAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA EM CO2 EQUIVALENTE TgCO₂eq



Fonte: Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG)

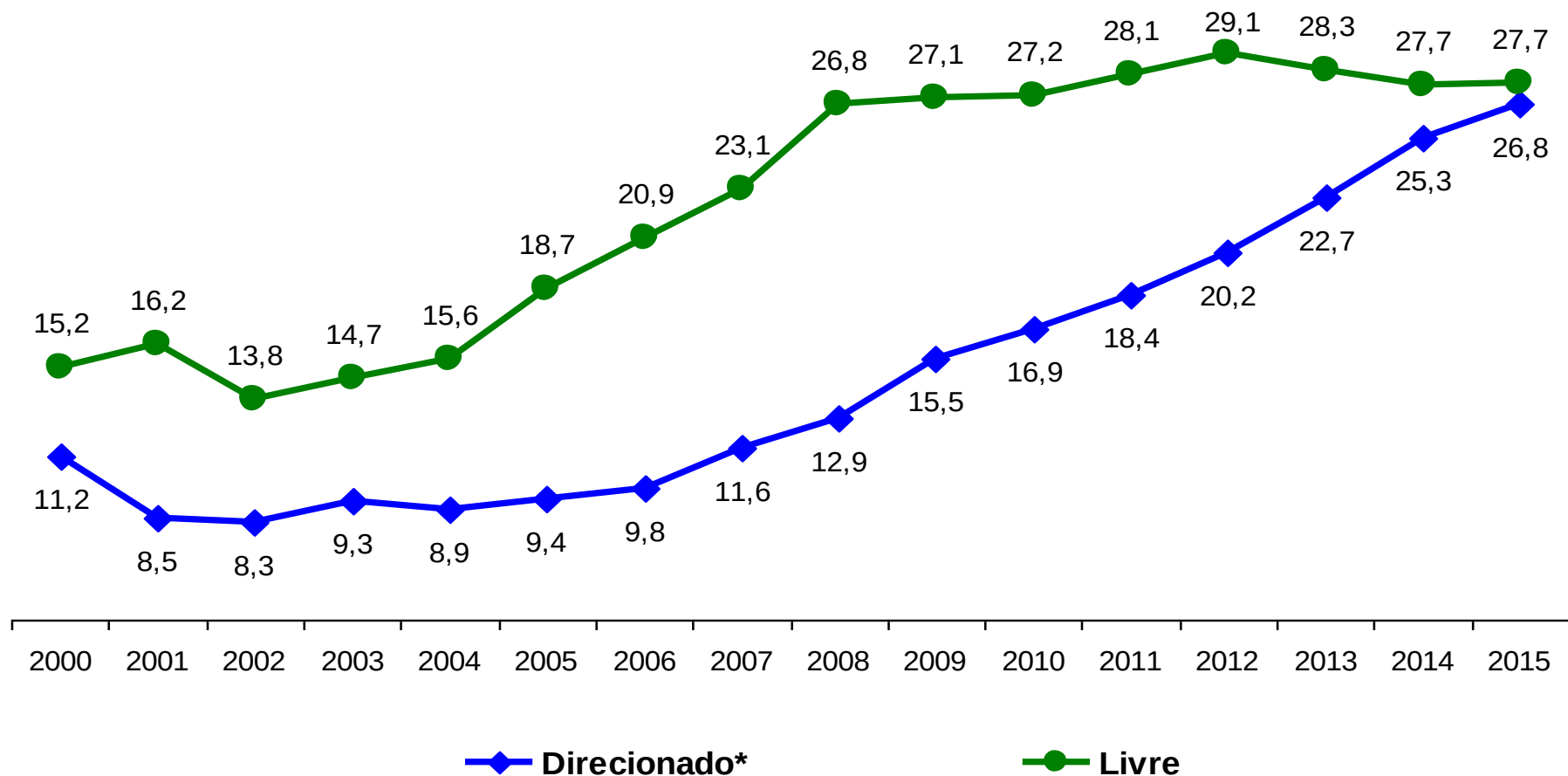
III - CRÉDITO E FINANCIAMENTO

**CRÉDITO TOTAL
SALDO EM FINAL DE PERÍODO
(% do PIB)**



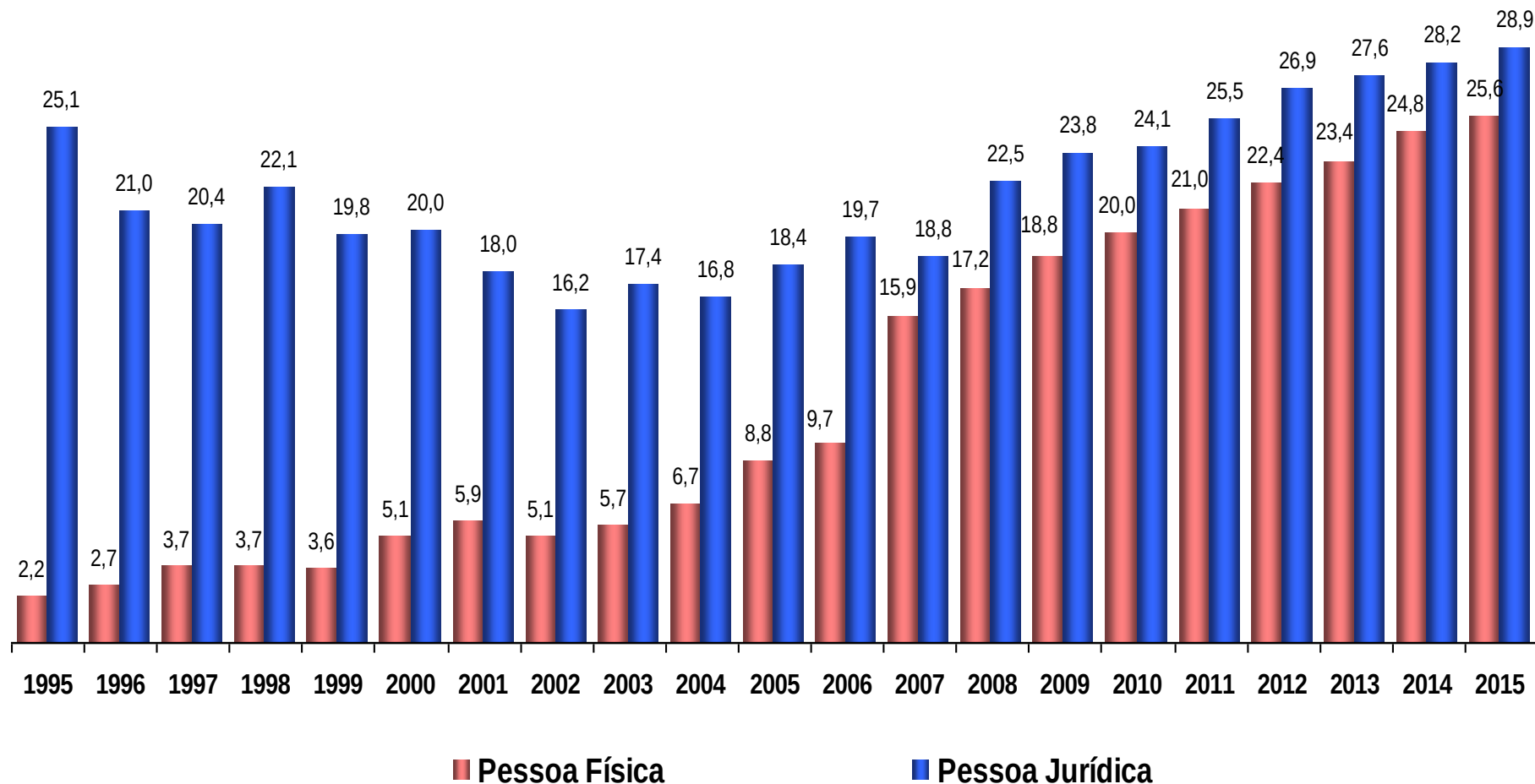
Fonte: BCB

CRÉDITO – RECURSOS LIVRES E DIRECIONADOS (%PIB)

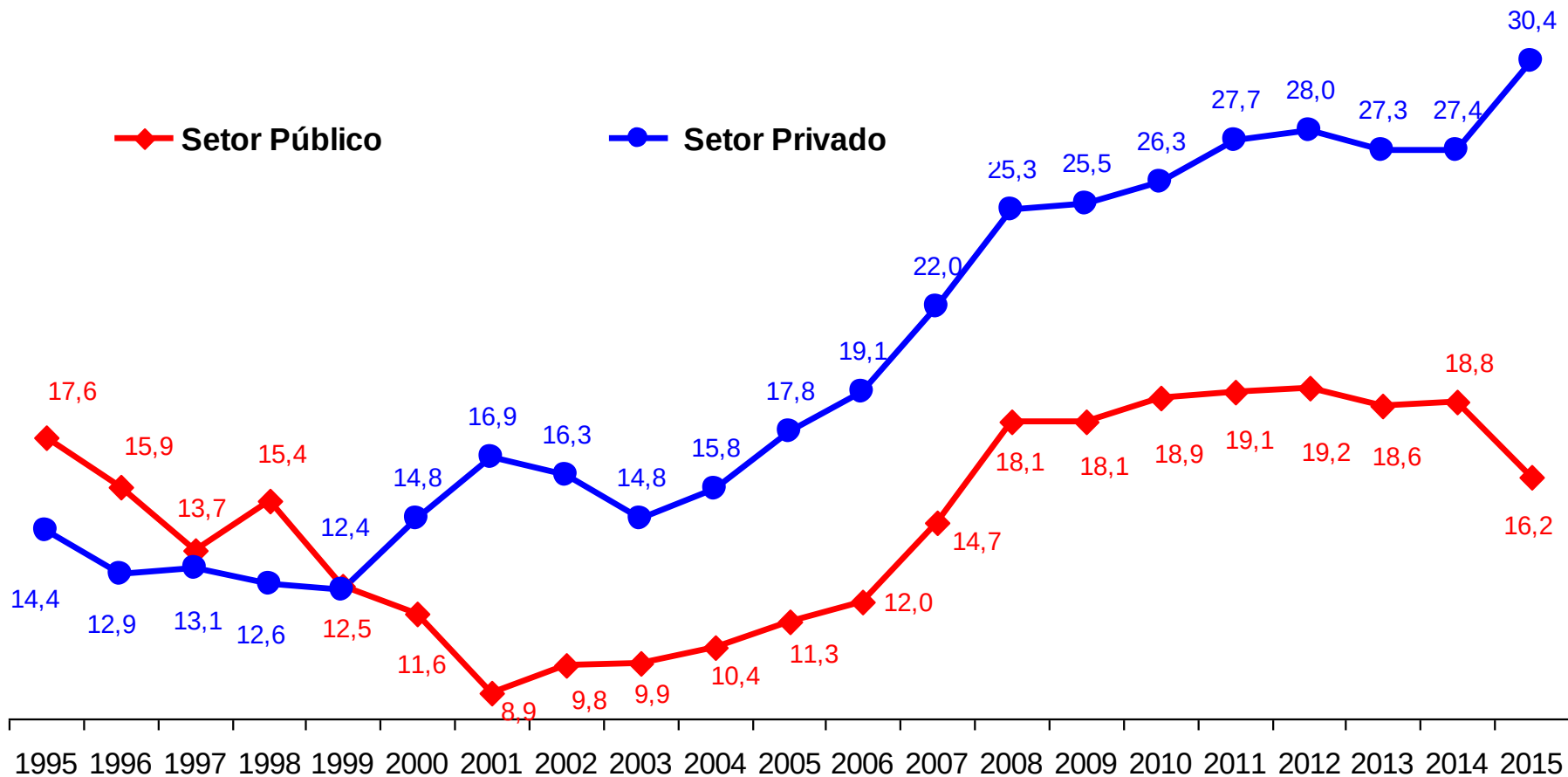


* abrangem tanto as operações diretas e os repasses do BNDES como as aplicações obrigatórias de todos os bancos em crédito rural e habitacional
Fonte: BCB

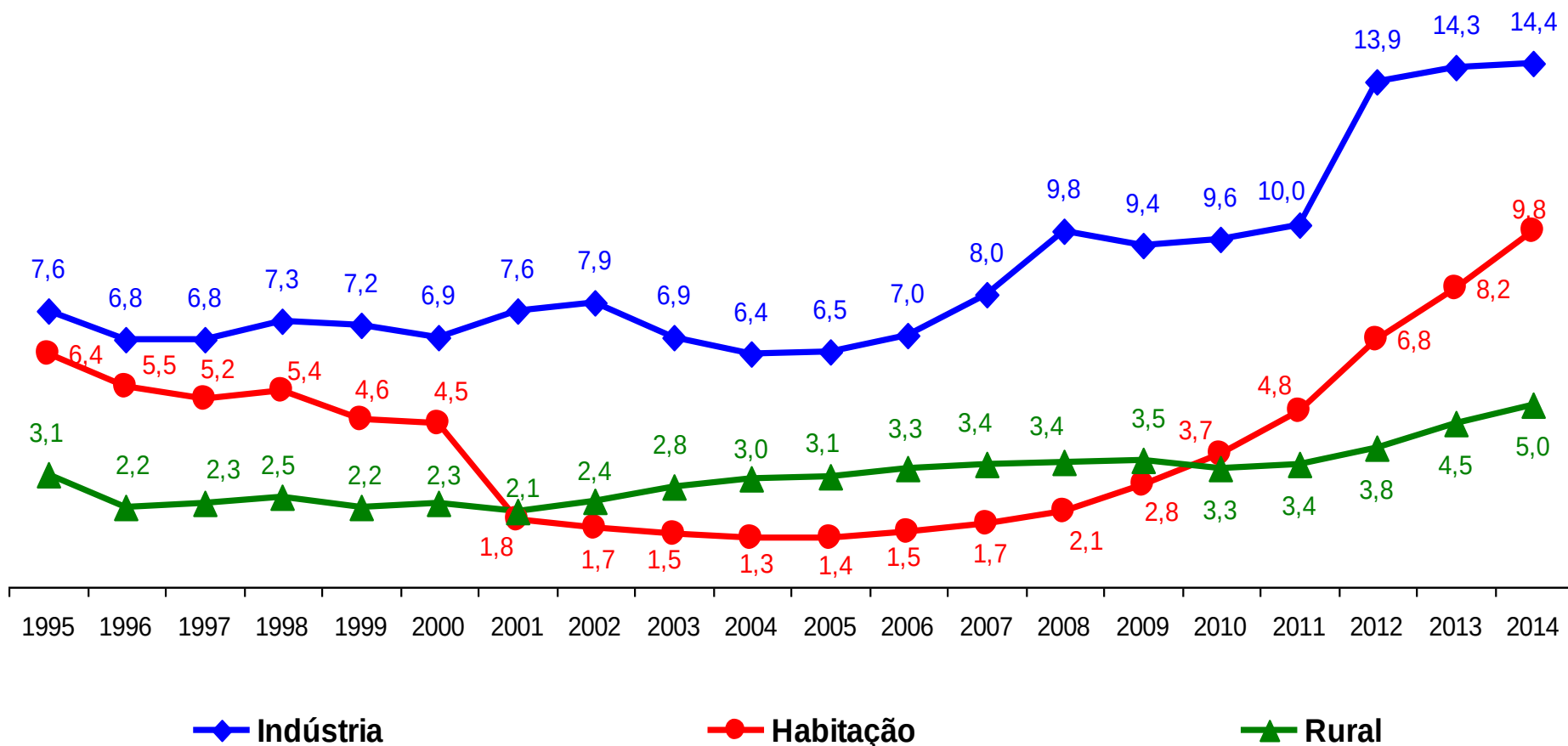
CRÉDITO A PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS SALDO EM FINAL DE PERÍODO (% do PIB)



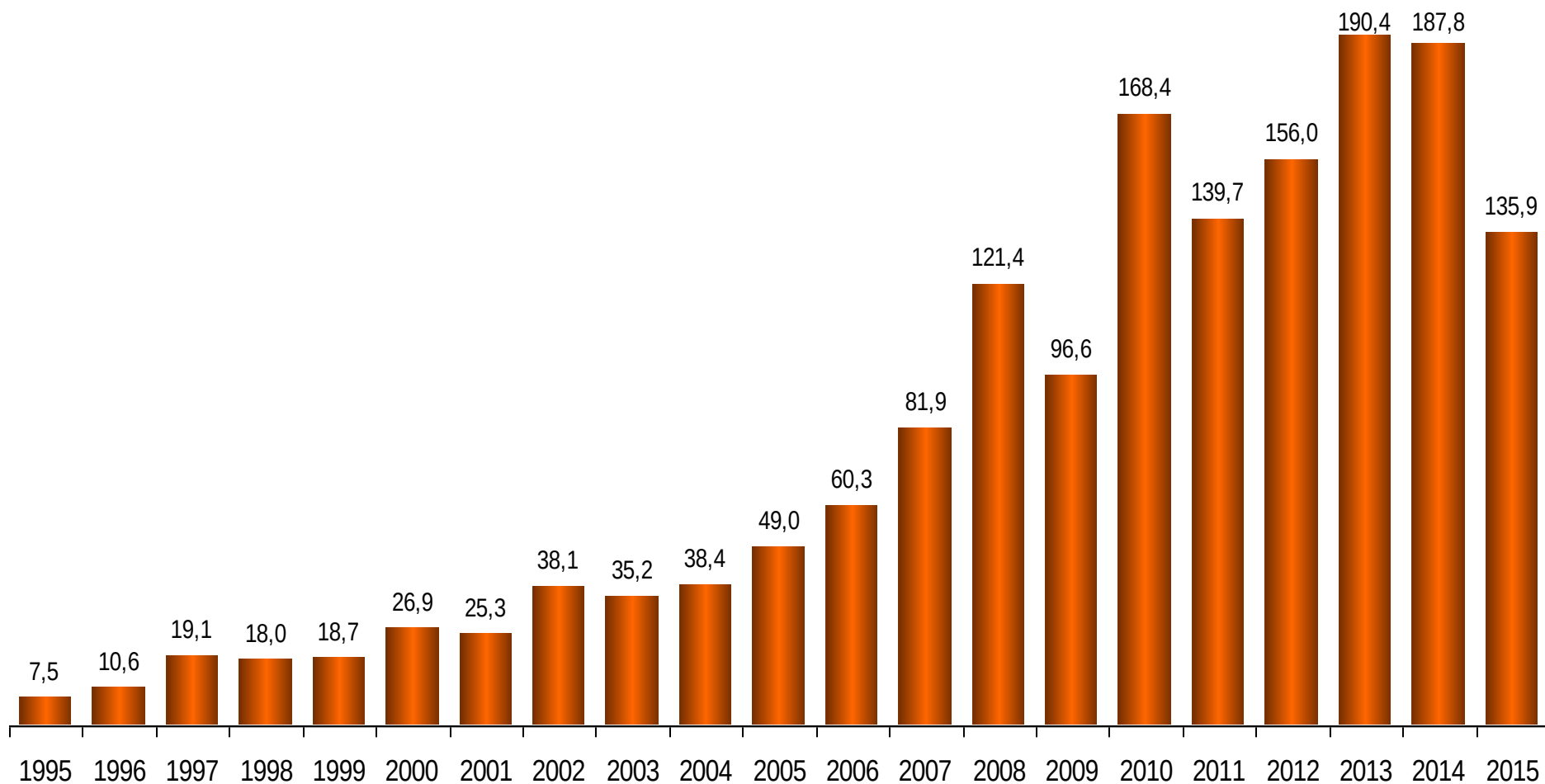
CRÉDITOS CONCEDIDOS PELOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO NACIONAL SALDO EM FINAL DE PERÍODO (% do PIB)



CRÉDITO AO SETOR PRIVADO Saldo em final de período (% do PIB)

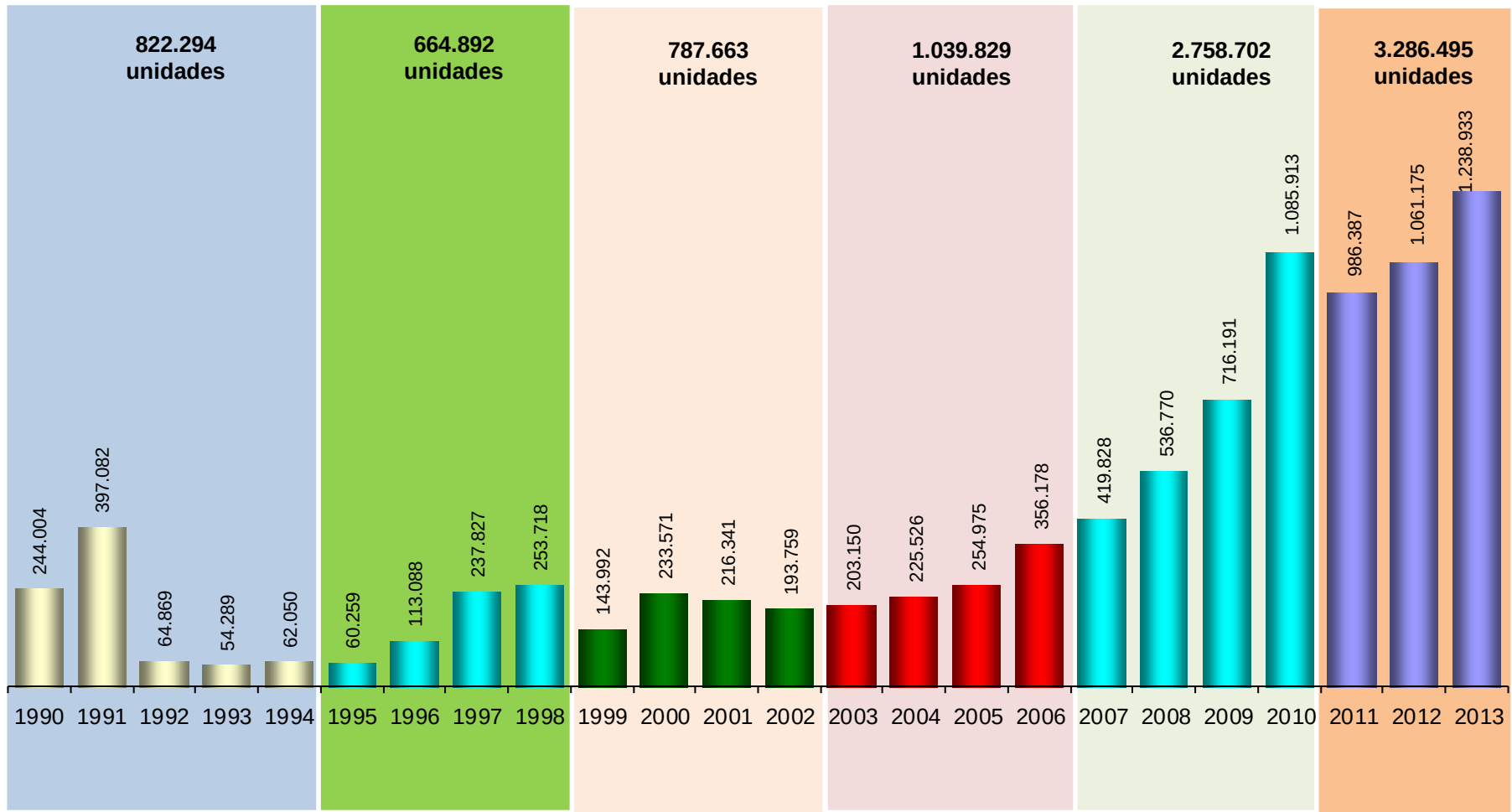


FINANCIAMENTOS DO BNDES (Em R\$ Bilhões)



Fonte: BNDES

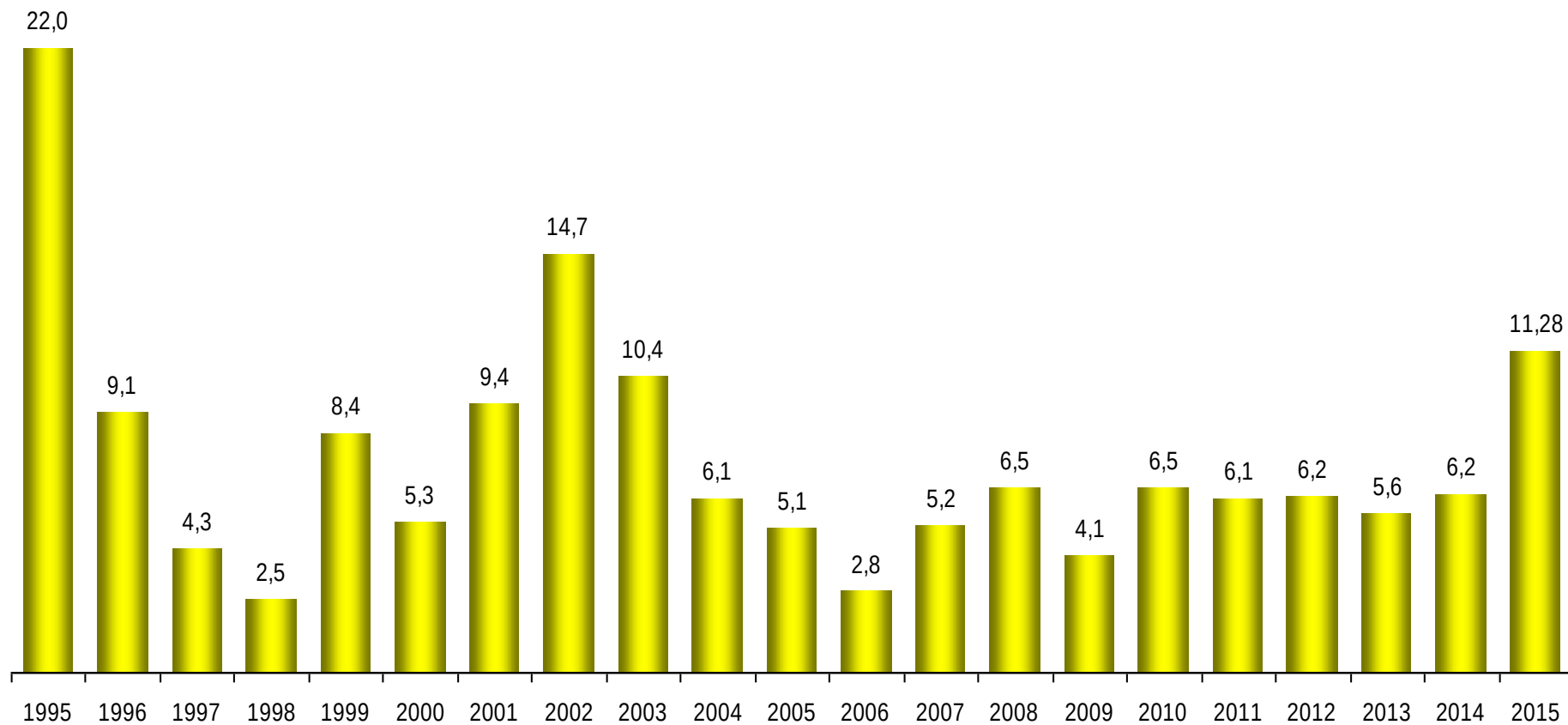
QUANTIDADE DE UNIDADES HABITACIONAIS CAIXA + MERCADO (Total de financiamentos)



Fonte: Caixa Econômica Federal

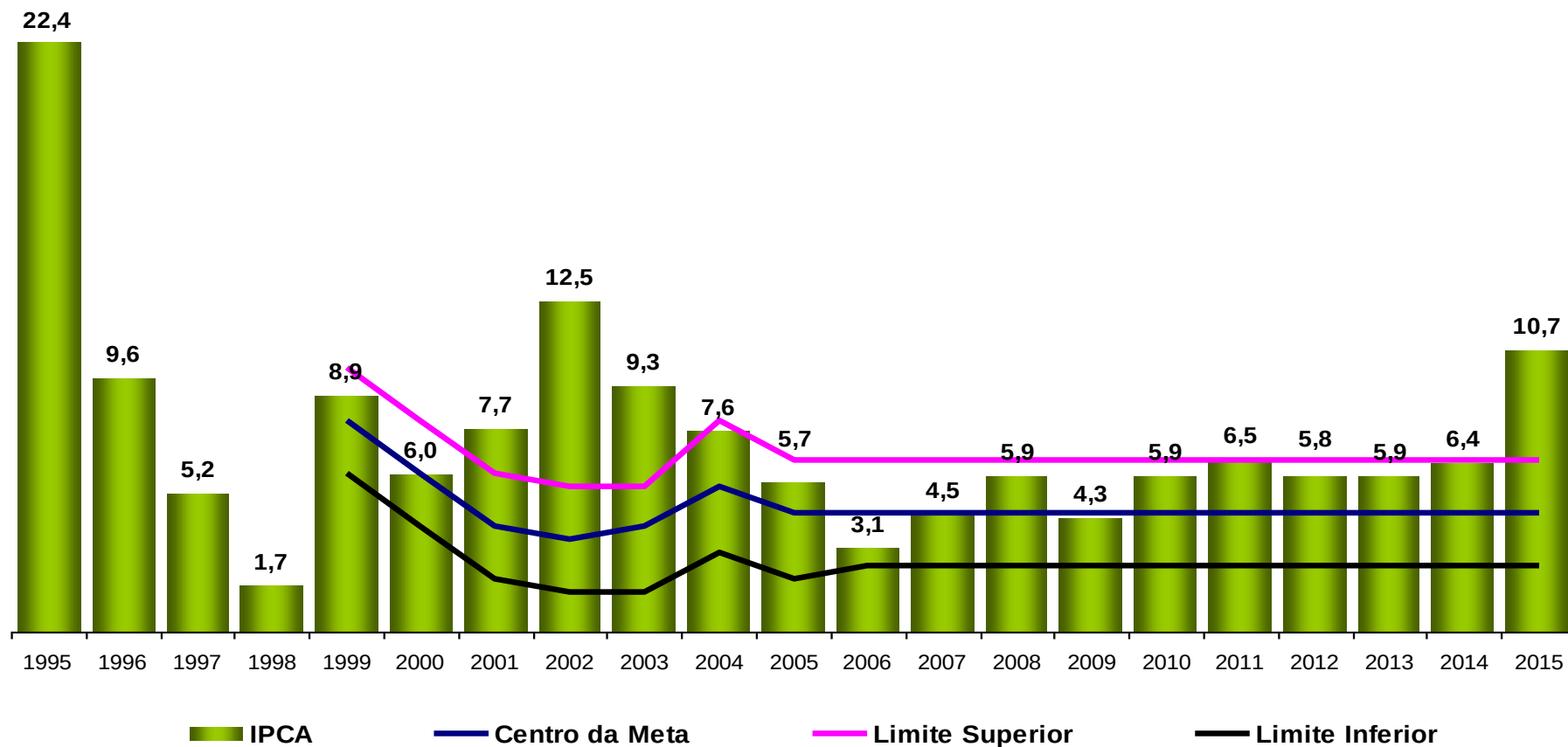
IV – INFLAÇÃO E PREÇOS

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR - INPC Variação anual (%)



Fonte: IPEADATA

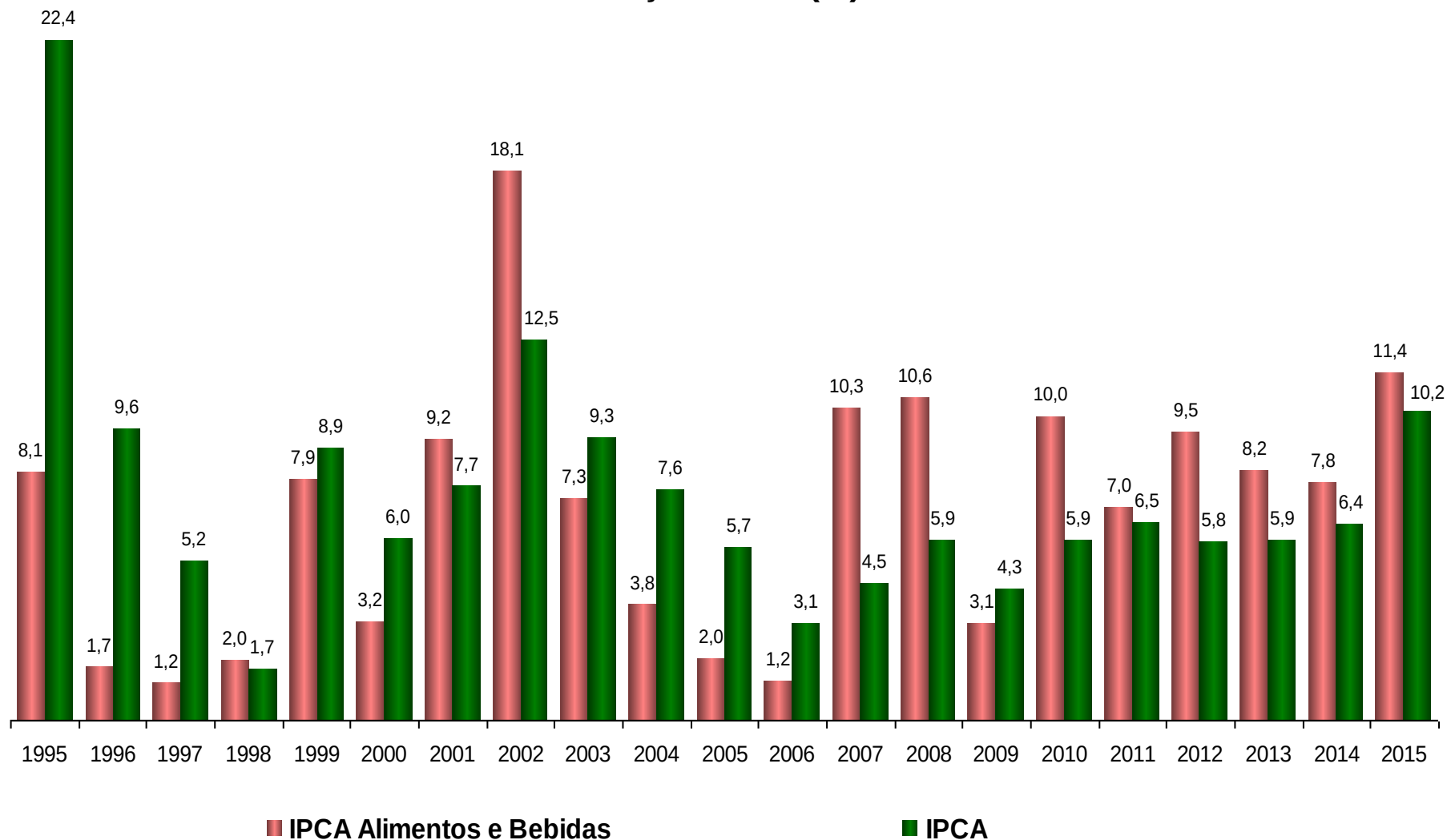
EVOLUÇÃO DA TAXA DE INFLAÇÃO (IPCA) (%)



Elaboração do Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI com base nos dados do IPEADATA

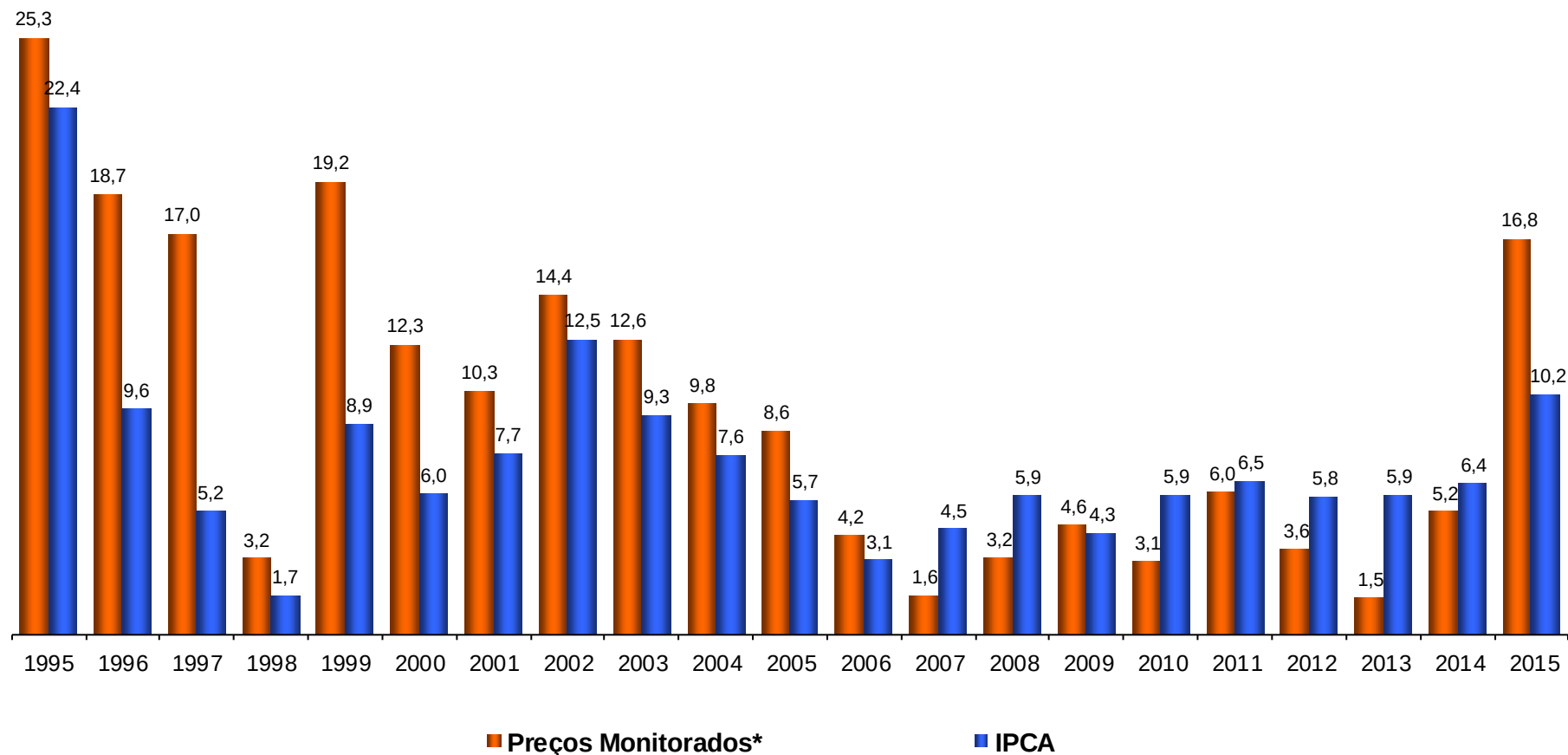
IPCA - ALIMENTOS E BEBIDAS

Variação anual (%)



IPCA – PREÇOS MONITORADOS

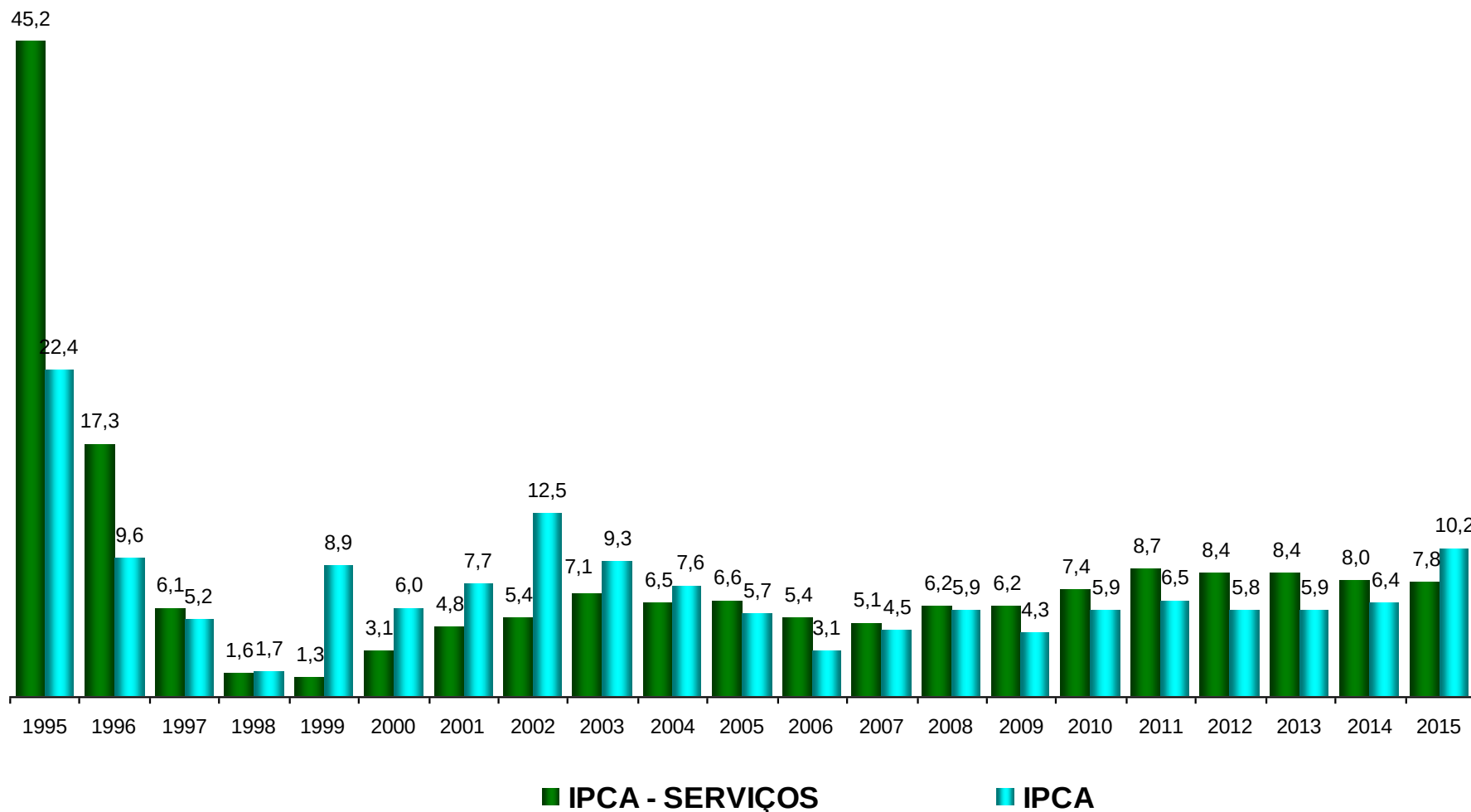
Variação anual (%)



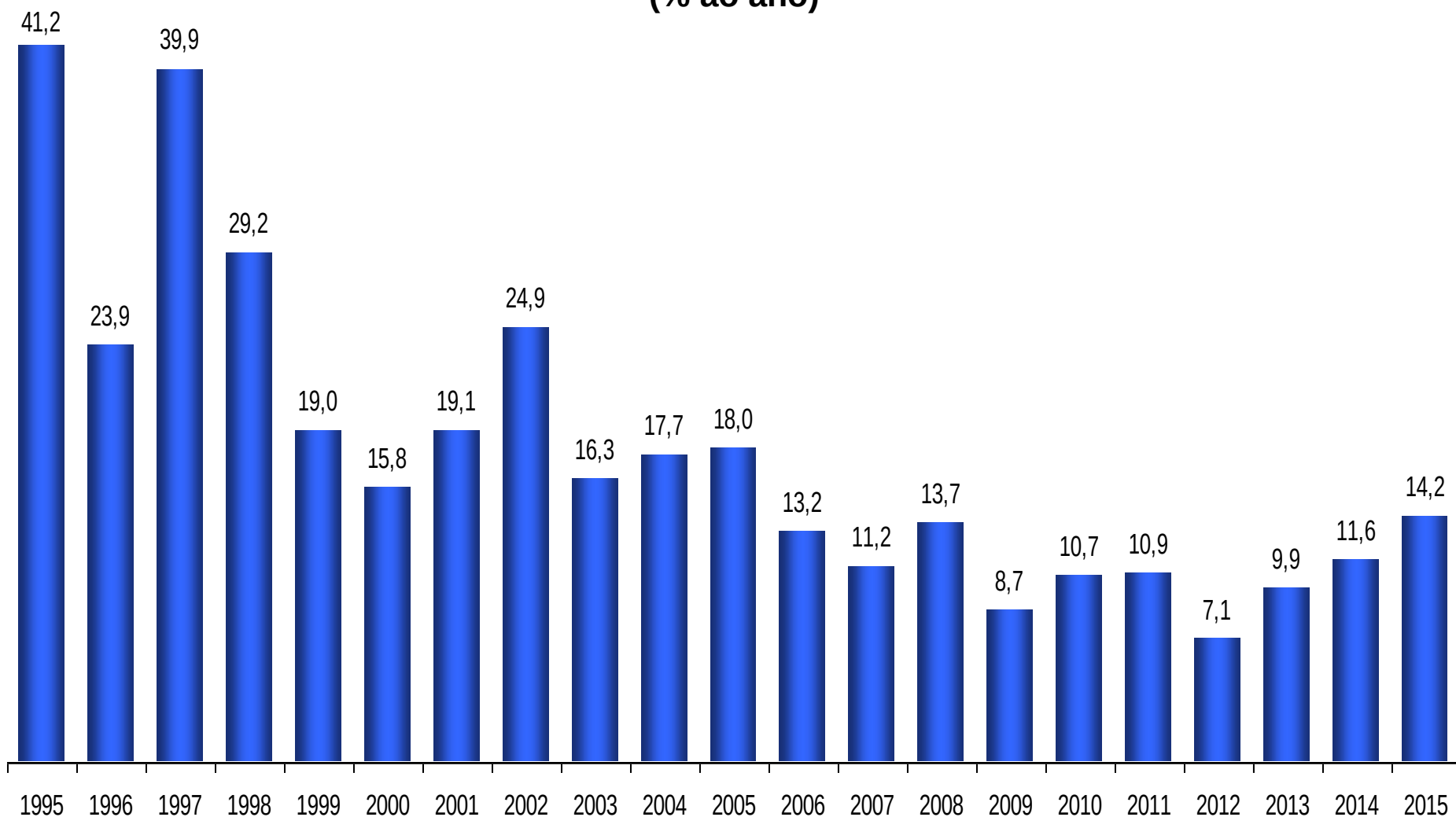
* Cesta composta por produtos como combustíveis, remédios, energia elétrica, passagens de ônibus e material escolar entre outros
Fonte: IPEADATA

IPCA – PREÇOS LIVRES - SERVIÇOS

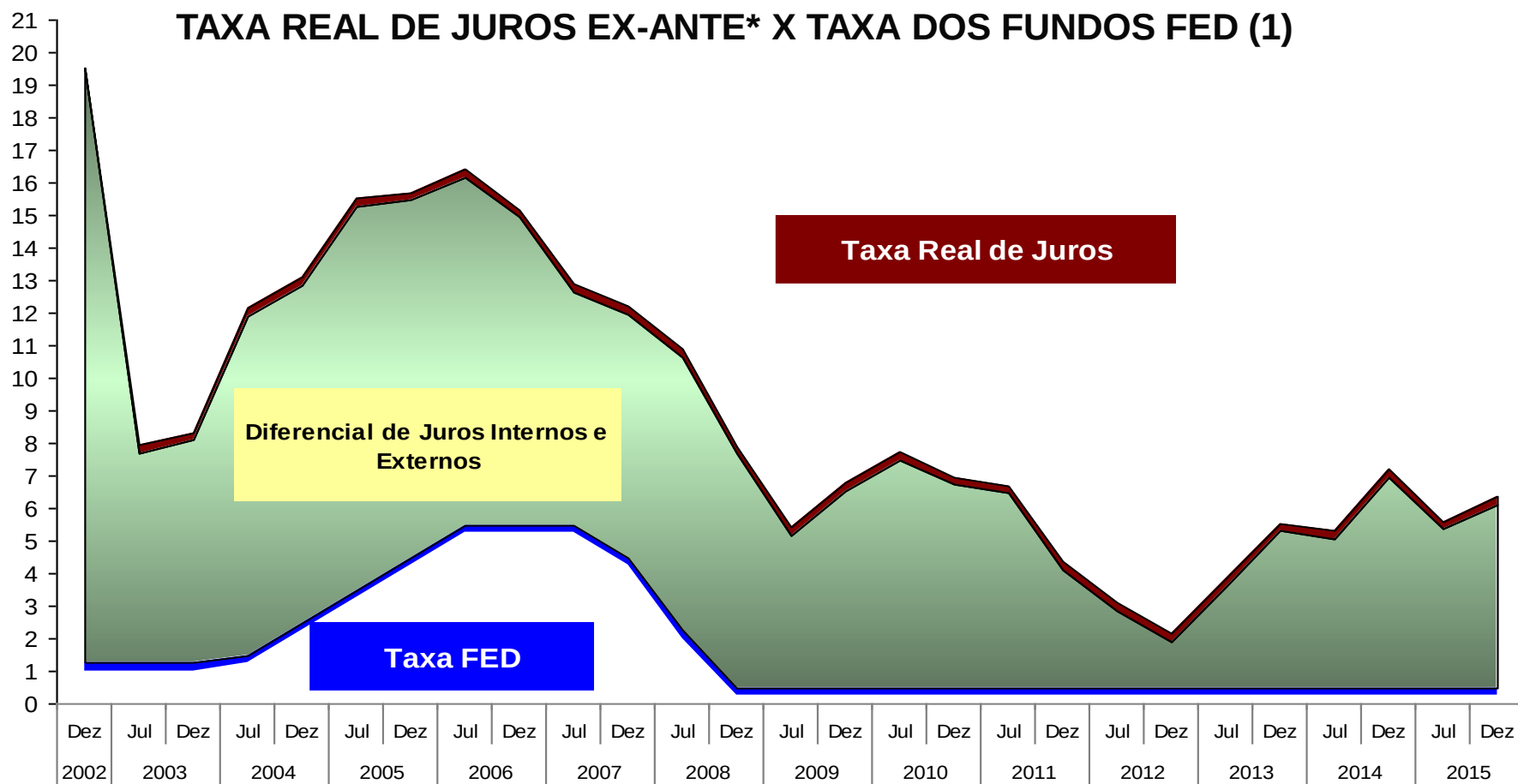
Variação anual (%)



TAXA DE JUROS SELIC (% ao ano)



Fonte: BCB



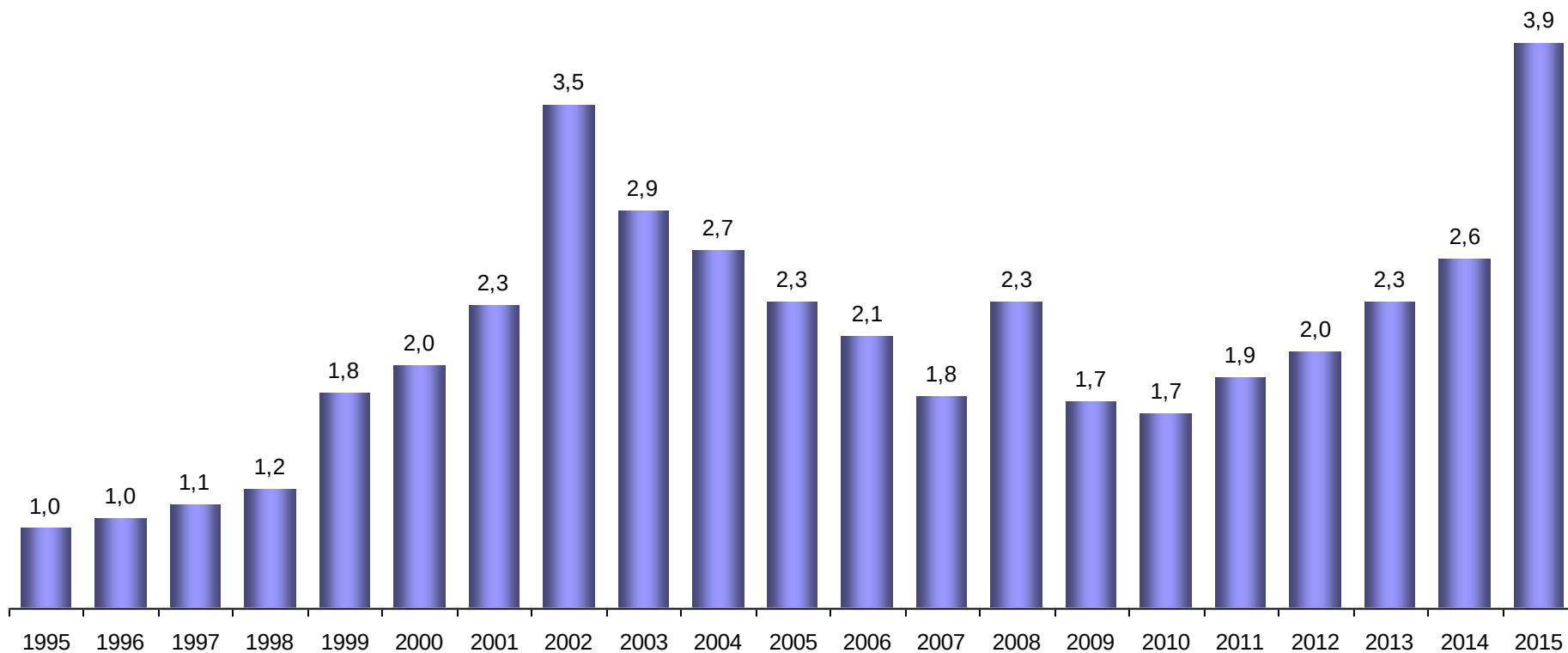
(1) As taxas de juros do FED, a partir de 2008, passaram a ser negativas em termos reais (dadas as taxas de inflação medidas pelo IPC), o que aumenta o diferencial entre as taxas internas e externas de juros.

* Taxa swap di-pré 360, retiradas as expectativas para a inflação nos próximos 12 meses

** A partir de dez/2008 a taxa dos fundos FED foi fixada entre 0,00 e 0,25%

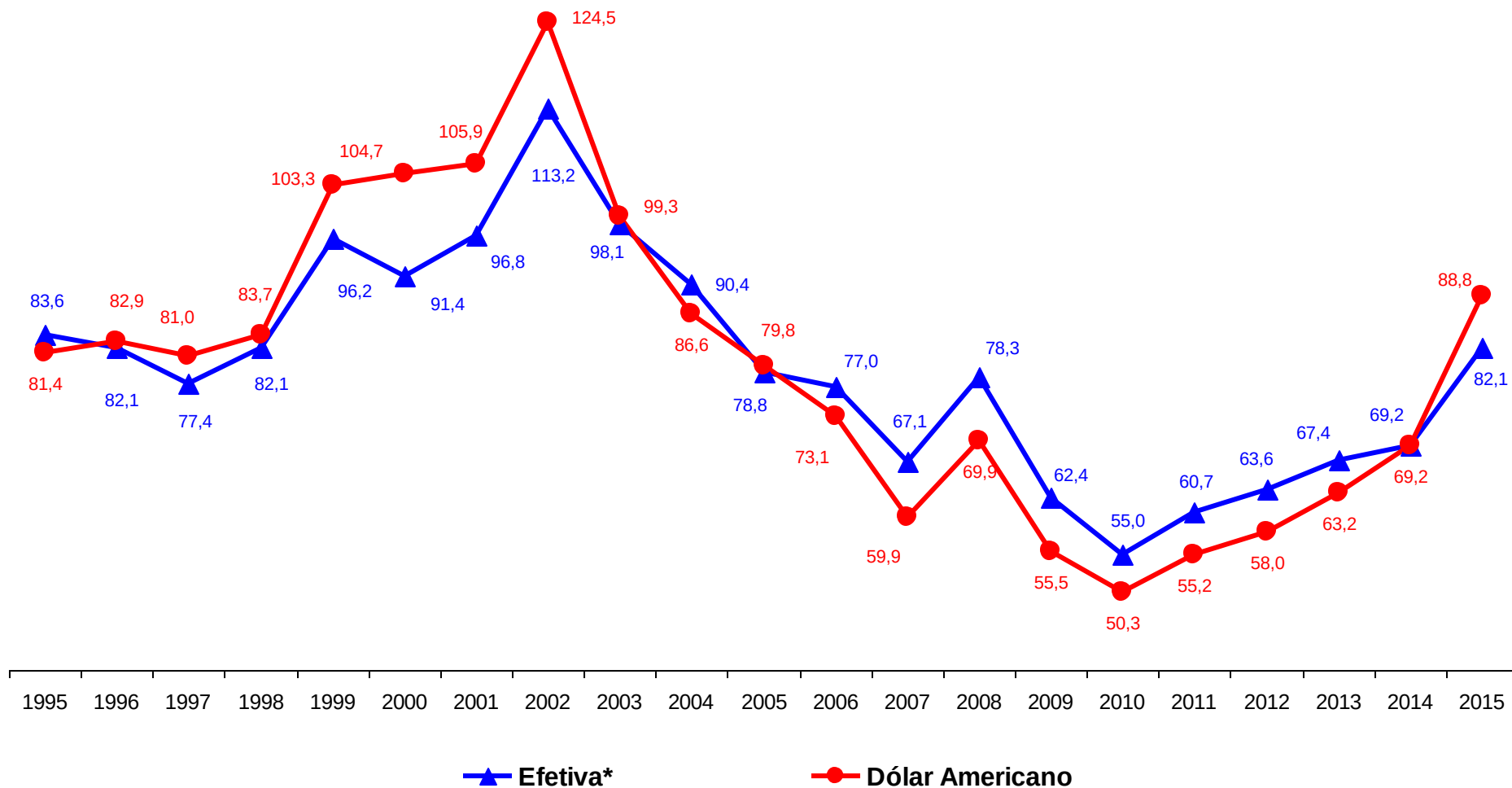
Fonte: Elaboração do Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI com base nos dados do BCB

TAXA DE CâMBIO NOMINAL (R\$ / US\$)



Fonte: BCB

ÍNDICE DE TAXAS DE CâMBIO REAL (IPA-DI)

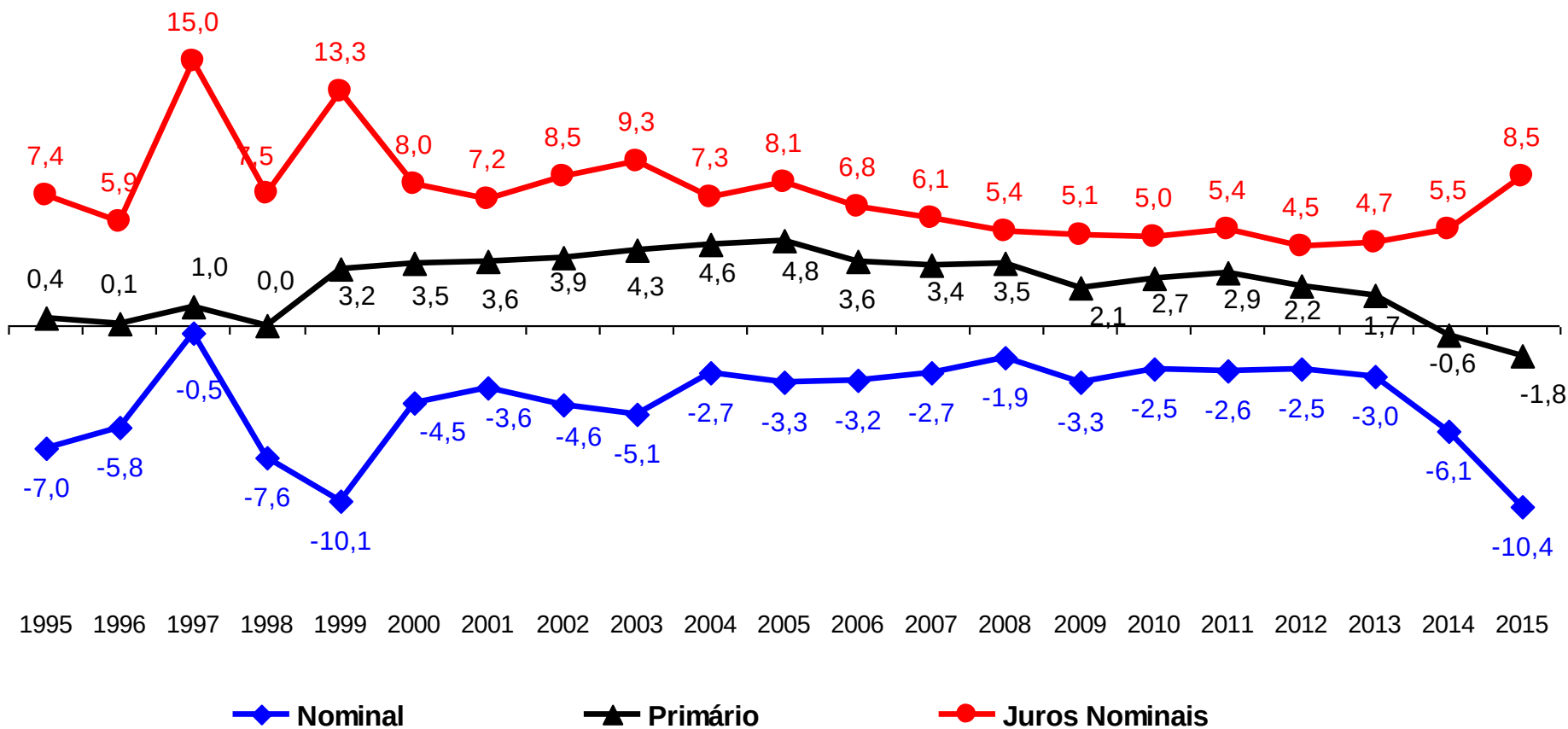


* Cesta de moedas de 15 países

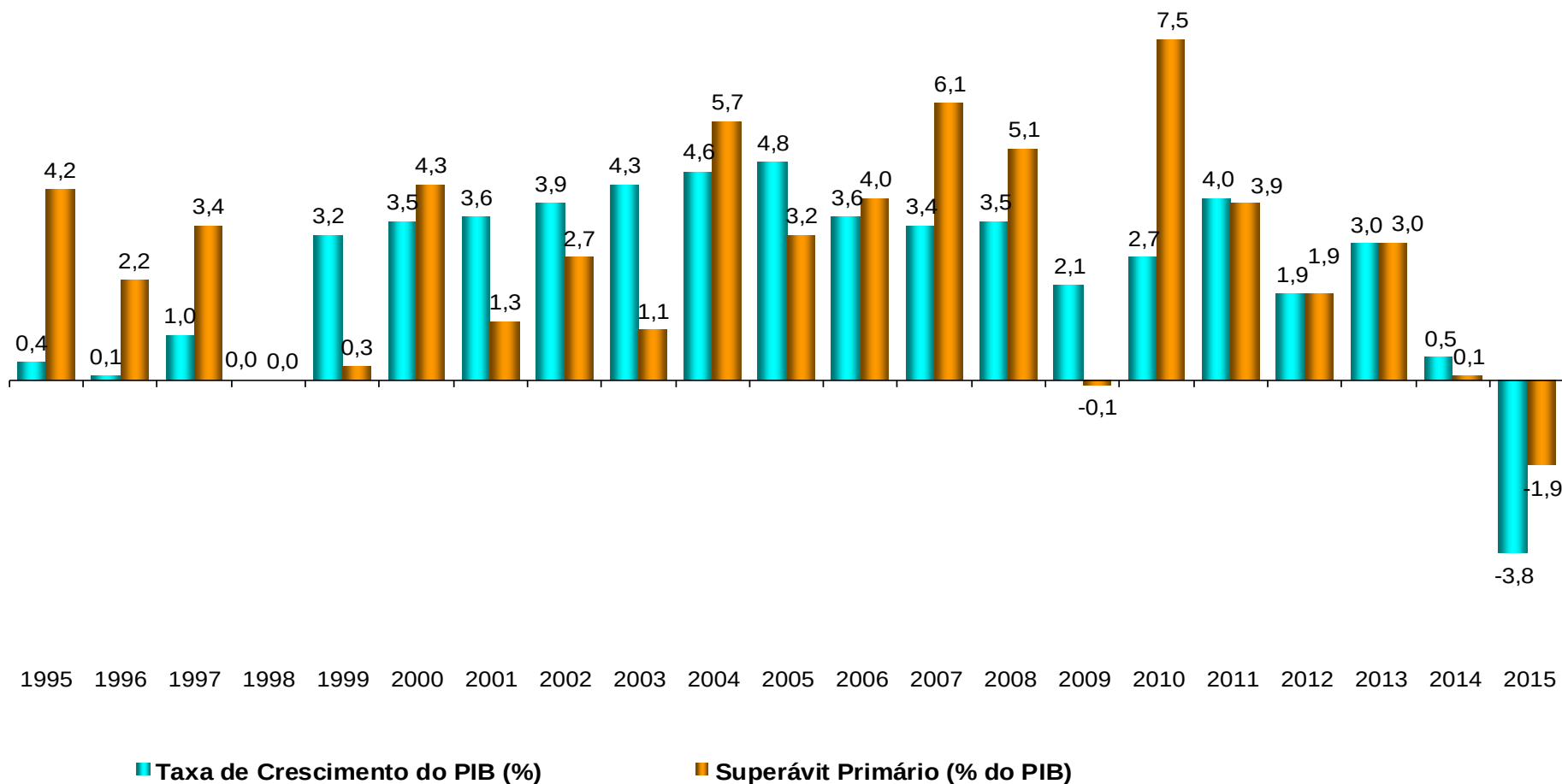
Fonte: BCB

V - CONTAS PÚBLICAS

SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL (% do PIB)

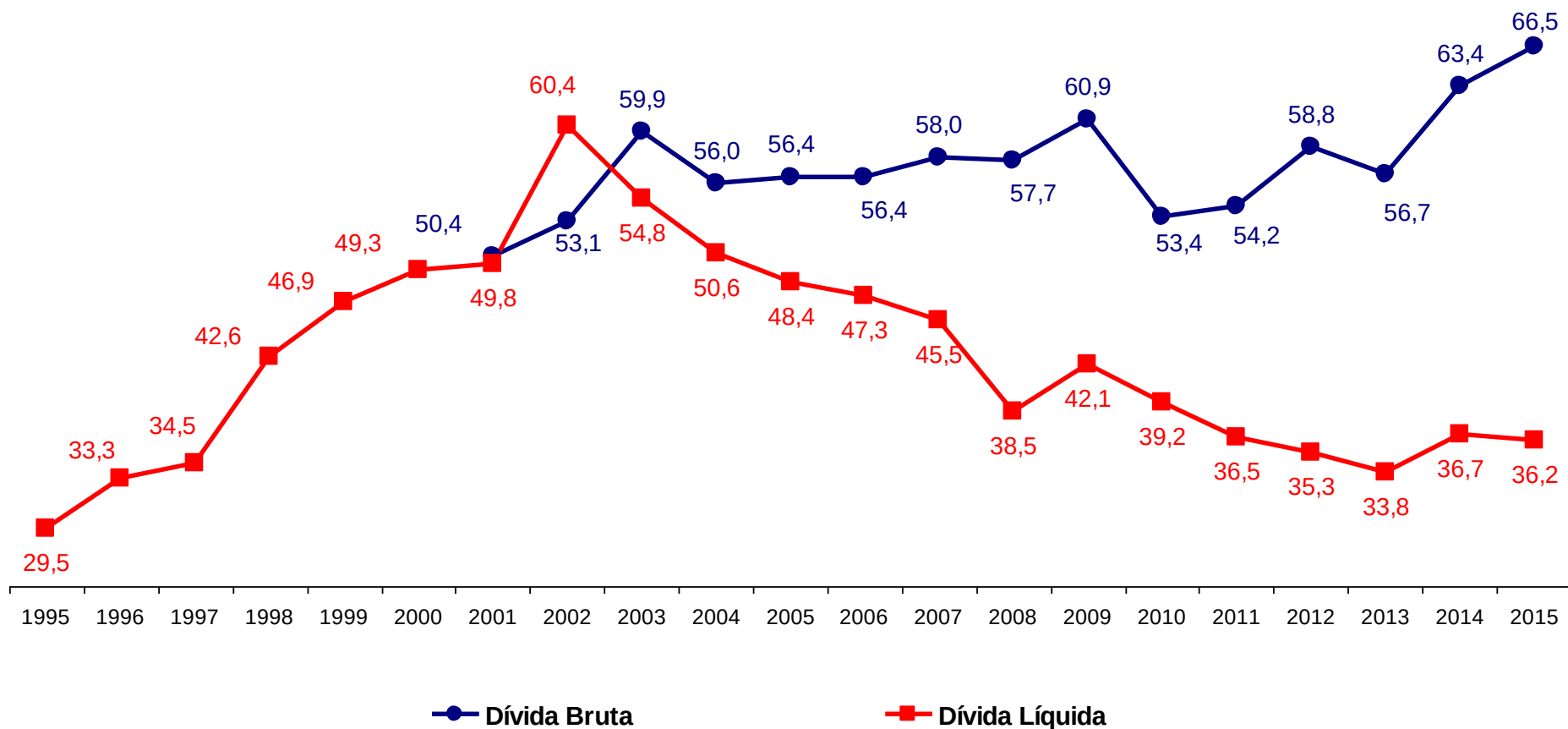


EVOLUÇÃO DO PIB REAL E DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO



Fonte: BCB

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA BRUTA E LÍQUIDA (% do PIB)



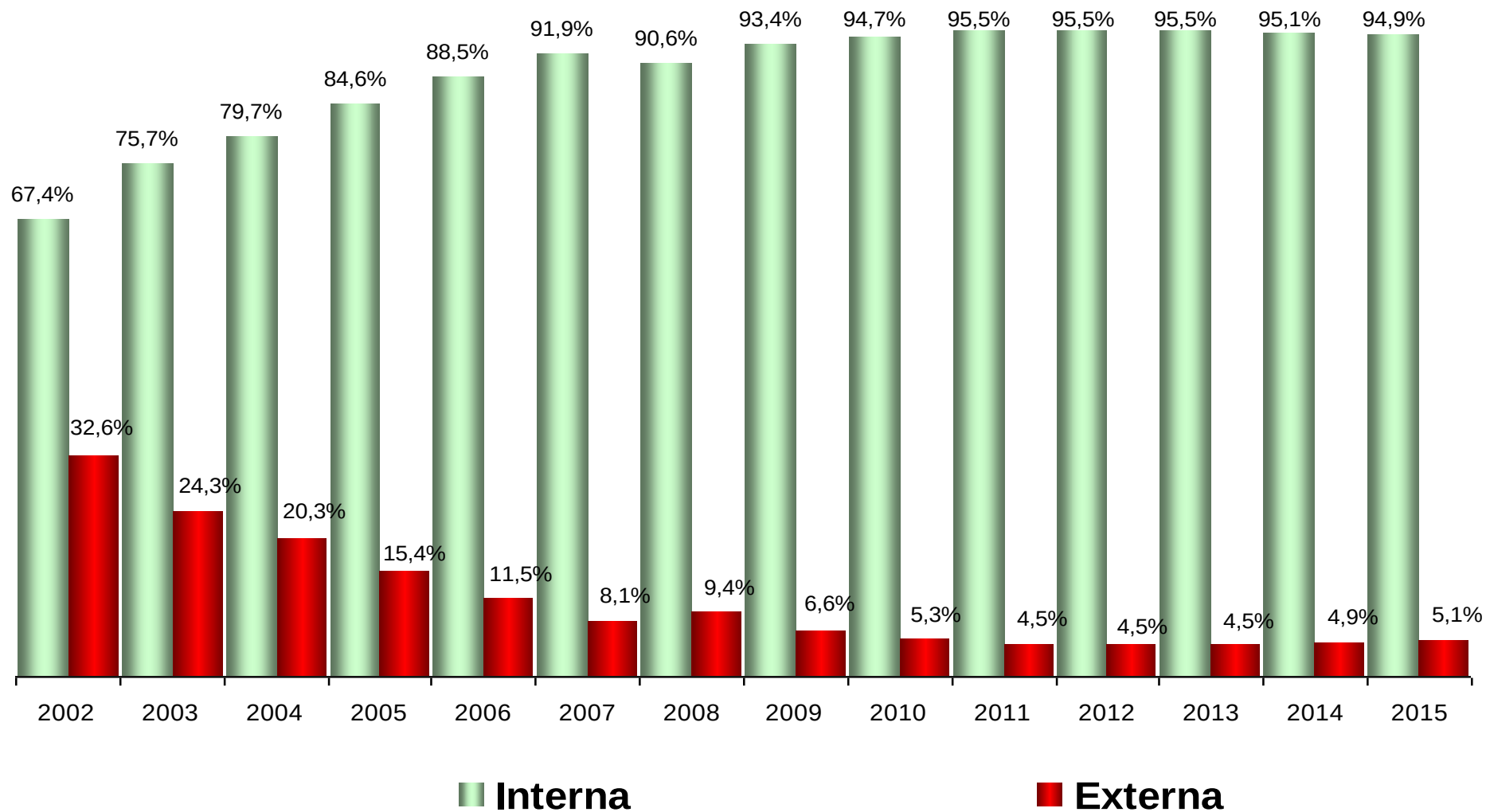
Fonte: BCB

DÍVIDA PÚBLICA NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS E EM SUA PERIFERIA EUROPEIA NO PÓS-CRISE (% do PIB)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média 2009/2015
Irlanda	61,8	86,8	109,3	120,2	120,0	107,5	95,2	100,1
Grécia	126,2	145,8	171,6	159,0	176,9	178,4	178,4	162,3
Espanha	52,7	60,1	69,5	85,4	93,7	99,3	99,0	79,9
Portugal	83,6	96,2	111,4	126,2	129,0	130,2	128,8	115,0
Italia	112,5	115,4	116,5	123,3	128,9	132,5	132,6	123,1
Alemanha	72,5	81,0	78,4	79,7	77,4	74,9	71,0	76,4
França	78,8	81,5	85,0	89,4	92,3	95,6	96,8	88,5
Reino Unido	65,7	76,6	81,8	85,3	86,2	88,2	89,3	81,9
Estados Unidos	86,0	94,7	99,0	102,5	104,8	105,0	105,8	99,7
Japão	210,2	215,8	231,6	238,0	244,5	249,1	248,1	233,9
Euro Área (15 Países)	78,3	84,0	86,6	91,3	93,4	94,5	93,2	88,7
Brasil	64,9	63,0	61,2	62,3	60,4	63,3	73,7	64,1

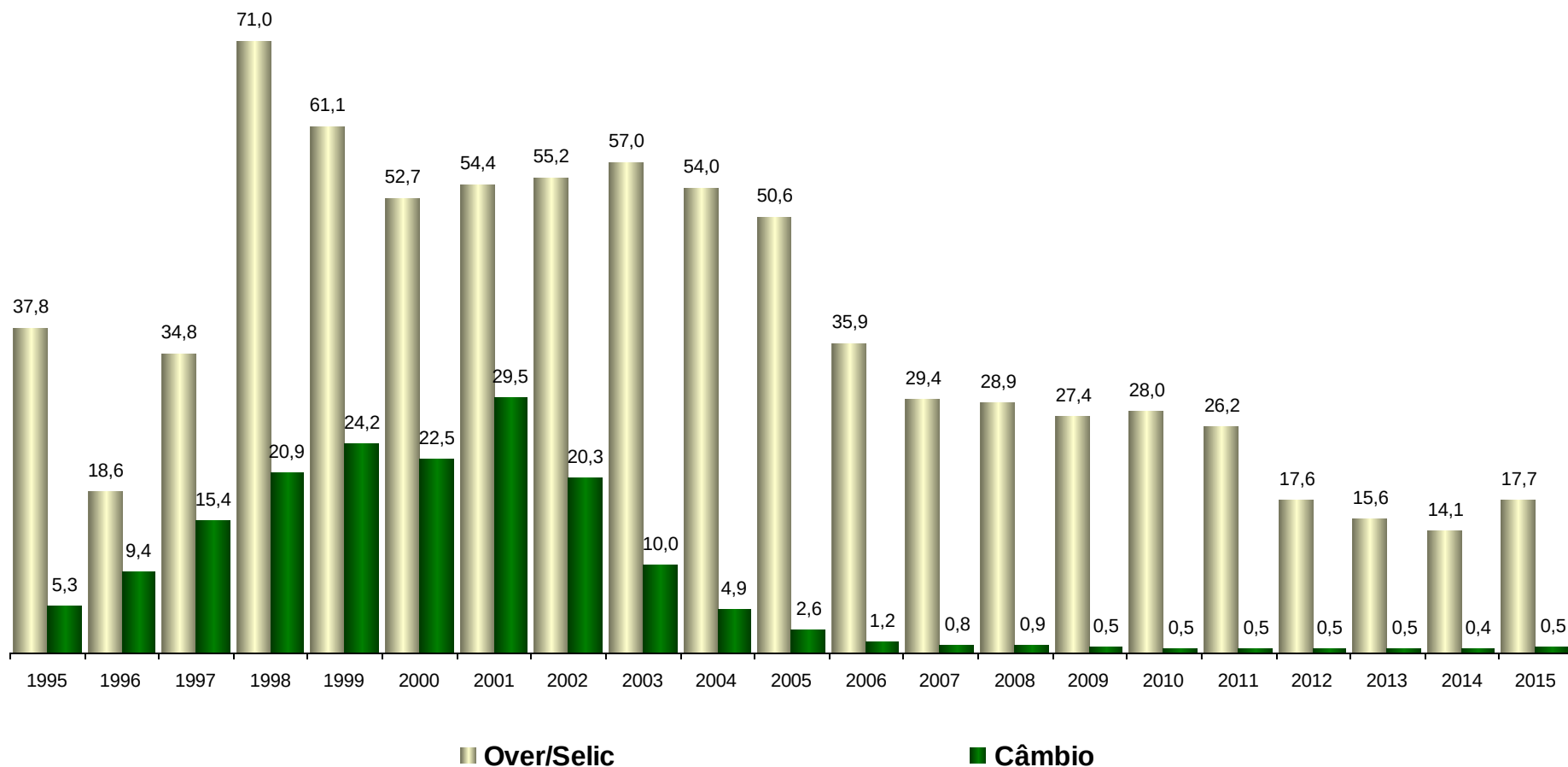
* Estimativa do FMI
Fonte: BCB FMI

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

TÍTULOS PÚBLICOS INDEXADOS AO CÂMBIO E A SELIC (% da Dívida Pública Federal - Total)



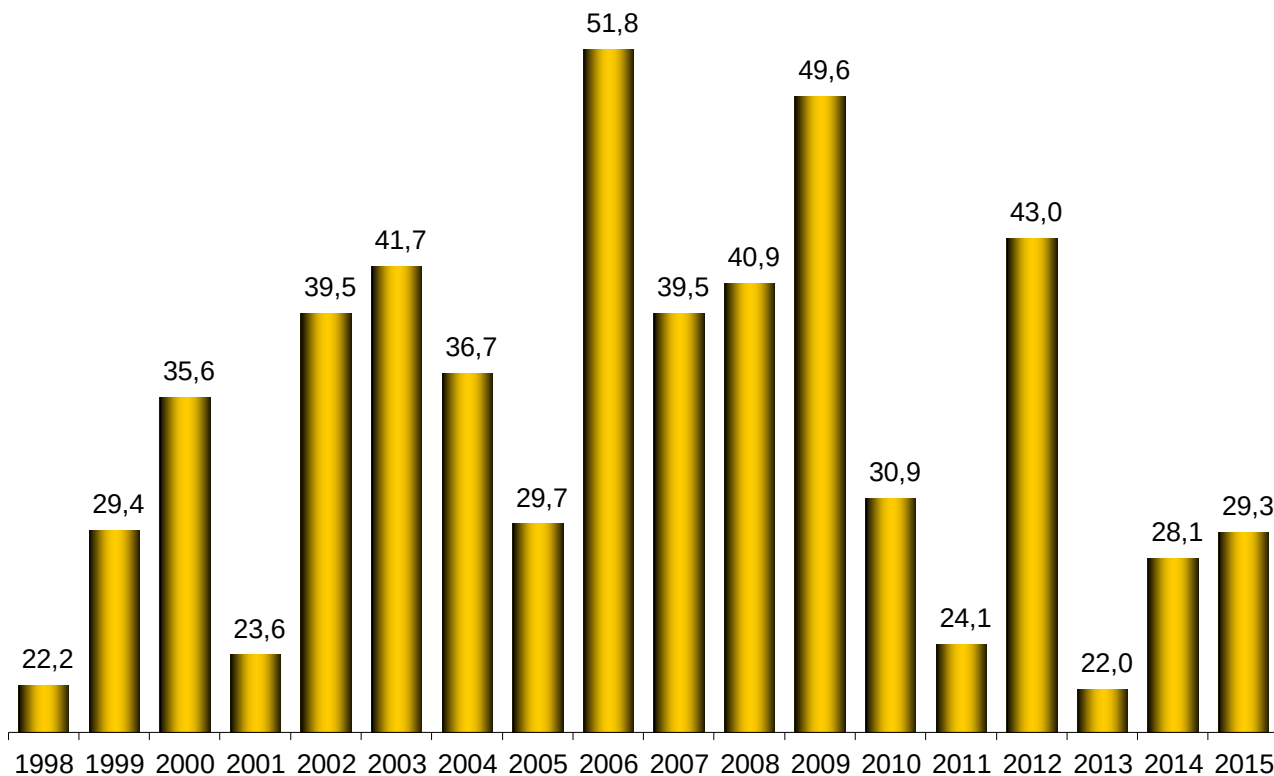
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA COMO PROPORÇÃO DAS DESPESAS

MEMO:

PRIMÁRIAS DA UNIÃO (A preços constantes de Jan/2016)

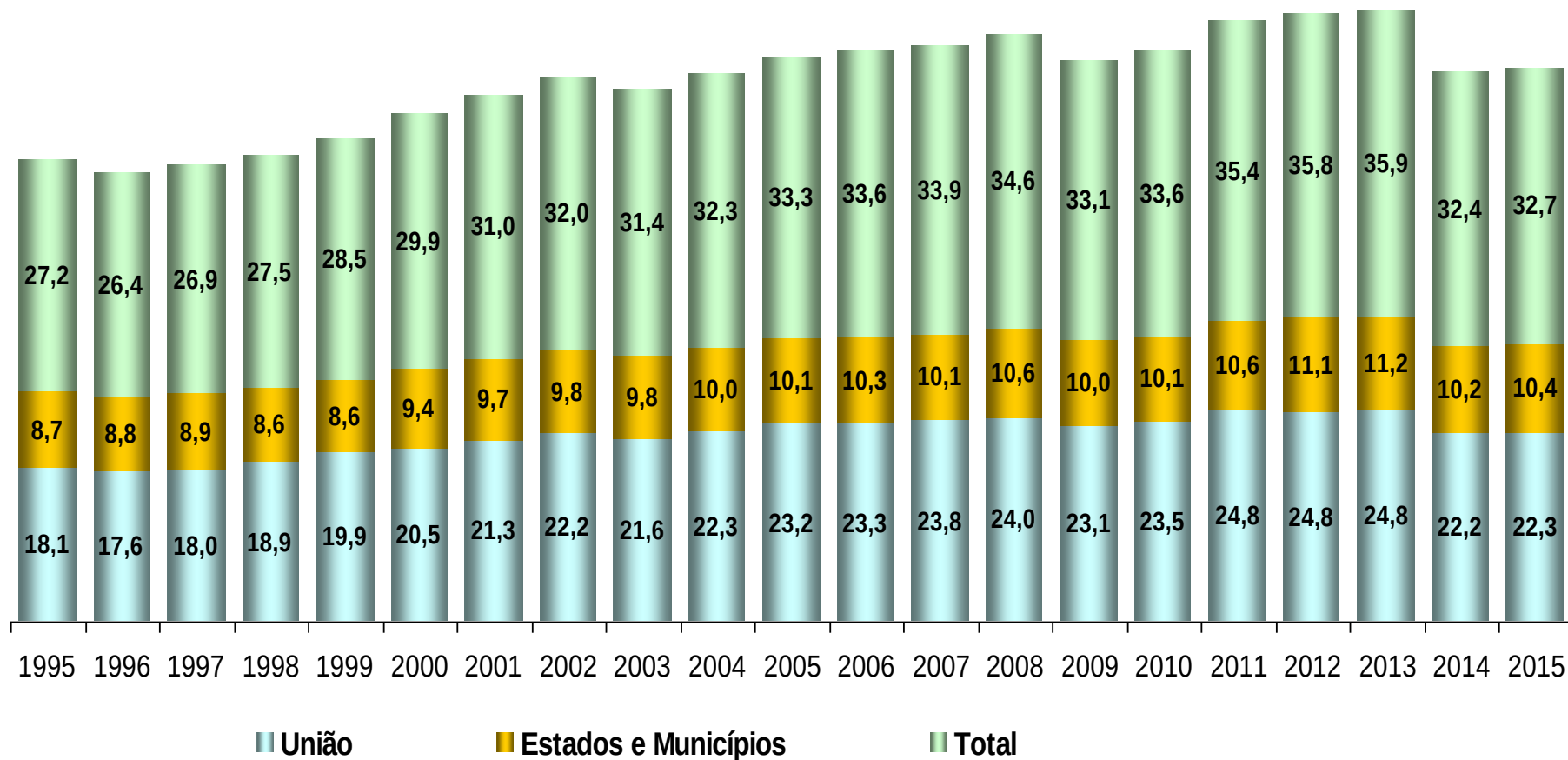
Ano	Despesas Primárias	Pagamento de JEAD
	R\$ Milhões	
1998	774.863.625.469	172.390.147.149
1999	734.608.434.402	215.945.099.043
2000	647.134.145.773	230.096.828.368
2001	807.286.553.822	190.708.743.714
2002	755.782.206.949	298.165.080.030
2003	728.364.827.087	303.932.964.717
2004	780.800.584.048	286.532.126.426
2005	859.286.299.137	255.468.547.005
2006	926.877.372.275	479.665.353.640
2007	1.022.475.240.234	403.828.449.682
2008	1.106.972.278.053	452.946.221.855
2009	1.166.289.594.623	578.328.136.037
2010	1.245.554.359.798	384.274.725.306
2011	1.302.288.538.828	313.871.029.145
2012	1.381.685.371.030	593.486.307.952
2013	1.445.392.821.426	317.491.182.117
2014	1.484.466.578.754	416.990.759.502
2015	1.405.076.619.461	412.056.336.159



JEAD (Juros, encargos, amortizações das dívidas e despesas)

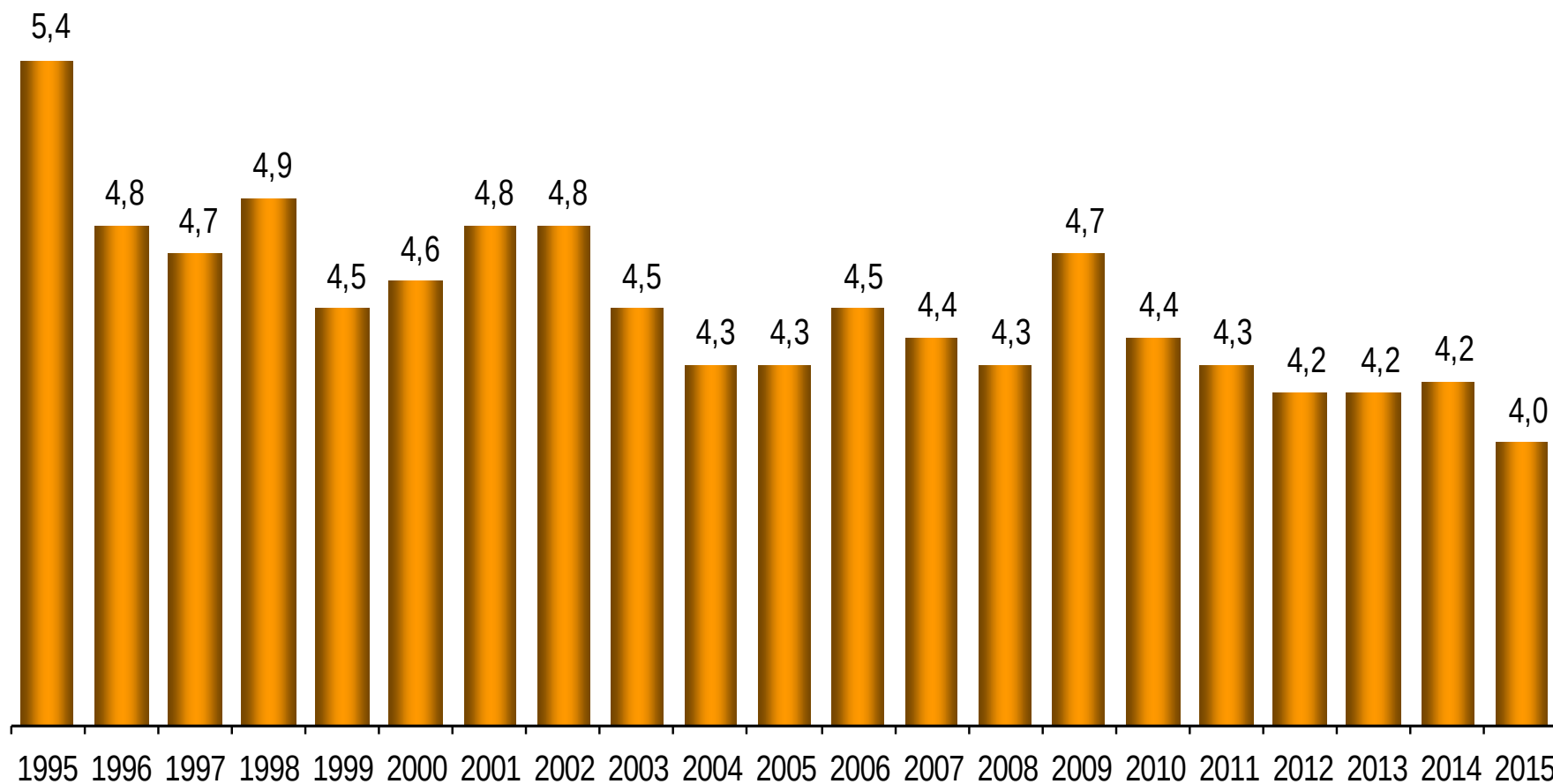
Fonte: Artigo de Nelson Cardoso Amaral - PEC 241: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais

CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA (% do PIB)

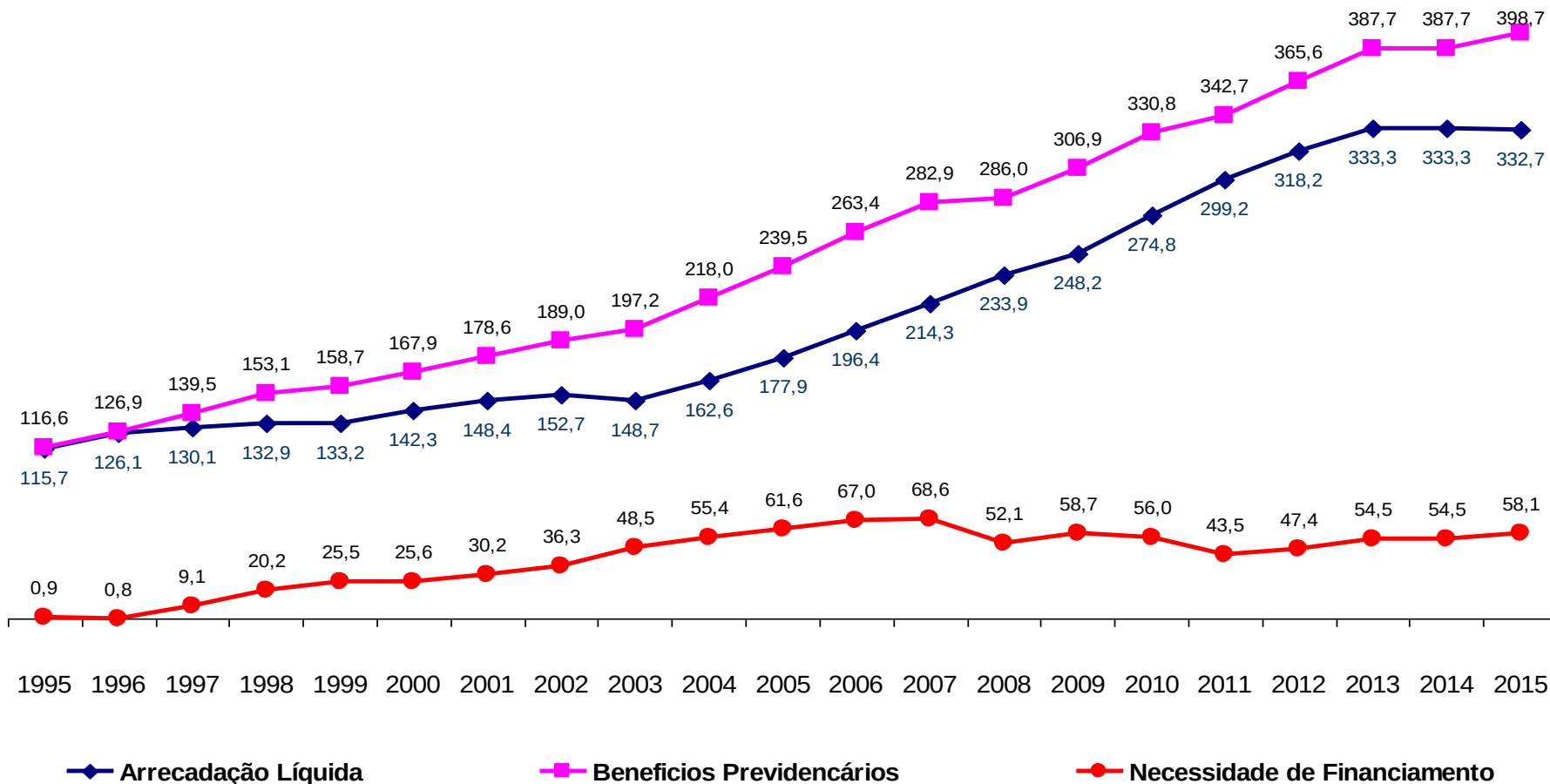


Fonte: Secretaria da Receita Federal

DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (% do PIB)



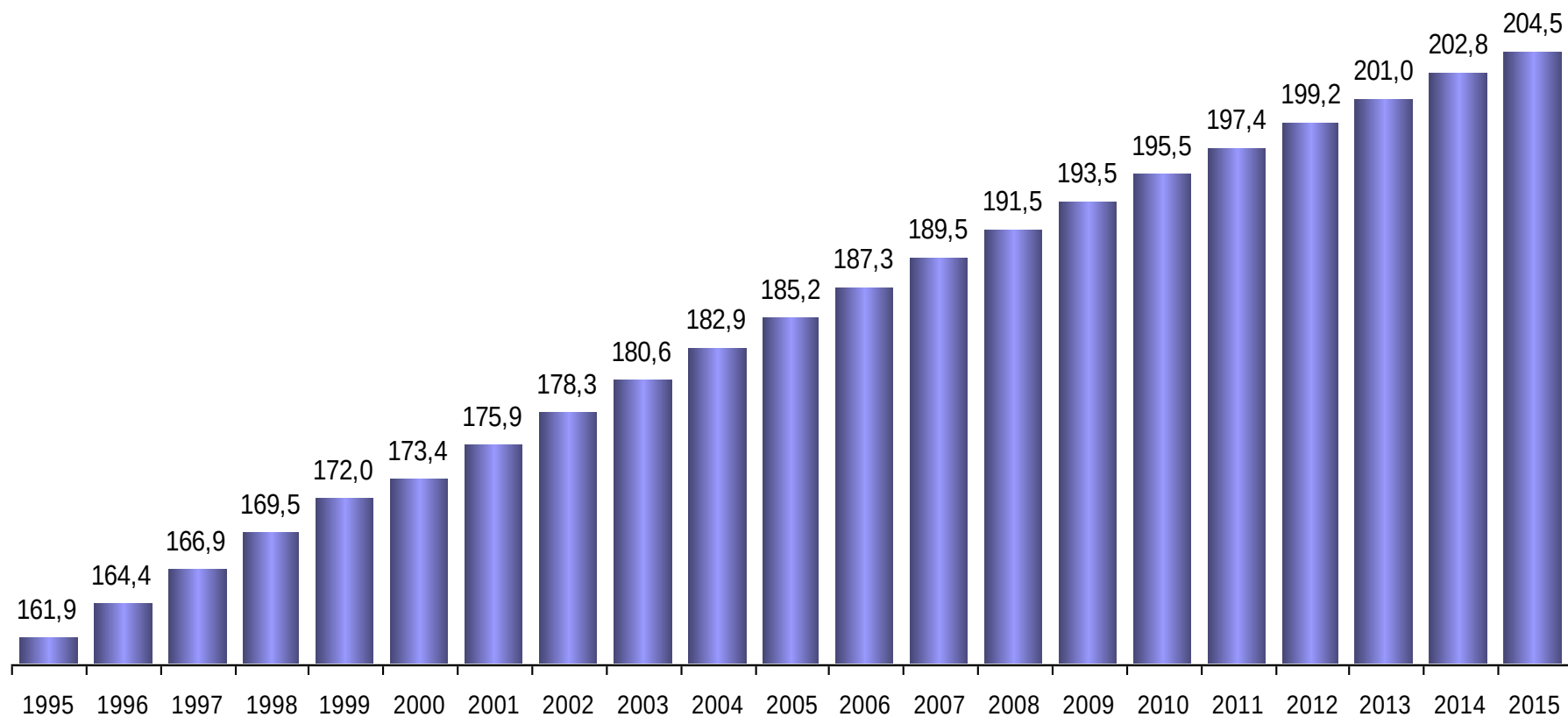
PREVIDÊNCIA - EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO LÍQUIDA E DA DESPESA COM BENEFÍCIOS (Em R\$ bilhões de dezembro de 2014 - INPC)



Fonte: Informes da Previdência Social, volume 27 número 1 de 2015 e 28 número 12 de 2015

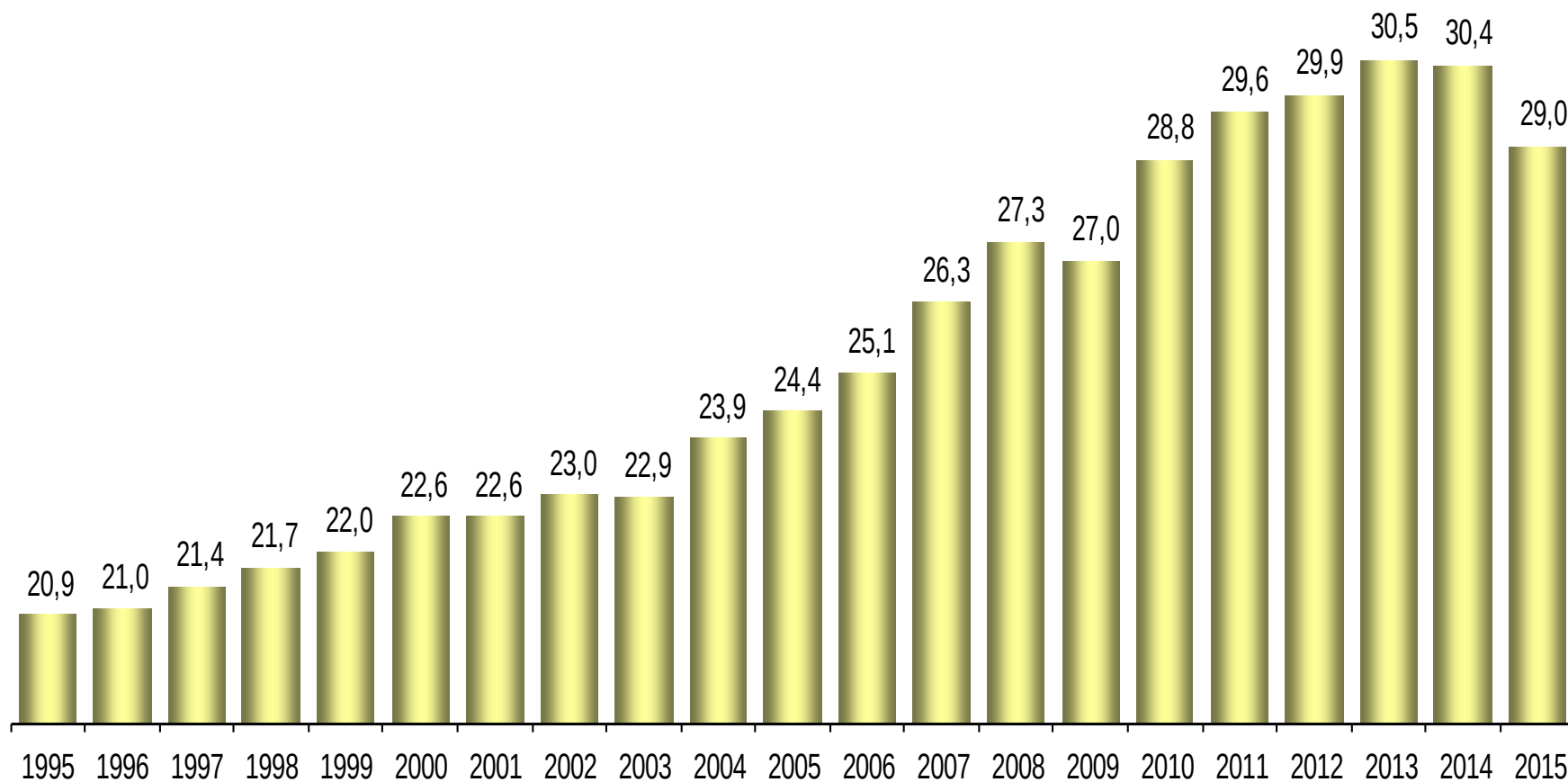
VI - EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA – (1995-2015) (Milhões de habitantes)



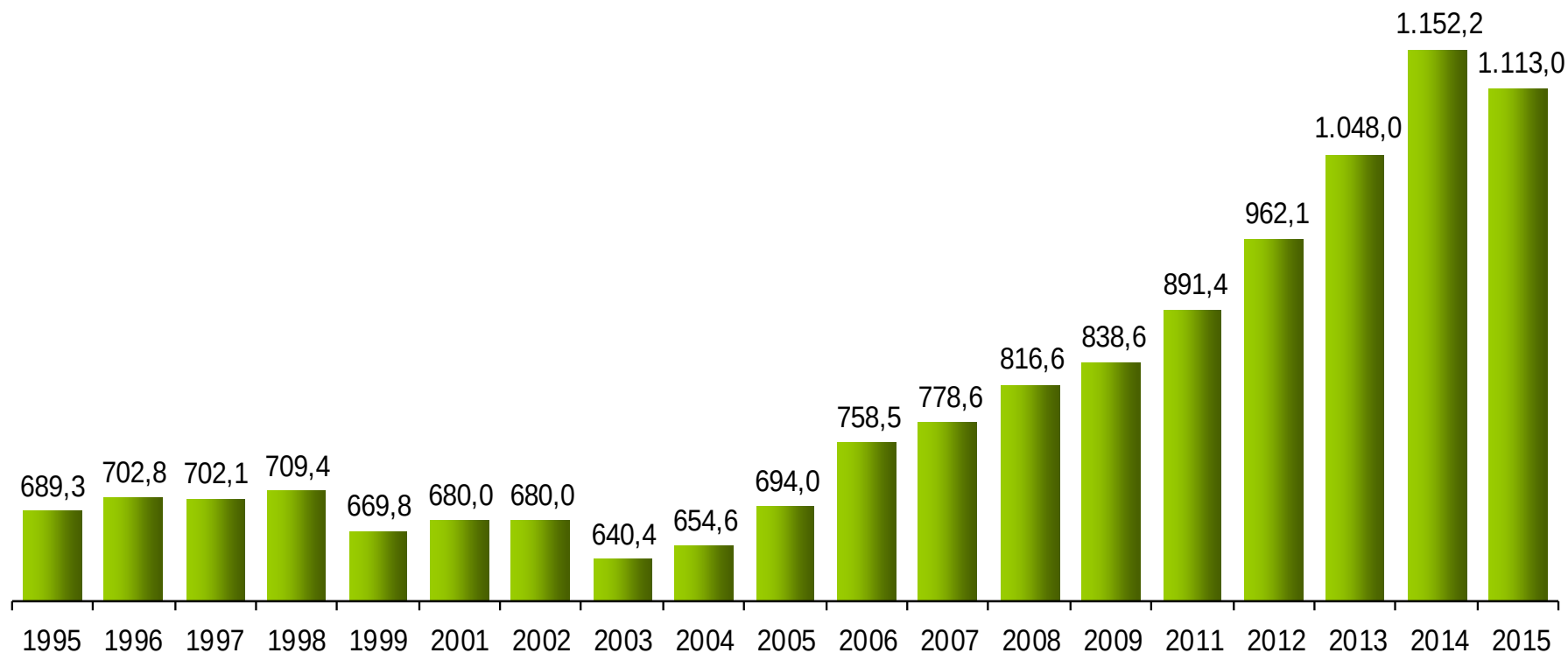
Fonte: IBGE

**EVOLUÇÃO DO PIB REAL PER CAPITA
PREÇOS DE 2015
(R\$)**



Fonte: BCB

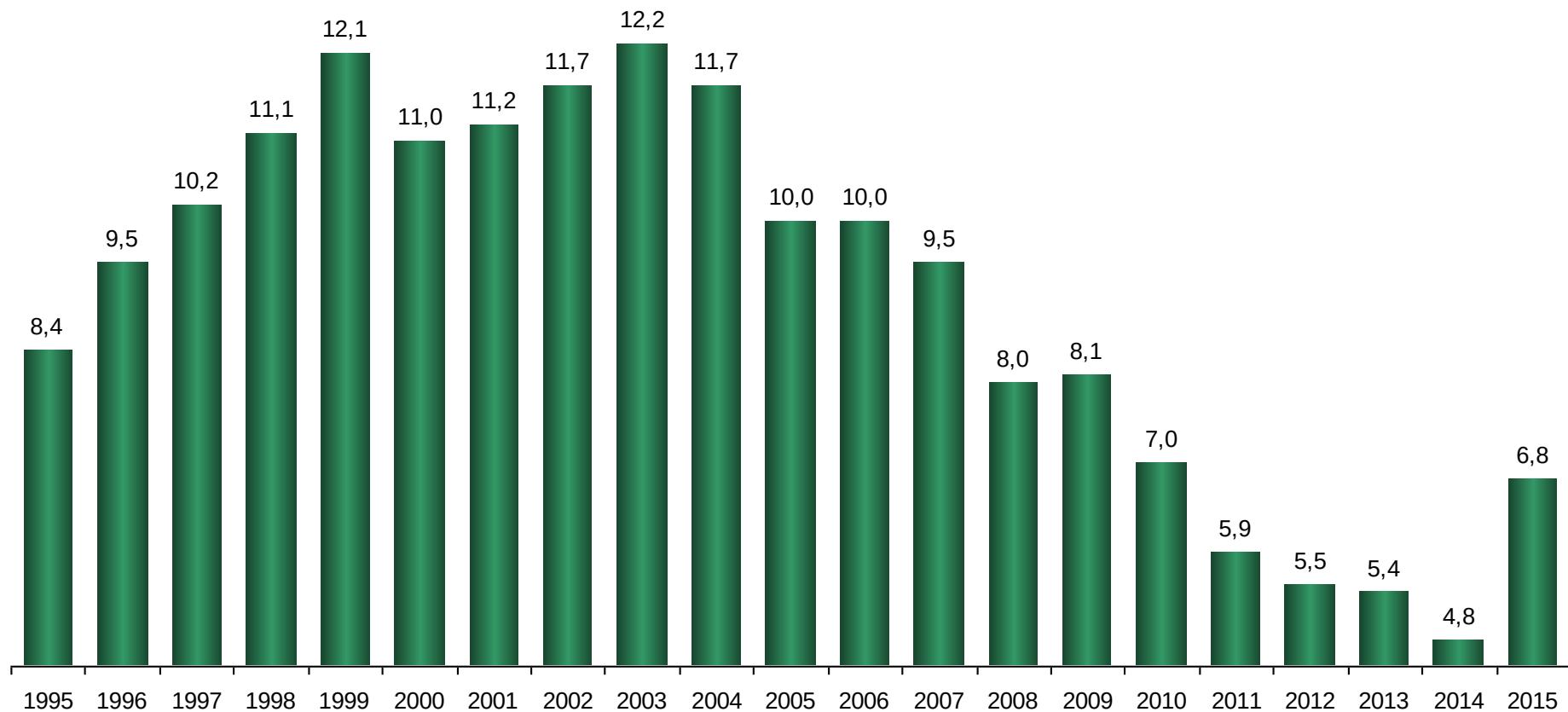
EVOLUÇÃO DA RENDA NOMINAL DOMICILIAR PER CAPITA (Em R\$)



Nota: Em 1994, 2000 e 2010 não foram publicados

Fonte: IPEADATA / PNAD

REGIÕES METROPOLITANAS TAXA DE DESEMPREGO ABERTO – MÉDIA 30 DIAS (%)



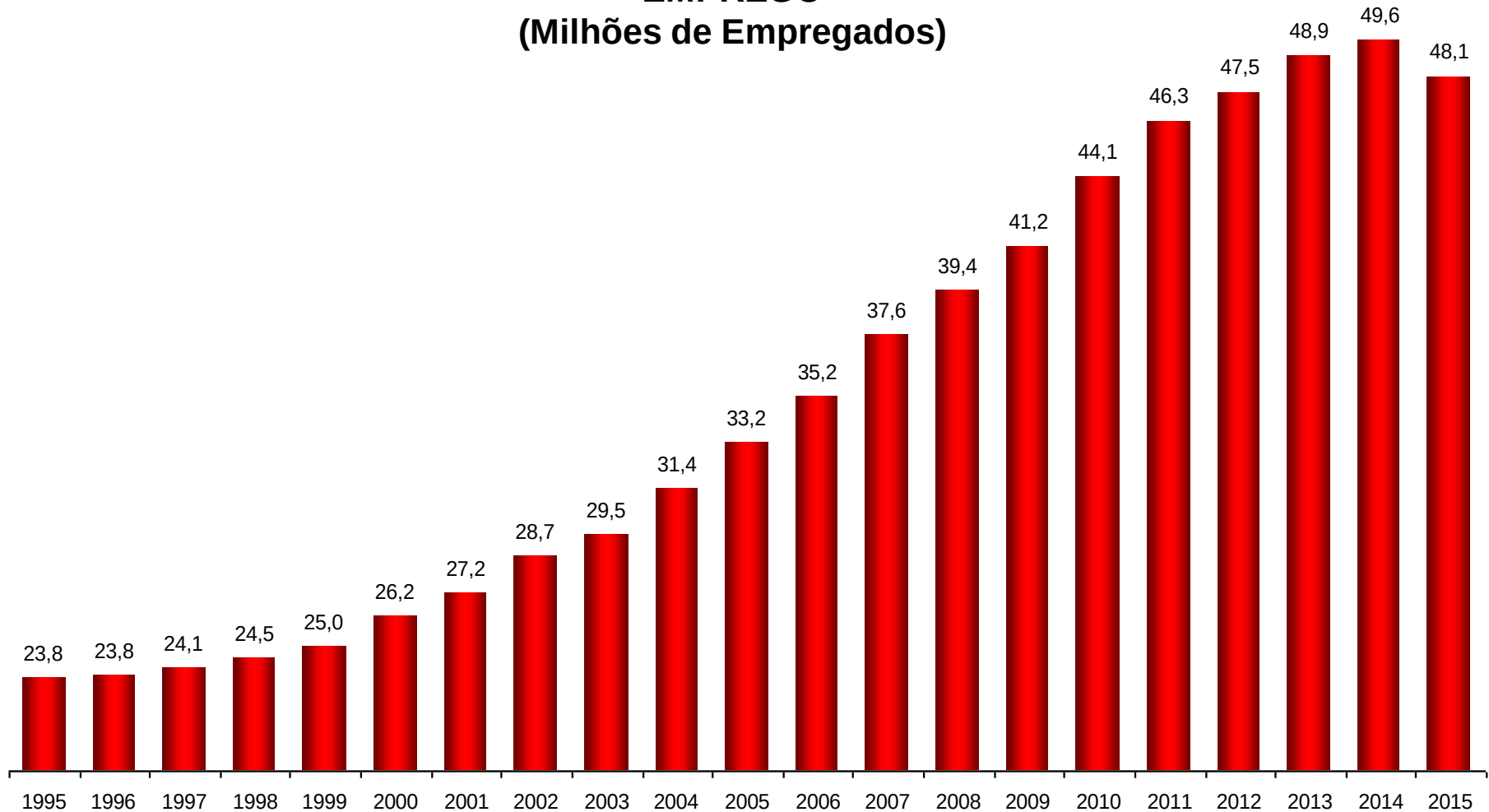
Fonte: BCB

TAXA DE DESEMPREGO NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS E EM SUA PERIFERIA EUROPEIA NO PÓS-CRISE

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média 2009/2015
Irlanda	12,0	13,9	14,6	14,7	13,0	11,3	9,4	12,7
Grécia	9,6	12,7	17,9	24,4	27,5	26,5	25,0	20,5
Espanha	17,9	19,9	21,4	24,8	26,1	24,5	22,1	22,4
Portugal	9,4	10,8	12,7	15,5	16,2	13,9	12,4	13,0
Itália	7,7	8,3	8,4	10,7	12,1	12,6	11,9	10,3
Alemanha	7,7	6,9	5,9	5,4	5,2	5,0	4,6	5,8
França	9,1	9,3	9,2	9,8	10,3	10,3	10,4	9,7
Reino Unido	7,6	7,9	8,1	8,0	7,6	6,2	5,4	7,3
Estados Unidos	9,3	9,6	8,9	8,1	7,4	6,2	5,3	7,8
Japão	5,1	5,1	4,6	4,3	4,0	3,6	3,4	4,3
Brasil	8,1	6,8	6,0	5,5	5,4	4,8	6,8	6,2

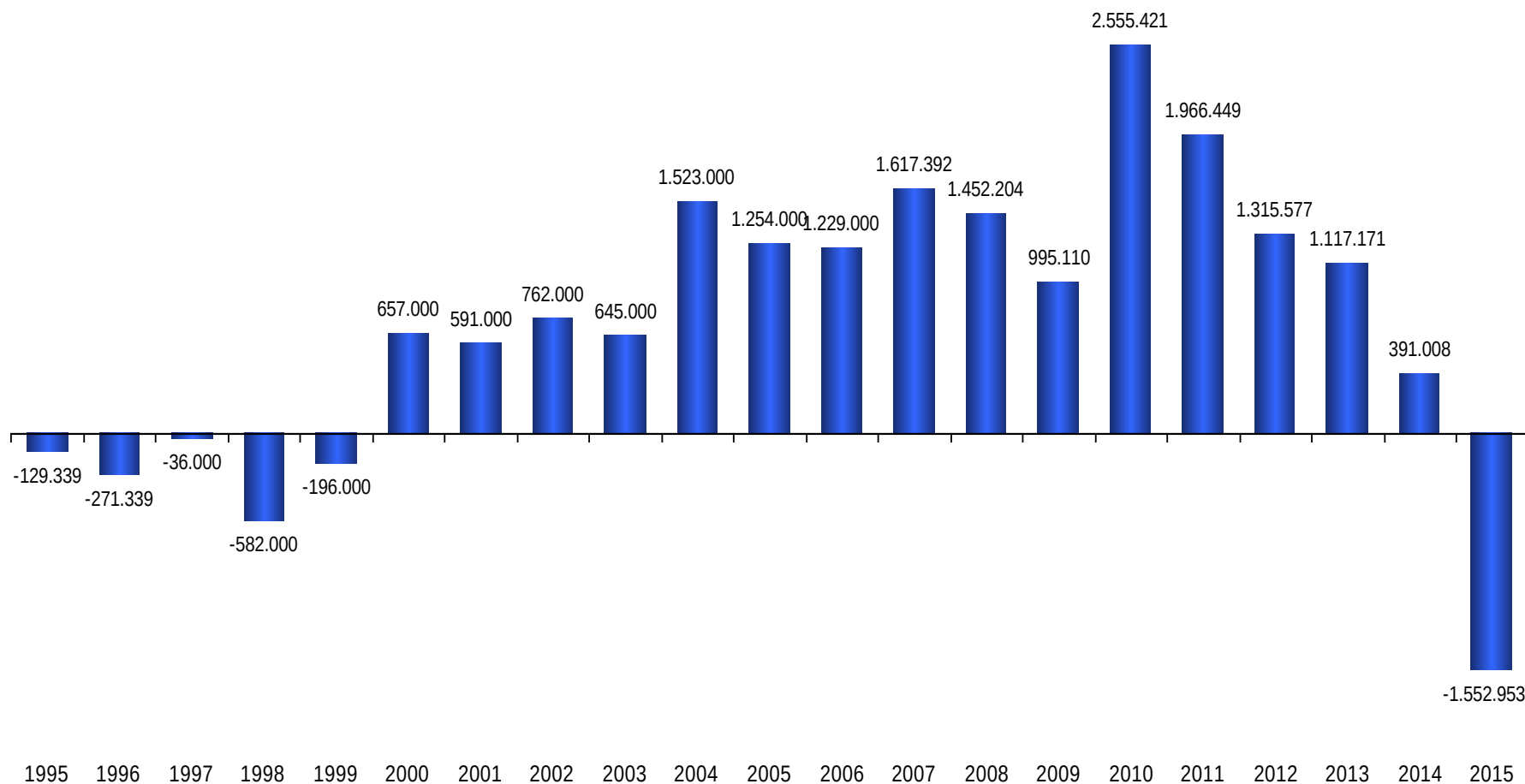
Fonte: FMI / IBGE

EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE EMPREGADOS COM VÍNCULO FORMAL DE EMPREGO (Milhões de Empregados)

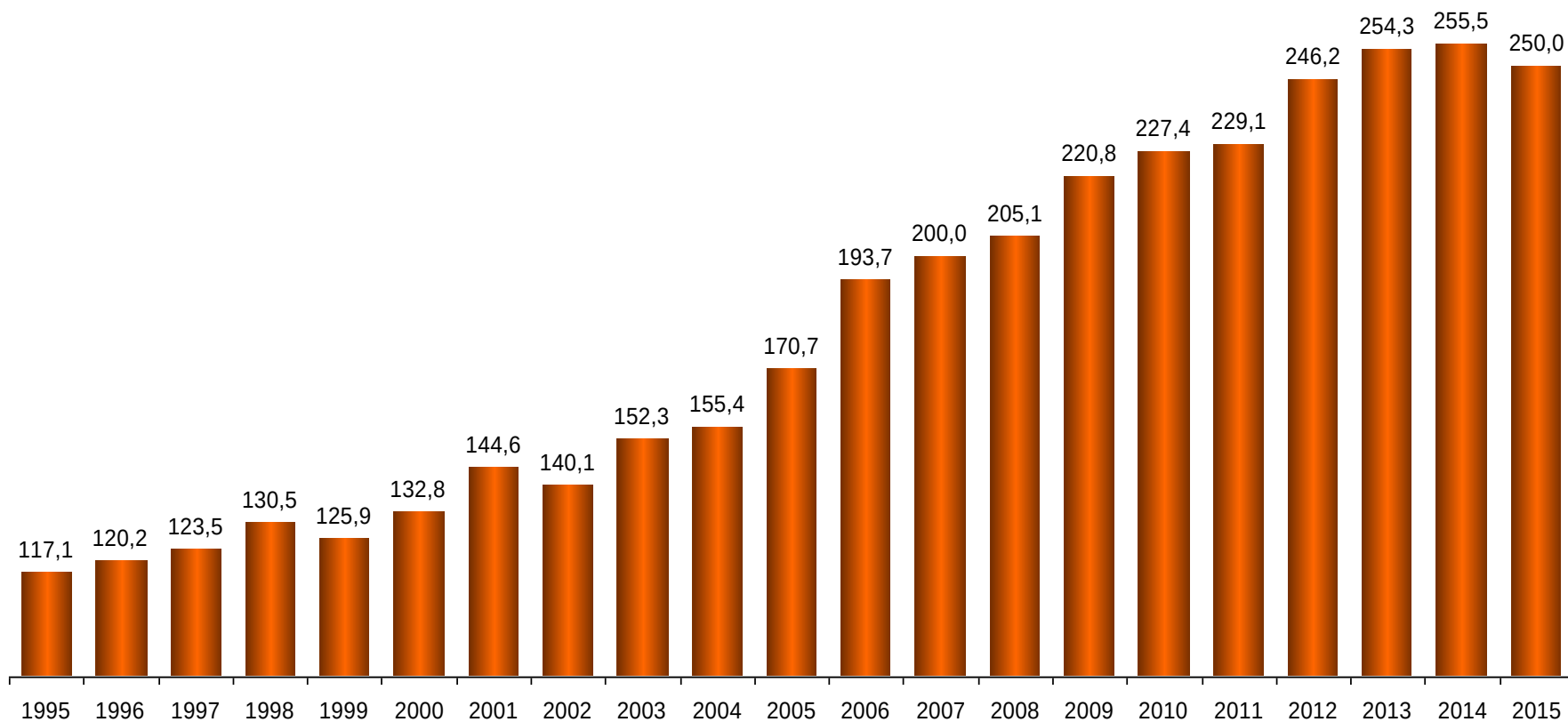


Fonte: MTE/RAIS

EMPREGO FORMAL – GERAÇÃO LÍQUIDA DE POSTOS DE TRABALHO* (Nº de postos de trabalho)

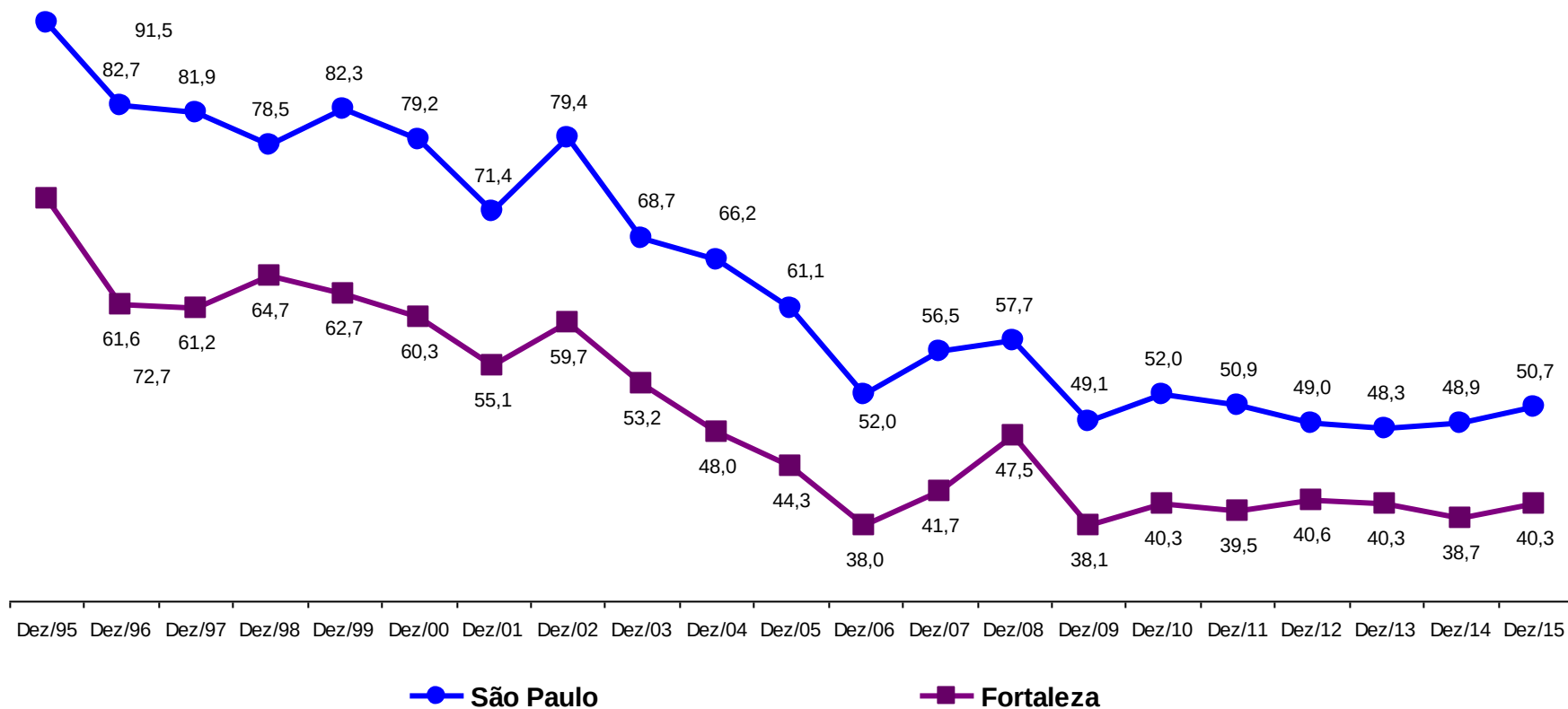


EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO REAL* (Ano Base 1994= 100)



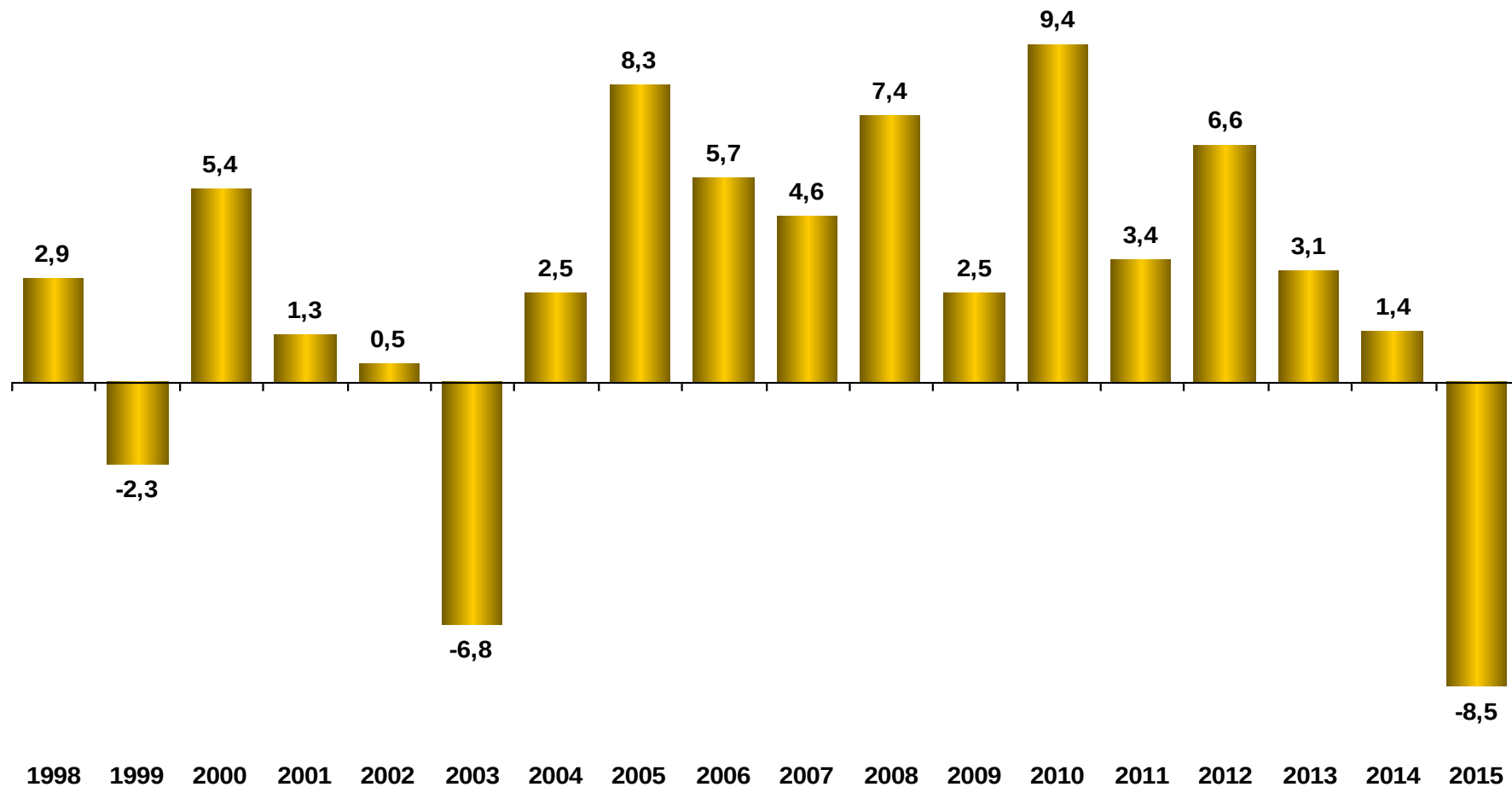
* Deflacionador- INPC
Fonte: IPEADATA

CUSTO DA CESTA BÁSICA COMO PROPORÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO (%)

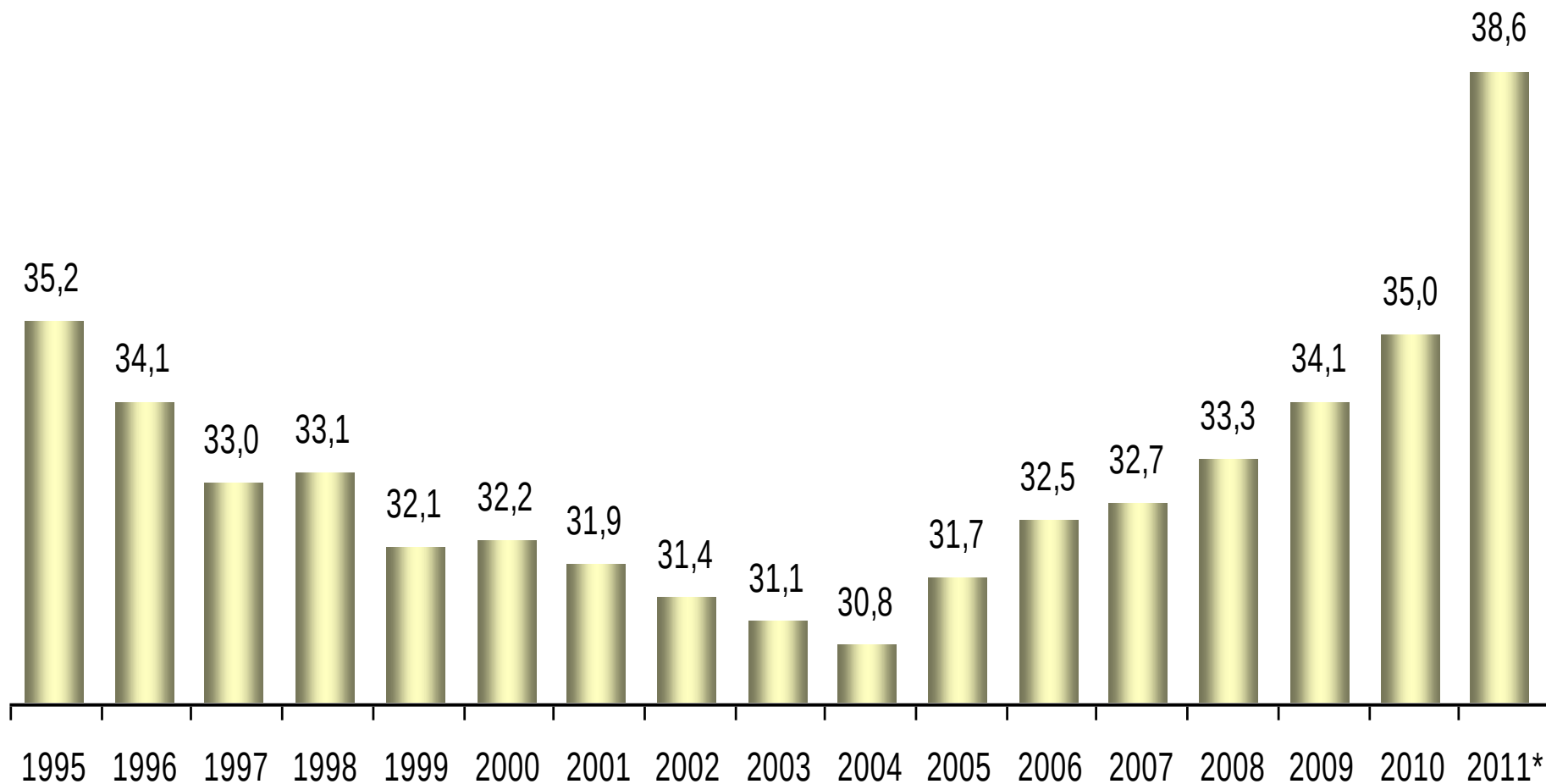


Fonte: DIEESE

MASSA SALARIAL REAL Evolução anual (%)

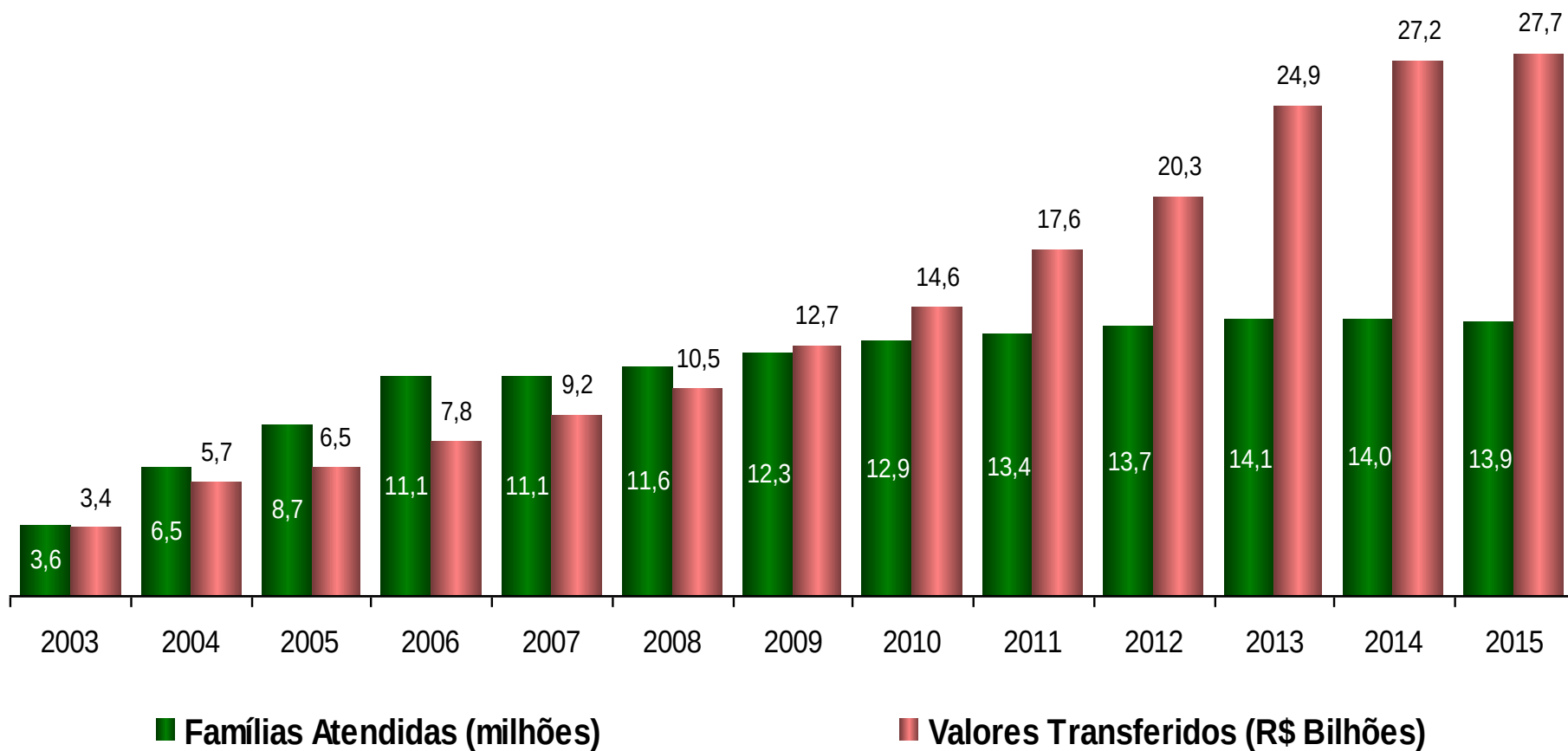


PARTICIPAÇÃO DOS SALÁRIOS NO PIB (%)

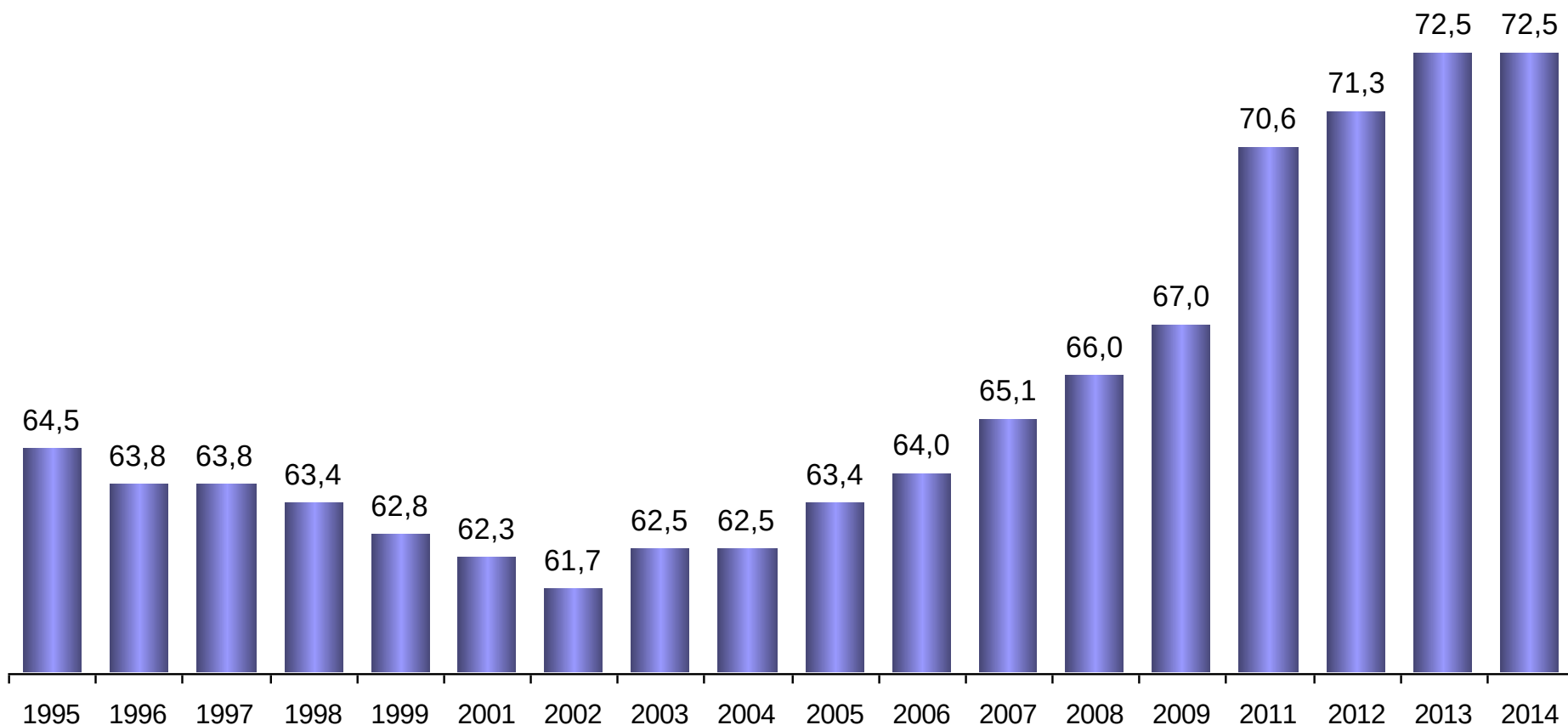


* Estimativa
IBGE

BOLSA FAMÍLIA – FAMÍLIAS ATENDIDAS E VALOR DOS BENEFÍCIOS

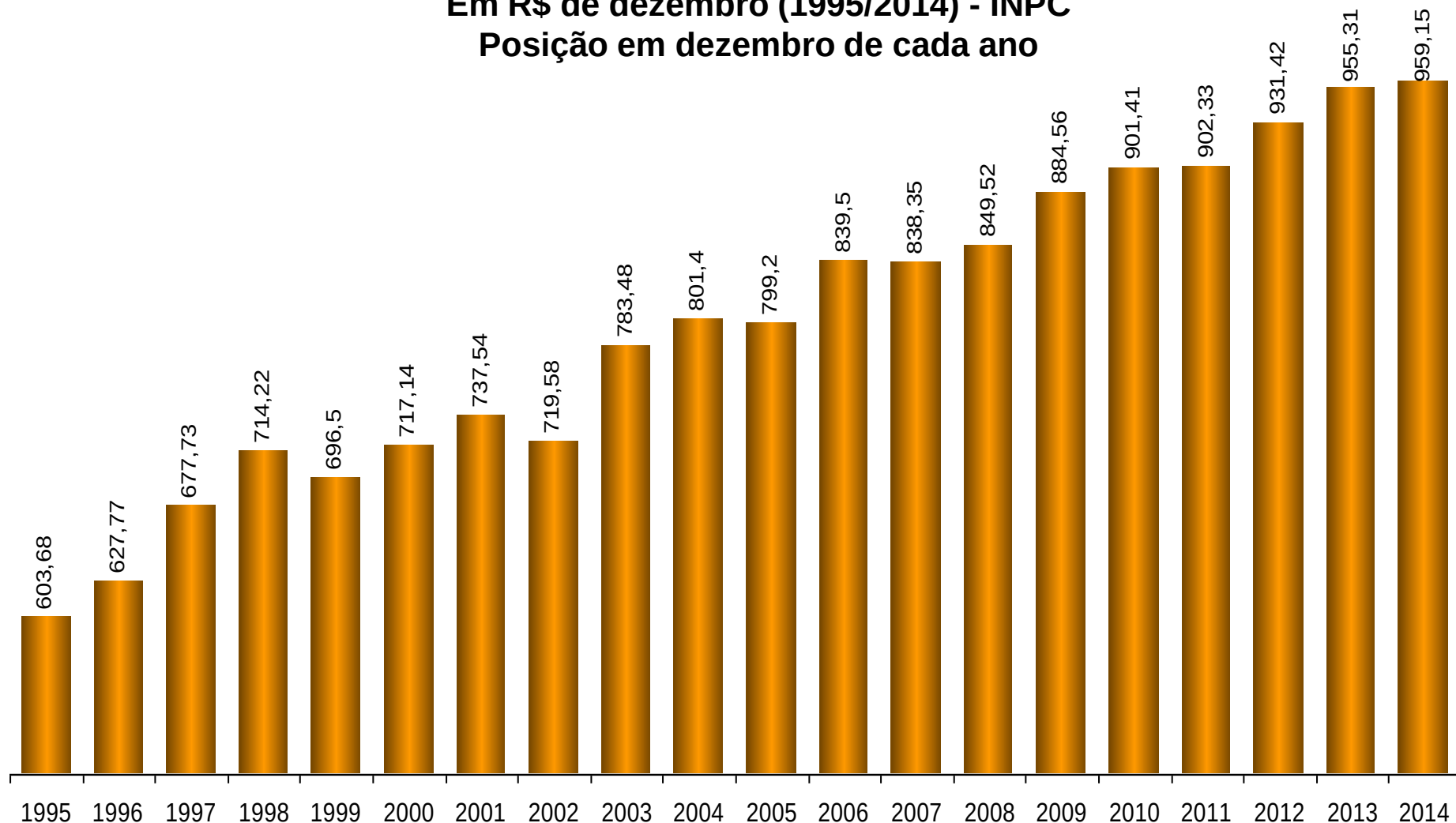


EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE COBERTURA PREVIDENCIÁRIA PEA ENTRE 16 E 59 ANOS (%)



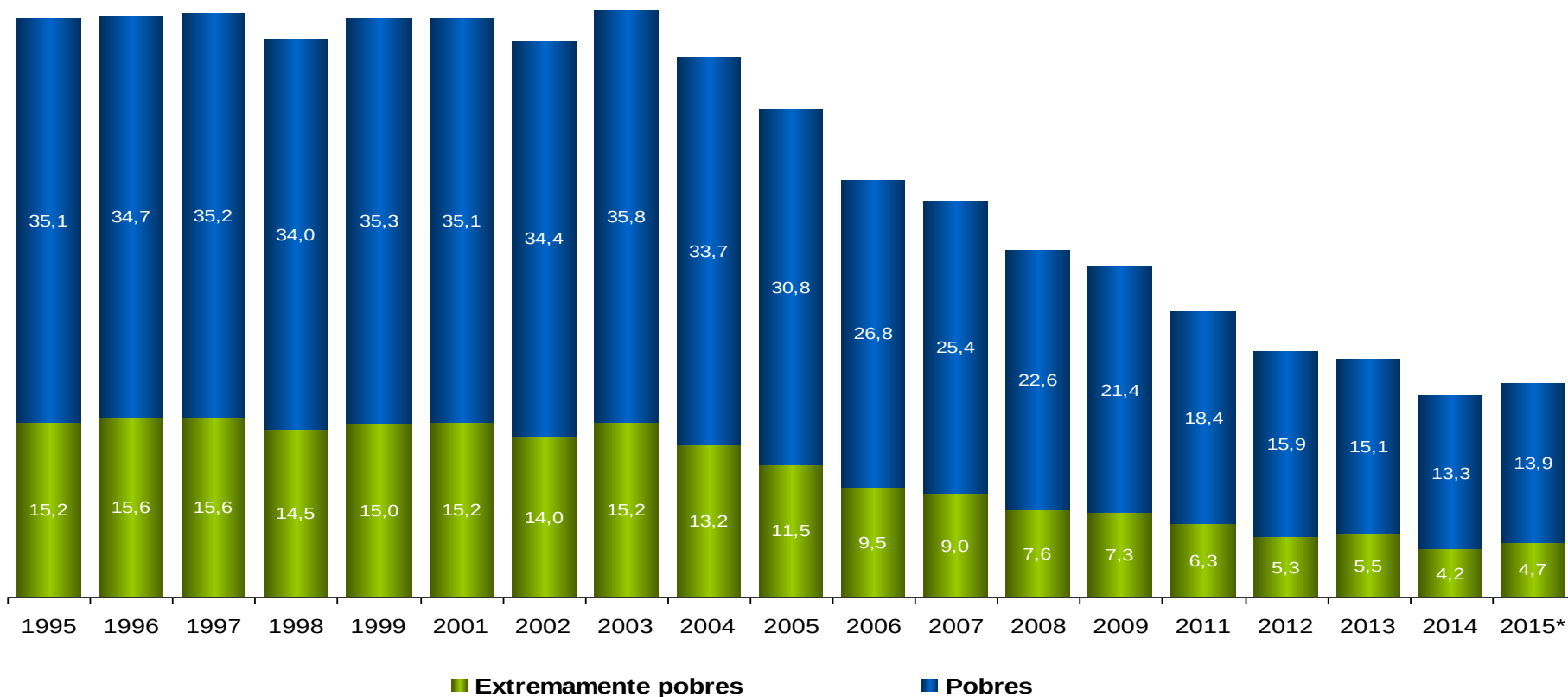
Fonte: Informes da Previdência Social, volume 27 número 11

VALOR MÉDIO REAL DOS BENEFÍCIOS PAGOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Em R\$ de dezembro (1995/2014) - INPC
Posição em dezembro de cada ano



TAXAS DE POBREZA**

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO EM EXTREMA POBREZA E POBREZA - BRASIL, 1995-2015



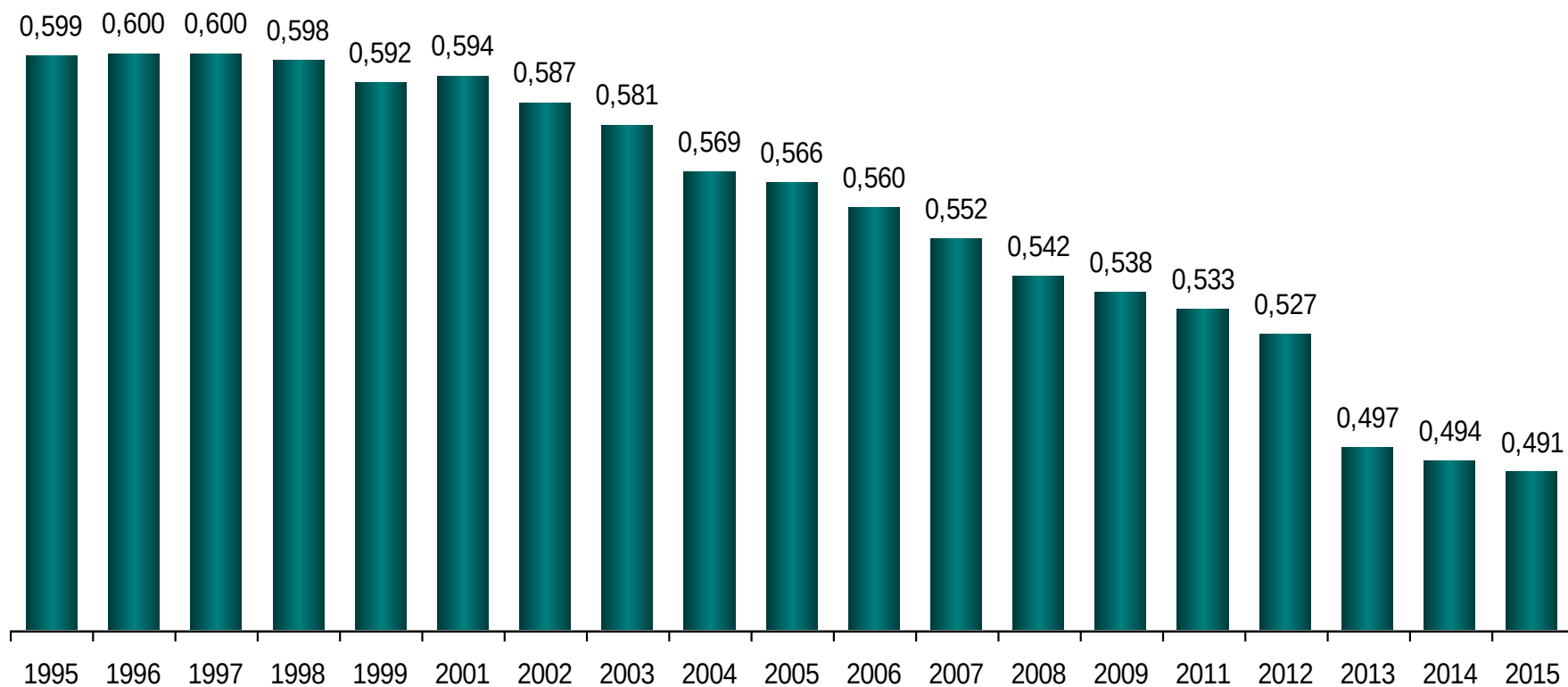
* Estimativa

** Linha de pobreza, segundo as necessidades calóricas

Nota: 1994, 2000 e 2010 não foram publicados

Fonte: IPEADATA

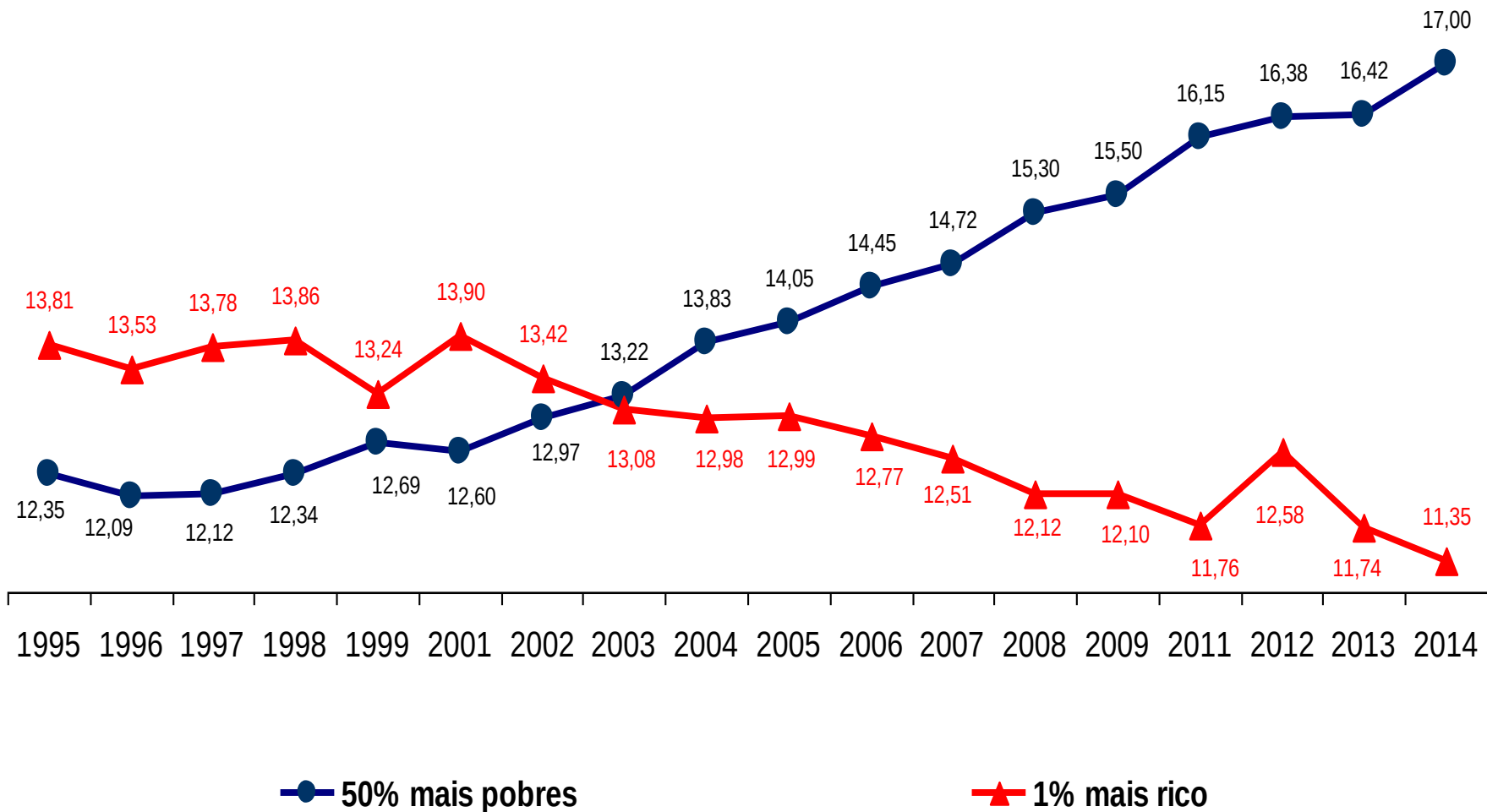
COEFICIENTE DE GINI



Nota: 1994, 2000 e 2010 não foram publicados

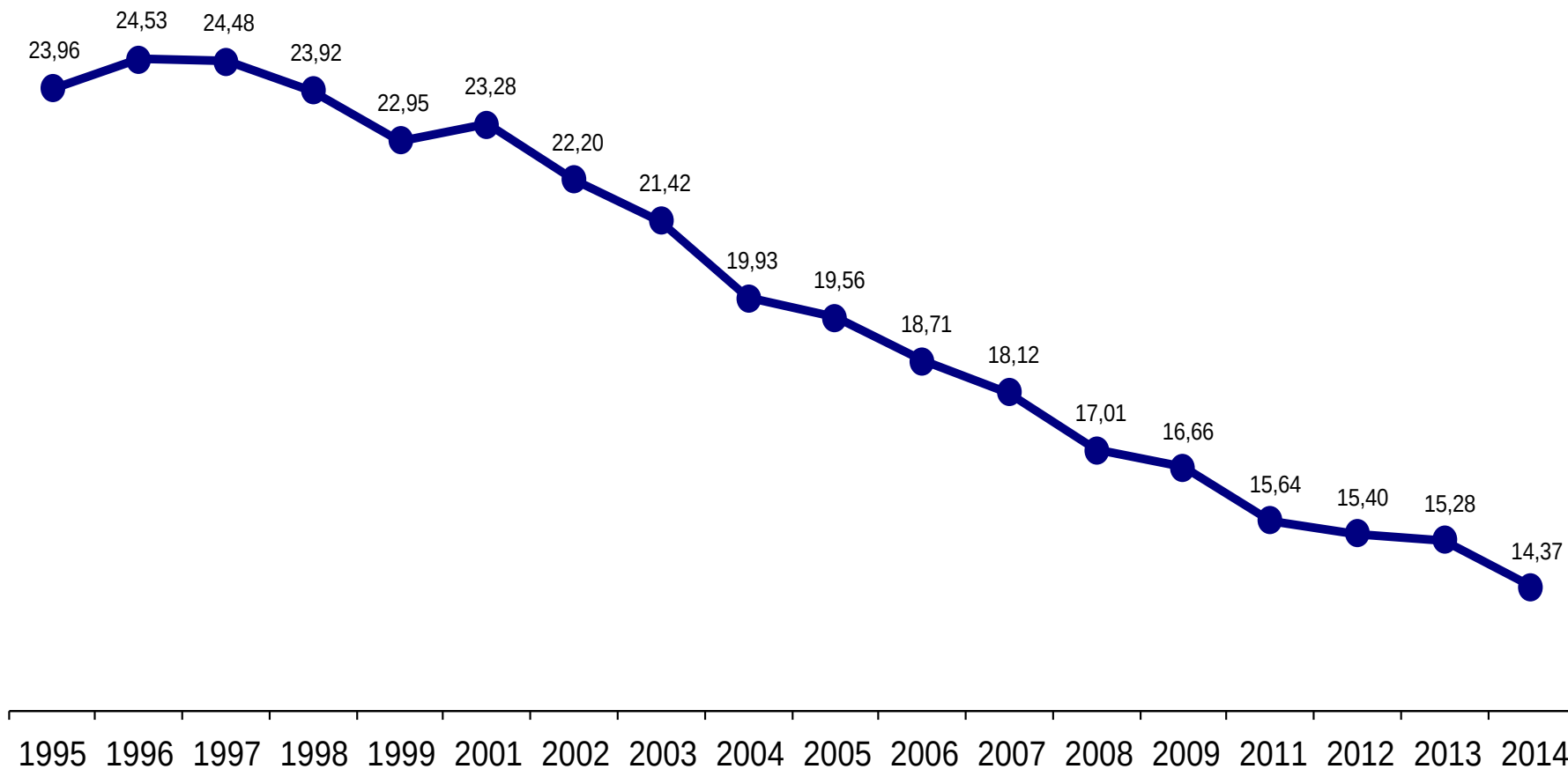
Fonte: Ipeadata

Participação na renda domiciliar



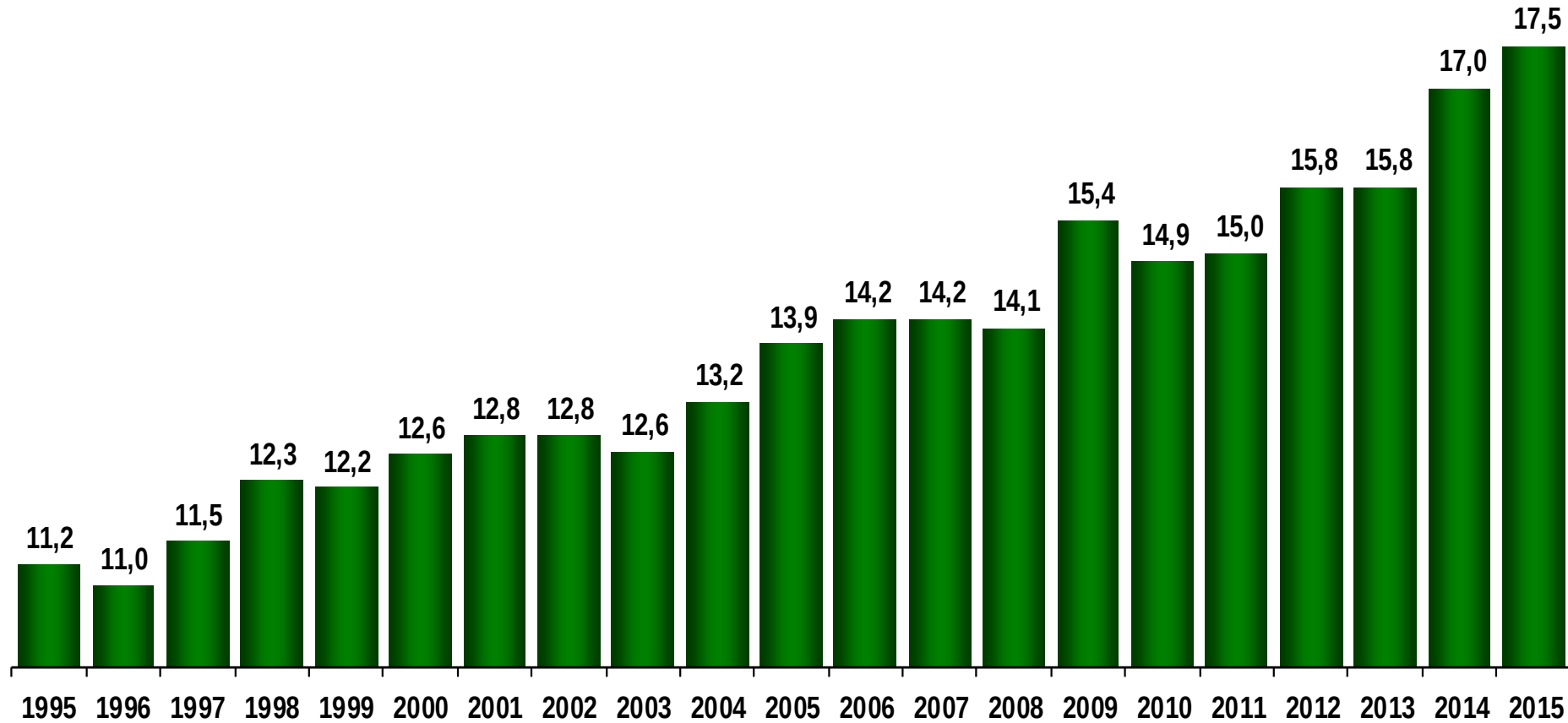
Fonte: Ipeadata baseado nos dados do PNAD

Razão entre a renda dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres



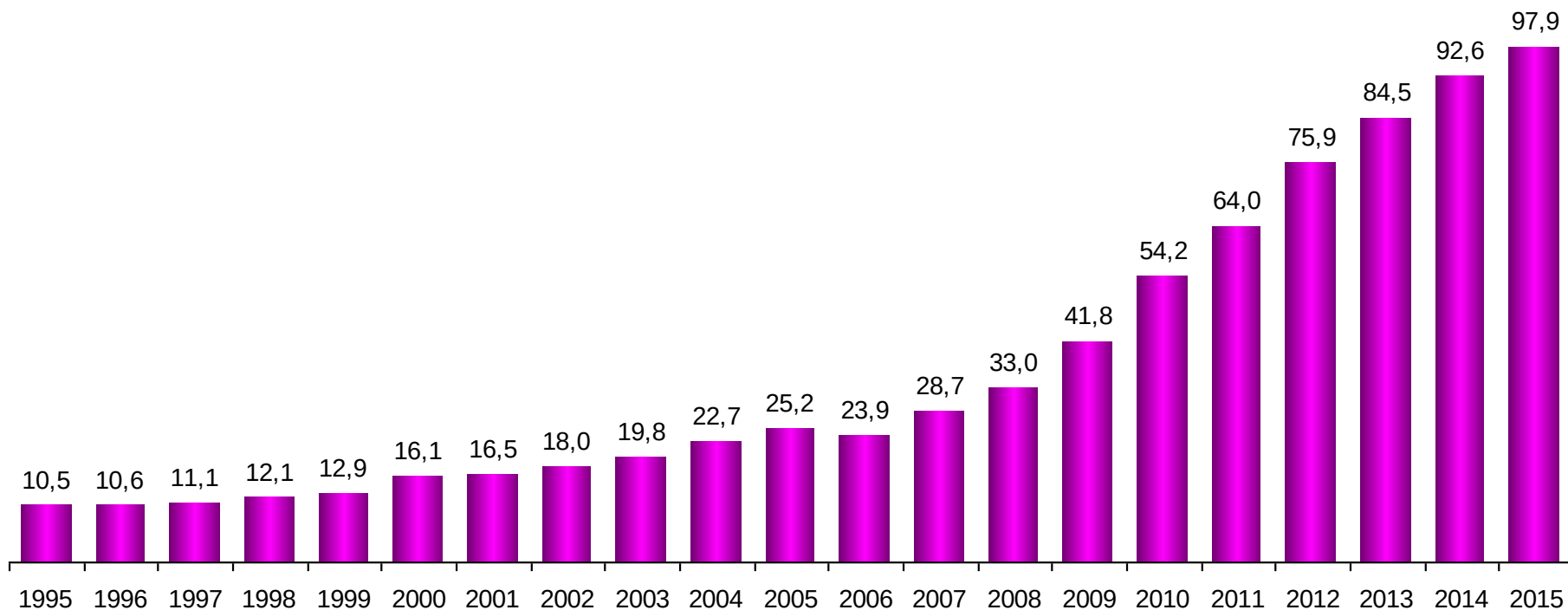
Fonte: Ipeadata baseado nos dados do PNAD

TRAJETÓRIA DO GASTO SOCIAL FEDERAL TOTAL, 1995 A 2015 (% do PIB)



Fonte: STN - Gasto Social do Governo Central 2002 a 2015

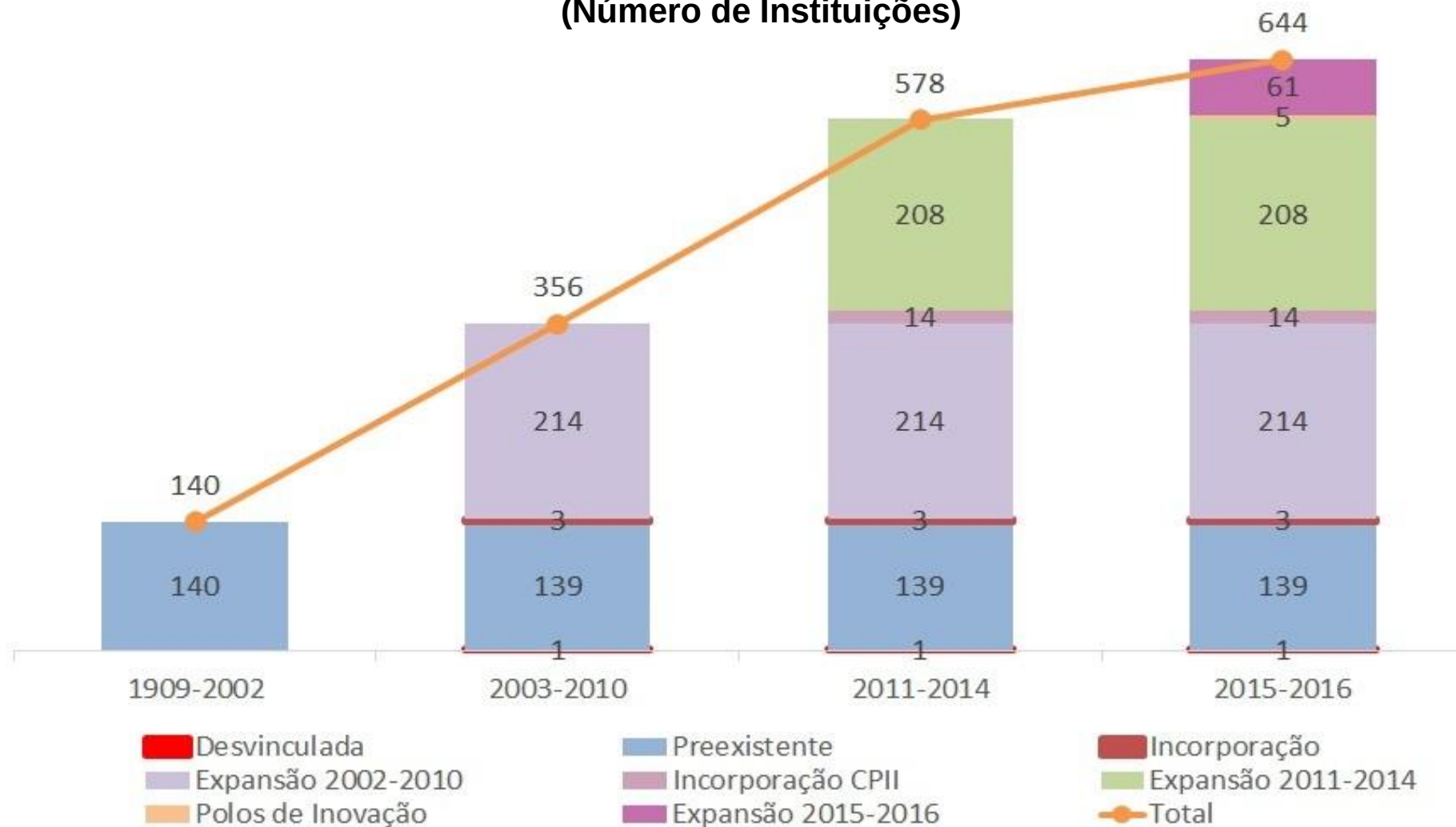
ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO* (Valor corrente)



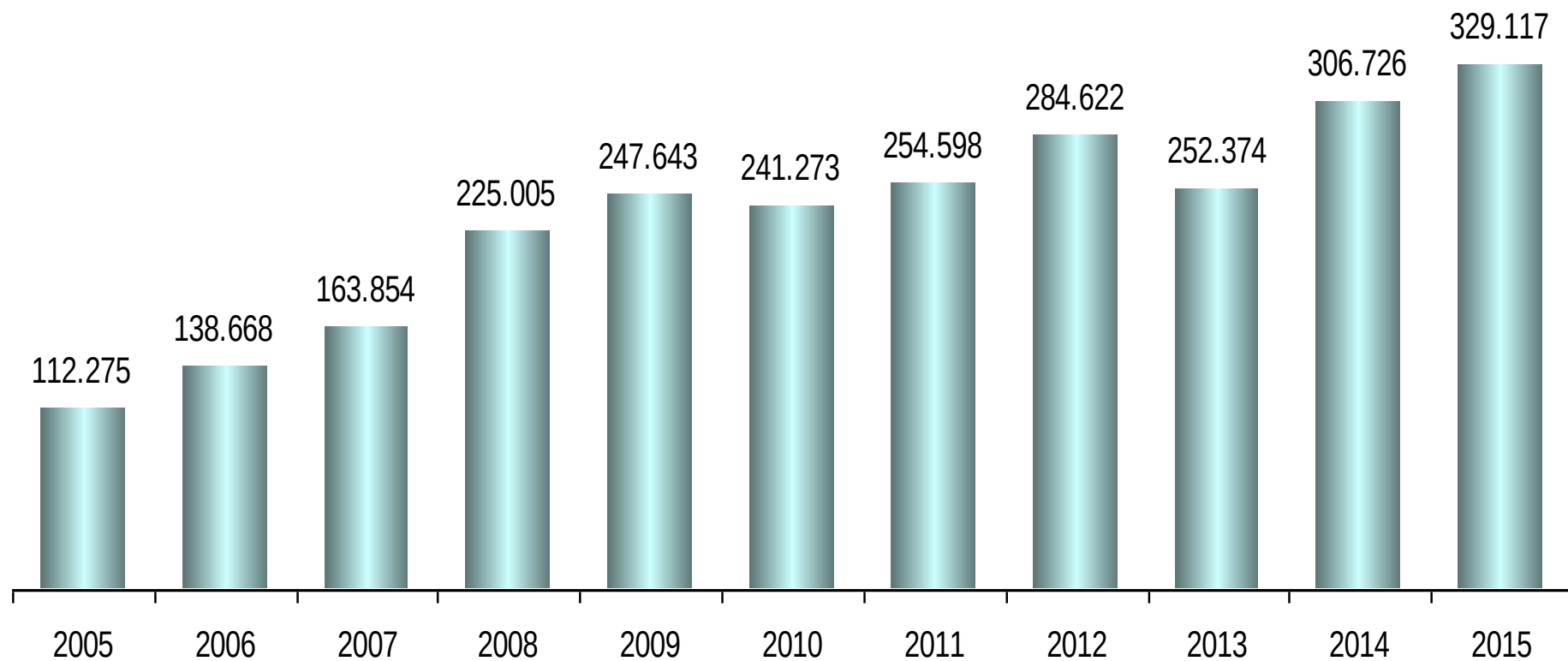
* Orçamento da administração direta e indireta. Inclui Fies e Salário-Educação (R\$ Bilhões)

Fonte: MEC

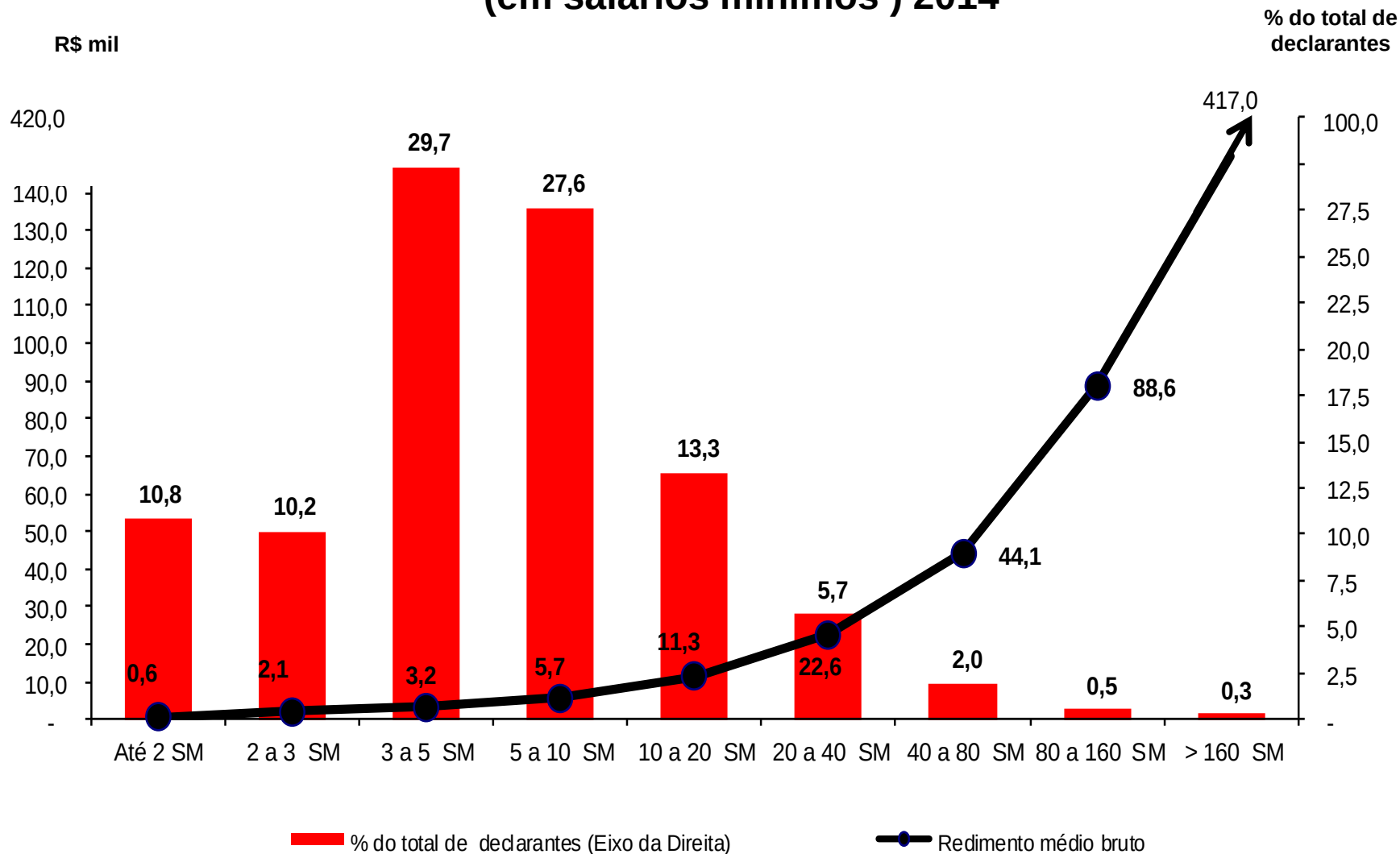
EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA (Número de Instituições)



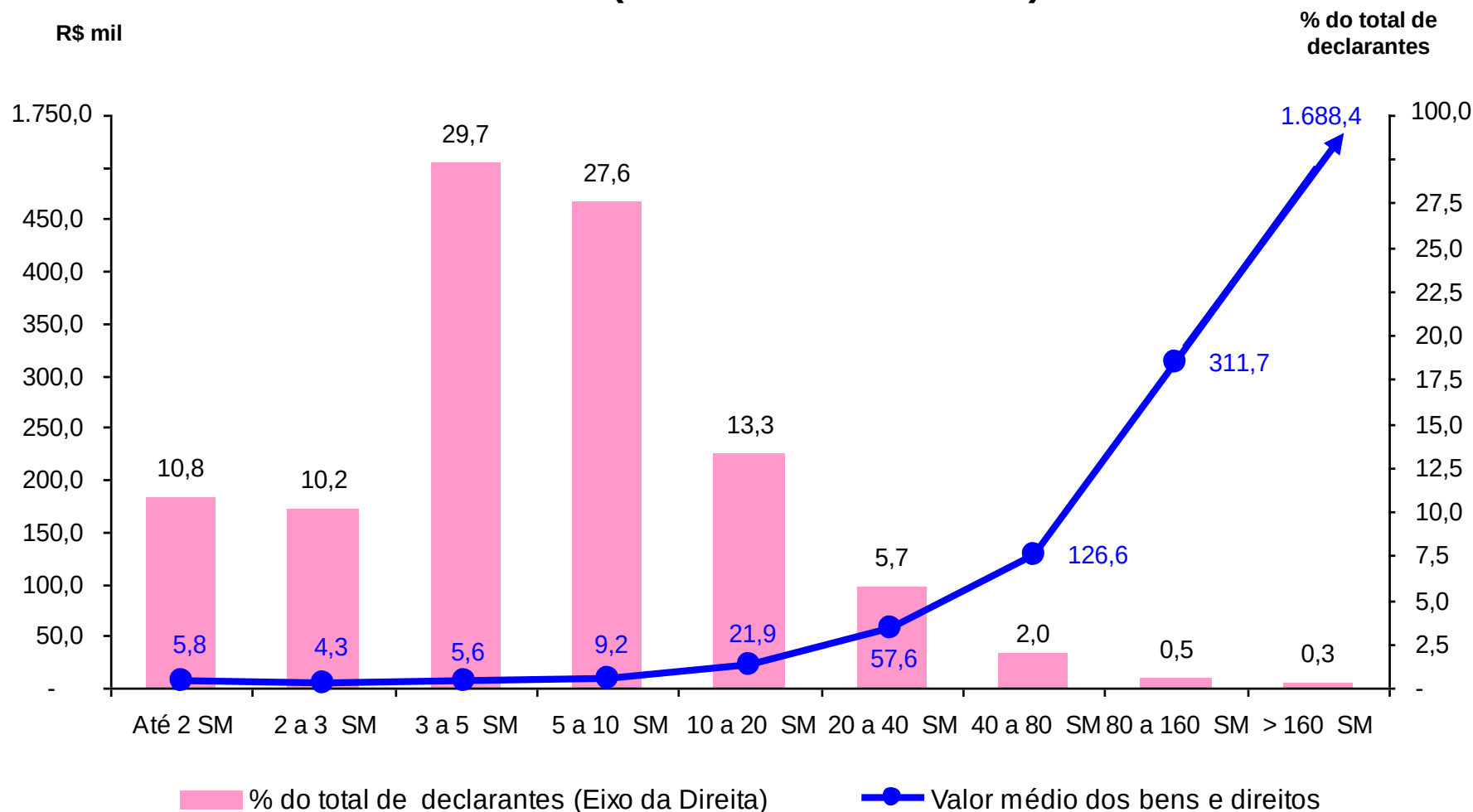
PROUNI - BOLSAS OFERTADAS



IRPF - Rendimento médio bruto por declarante segundo faixas de rendimento (em salários mínimos) 2014



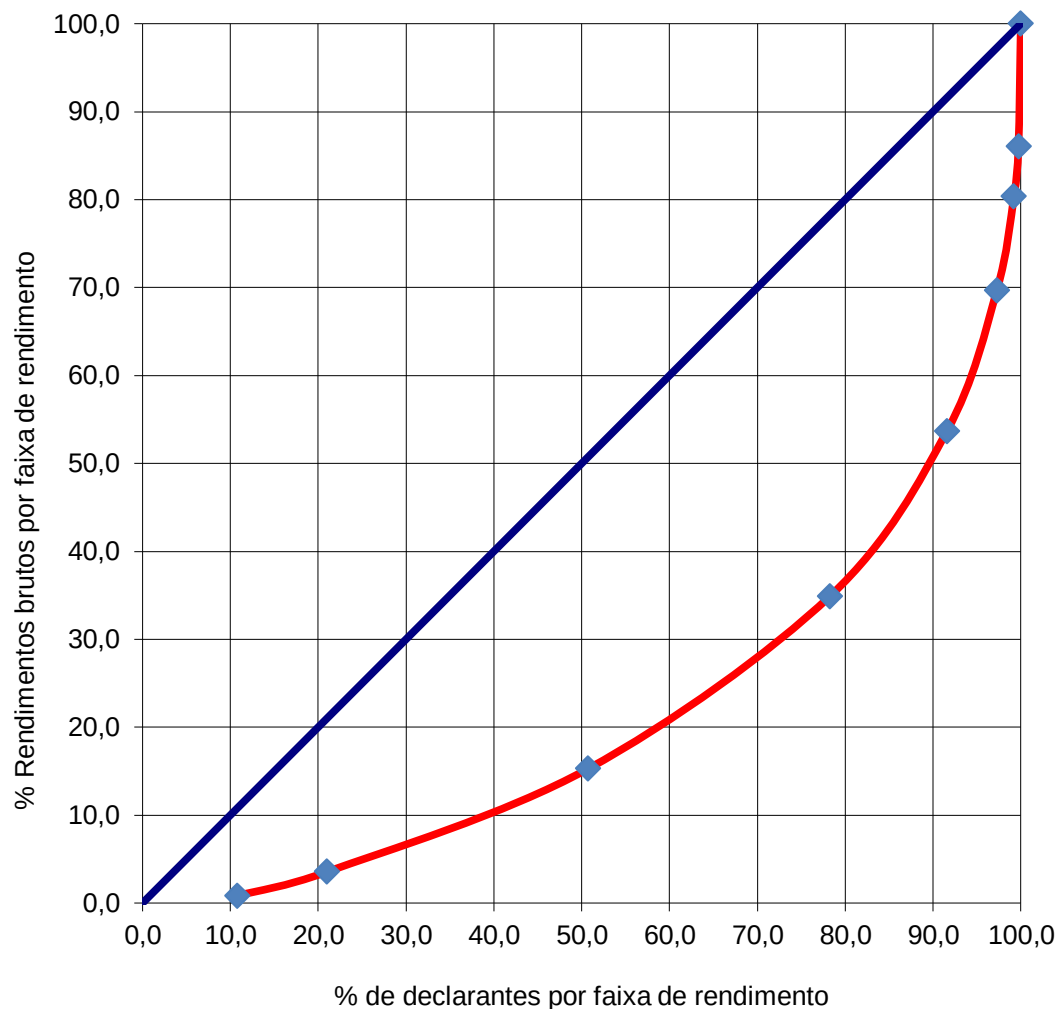
IRPF – Valor médio dos bens e direitos por declarante segundo faixas de rendimento (em salários mínimos) 2014



IRPF - Distribuição da massa de rendimentos brutos por faixa de rendimento 2014

MEMO:

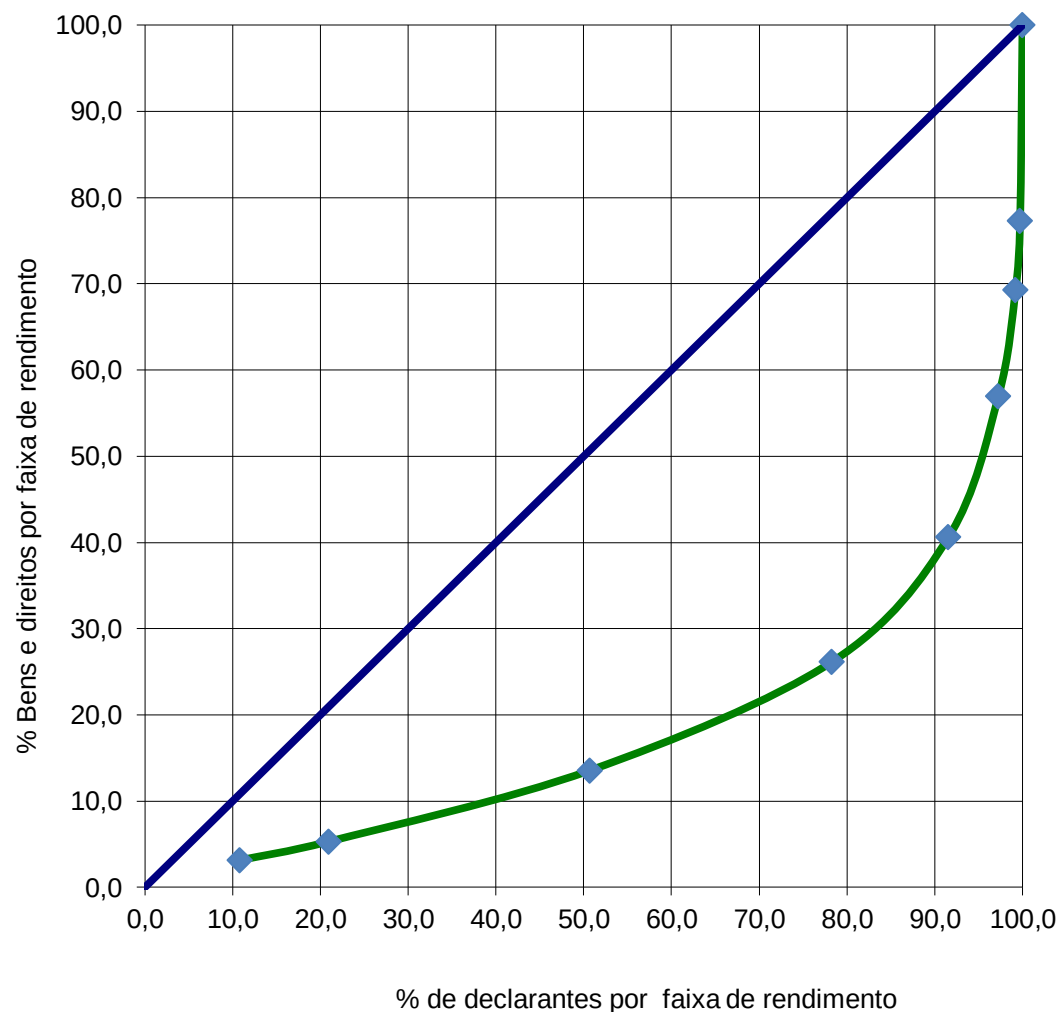
Faixa de Rendimento do Salário Mínimo	Quantidade de Declarantes	Rendimento Total Bruto (R\$ milhões)
Até 2	2.862.856	17.713
2 a 3	2.692.915	57.843
3 a 5	7.882.026	250.018
5 a 10	7.300.376	418.815
10 a 20	3.522.174	399.587
20 a 40	1.507.344	341.072
40 a 80	518.567	228.584
80 a 160	136.718	121.171
> 160	71.440	297.934
Total	26.494.416	2.132.737



IRPF - Distribuição da massa de bens e direitos por faixa de rendimento 2014

MEMO:

Faixa de Rendimento do Salário Mínimo	Quantidade de Declarantes	Bens e Direitos Líquidos (R\$ milhões)
Até 2	2.862.856	167.020
2 a 3	2.692.915	115.269
3 a 5	7.882.026	438.593
5 a 10	7.300.376	668.555
10 a 20	3.522.174	769.685
20 a 40	1.507.344	868.366
40 a 80	518.567	656.744
80 a 160	136.718	426.138
> 160	71.440	1.206.209
Total	26.494.416	5.316.579,0

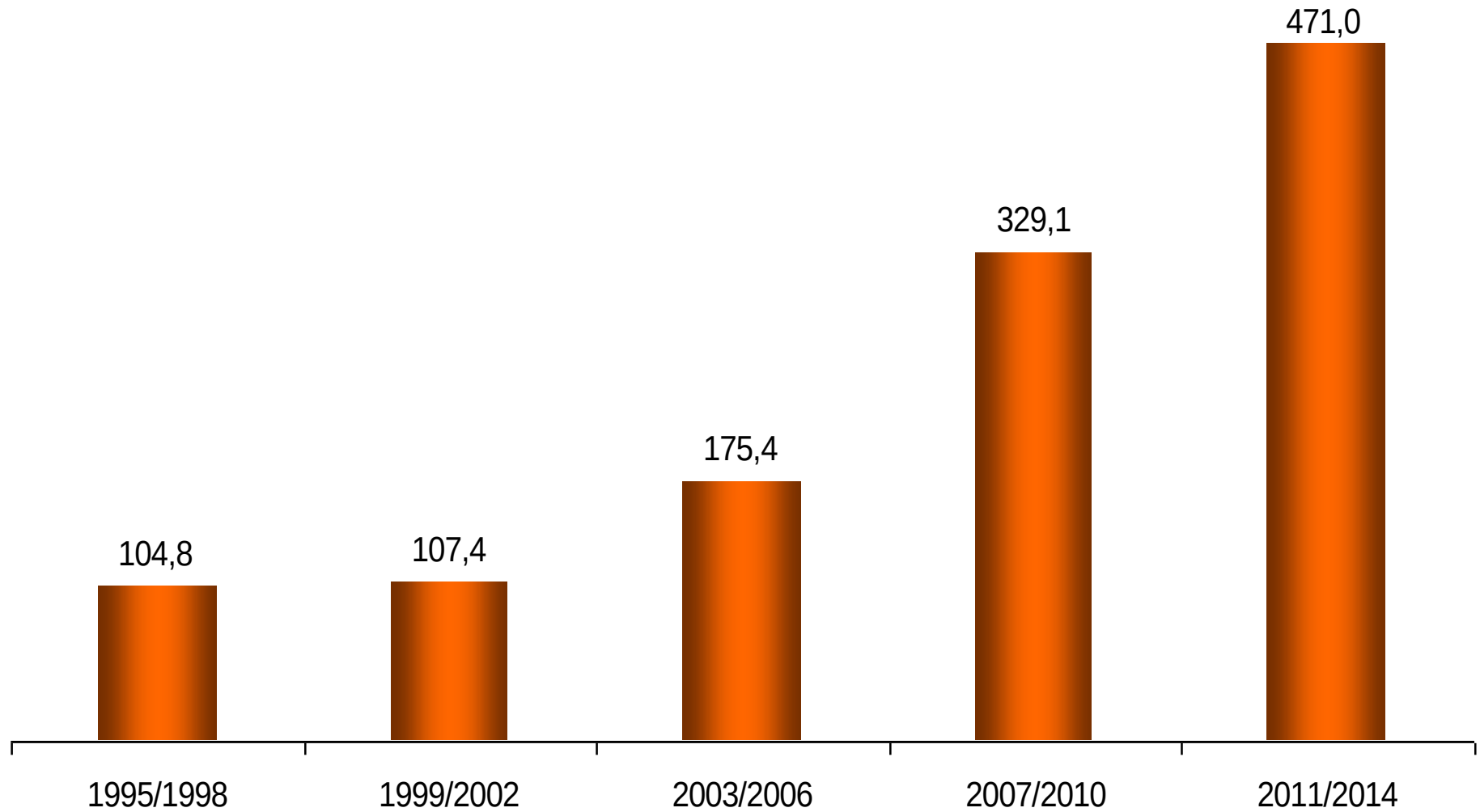


APÊNDICE

INDICADORES SELECIONADOS

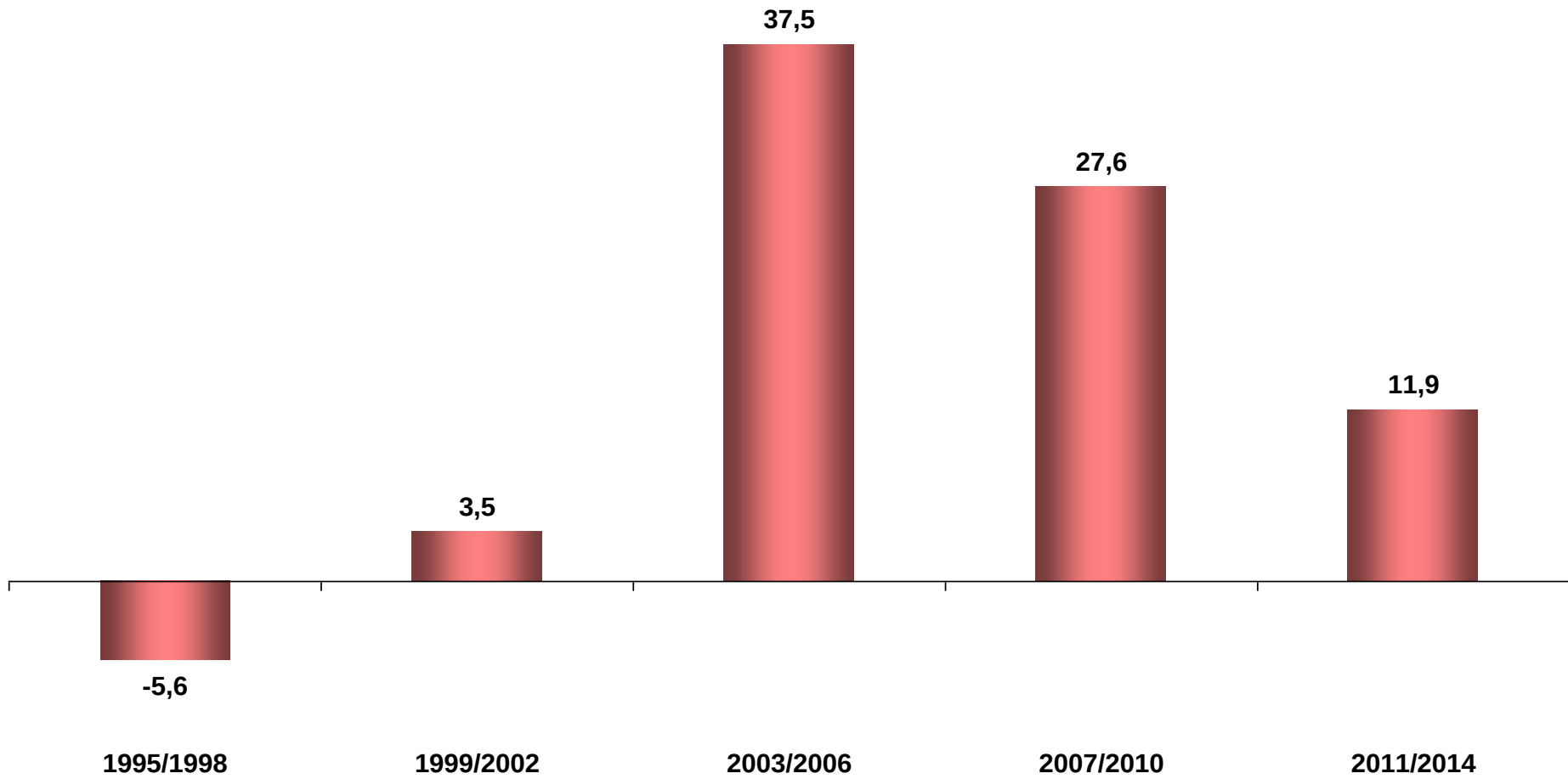
MÉDIAS QUADRIENAIS

**BRASIL – CORRENTE DE COMÉRCIO EXTERIOR
(US\$ Bilhões)**



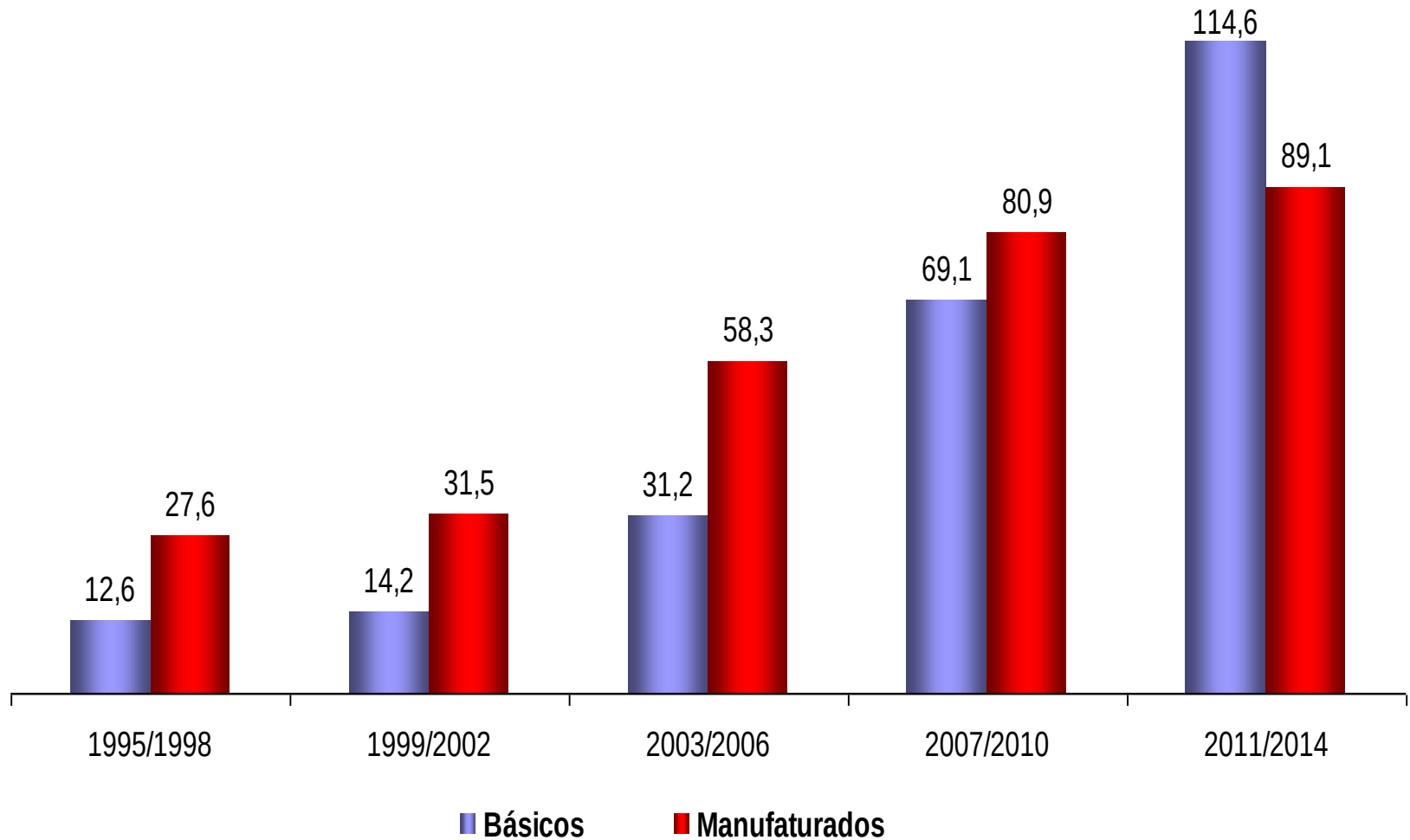
Fonte: BCB

**BRASIL – SALDO DA BALANÇA COMERCIAL
(US\$ Bilhões)**



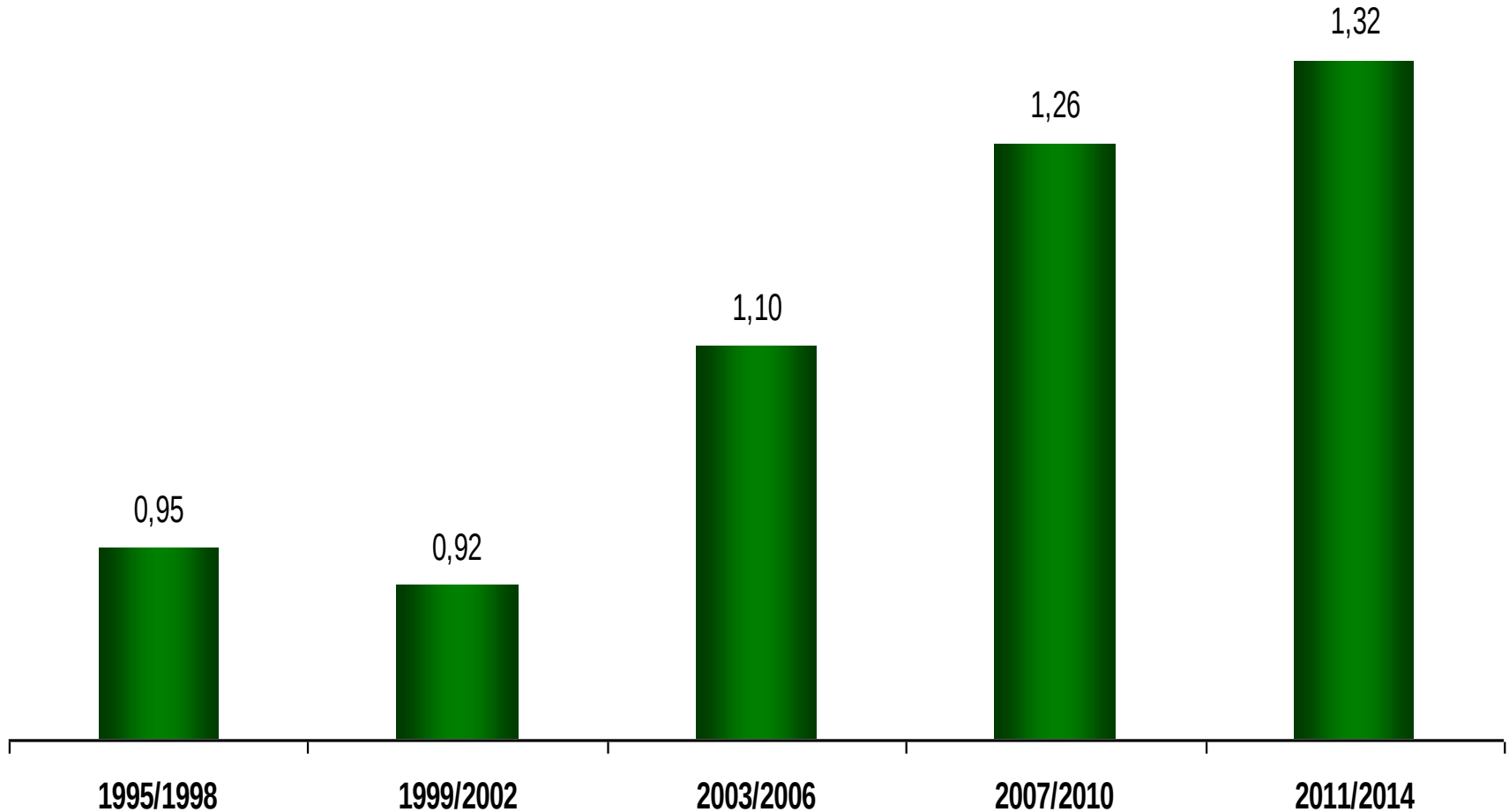
Fonte: BCB

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS BÁSICOS E MANUFATURADOS (US\$ Bilhões)



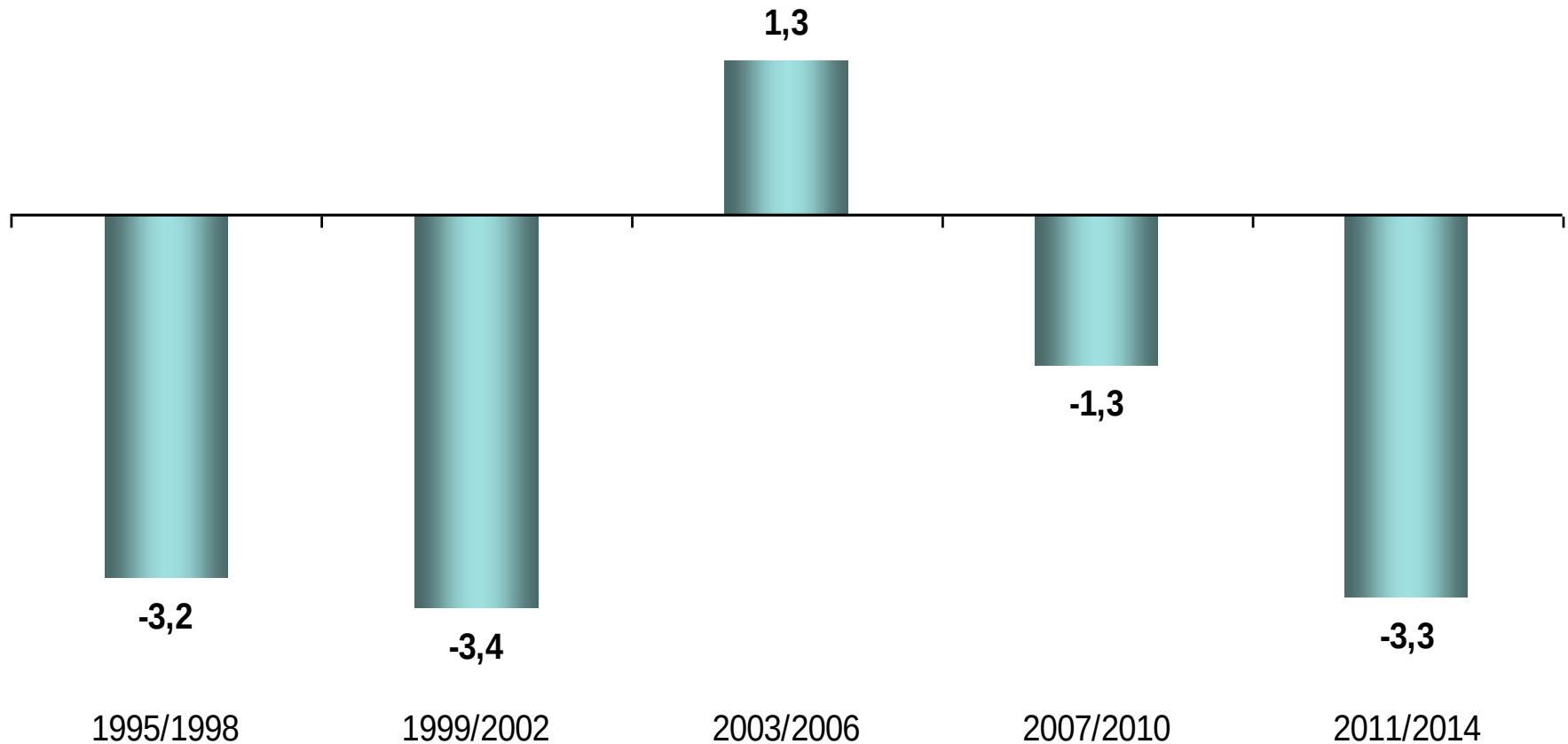
Fonte: IPEADATA

PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS (%)



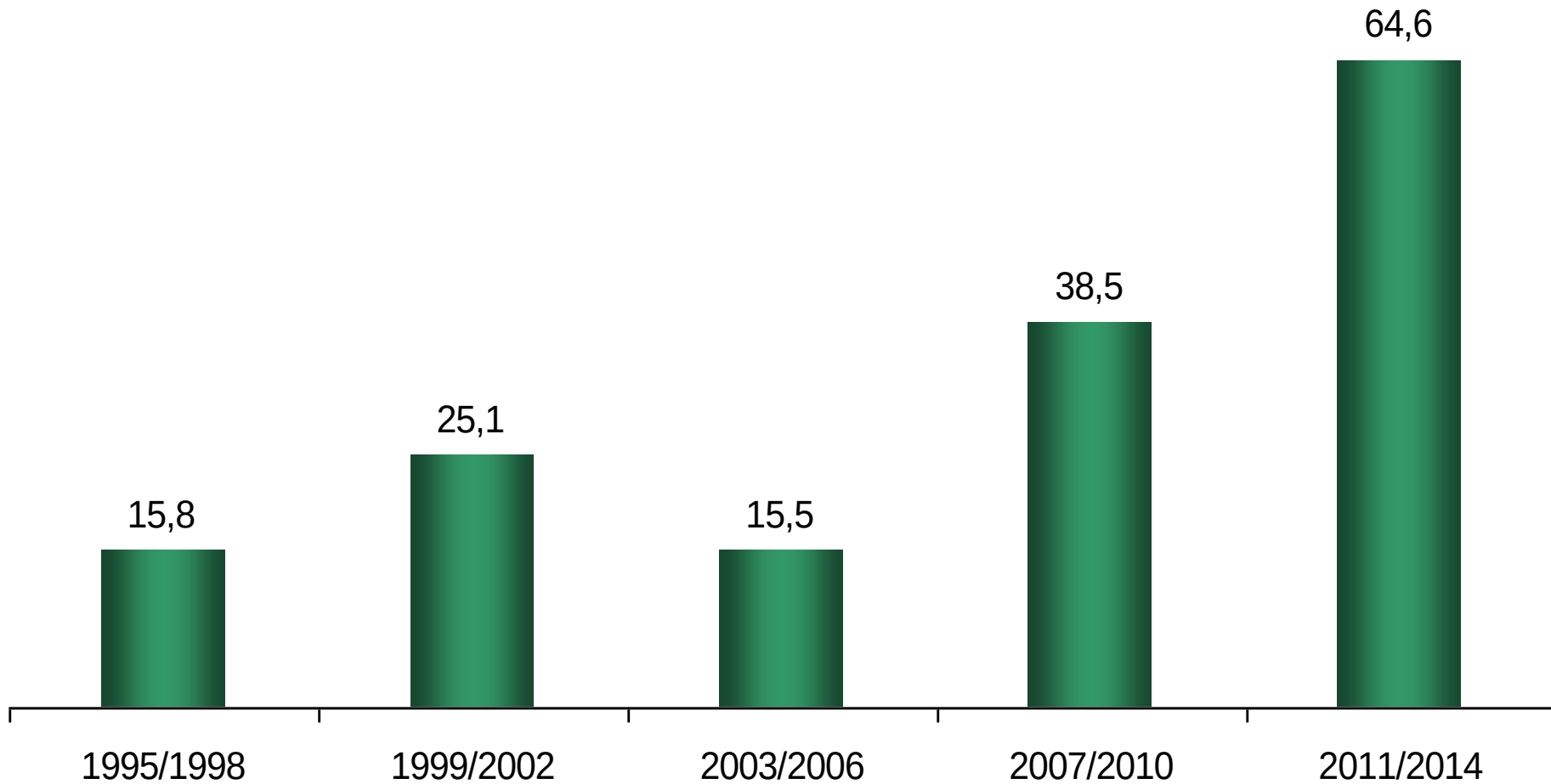
Fonte: MDIC

**SALDO DAS TRANSAÇÕES CORRENTES DO BALANÇO DE PAGAMENTOS
(% do PIB)**



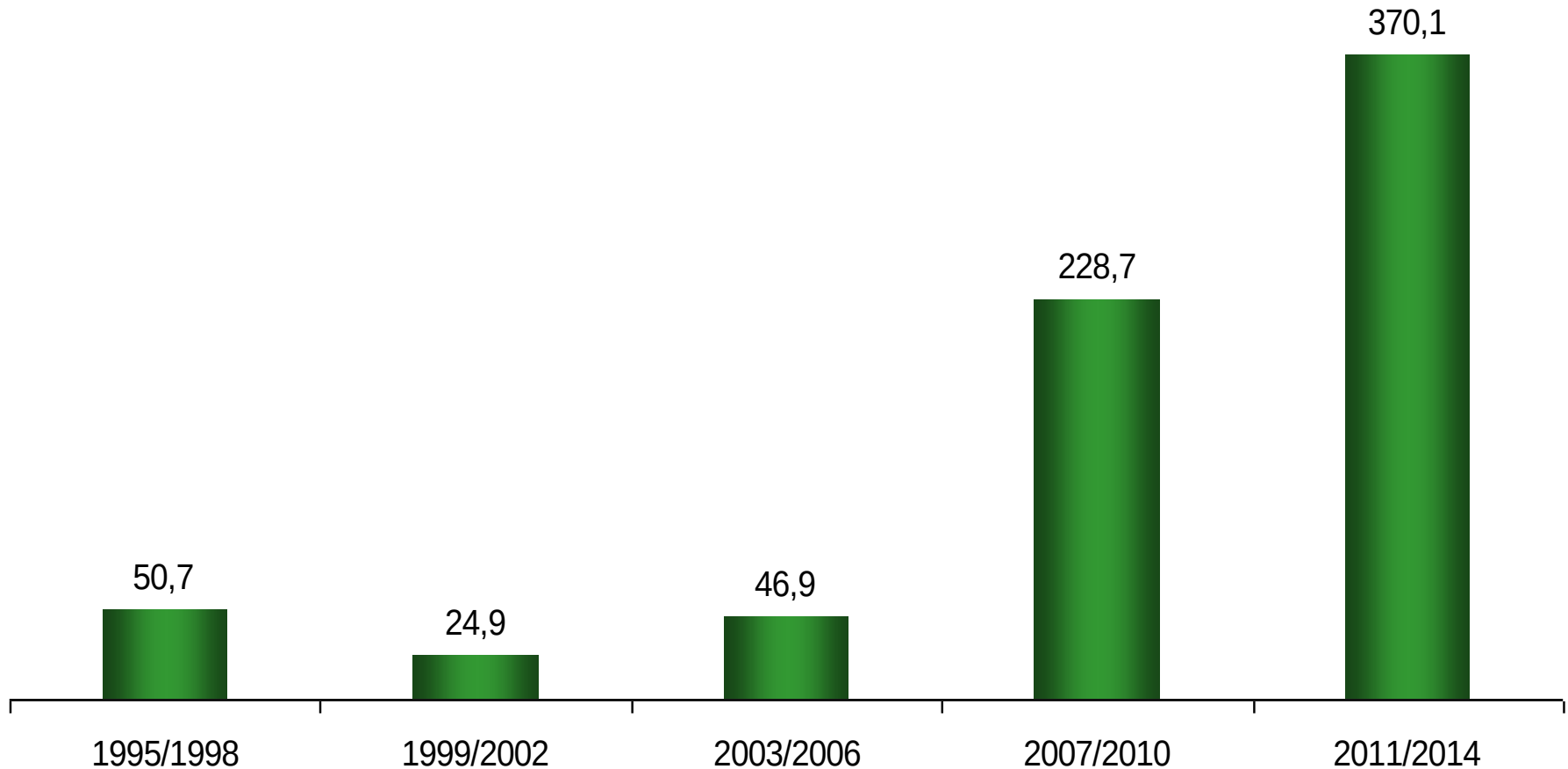
Fonte: BCB

**INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS NO PAÍS
(US\$ Bilhões)**



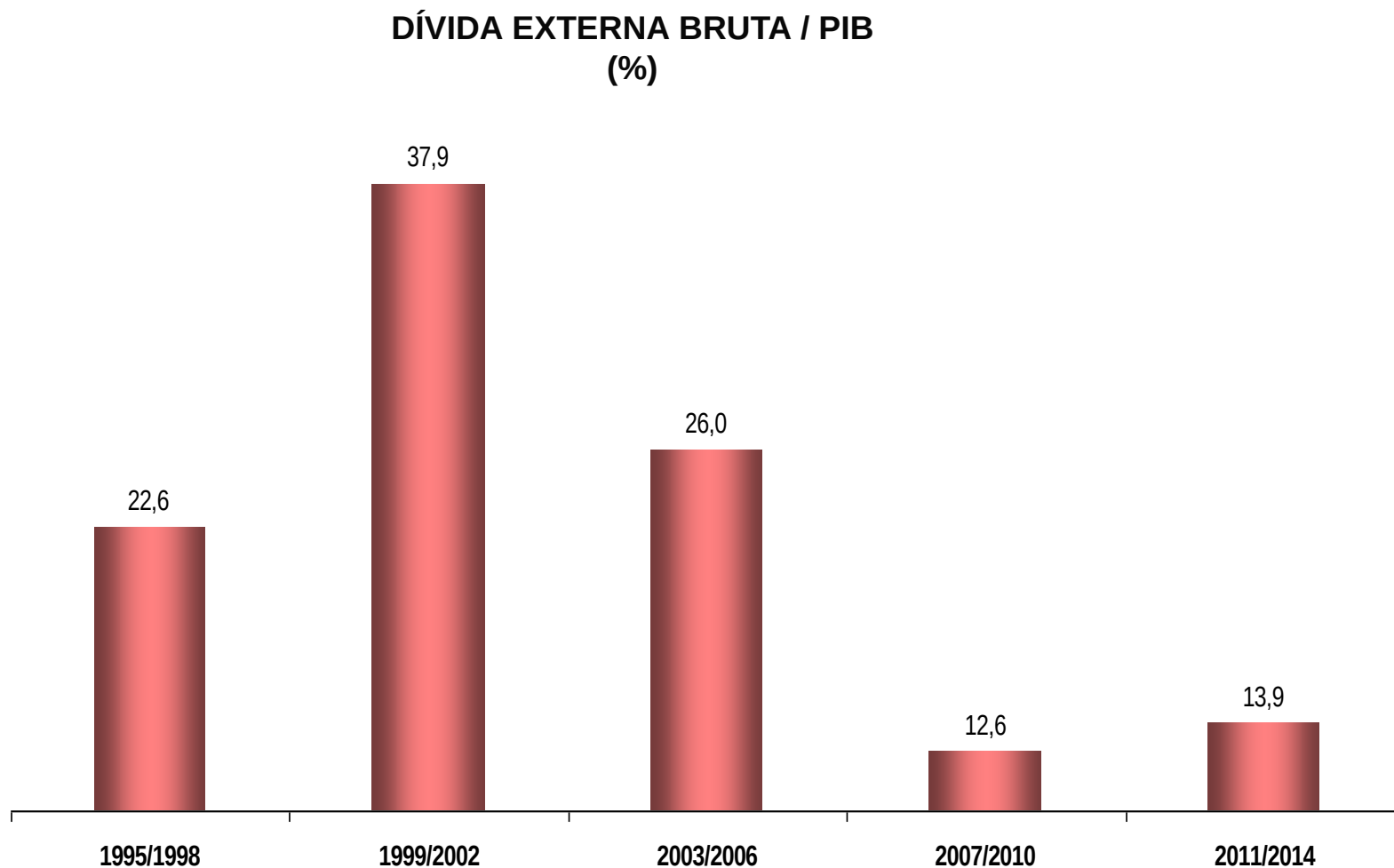
Fonte: IPEADATA

EVOLUÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS*
(US\$ Bilhões)

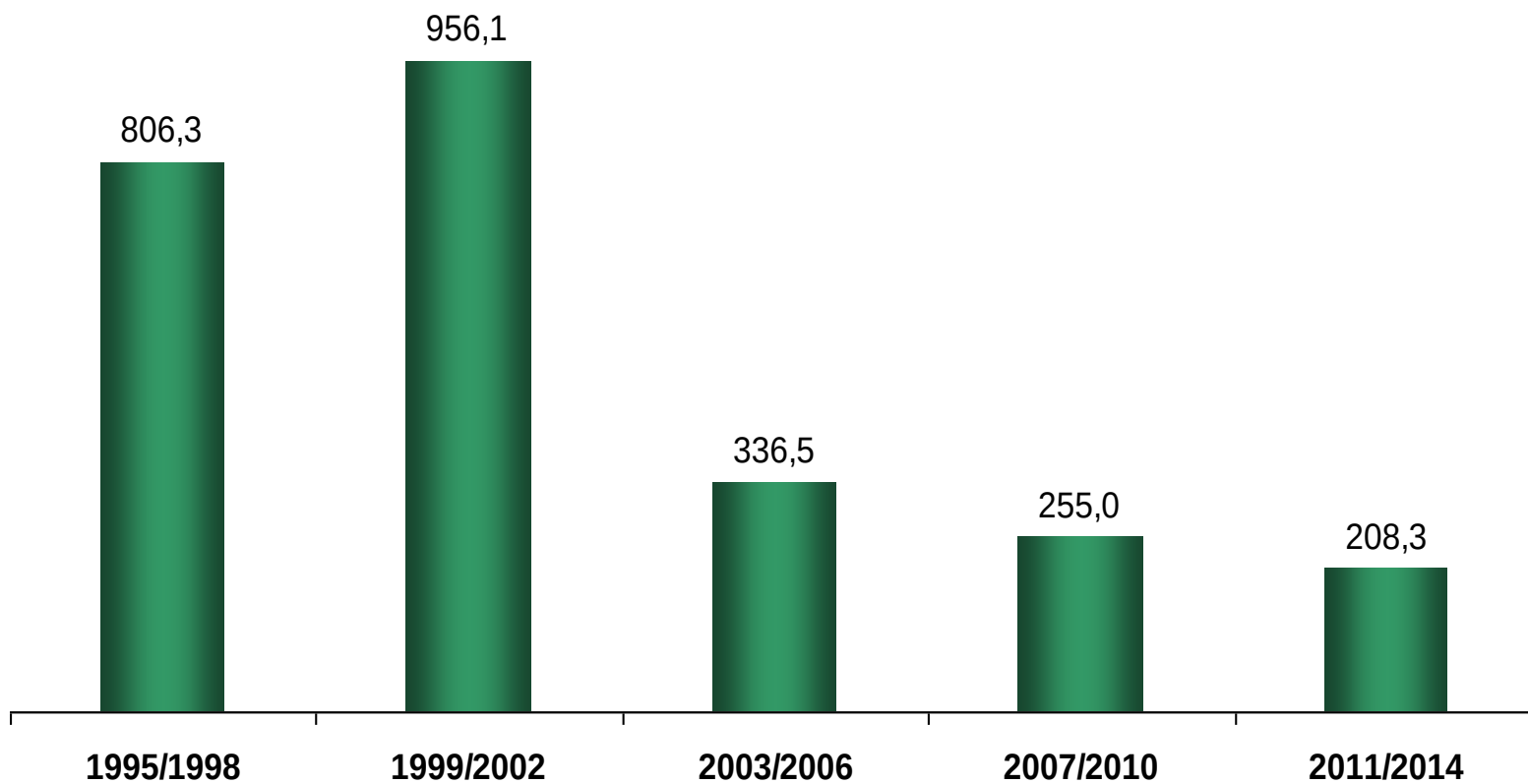


* De 1998 até 2005 os dados correspondem ao conceito de reservas líquidas ajustadas, referido nos acordos com o FMI.

Fonte: BCB

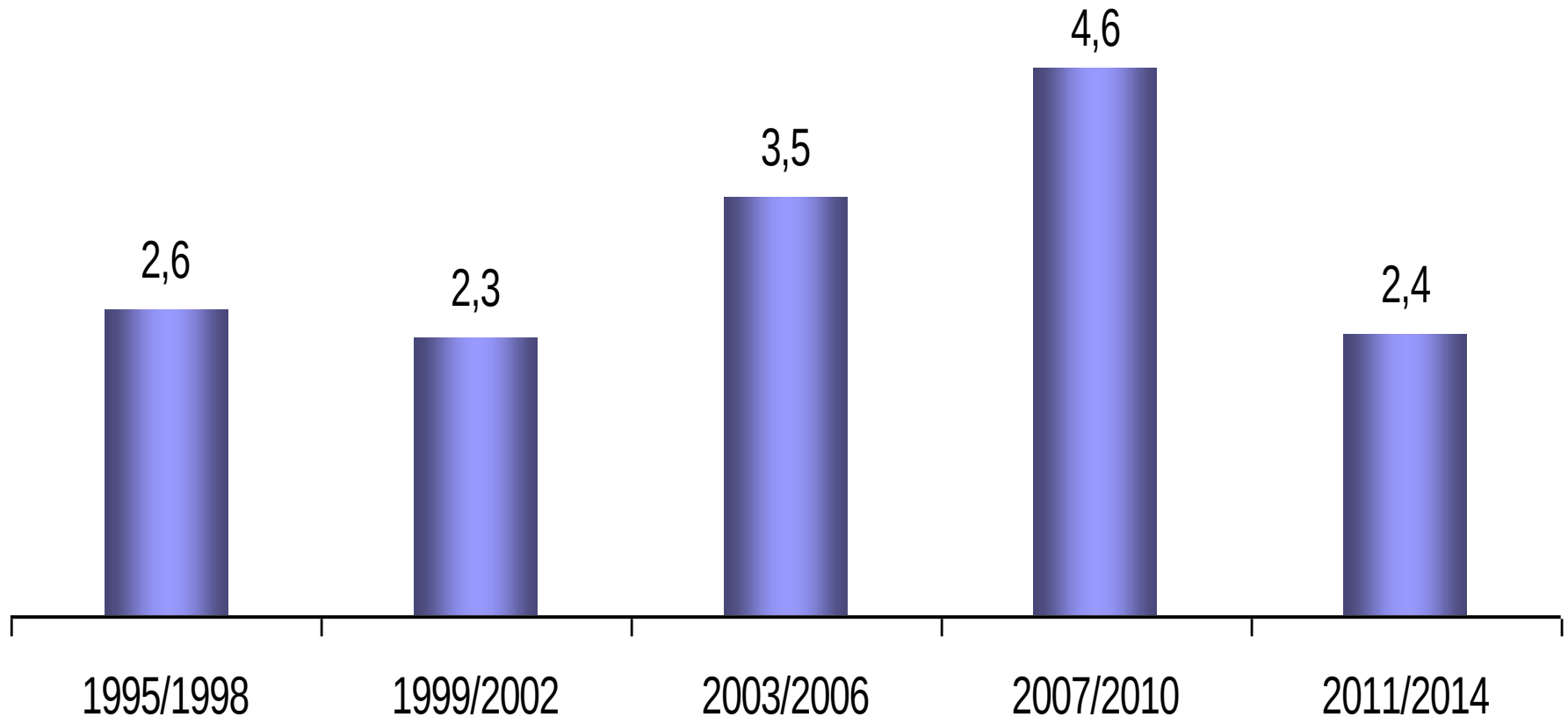


**ÍNDICE EMBI BRASIL
(Fim de período)**



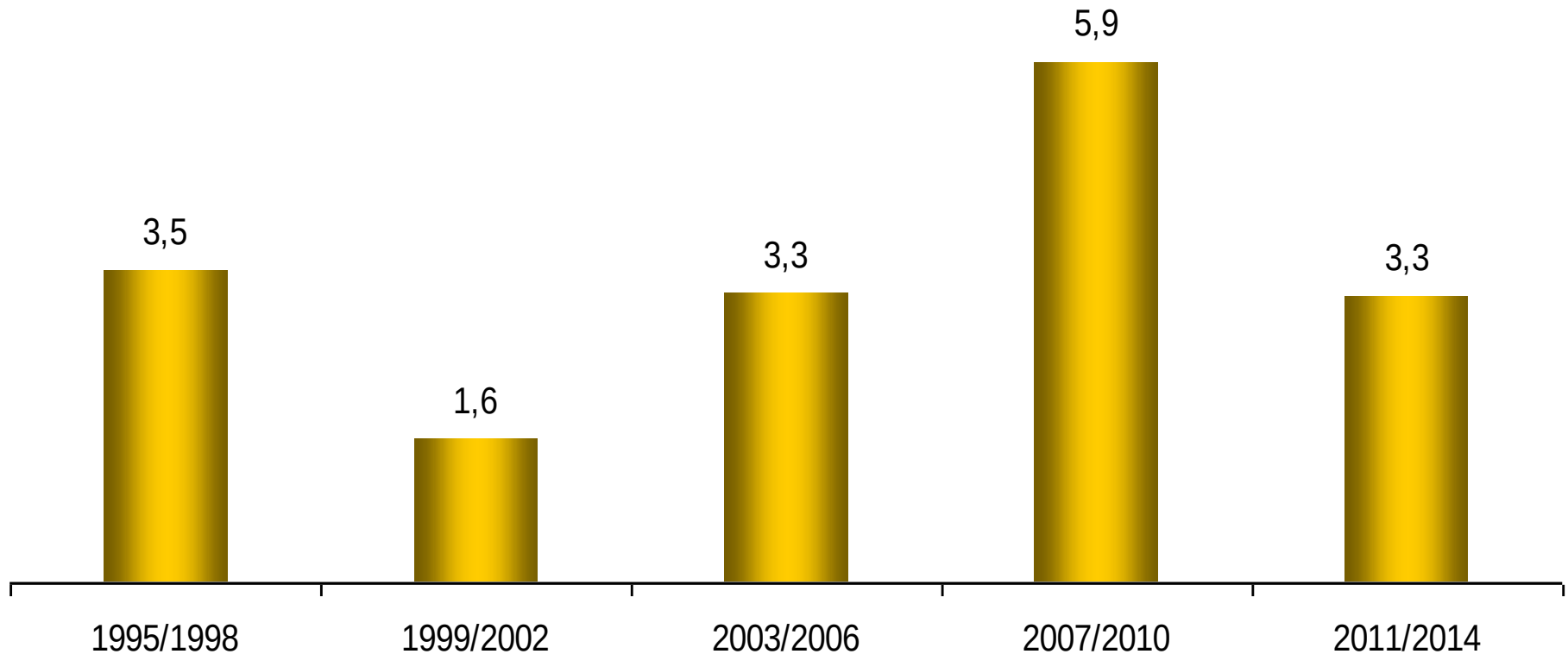
Fonte: IPEADATA

CRESCIMENTO DO PIB*
Variação anual
(%)



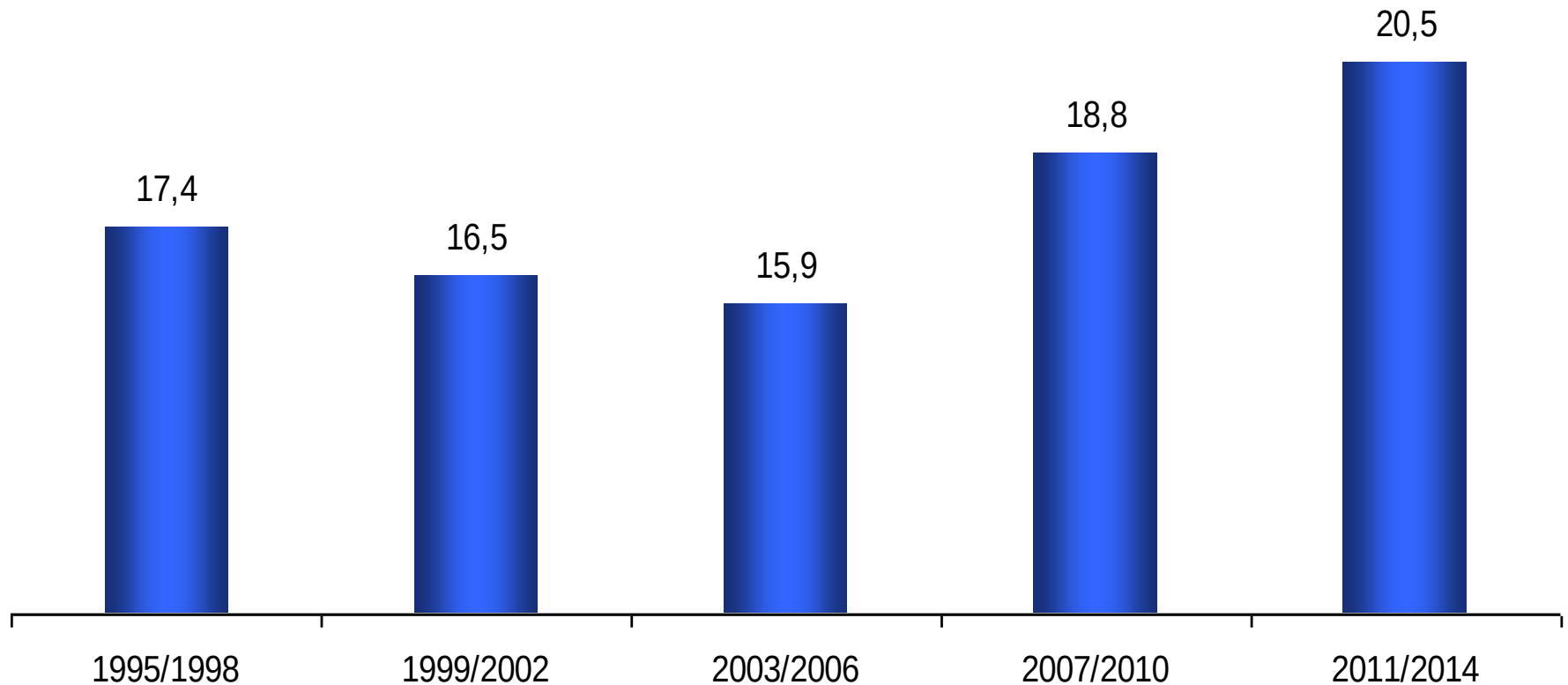
Obs: A série de 2010 a 2014, foram ajustados com nova a metodologia do IBGE ,
Fonte: IBGE

CONSUMO DAS FAMÍLIAS*
Variação anual
(%)



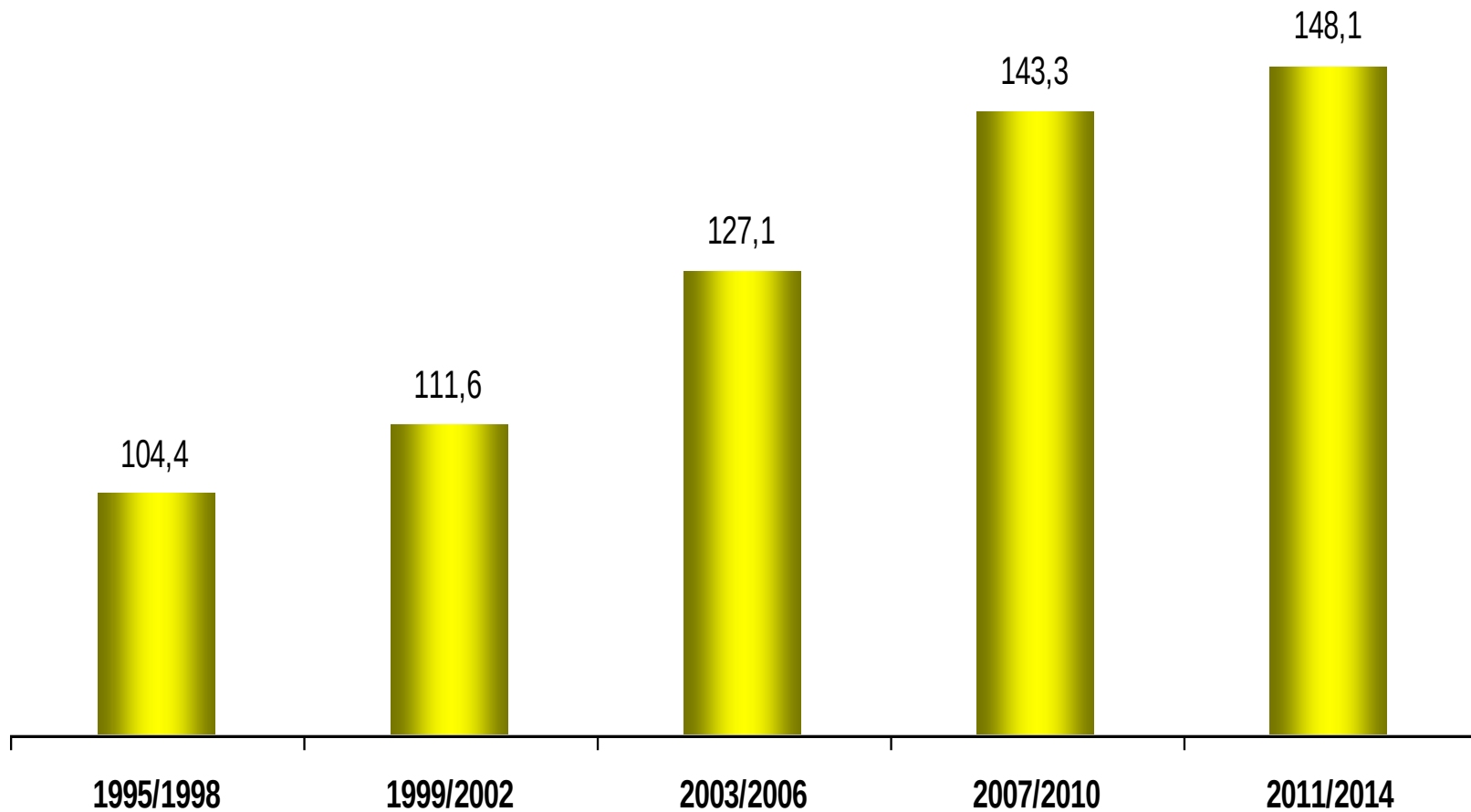
Obs: A série de 2010 a 2014, foram ajustados com a nova metodologia do IBGE ,
Fonte: IBGE

**TAXA DE INVESTIMENTOS A PREÇOS CORRENTES
(% do PIB)**



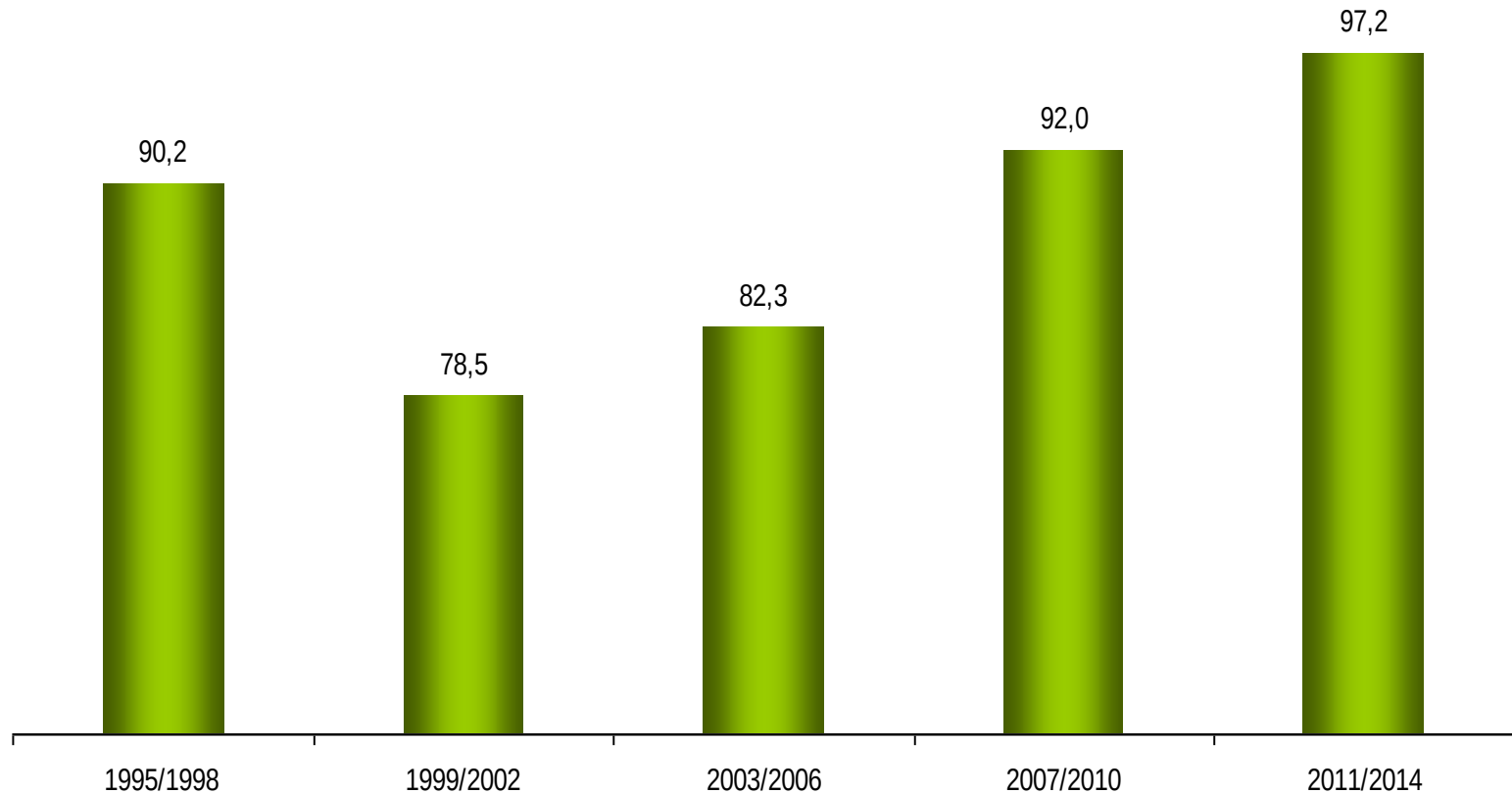
Obs: A série de 2010 a 2014, foram ajustados com nova a metodologia do IBGE ,
Fonte: IBGE

ÍNDICES DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL
(Ano Base 1994= 100)



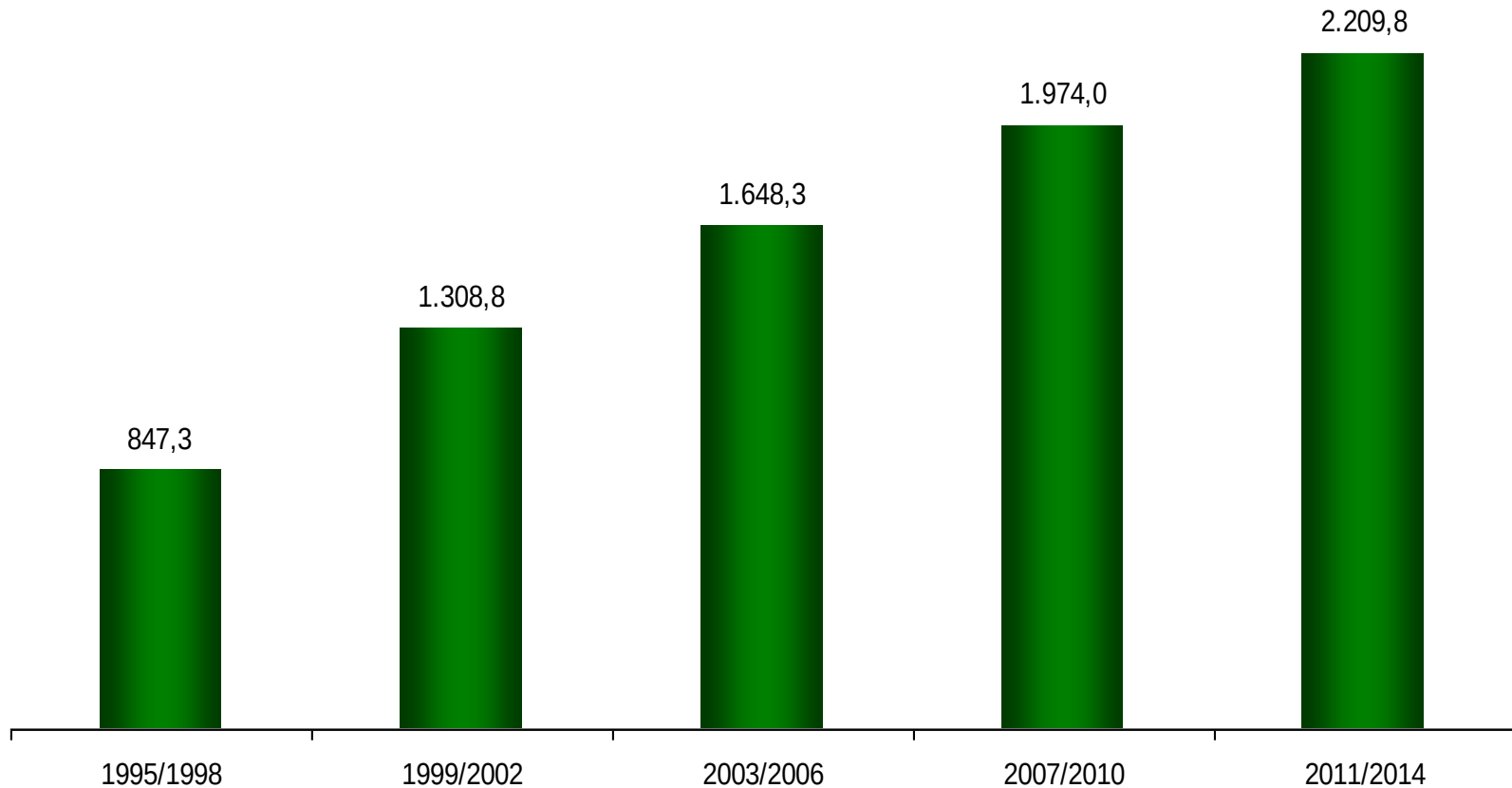
Fonte: IPEADATA

**ÍNDICE DE PESSOAL EMPREGADO NA INDÚSTRIA
(Ano Base 1994= 100)**



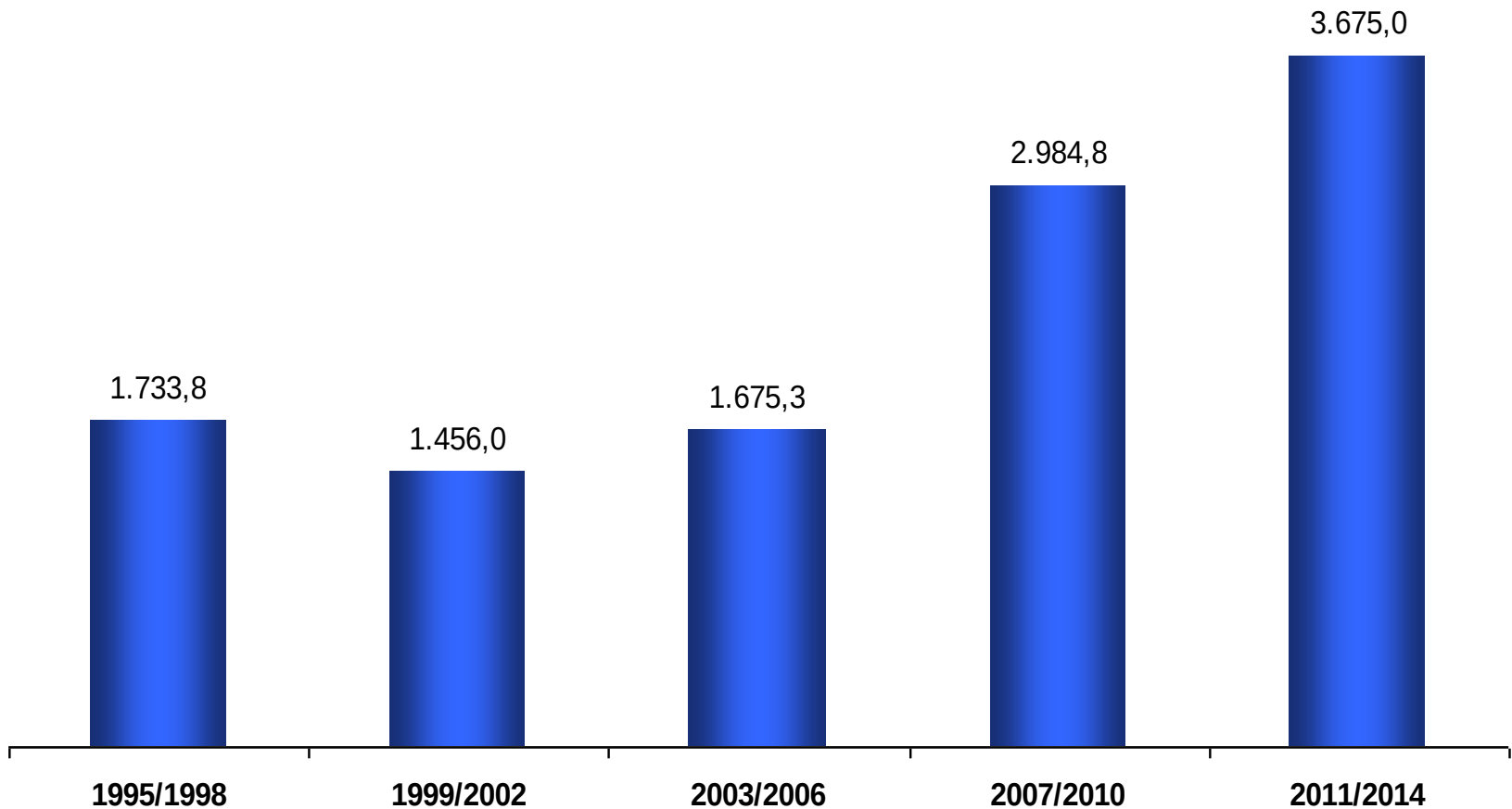
Fonte: IPEADATA

PRODUÇÃO PETRÓLEO DA PETROBRAS
(Mil barris/dia)



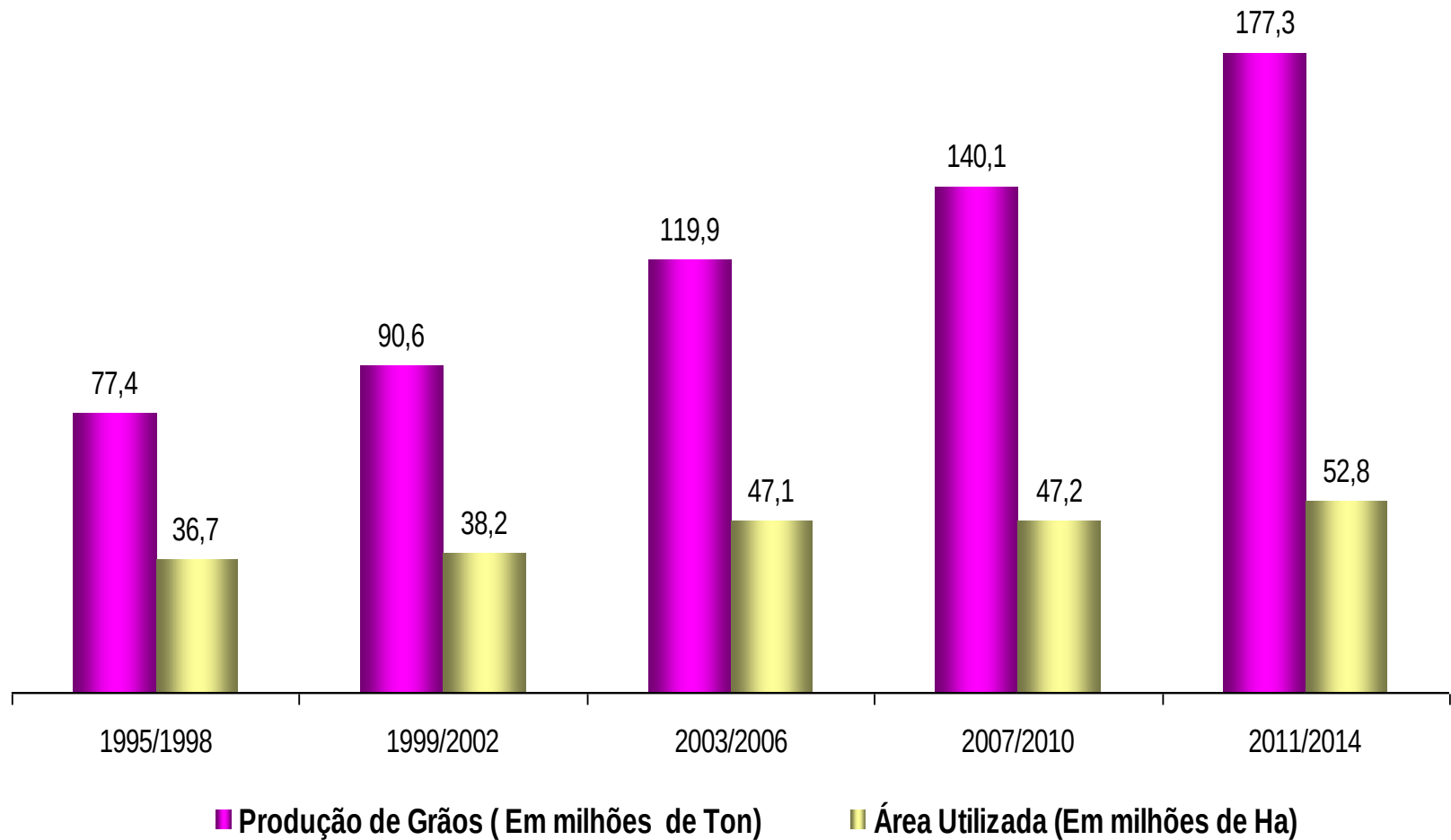
Fonte: IPEADATA

VENDAS DO COMPLEXO AUTOMOTIVO
(Mil unidades)



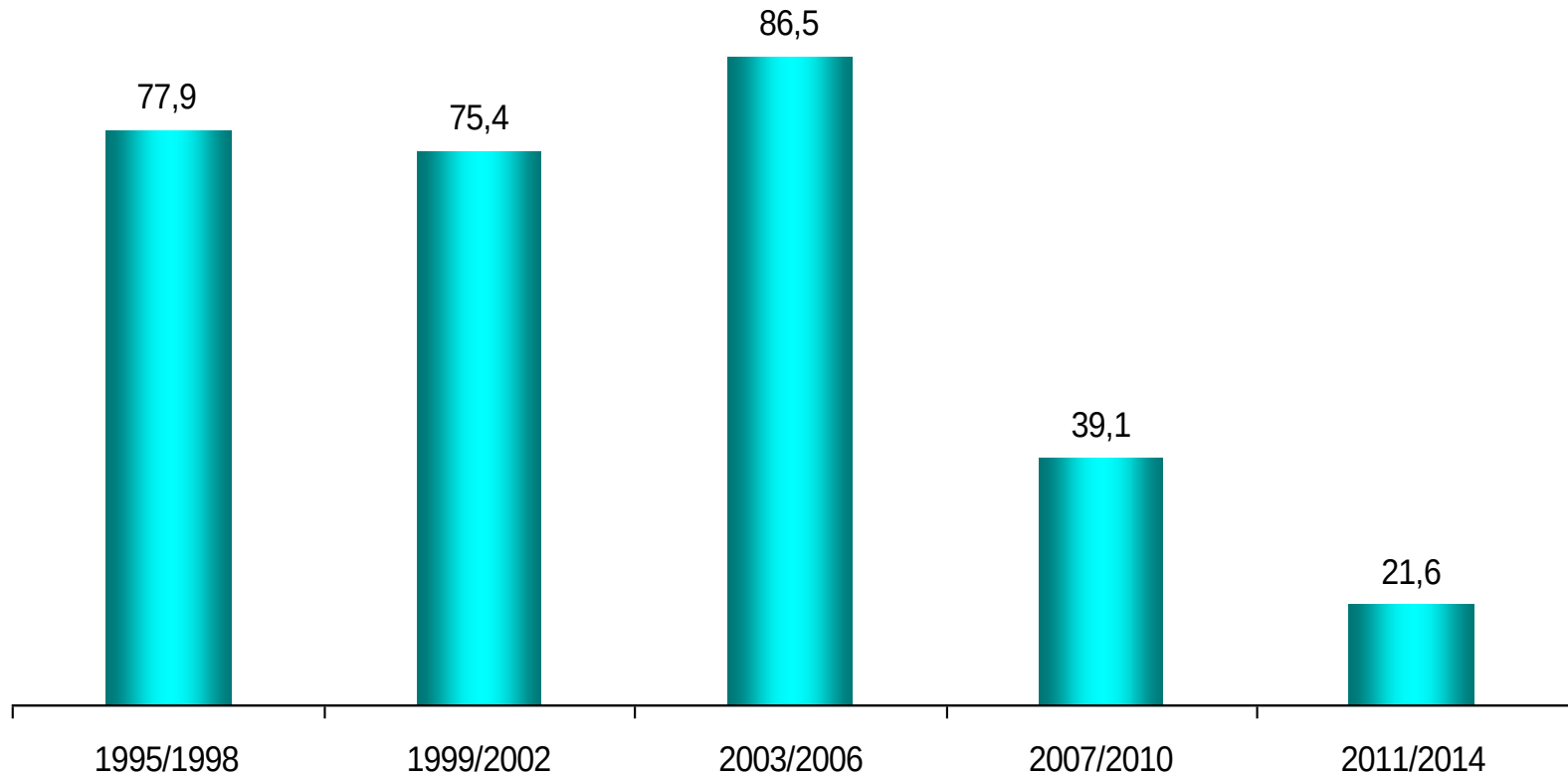
Fonte: ANFAVEA

PRODUÇÃO E ÁREA UTILIZADA EM GRÃOS



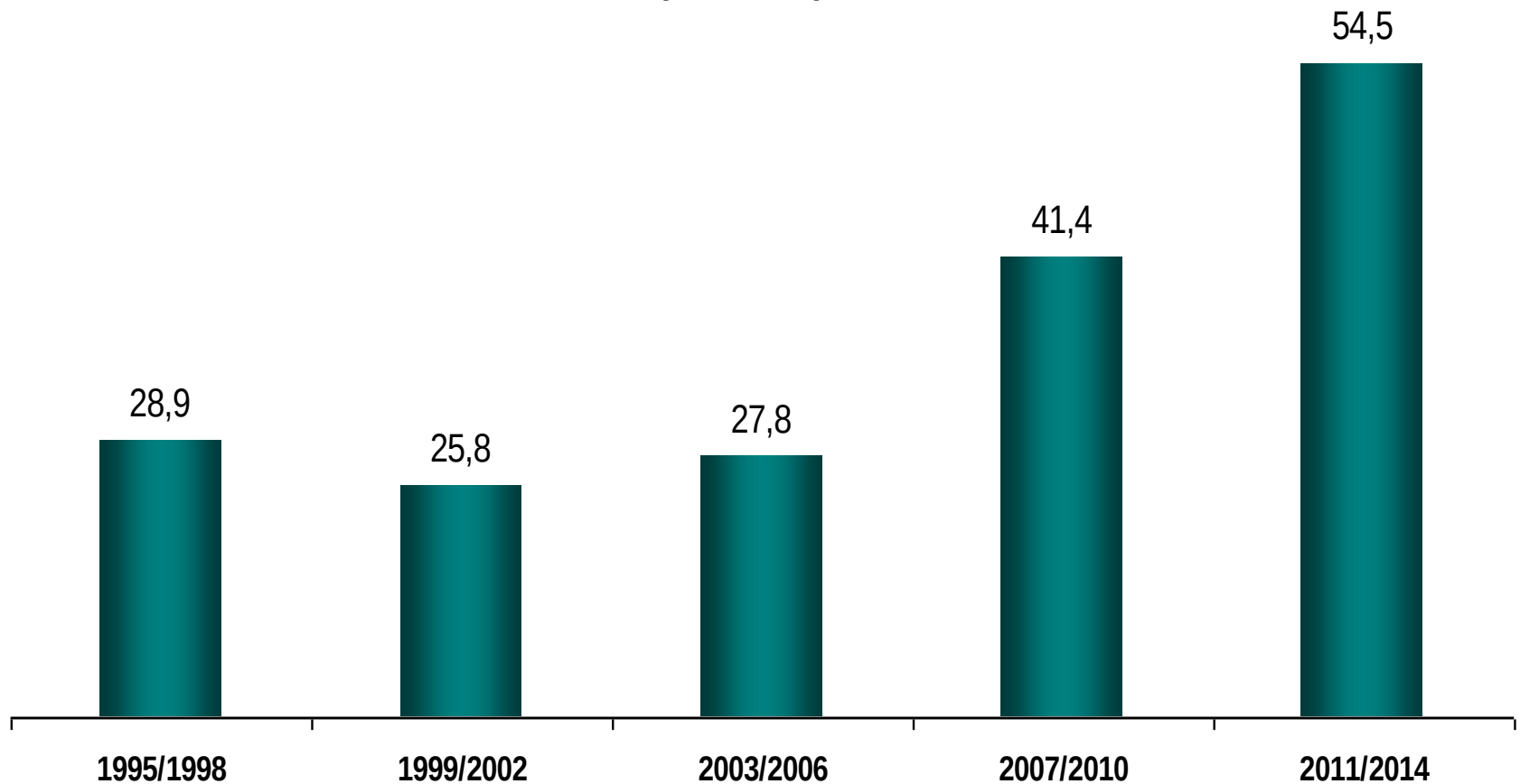
Fonte: Elaboração de Altos Estudos Brasil Século XXI com base nos dados da CONAB

TAXA DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL
(Desmatamento em mil Km²/ano)



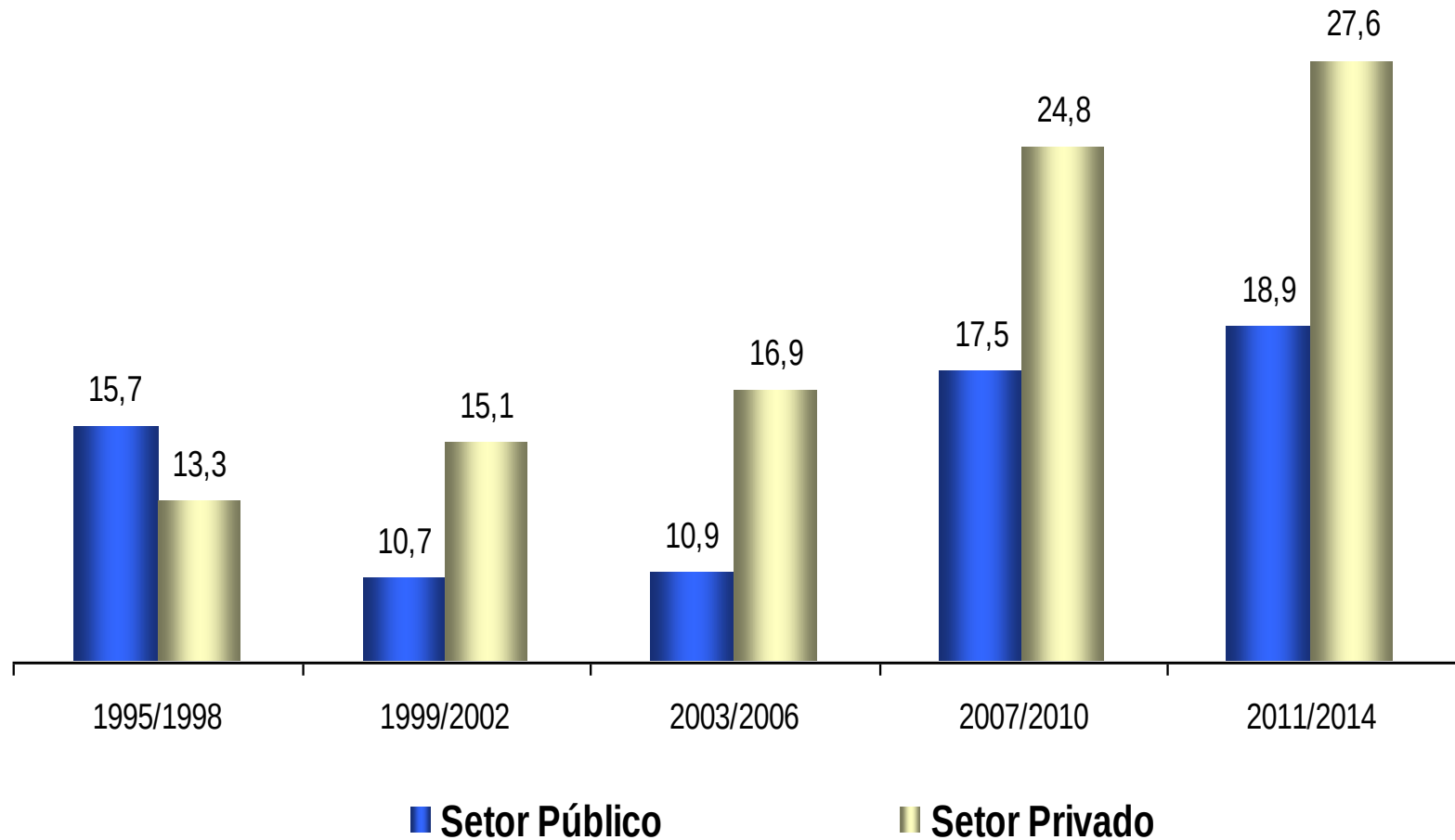
Fonte: PPA 2012-2015 - Plano Mais Brasil / INPE

**CRÉDITO TOTAL
SALDO EM FINAL DE PERÍODO
(% do PIB)**



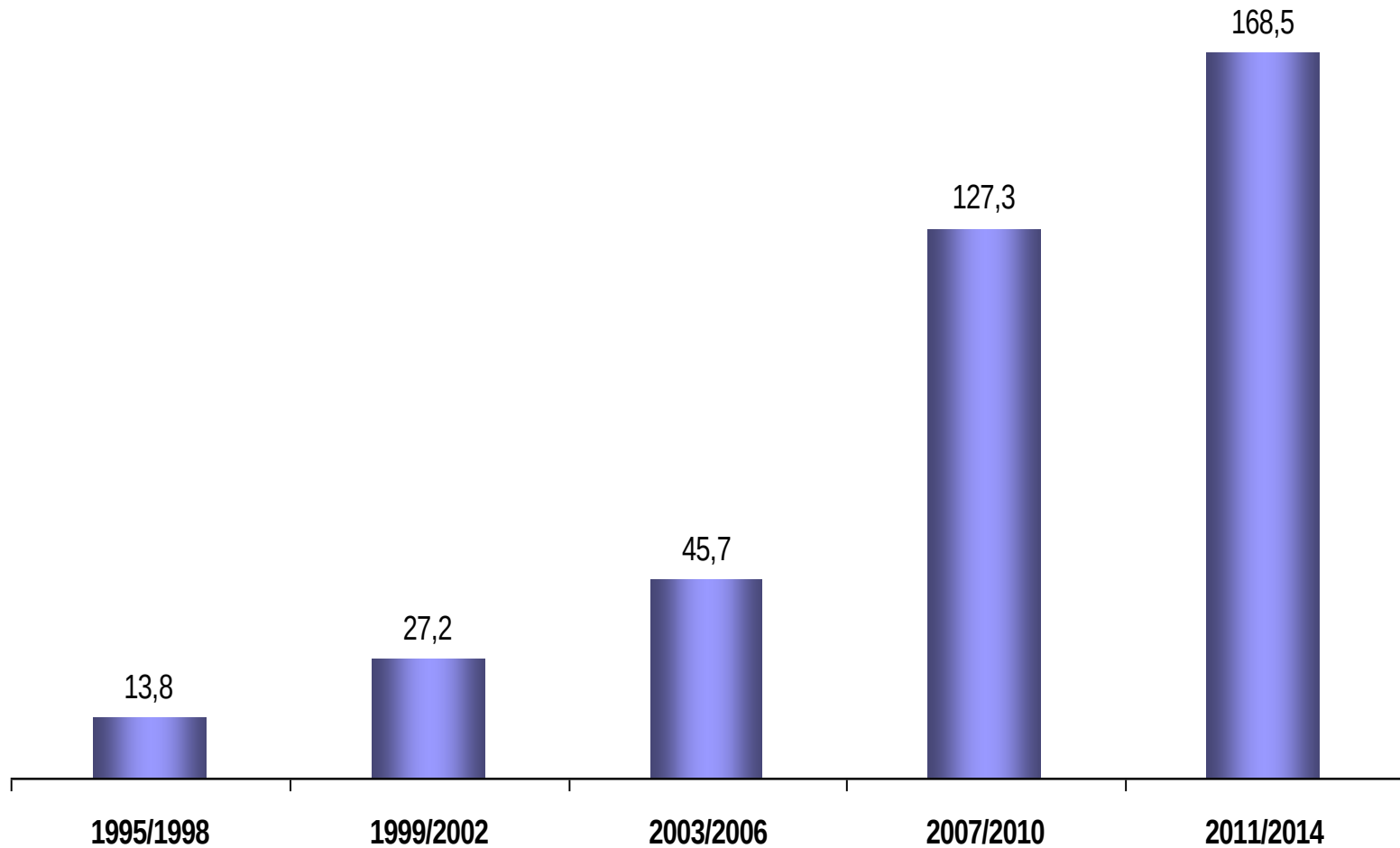
Fonte: BCB

CRÉDITOS CONCEDIDOS PELOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO NACIONAL
(Em % do PIB)



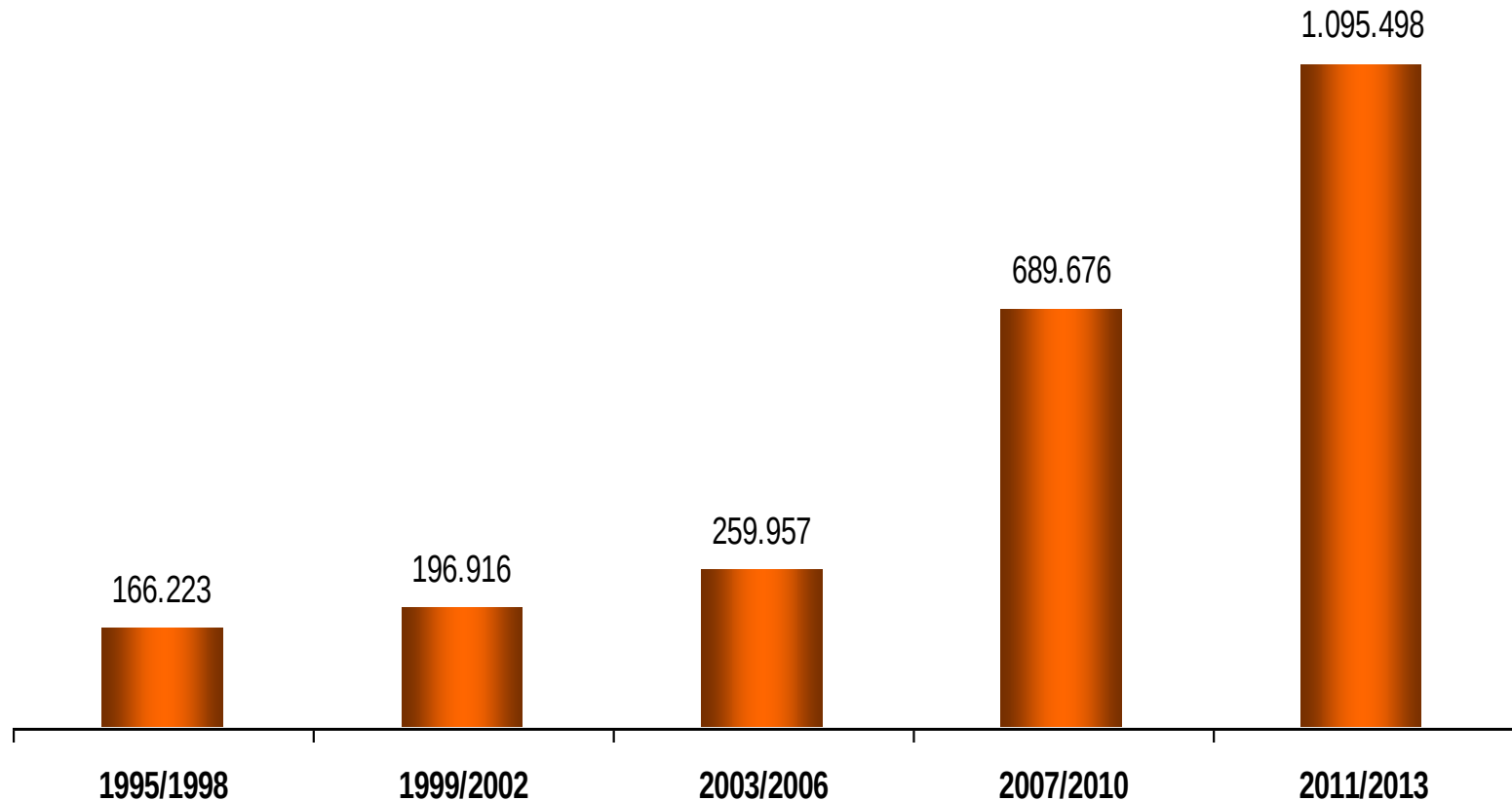
Fonte: BCB

**FINANCIAMENTOS DO BNDES
(Em R\$ Bilhões)**



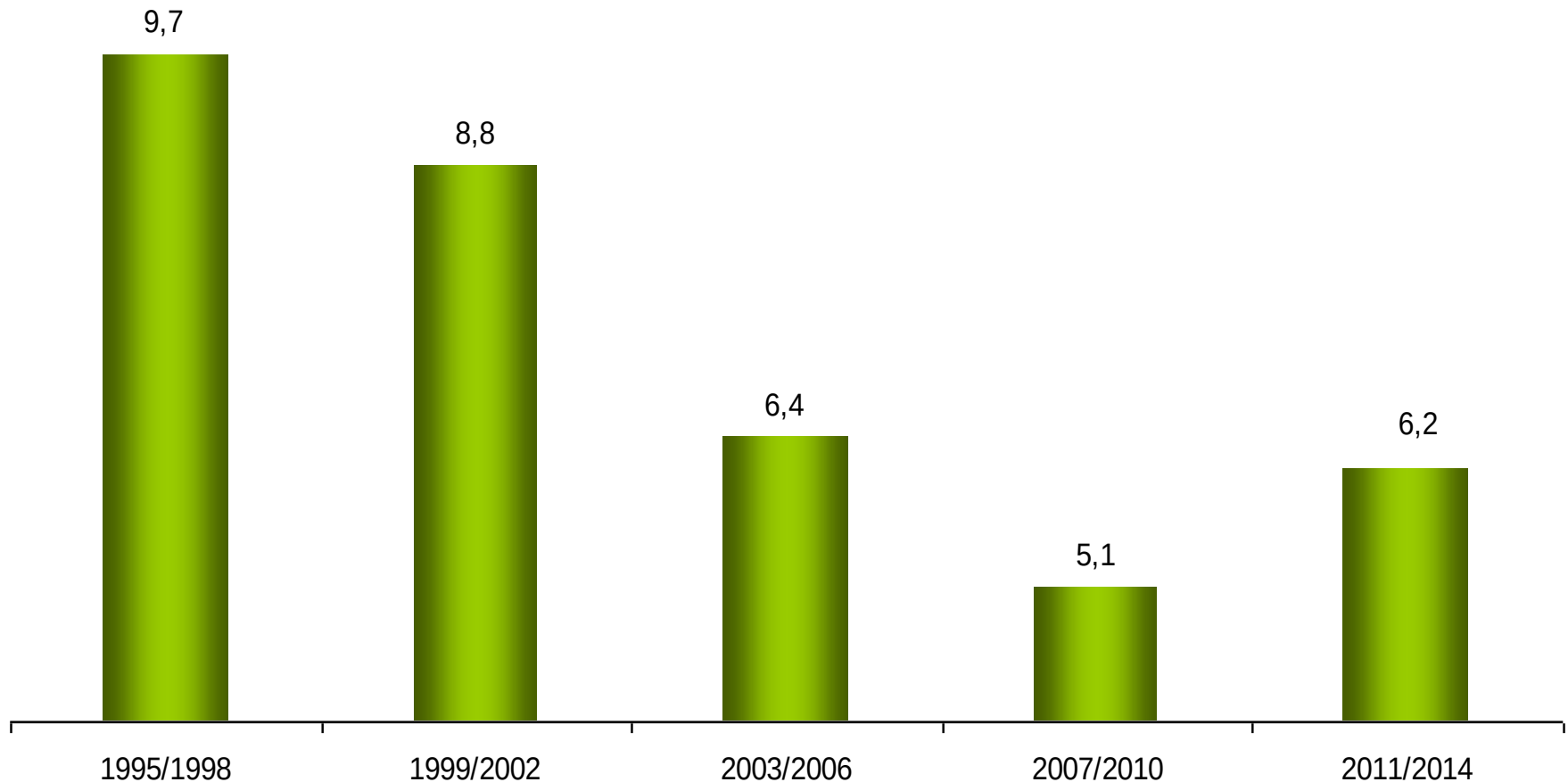
Fonte: BNDES

**QUANTIDADE DE UNIDADES HABITACIONAIS CAIXA + MERCADO
(Total de financiamentos)**



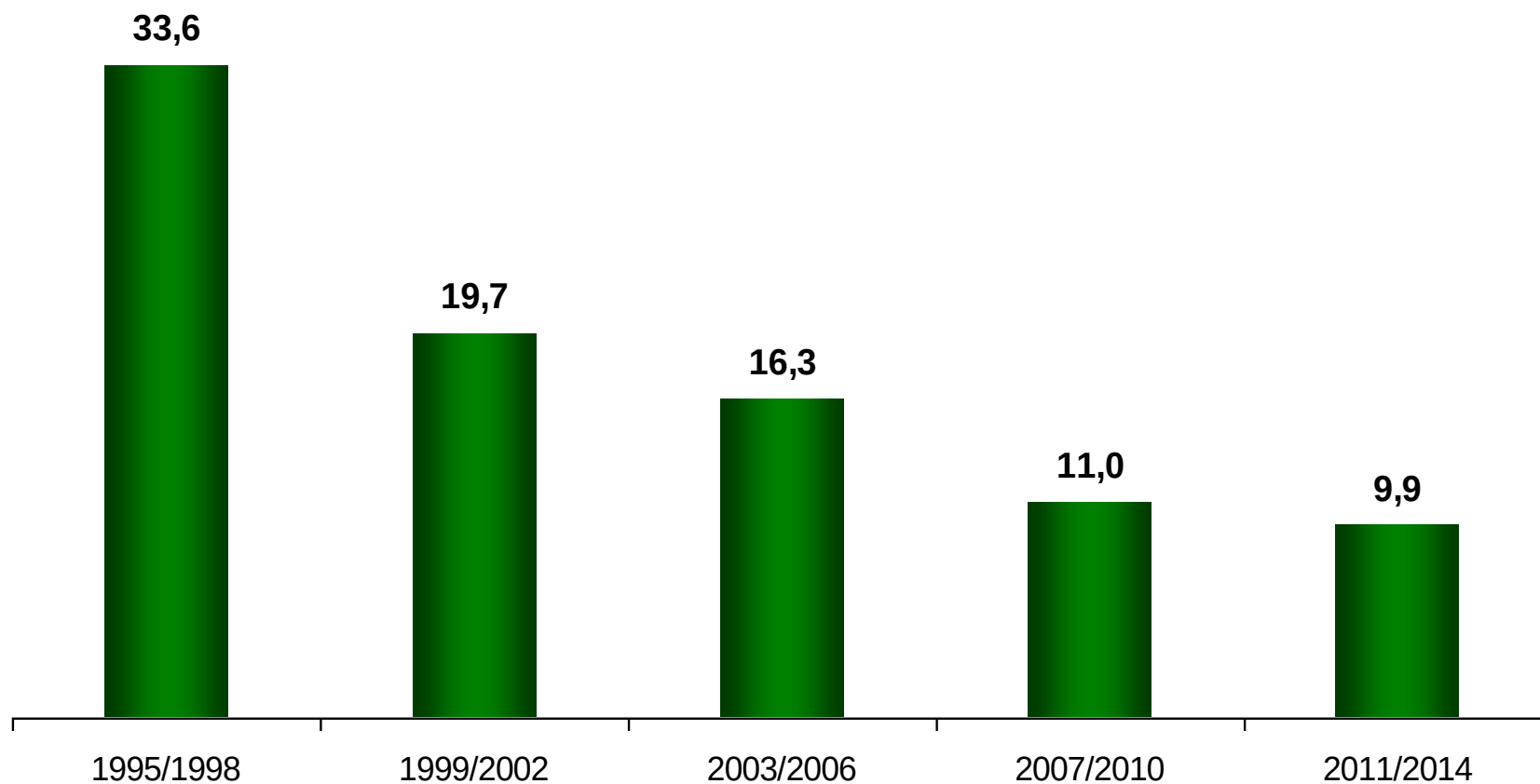
Fonte: Caixa Econômica Federal

EVOLUÇÃO DA TAXA DE INFLAÇÃO (IPCA)
Evolução anual
(%)

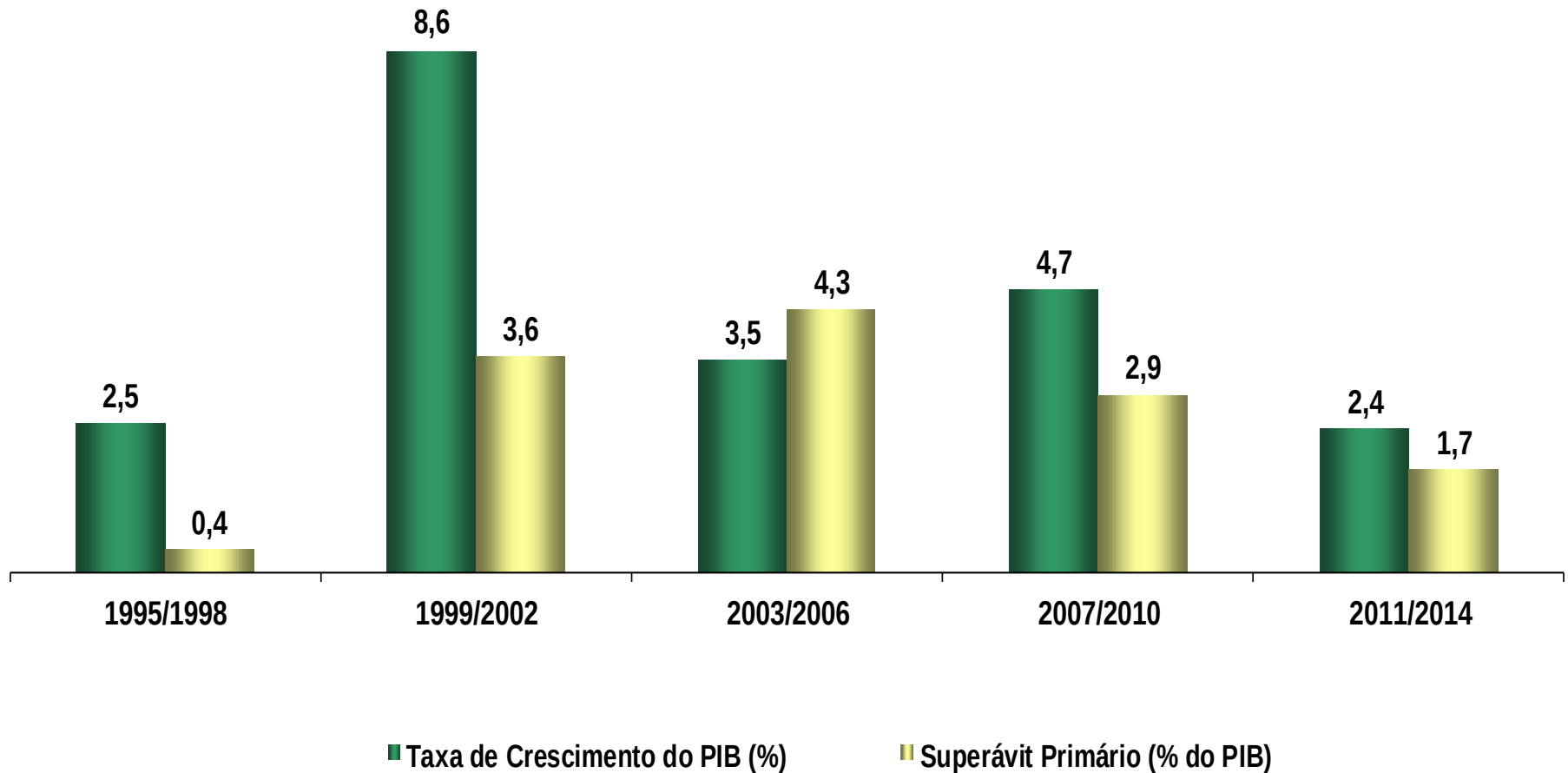


Fonte: BCB

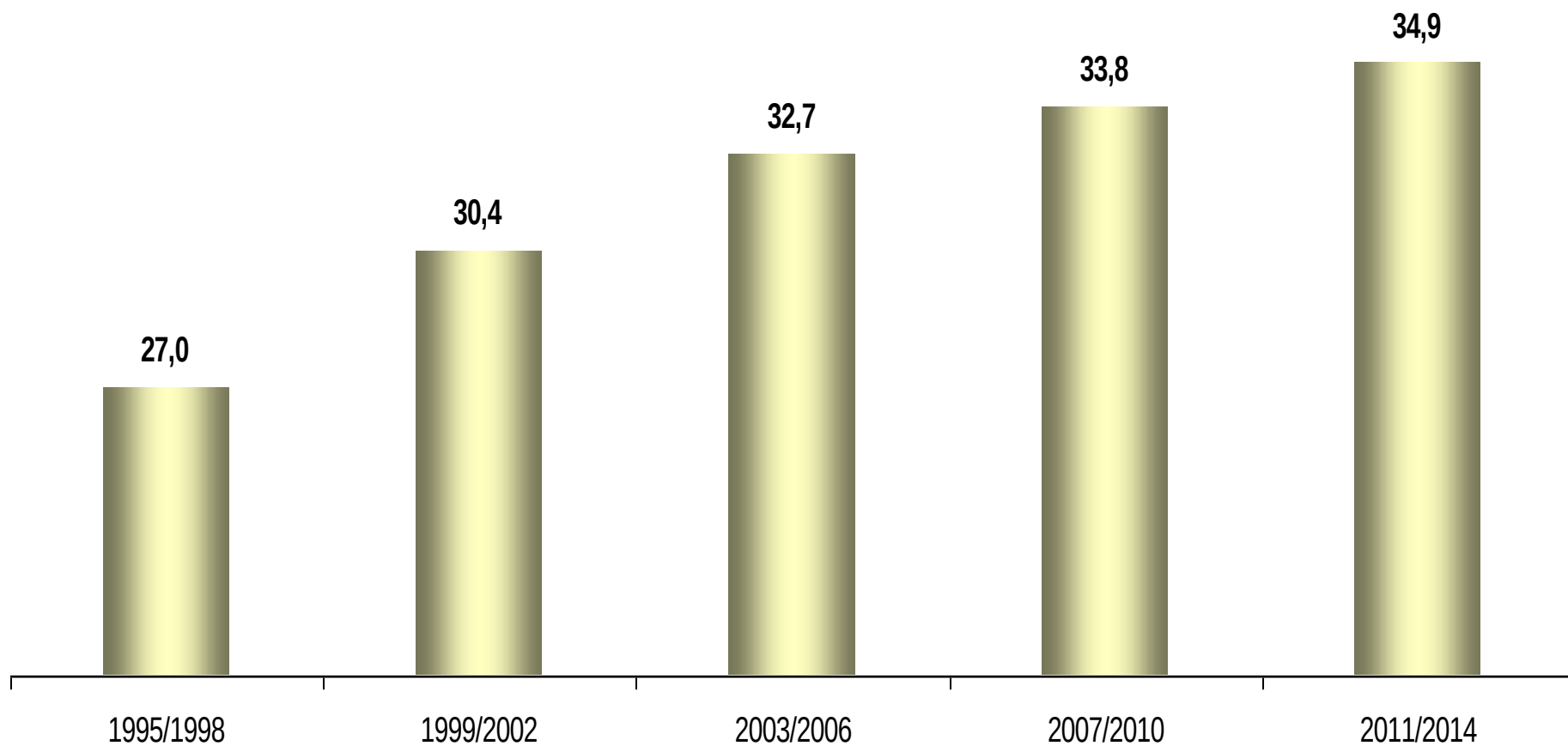
TAXA DE JUROS – SELIC
Média
(% ao ano)



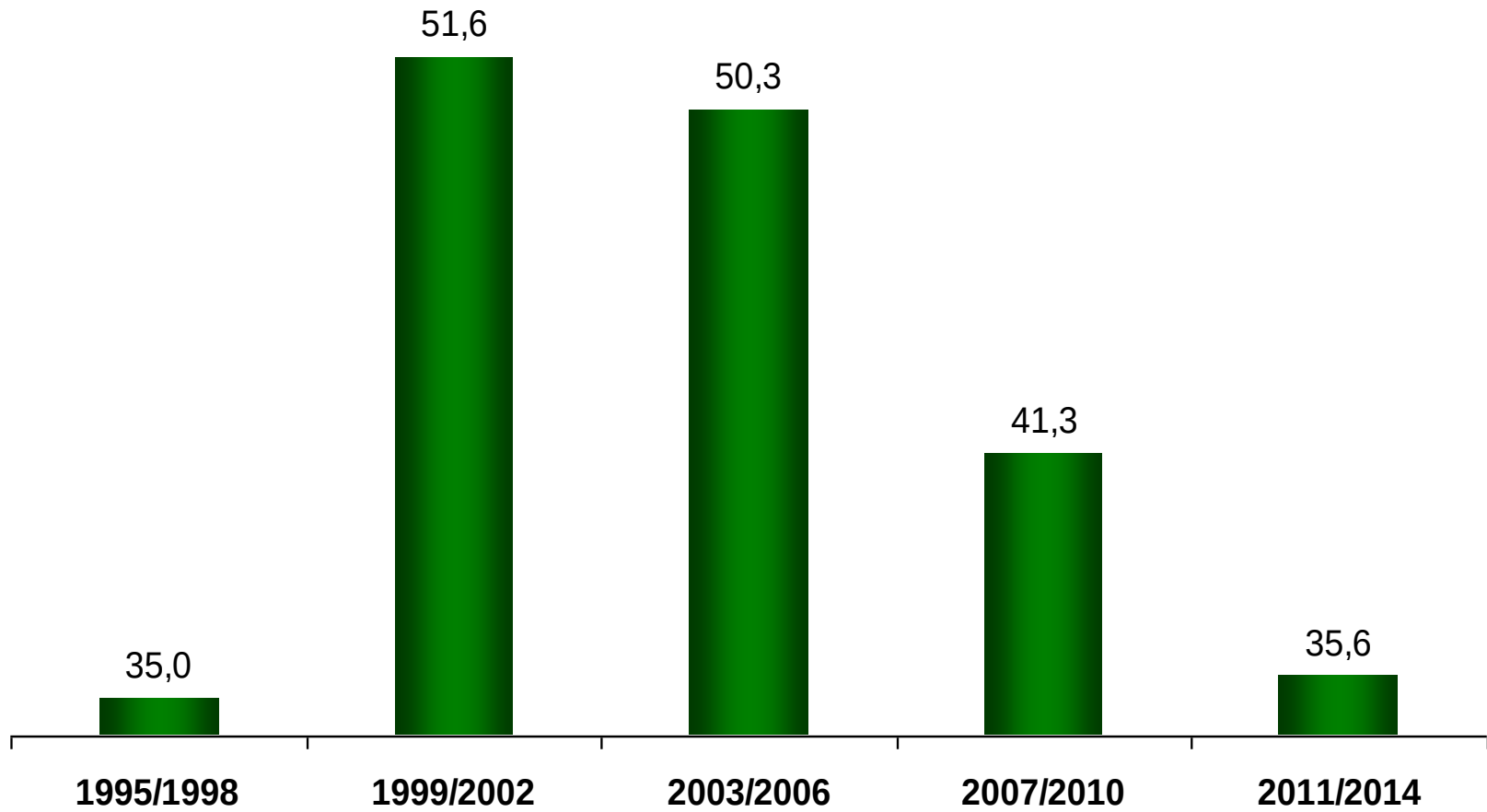
EVOLUÇÃO DO PIB REAL E DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO



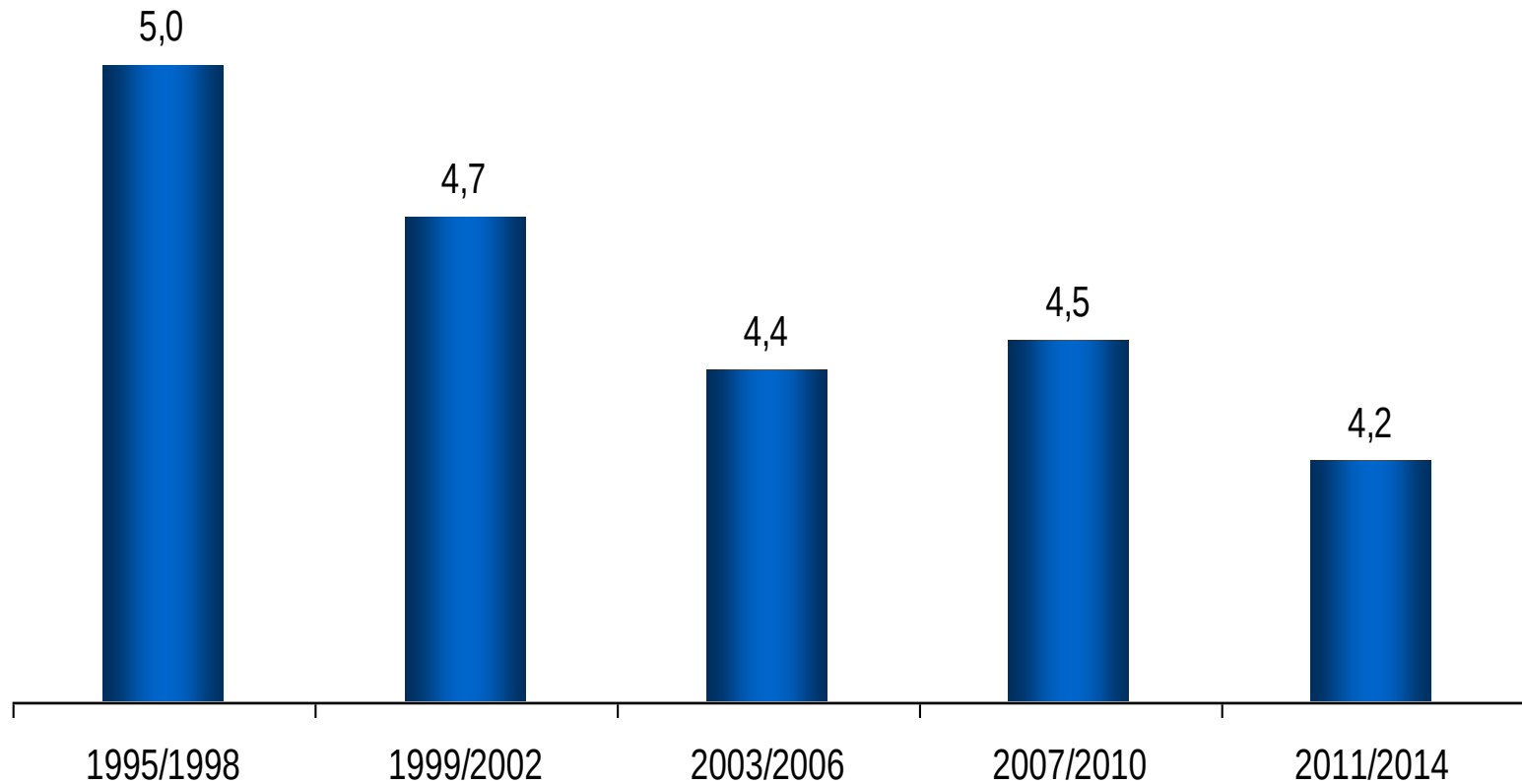
**CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA
(% do PIB)**



**EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA LÍQUIDA
(% do PIB)**

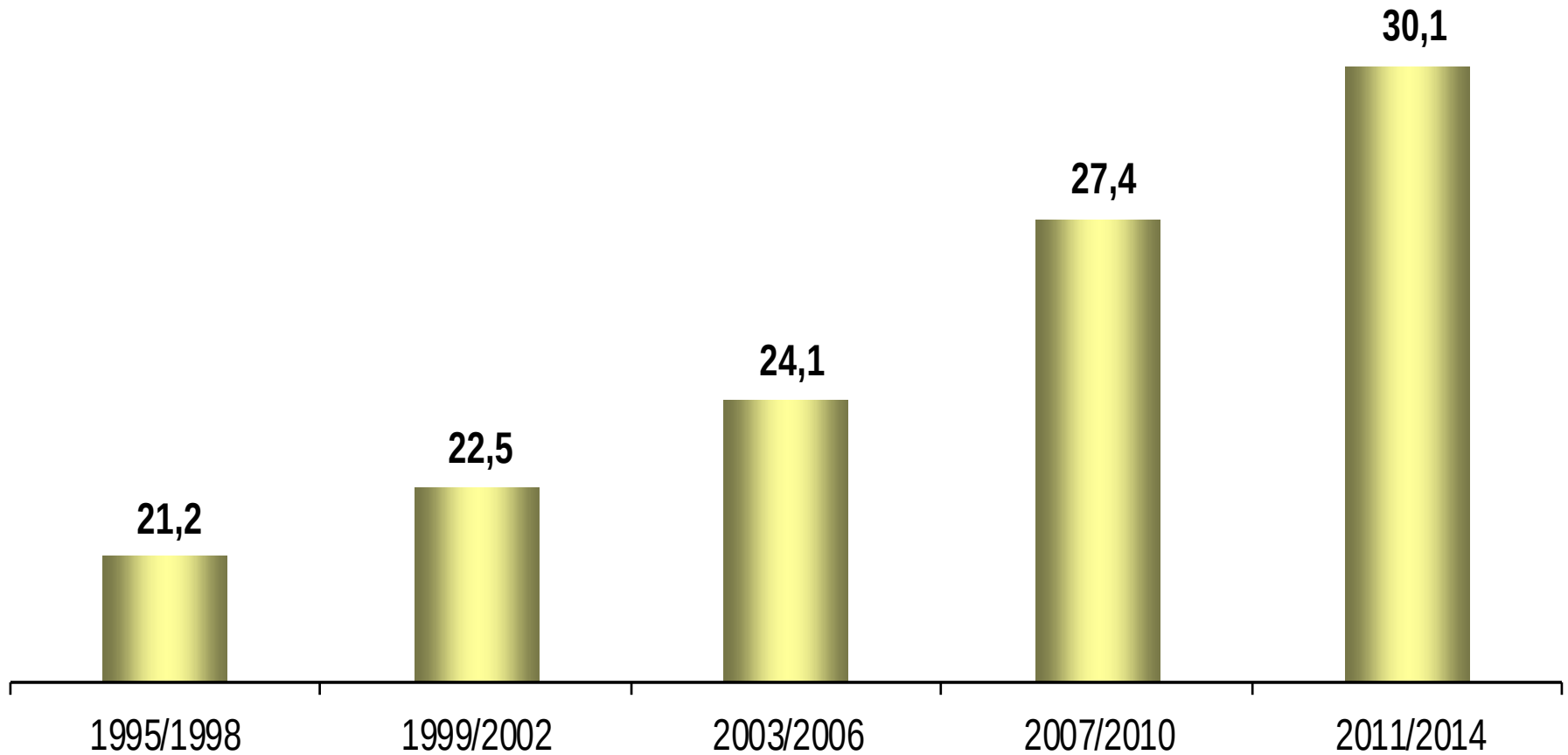


**DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
(% do PIB)**

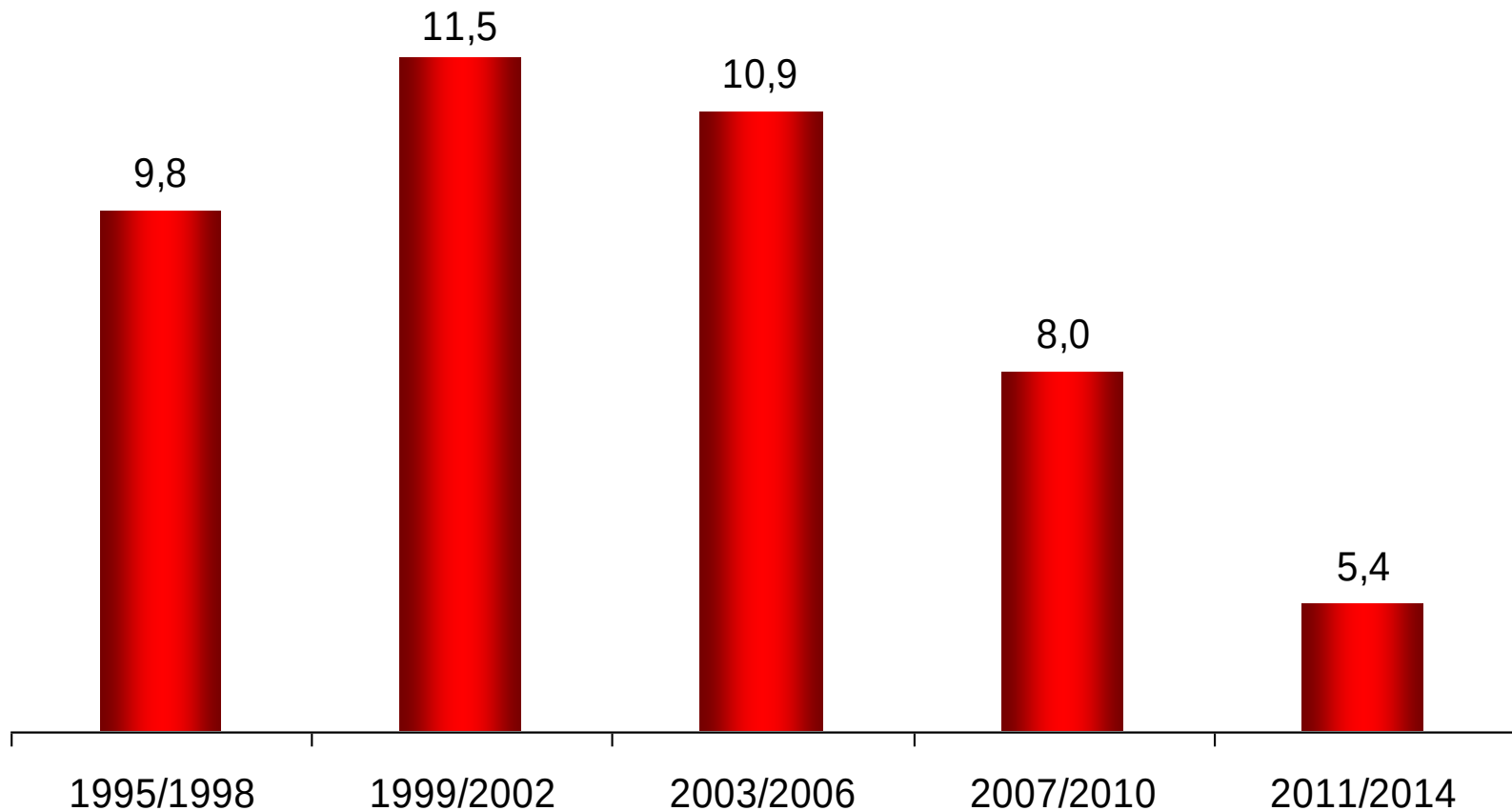


Fonte: STN

**EVOLUÇÃO DO PIB REAL PER CAPITA
PREÇOS DE 2015
(R\$)**

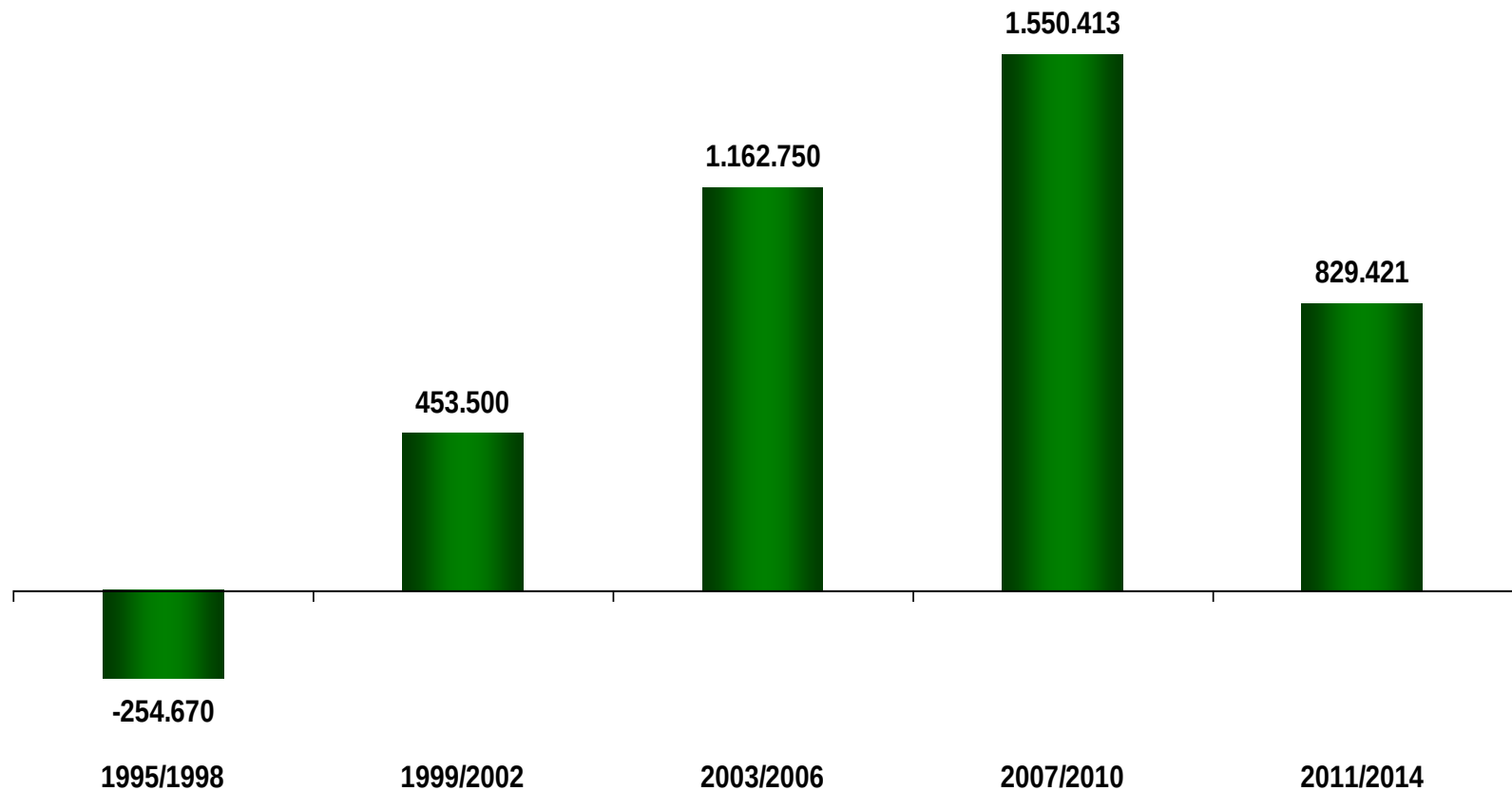


**REGIÕES METROPOLITANAS
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO – MÉDIA 30 DIAS
(%)**



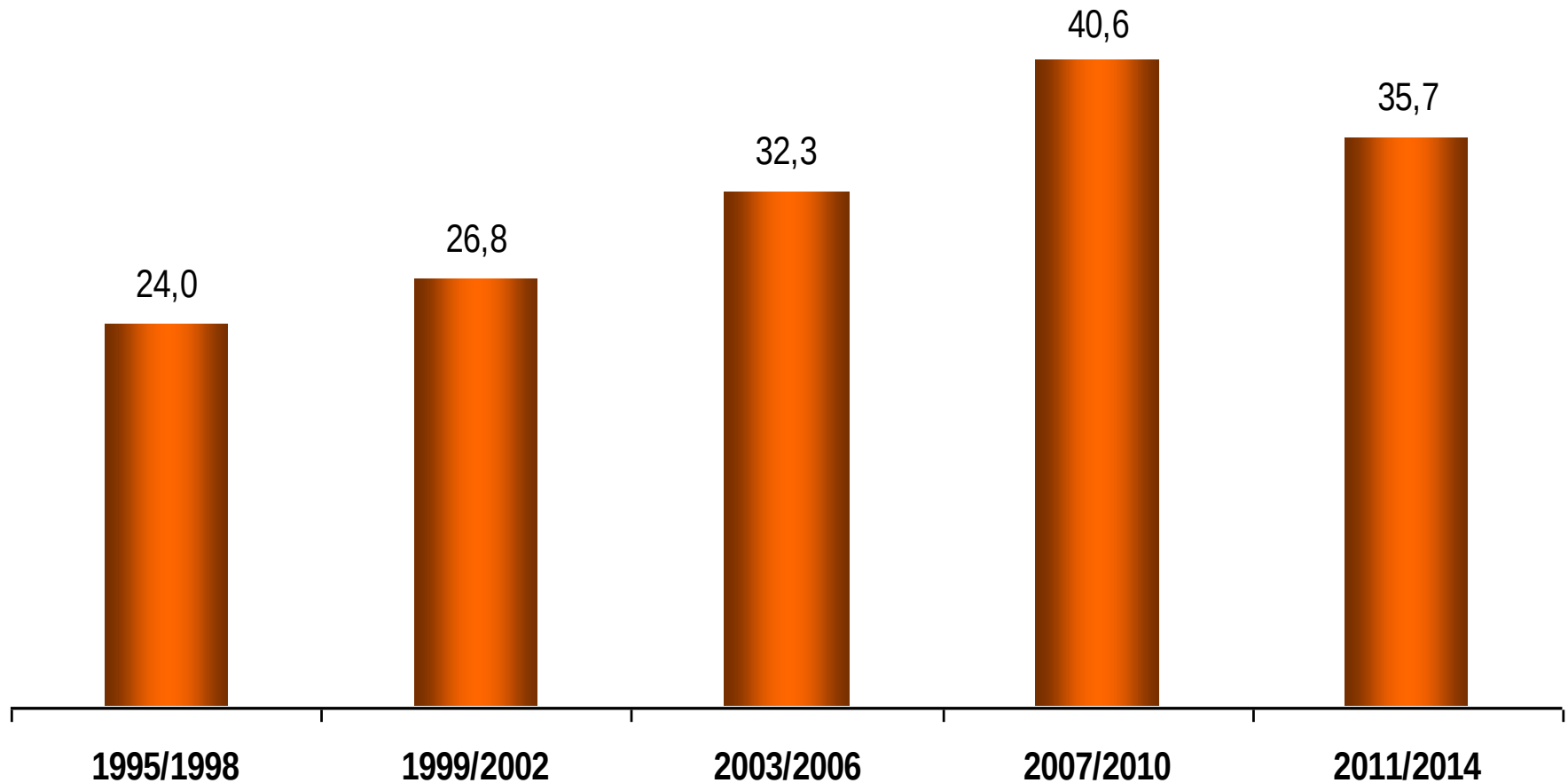
Fonte: IBGE

EMPREGO FORMAL – GERAÇÃO LÍQUIDA DE POSTOS DE TRABALHO*
(Número de Postos de Trabalho)



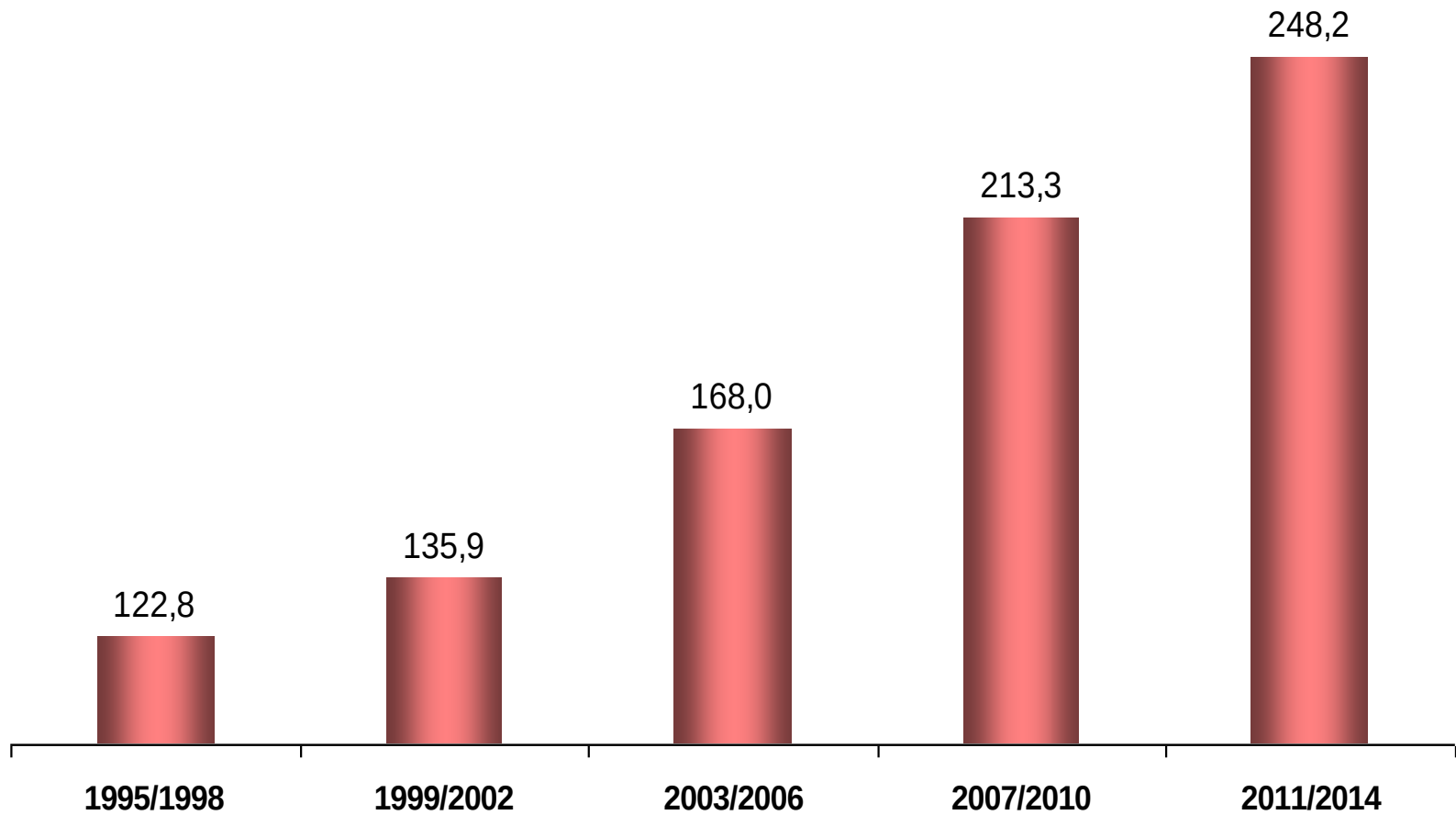
* Série sem ajuste geográfico
Fonte: MTE / CAGED

**EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE EMPREGADOS COM VÍNCULO FORMAL DE EMPREGO
(Milhões de empregados)**



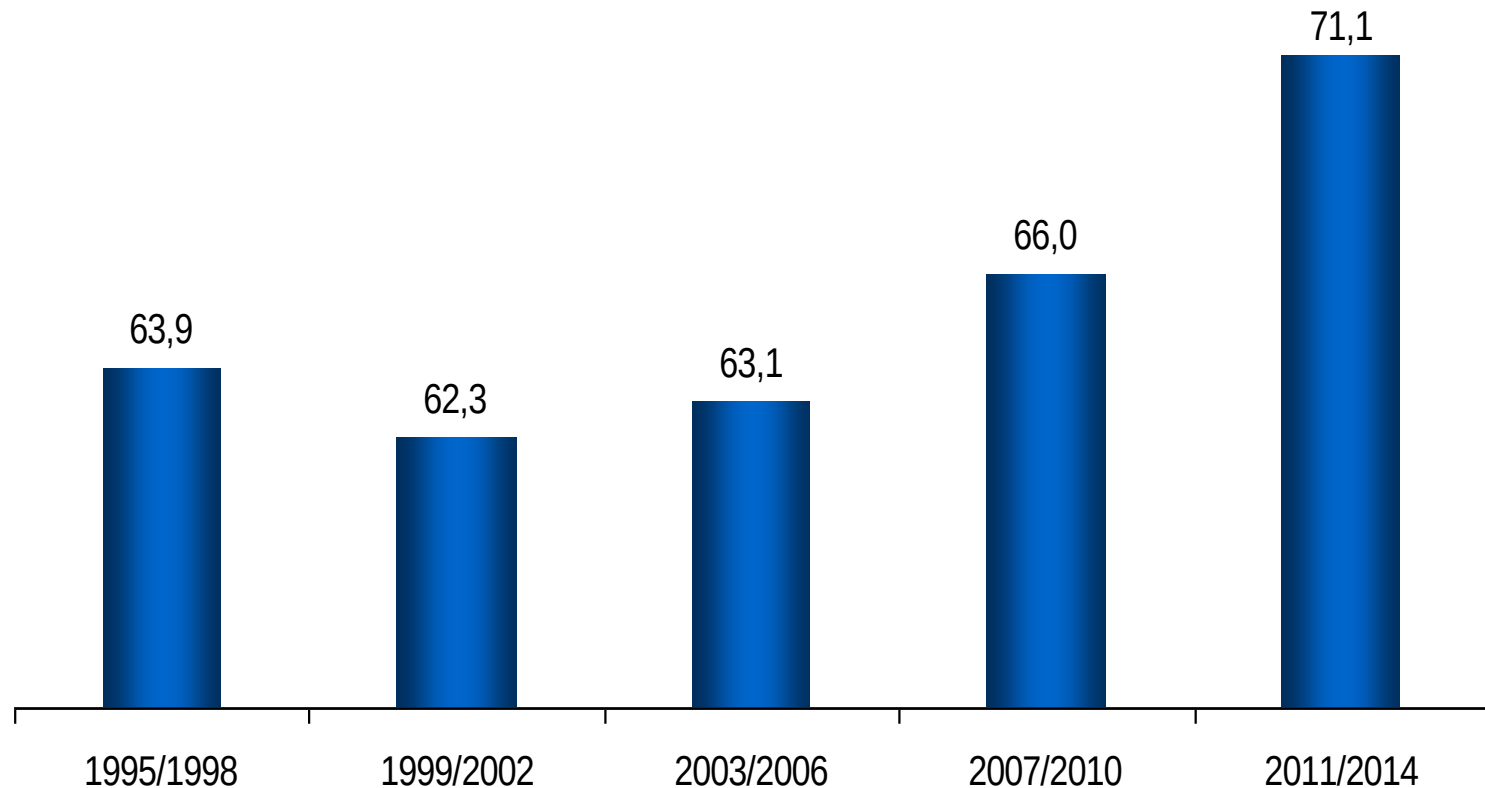
Fonte: MTE / RAIS

**EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO REAL*
(Ano Base 1994= 100)**



* Deflacionado - INPC
Fonte: DIEESE

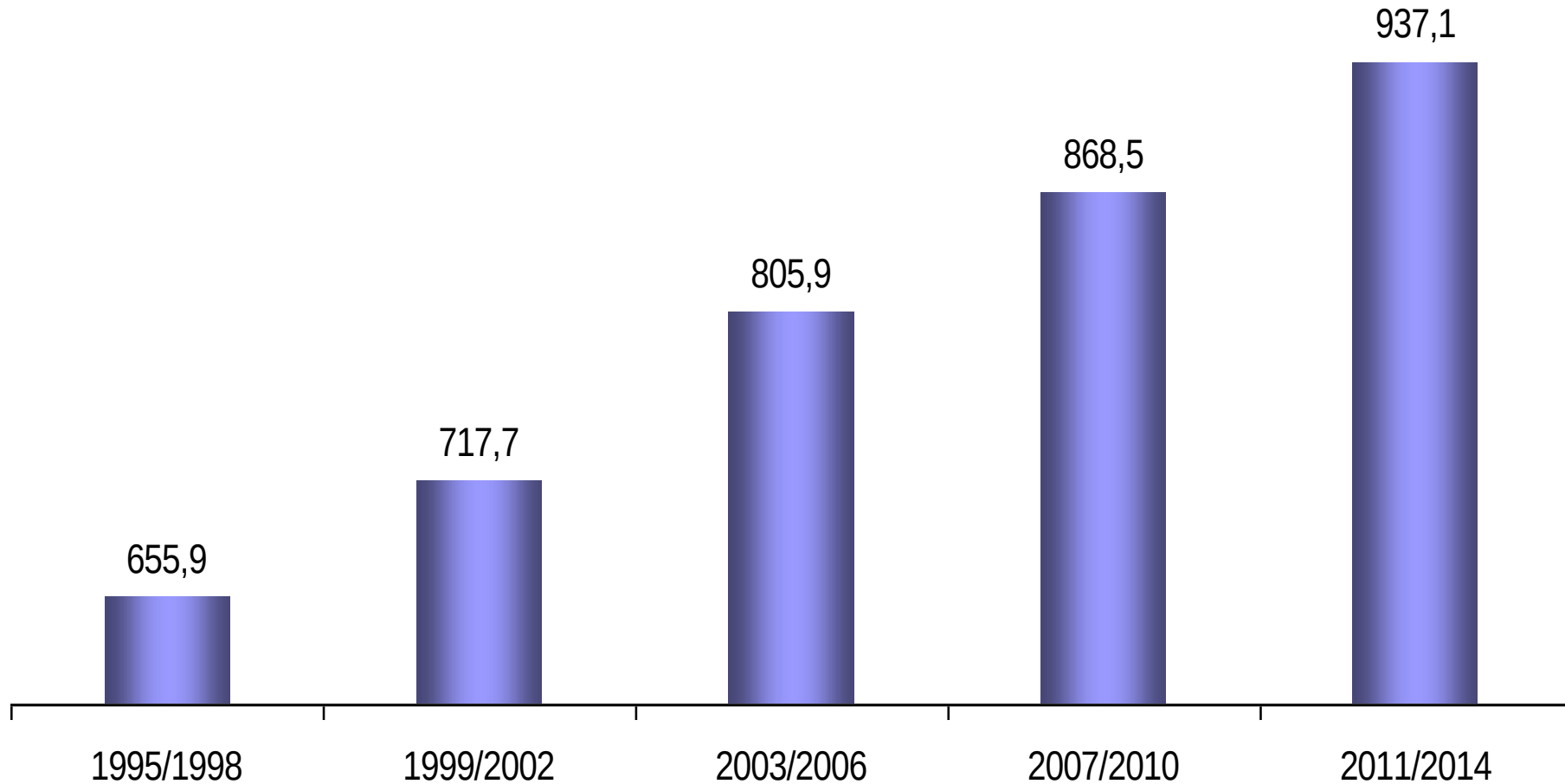
**EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE COBERTURA PREVIDENCIÁRIA
PEA ENTRE 16 E 59 ANOS
(%)**



Nota: 1994, 2000 e 2010 não foram publicados

Fonte: Informes da Previdência Social, volume 26 número 10

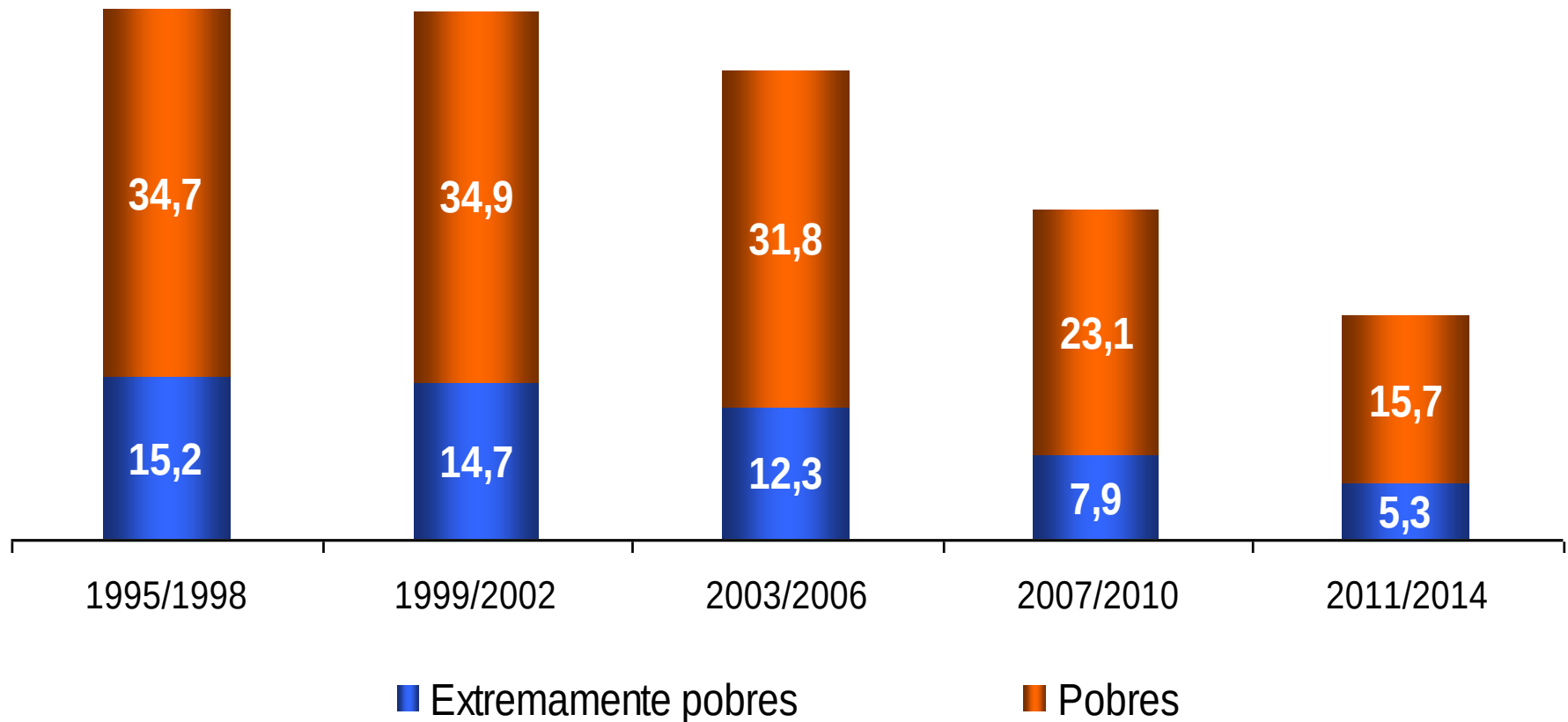
VALOR MÉDIO REAL DOS BENEFÍCIOS PAGOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Em R\$ de dezembro (1995/2014) - INPC
(Posição em dezembro de cada ano)



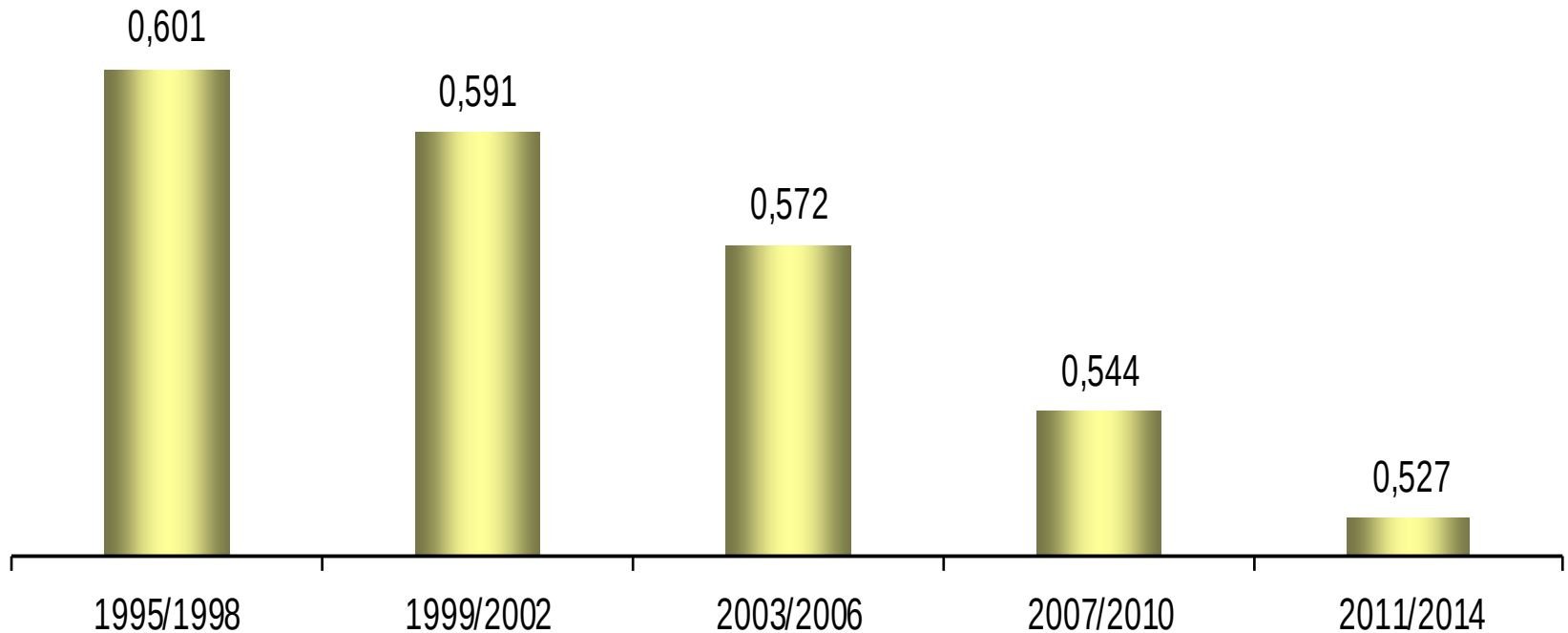
Fonte: Informes da Previdência Social, volume 27 número 1

TAXAS DE POBREZA

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO EM EXTREMA POBREZA E POBREZA - BRASIL, 1995-2014



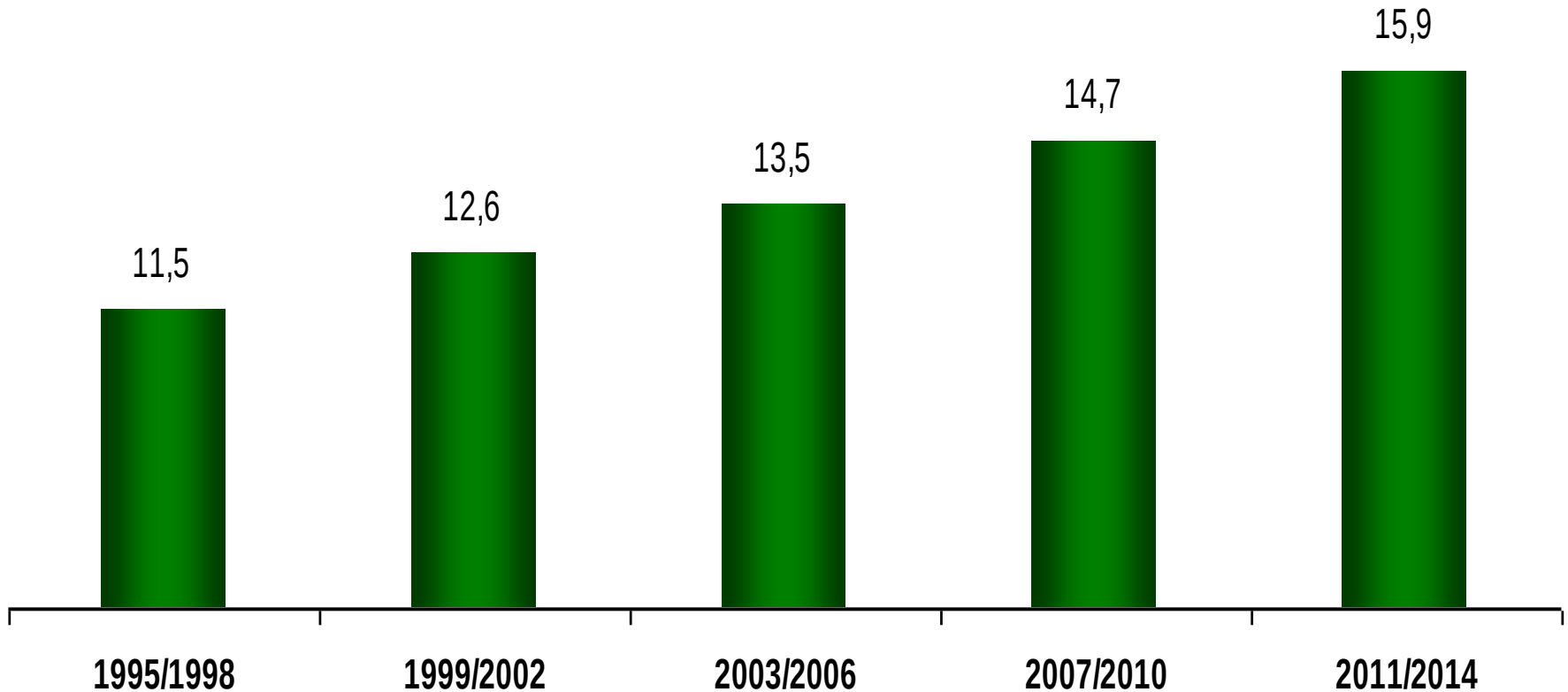
COEFICIENTE DE GINI



Nota: 1994, 2000 e 2010 não foram publicados

Fonte: IPEADATA

TRAJETÓRIA DO GASTO SOCIAL FEDERAL TOTAL, 1995 A 2014 (% do PIB)



Fonte: STN - Gasto Social do Governo Central 2002 a 2015 / Plano Brasil Maior PPA 2016/2019

O Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em outubro de 2013 com o propósito de se constituir em um centro de excelência, voltado para o estudo e discussão das questões fundamentais, desafios e opções estratégicas de desenvolvimento do Brasil e para a formação e qualificação complementar de quadros de alto nível envolvidos na formulação e direção das políticas públicas.

A matriz conceitual em torno a qual se estruturam os objetivos e as atividades do Centro tem como elemento constitutivo a visão do desenvolvimento como um processo que combina, simultaneamente, o crescimento sustentado e a transformação das bases técnicas do sistema produtivo com a redistribuição da renda e redução das desigualdades sociais e regionais, o aperfeiçoamento da democracia e a afirmação dos interesses estratégicos nacionais e da soberania do Estado brasileiro em todas suas dimensões.

Promover na sociedade brasileira o debate qualificado sobre essa temática e contribuir à construção de um novo modelo de desenvolvimento são objetivos prioritários dentro da programação de atividades do Centro. No mesmo sentido, e como parte essencial desse esforço, o Centro pretende também contribuir à elevação da capacidade técnica do estado brasileiro para planejar, coordenar e gerir, com critério estratégico, o processo de desenvolvimento nacional e as políticas públicas que darão concreção às metas propostas.